

ISBN 978-85-9509-040-8



ANAIS DO

VI

SIMPÓSIO INTERNACIONAL

Desigualdades, direitos e
políticas públicas: Gênero,
Interseccionalidades e Justiça.

27 a 29
NOV

Unisinos
São Leopoldo



CIÊNCIAS
SOCIAIS
Mestrado e Doutorado

ESCOLA
de Humanidades

UNISINOS

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, S. J.

Vice-Reitor

Pedro Gilberto Gomes, S. J.

Pró-Reitor Acadêmico

Alsones Balestrin

Pró-Reitor de Administração

Luiz Felipe Jostmeier Vallandro

Diretor da Unidade Acadêmica de Graduação

Gustavo Severo de Borba

Diretora da Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação

Dorotea Frank Kersch

Diretor da Unidade de Finanças e Gestão de Pessoas

Silvana Model

Diretor da Unidade de Serviços Acadêmicos

Vinícius Costa de Souza

Diretor da Unidade de Administração de Infraestrutura e Serviços

Cristiano Richter

Miriam Steffen Vieira
Laura Cecília López
(Organizadoras)

**ANAIS DO
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DESIGUALDADES, DIREITOS
E POLÍTICAS PÚBLICAS:
GÊNERO, INTERSECCIONALIDADES E JUSTIÇA**



CASA LEIRIA
São Leopoldo-RS
2018

VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DESIGUALDADES, DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: GÊNERO, INTERSECCIONALIDADES E JUSTIÇA

Edição: Casa Leiria.

Os textos e as imagens são de responsabilidade de seus autores.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica

Simpósio internacional desigualdades, direitos e políticas públicas: gênero, interseccionalidades e justiça (6:2018:São Leopoldo, RS) Anais do VI Simpósio internacional desigualdades, direitos e políticas públicas: gênero, interseccionalidades e justiça [recurso eletrônico]. /Organização de Miriam Steffen Vieira, Laura Cecília López; Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.
Evento realizado na UNISINOS, São Leopoldo, RS, de 27 a 29 de novembro de 2018.
ISBN 978-85-9509-040-8

1. Estudos de gênero. 2. Desigualdades sociais – Gênero e raça – Interseccionalidades. 3. Políticas públicas – Desigualdades sociais. I. Vieira, Miriam Steffen (org.). II. López, Laura Cecília (org.). III. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. IV. Título.

CDU 305

Catálogo na Publicação
Bibliotecária: Carla Inês Costa dos Santos – CRB 10/973

SUMÁRIO

- 23 APRESENTAÇÃO
- 25 PROGRAMAÇÃO
- 30 GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO DE TRABALHO: 1 **DINÂMICAS DE GÊNERO E ESTUDOS FEMINISTAS EM** **CONTEXTOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS**

- 41 A LEI MARIA DA PENHA E A ACEITAÇÃO DA
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE
Victória Santos de Azevedo
- 45 ARTICULAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA NO CARNAVAL
DA FRONTEIRA OESTE GAÚCHA
Loise Patricia Vidal da Nova
Alinne de Lima Bonetti
- 49 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA LETAL DE
GÊNERO: UMA ANÁLISE DA CLASSIFICAÇÃO DE UM
HOMICÍDIO COMO FEMINICÍDIO
Roberta Silveira Pamplona
- 53 ESTRANHAR PARA TRANSGREDIR: O ABISMO ENTRE
MULHERES BRANCAS E NEGRAS BRASILEIRAS
Kathleen Kate Dominguez Aguirre
- 59 MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGS EM CABO VERDE:
UMA ANÁLISE DA RESISTÊNCIA E LUTA DAS MULHERES
PARA A PROMOÇÃO FEMININA
Maria Filomena Moreira Semedo
- 63 (PÓS)GOLPE DE 2016 E SUAS INTER(DI)ÇÕES):
ALGUMAS REFLEXÕES (IN)DISCIPLINADAS À LUZ DO
PENSAMENTO PÓS(DE)COLONIAL
Esmael Alves de Oliveira
- 65 REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE FEMINICÍDIO E
VIOLÊNCIA SEXUAL: RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA
E CLASSE
Luiza Dias de Oliveira
- 69 RESISTÊNCIAS E COSMOVISÕES: AS PERFORMANCES
DAS MULHERES DIANTE DOS DESAFIOS DA
COTIDIANIDADE EM CABO VERDE
Riga Anilsa Borges da Silva

GRUPO DE TRABALHO: 2
MULHERES NEGRAS RESISTEM: ANÁLISES SOBRE
PROTAGONISMOS FEMININOS E NEGROS
NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

- 75 A (IN)JUSTIÇA NO CORPO E NA ALMA: MULHERES
NEGRAS EM LUTA CONTRA O (ESTADO DO)
SOFRIMENTO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Alexandre Peres de Lima
- 79 ANNA FAUSTA MARÇAL: PROTAGONISMO,
SEXUALIDADE E RACISMO DA MULHER NEGRA NA
HISTÓRIA (PORTO ALEGRE, FINS DO SÉCULO XIX)
Priscilla Almaleh
- 83 CARTOGRAFANDO DESENCONTROS:
PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA UNIVERSALIZAÇÃO
DA CATEGORIA MULHER NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
Carolina Nunes Ramos
Simone Mainieri Paulon
- 87 FEMINISMOS DESCOLONIZADORES: LESBOFEMINISMOS
DECOLONIAIS, ABYA YALA E AS FRONTEIRAS,
AMEFRICANIDADE E ENEGRECER O FEMINISMO
Hariagi Bora Nunes
- 91 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA NA
EXPERIÊNCIA ESCOLAR DE JOVENS ESTUDANTES
NEGRAS NUMA CIDADE DA FRONTEIRA OESTE DO RS
Cristiane Barbosa Soares
- 97 MULHER, NEGRA E ESTUDANTE: GÊNERO E RAÇA NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Juliana da Rosa Brochado
- 103 MULHERES DE TERREIRO, SUJEITAS DE PROTAGONISMO
E INTERAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO RS
Janine Nina Fola Cunha
- 107 MULHERES NEGRAS RESISTEM: RELATO DE UMA
EXPERIÊNCIA DE PROTAGONISMO FEMININO E NEGRO
Vera Rodrigues
- 109 PELOTAS É UMA PRINCESA NEGRA E FEMINISTA:
REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NEGRAS NA
LUTA ANTI-RACISTA NA CIDADE DE PELOTAS
Carla Silva de Avila
- 113 ROMPENDO O CICLO DE SILÊNCIOS: TRAJETÓRIAS DE
PROFESSORAS NEGRAS LÉSBICAS NO ENSINO PÚBLICO
Tainah Mota do Nascimento

GRUPO DE TRABALHO: 3
GÊNERO, RAÇA E TRABALHO

- 119 A IDEOLOGIA GERENCIALISTA NO POP MANAGEMENT:
O DISCURSO DA SUBMISSÃO LIVREMENTE CONSENTIDA
Júlia Weber Kasper
Julice Salvagni
- 123 A (IN)VISIBILIDADE DA INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO
E RAÇA EM ESTUDOS SOBRE MOVIMENTOS DE
TRABALHADORAS RURAIS (1980-2018)
Larissa Mazzucco Bianco
Giovana Ilka Jacinto Salvaro
- 127 AS RELAÇÕES DE TRABALHO PARA MULHERES QUE
EXERCEM ATIVIDADES INCOMUNS AO SEU SEXO
Marina Guerin
Samanta Fanfa Marques
Julice Salvagni
Marília Verissimo Veronese
- 131 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE RAÇA, GÊNERO E
TRABALHO: UMA REVISÃO NARRATIVA
Gabriela Cavali Viana
Roseclér Machado Gabardo
- 135 CORRENTES (IN)VISÍVEIS: DA ESCRAVIDÃO CLÁSSICA À
ESCRavidÃO MODERNA NO TRABALHO
Angela Kirschner
- 139 CRÍTICA À NOVA RACIONALIDADE NEOLIBERAL DO
TRABALHO FEMININO NO CONTEXTO GLOBALIZADO
DA TERCEIRIZAÇÃO
Tainá Machado Vargas
- 143 DA INFORMALIDADE À ECONOMIA SOLIDÁRIA
Luiz Inácio Gaiger
- 147 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E IDENTIDADES DE
GÊNERO: MULHERES CIS E TRANS EM BUSCA DE
AUTONOMIA
Marília Veronese
Julice Salvagni
Marina Guerin
Samanta Marques
- 153 EM CASA OU NO MERCADO DE TRABALHO: UM
HISTÓRICO DE SUBMISSÃO DA MULHER
Anaquel Gonçalves Albuquerque

- 157 "FAZENDO" GÊNERO, TRADIÇÃO E INOVAÇÃO A PARTIR DA ARTE DO BARRO: INTERAÇÕES ENTRE PESSOAS, COISAS E AMBIENTES
Adimilson Renato da Silva
Maria Cláudia Rodrigues
- 161 FEMINEJO: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES CANTORAS DE SERTANEJO
Samanta Fanfa Marques
Marília Veríssimo Veronese
Julice Salvagni
Marina Guerin
- 165 INTERSECÇÃO NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES NO TRABALHO ESCRAVO.
Bruna Letícia de Oliveira dos Santos
- 169 INTERSECCIONALIDADES: EXPERIÊNCIAS CRUZADAS NA VIDA DE MULHERES TRABALHADORAS DE UM EMPREENDIMENTO DE RECICLAGEM
Isabel Cristina de Vargas
- 173 MASCULINIDADES MARGINALIZADAS E TRÁFICO DE DROGAS
Betina Warmling Barros
- 177 MEMÓRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DA INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE LA SALLE
Robinson Henrique Scholz
Caroline Raupp de Oliveira
Maria de Lourdes Borges
- 183 "NÃO DÁ PRA FAZER MUITA COISA": O TRABALHO DO CUIDADO ENTRE AS MULHERES DA COOPERATIVA AÇAI / PORTO VELHO – RO
Anelise Fabiana Paiva Schierholt
Thaís da Rosa Alves
- 187 NO CORAÇÃO DA LOUCURA: RESISTÊNCIA, PROTAGONISMO E A LUTA DE NISE DA SILVEIRA
Julice Salvagni
Marília Veríssimo Veronese
Marina Guerin
Rayra Roncatto Rodrigues

- 191 O PAPEL DA MÍDIA NA DISCUSSÃO DO TRABALHO
ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DA
REVISTA VEJA (2009-2017)
Antionielle Braga da Cunha
Julice Salvagni
- 197 O PERCURSO DA AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE ÀS
FORMAS DE COOPERAÇÃO DA REGIÃO UVA E VINHO
DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL
Matheus Henrique Johansson
Julice Salvagni
- 201 O SENTIDO DO TRABALHO PARA QUEM MORA/
TRABALHA NA RUA: UM ESTUDO COM CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS
Manueli Tomasi
- 205 PROSTITUIÇÃO: UM OLHAR SOBRE CARREIRAS
DESVIANTES
Maurício Goulart-Silva
Jenifer Arruda
- 209 TRABALHO, EXCLUSÃO E DESIGUALDADES: DESAFIOS
DO SÉCULO XXI
Elisane Roseli Ulrich Zanelato
Adriane Vieira Ferrarini
- 213 TRABALHO, GÊNERO E RAÇA: ALGUNS DADOS DA
ECONOMIA BRASILEIRA NO VALE DO SINOS ENTRE
2003 E 2016
Marilene Maia
João Santos Conceição
João Wilson Dias
Guilherme Tenher Rodrigues
Lucas Schardong Braescher de Moura

GRUPO DE TRABALHO: 4
DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

- 219 ABORDAGENS DA MENOPAUSA NAS CIÊNCIAS
SOCIAIS
Jandira Turatto Mariga
- 223 BIOPODER COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE
SOBRE OS CORPOS FEMININOS
Daniela Zini da Silveira
Regiane Aparecida Cargnin

- 227 BIOPOLÍTICA POSITIVA: O MOVIMENTO DE MULHERES
NEGRAS E A PAUTA DOS DIREITOS SEXUAIS E
REPRODUTIVOS
Junara Nascentes Ferreira
Maria Luisa Pereira de Oliveira
- 231 CONSULTA GINECOLÓGICA NA ATENÇÃO BÁSICA
EM SAÚDE NA PERSPECTIVA DE MULHERES LÉSBICAS –
RESULTADOS PRELIMINARES
Nicole Ketzer
Camilla Alexandra Schneck
Rosana Maffaccioli
Juliana Strada
- 235 MULHERES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA DISCUSSÃO
ACERCA DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS E
MATERNIDADE
Thais Gomes de Oliveira
Bruna Moraes Battistelli
Lílian Rodrigues da Cruz
- 241 “NÃO É O MEU PARTO, É O PARTO DELA!”: QUANDO
NÃO EXISTEM ESCOLHAS POSSÍVEIS PARA UM
NASCIMENTO RESPEITOSO
Aline Alves Veleda
Tatiana Engel Gerhardt
- 245 O DEBATE LEGISLATIVO SOBRE O ABORTO: UMA
COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E URUGUAI
Luis Gustavo Teixeira da Silva
- 249 O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DO GÊNERO INTERSEX:
UMA ANÁLISE DE DIREITO COMPARADO QUANTO À
APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Lélia Júlia de Carvalho
Gleucyellen Rayane Ferreira Gouveia
- 253 PROBLEMATIZANDO A MEDICALIZAÇÃO DA
SEXUALIDADE DAS MULHERES: AS POTENCIALIDADES
DO MÉTODO BILLINGS
Luísa Almansa Goulart
Adriane Roso
Vanessa Soares de Castro
Camila Gonçalves
Natália Ferreira Schreiner

- 257 PROTEÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADAS, EM PORTO ALEGRE/BRASIL
Fernanda Silva de Almeida
Márcia Soares
Maria Eduarda Barbosa
Thabata Jeandra da Silva Ferreira
- 261 REALIZANDO DIREITOS SEXUAIS NAS NOVAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DE HIV/AIDS
Bruno Silva Kauss
Andréa Fachel Leal
- 265 SEXUALIDADE FEMININA: A INGERÊNCIA DO CATOLICISMO NOS DIREITOS SEXUAIS FEMININOS
Nayara Mendes dos Santos
- 271 “TERRA DAS MULHERES”: UM DIÁLOGO ENTRE DIREITOS HUMANOS E LITERATURA
Fernanda Nunes Barbosa
- 277 VIOLÊNCIA EM MULHERES DA POPULAÇÃO LGBT: UMA ANÁLISE DOS DADOS
Vanessa Azambuja de Carvalho
Henrique Caetano Nardi

GRUPO DE TRABALHO: 5
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, JUVENTUDE E GÊNERO

- 283 ALTERIDADE, CONFLITO E MUDANÇAS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS DE UM COLETIVO ESTUDANTIL FEMINISTA
Vanessa Soares de Castro
Adriane Roso
Camila Gonçalves
- 287 ATIVISMO FEMINISTA: (IN)VISIBILIDADES EM UM COLETIVO JUVENIL
Natália Ferreira Schreiner
Adriane Roso
Vanessa Soares de Castro
Camila Gonçalves
Luísa Almansa Goulart
- 291 CANDIDATOS VIÁVEIS VERSUS CANDIDATAS INVIÁVEIS: A DISPARIDADE DE GÊNERO NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM CABO VERDE
Anílsa Sofia Correia Gonçalves

- 295 CAPITAL SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NO SUL DO BRASIL
Ana Julia Bonzanini Bernardi
Jennifer Azambuja de Morais – UFRGS
- 299 DENEGRIR PARA EMPODERAR: UMA PROPOSTA DE
EDUCAÇÃO AFROPERSPECTIVISTA EM ARTES CÊNICAS
Manuela da Fonseca Miranda
- 303 DESIGUALDADES NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO
BRASIL: PADRÕES E MUDANÇAS ENTRE AS ELEIÇÕES DE
2014 E 2018 PARA A CÂMARA DE DEPUTADOS.
Augusto Neftali Corte de Oliveira
Felipe Rocha de Carvalho
Wesley Nogueira Gomes
- 307 EDUCAR OU ENSINAR: CONFLITO ENTRE FAMÍLIA,
ESCOLA E SOCIEDADE - NOVOS CONTORNOS SE FOR
TRABALHADO EM CÍRCULOS DE PAZ
Suzana Damiani
Claudia Maria Hansel
Victória Antônia Tadiello Passarela
- 311 ENTRE A ESFERA PÚBLICA E PRIVADA: A
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES A PARTIR
DO MOVIMENTO SINDICAL DAS EMPREGADAS
DOMÉSTICAS
Julia Giles Wünsch
- 315 ESTUPRO COLETIVO NO RIO: UM OLHAR SOBRE OS
MARCADORES DE GÊNERO E JUVENTUDE
Ana Karlice Nascimento de Ávila
- 319 FAKE NEWS E A PROPAGAÇÃO DO FASCISMO: A
CARA DA NOVA/VELHA POLÍTICA.
Elivane de Souza Fumagalli
- 323 GÊNERO E FAMÍLIAS POLÍTICAS NO CONGRESSO
BRASILEIRO (2006-2014)
Maria Lúcia Moritz
- 327 HOMEM-ARANHA: NA TEIA DA MASCULINIDADE
HEGEMÔNICA
Maicon José Alves
Luiz Antônio Gloger Maroneze
- 331 JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: INTERESSES E
PRÁTICAS SOCIAIS
José Silon Ferreira

- 335 MULHERES E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO
ELEITORAS E CANDIDATAS
Aloisio Ruscheinsky
Manoella Treis
- 339 O ATIVISMO DIGITAL FEMINISTA EM EU NÃO MEREÇO
SER ESTUPRADA
Marlon Santa Maria Dias
- 343 O DILEMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SADC NO
EXERCÍCIO DO PODER NOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA:
MOÇAMBIQUE NA ATUALIDADE
Kátia S. H. Xavier Zeca
- 349 #ROLOUQUÍMICA: UMA ABORDAGEM PARA FALAR
DE AMOR E RESPEITO
Lucas M. P. Costa
Everton Bedin
- 353 SOCIALIZAÇÃO JUVENIL E SUB-REPRESENTAÇÃO DAS
MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA
Renato Dutra Bicca
- 357 SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA E CULTURA
POLÍTICA EM TEMPOS DE CRISE DE REPRESENTAÇÃO:
LIMITAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
FEMININA NO BRASIL
Andressa Liegi Vieira Costa
Izabela Cavalcanti Pereira

GRUPO DE TRABALHO: 6
POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E
DEMOCRACIA: LUTAS, AVANÇOS E RETROCESSOS

- 363 A EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO E DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS: OS DILEMAS DAS ESCOLAS ITINERANTES NO
ESTADO DO PARANÁ
Evanilde Pereira Salles Lange
- 367 A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A JUSTIÇA COMO
EQUIDADE: UM CAMINHO PARA A DEMOCRACIA?
Ana Luiza Fernandes Mendes
- 371 A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UMA
ANÁLISE DOS MOVIMENTOS CONSERVADORES E
NEOLIBERAIS NA AMÉRICA LATINA
Michele Mendonça Rodrigues
Rodrigo Cristiano Diehl

- 375 ALTERIDADE, CONFLITO E MUDANÇAS SOCIAIS:
EXPERIÊNCIAS DE UM COLETIVO ESTUDANTIL FEMINISTA
Vanessa Soares de Castro
Adriane Roso
Camila Gonçalves
- 377 AS ABORDAGENS DA DEMOCRACIA DIGITAL NAS
TESES E DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS NOS PPGS DE
COMUNICAÇÃO E CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL
Licemar Vieira Melo
- 381 AVANÇOS E LIMITAÇÕES DA REVOLUÇÃO CUBANA
FRENTE AOS DIREITOS DAS MULHERES
Rita de Cássia Krieger Gattiboni
Rosângela Angelin
- 385 CONQUISTAS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A MATERNIDADE: REFLEXÕES SOBRE A LICENÇA
PARENTAL COMO INSTRUMENTO DE EQUIDADE DE
GÊNERO
Fernanda Sena Fernandes
Janaína Xavier Nascimento
- 389 DE QUE LADO VOCÊ SAMBA: ANÁLISE DAS QUESTÕES
ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NOS PLANOS DE
GOVERNO DOS (AS) PRESIDENCIÁVEIS
Lucas Caregnato
Tainah Mota do Nascimento
- 393 DIREITO DAS MULHERES E A LUTA POR
RECONHECIMENTO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:
A AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ABORTO
Juliane Sant'Ana Bento
- 397 ECONOMIA SOLIDÁRIA E ATIVISMO SOCIOPOLÍTICO:
UMA ANÁLISE DE DADOS NACIONAIS
Luiz Inácio Gaiger
- 401 EDUCAÇÃO, RAÇA E GÊNERO: O PAPEL DO PROUNI
NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
Ashley Taquatá
Antonielle Braga
Julice Salvagni
- 407 INEQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA: A FACE OCULTA DA
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL
Lúcia Mariaci Ribeiro Martins

- 411 INOVAÇÃO SOCIAL: VIVÊNCIAS COMO PRÁXIS
TRANSFORMADORAS
Denise de Oliveira
Adriane Vieira Ferrarini
- 415 MULHERES E AÇÃO NA AMÉRICA LATINA: DA
PARTICIPAÇÃO INFORMAL ÀS INOVAÇÕES
DEMOCRÁTICAS
Andressa Liegi Vieira Costa
- 419 O FÓRUM ESTADUAL DE REDUÇÃO DE DANOS DO RS
(FERD/RS) E SEU REPERTÓRIO DE AÇÃO: REFLEXÕES
SOBRE UM MOVIMENTO EM CONSTITUIÇÃO
Jardel Fischer Loeck
- 423 O IR E VIR DO CUIDADO: A IMPLEMENTAÇÃO DA
ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA EM SANTA MARIA/RS
Maique Berlote Martins
- 427 O JULGAMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA NA ADI
4.277/2011 E OS LIMITES DO PAPEL POLÍTICO DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Marja Mangili Laurindo
- 431 O MOVIMENTO #ELENÃO: ANÁLISE À LUZ DA TEORIA
DOS CONTRAPÚBLICOS SUBALTERNOS DE NANCY
FRASER
Gabriele Zini de Oliveira
Jessica Cristianetti
- 435 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A ÉTICA DA LIBERTAÇÃO
COMO POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AOS
RETROCESSOS DOS DIREITOS BRASILEIROS
Matheus Henrique dos Santos
- 439 O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO DESASTRE DE
MARIANA: REVISÃO DE PRINCIPAIS ABORDAGENS
SOBRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS
Rodrigo Dresch
- 443 OS IMPACTOS DE DESASTRE SOCIOAMBIENTAL E A
MITIGAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
Aloisio Ruscheinsky
Manoella Cará Treis
- 447 POLÍTICA DE REPRESENTATIVIDADE: UMA LEITURA A
PARTIR DO "MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM
POA"
Elza Vieira da Rosa

- 451 PRODUÇÃO LEGISLATIVA E DESASTRE
SOCIOAMBIENTAL: O PAPEL DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO NA MITIGAÇÃO DA
TRAGÉDIA DO RIO DOCE
Igor Amaral
Roberta Carnelos Resende

GRUPO DE TRABALHO: 7
DIREITOS HUMANOS E DESIGUALDADES SOCIAIS

- 457 A ASTÚCIA DA HISTÓRIA OUTRA VEZ – A PERDA DE
DIREITOS APÓS O GOLPE DE 2016
Sarah Francieli Mello Weimer
Thaís Vieira de Paula
- 461 A DESIGUALDADE NA DESTINAÇÃO DOS GASTOS
PÚBLICOS E A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
Luíza Cristina de Castro Faria
Rodrigo Pelet Nascimento Aquino
- 465 A EMPREGABILIDADE FORMAL DA MULHER COM
DEFICIÊNCIA BRASILEIRA
Larissa de Oliveira Elsner
Gustavo Vinícius Bem
Fernanda Frizzo Bragato
- 471 AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR:
PERSPECTIVAS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA DE
ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIPAMPA
Tatiane Motta da Costa e Silva
Cristiane Barbosa Soares
Suzana Cavalheiro de Jesus
- 475 ASCENSO CONSERVADOR, NEGAÇÃO DE DIREITOS
E AVANÇO DAS DESIGUALDADES: OS LEGADOS
AUTORITÁRIOS DO PASSADO RECENTE NA
COMPOSIÇÃO DESSE CENÁRIO
Thiago Vieira Pires
- 479 CONTRABANDO TRANSNACIONAL DE MIGRANTES:
IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS DO BRASIL E DA
ARGENTINA ENTRE O PERÍODO DE 2010 A 2018
Joseane Mariéle Schuck Pinto
- 483 CONTRIBUIÇÕES INTERSECCIONAIS PARA O
FORTALECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS
Gabriela M. Kyrillos
Sheila Stolz

- 487 DA PORTA PRA FORA: INTERSEÇÕES ENTRE DIREITOS HUMANOS, TERRITORIALIDADES, FAMÍLIA E EXCLUSÃO SOCIAL
Claudia Liliane Viana
Deiler Raphael Souza de Lima
Valeria dos Santos Rocha
- 493 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: A SITUAÇÃO DE RUA EM CONTEXTO DE EXCLUSÃO
Ana Carolina Einsfeld Mattos
- 497 DIREITOS SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DAS NECESSIDADES BÁSICAS
Juliana dos Santos Betat
Lílian Rodrigues da Cruz
- 501 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA
Ana Paula Krumel
- 505 ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA: APONTAMENTOS SOBRE INTERSECCIONALIDADE EM DUAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS
Aline de Moura Rodrigues
- 509 FOMENTO AO TURISMO, TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO CENTRAL DE GRAMADO/RS E O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO
Franciele Berti
Alexandre Aloys Matte Júnior
- 513 GÊNERO E RAÇA: A INTERSECCIONALIDADE COMO CERNE DA COLONIALIDADE DO PODER
Rodrigo Weber da Fontoura
Carolina Schenatto da Rosa
- 517 GÊNERO E RAÇA: UMA ANÁLISE SOBRE TAIS DIÁLOGOS DENTRO DA SALA DE AULA
Amanda dos Santos Vieira
- 523 GÊNERO E VISIBILIDADE: UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOBRE ESTEREÓTIPOS E HIERARQUIAS DOMINANTES NO DISCURSO JORNALÍSTICO
Denise Maria Mantovani
- 527 GÊNERO, POBREZA E VIOLÊNCIA CONJUGAL: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
Paola Stuker
Letícia Maria Schabbach

- 531 GRUPO DE PESQUISA – POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO
Carina M de Lucena Franceschini
Eda Regina Doederlein Schwartz
Debora Brondani da Rocha
Filipe Costa Leiria
Renata Agra Balbueno
Rita de Cassia Krieger Gattiboni
- 535 JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, MEMÓRIA COLETIVA E TRAUMA
Analice Brusius
Fátima Sabrina da Rosa
- 539 MAPEANDO NECROPOLÍTICA SOBRE OS CORPOS NEGROS (E) LGTBs
Darlam do Nascimento
- 543 MULHERES BRASILEIRAS ENCARCERADAS: DO PECADO AO DESVIO
Cláudia Rosana de Freitas Dutra
- 547 NOVAS FORMAS DE PROMOÇÃO DE TRABALHO DECENTE E COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO MODERNO: SISTEMATIZAÇÃO DE METODOLOGIAS
Frederico Salmi Pereira
Monika Weronika Dowbor
- 551 O ACESSO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA AO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E SUAS INTERSECCIONALIDADES
Maíra Freitas Barbosa
- 555 O MEDO DO OUTRO: AS RAÍZES RACISTAS DO CONTROLE SOCIAL
Alena Ocom Moreira
Tainah Mota do Nascimento
- 559 O RECONHECIMENTO DO DIREITO À EXTIMIDADE NA SOCIEDADE EM REDE: DESAFIOS E LIMITES AO FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO BINÁRIA
Valéria Ribas do Nascimento
Isadora Forgiarini Balem
Lucas Silva de Souza

- 563 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESASTRE DE MARIANA: A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENOVA NAS ÁREAS DE SAÚDE, ÁGUA, TURISMO E PESCA
Monika Dowbor
André Santos
- 567 POR QUE EDUCAR PARA UMA CULTURA EM DIREITOS HUMANOS?
Caroline Carlet Azambuja
- 571 POR QUÊ RETROCEDERMOS AO FUNDAMENTO? POLÍTICAS PÚBLICAS, TRÁFICO DE MENINAS E PROTEÇÃO SOCIAL
Rodrigo Cristiano Diehl
Marli M. Moraes da Costa
- 575 REDES DE APOIO SOCIAL E VIGILÂNCIA DOS ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL: UM ESTUDO SÓCIO-ANTROPOLÓGICO
Gisele Cristina Tertuliano

GRUPO DE TRABALHO: 8
EMPODERAMENTO LEGAL

- 581 A EFETIVIDADE DO PROJETO PROMOTORAS LEGAIS POPULARES NO MUNICÍPIO DE CANOAS-RS
Milka Corrêa Machado
Juliane Sant'ana Bento
- 585 A REINserÇÃO SOCIAL DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL: TRAJETÓRIAS DE EMPODERAMENTO
Andressa Camargo dos Santos
Aline Alves Veleda
- 589 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O ACESSO À JUSTIÇA: UMA BREVE ANÁLISE DAS NORMAS JURÍDICAS DE URUGUAIANA-RS
Marina dos Reis Marty
Alinne de Lima Bonetti
- 593 DIREITO EM MOVIMENTO: AS REIVINDICAÇÕES DE PESSOAS TRANS NA GRAMÁTICA JURÍDICA A PARTIR DO TRABALHO DO G8-GENERALIZANDO
Simone Schuck da Silva

- 599 IMPLANTAÇÃO DE GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO
VOLTADOS A HOMENS EM SITUAÇÃO PROCESSUAL
Alessandra Ribeiro de Liz
Chaiane Stancki de Lima
Cristiana Chittolina Boeira
Drasiane Biazuz Hoffmann
Fernanda Soprana Coelho
Karina dos Santos Rodrigues Albé
Thalita Jappe
Uda Roberta Doederlin Zchwartz
Valmirio Costa Pereira
Viviane Ribeiro de Jesus
- 603 LEI MARIA DA PENHA: TIPOS DE VIOLÊNCIA
REGISTRADOS NA DEAM DE SANTA MARIA, RS
Dieine Aparecida Maia Bevilacqua
Herton Goerch Caminha
Patrícia Lucion Roso
Tavane Munhoz da Silveira
- 607 MAPA DO ACOLHIMENTO: UMA REDE DE
SOLIDARIEDADE E MOBILIZAÇÃO ENTRE MULHERES
PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO
NO BRASIL
Ana Beatriz Pereira El-Kadri
Gabriela Barros da Silva
Isabel Cavalcanti de Albuquerque
Larissa Schmillevitch
Mariana Ribeiro
- 613 O DESPERTAR DAS MULHERES SURDAS BRASILEIRAS E
ARGENTINAS
Keli Krause
Laura Cecília López
- 617 PROJETO E CAMPO DE POSSIBILIDADES: UMA
REFLEXÃO SOBRE AS PROMOTORAS LEGAIS
POPULARES
Thaís da Rosa Alves
Miriam Steffen Vieira
- 623 QUANDO NÃO HÁ UM FELIZES PARA SEMPRE: UMA
REFLEXÃO SOBRE O CASAMENTO DE CRIANÇAS NO
BRASIL, COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS
Vitória Brito Santos

- 627 REFLEXÕES SOBRE A MULHER COMO SUJEITO SÓCIO-
POLÍTICO: UMA QUESTÃO IDEOLÓGICA E SOCIAL
Vera Lucia Ruiz Rodrigues da Silva
Dorisvaldo Rodrigues da Silva
- 631 SEMANA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO
SEXUAL NA UNIPAMPA/CAMPUS URUGUAIANA: UM
RELATO DE EXPERIÊNCIA
Fabiane Ferreira da Silva
Luana Fagundes da Silva

Apresentação

O Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas é uma promoção bianual do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos. Iniciado em 2007, o evento mantém o eixo temático que lhe é central; porém, a cada edição, prioriza uma nova dimensão, ganhando um subtítulo que lhe define a ênfase. Nesta sua 6ª edição, o evento focalizará a temática de gênero, na perspectiva das interseccionalidades e da justiça. O evento é promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, em parceria com a Graduação em Ciências Sociais, juntamente com a organização não governamental Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos, de Porto Alegre/RS, que comemora em 2018 seus 25 anos, e com a Universidade de Cabo Verde, instituição parceira desde 2011.

Programação

27/11/2018 - Terça-feira

Local: Anfiteatro Padre Werner

9h às 19:30h - Credenciamento

14:30h às 15h - Cerimônia de Abertura

15h às 17h - **Roda de Conversa 1 - Interseccionalidades: do conceito às políticas públicas**

Marcia Regina de Lima Silva (Doutora em Sociologia, Professora Doutora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo)

José Carlos Gomes dos Anjos (UFRGS)

Moderadora: *Denise Dourado Dora* (Themis)

17h às 17:30h - **“Em frente da lei tem um guarda”**.

Vídeo sobre as Promotoras Legais Populares (PLPs) realizado em dezembro de 2000 pela Casa de Cinema de Porto Alegre.

17:30h às 18:30h - Coffee

18:30h às 19:30h - **Especial Luisa Gonçalves e Cíntia Rodrigues**

19:30h às 22h – **Roda de Conversa 2 - Gênero, raça e deslocamentos**

Iolanda Évora (Universidade de Lisboa)

Pilar Uriarte Bálamo (Universidad de la Republica/Uruguay)

Moderador: *Carlos Gadea* (Unisinos)

28/11/2018 - Quarta-feira

Local: Anfiteatro Padre Werner

9h às 19:30h - Credenciamento

9h às 10:45h - **Painel 1 - Políticas públicas e
igualdade de gênero em perspectiva
interseccional**

Alinne de Lima Bonetti (Unipampa)

Vera Rodrigues (Unilab)

Moderadora: *Laura López* (Unisinos)

10:45h às 12:30h - **Painel 2 - Gênero, raça e
trabalho**

Jacqueline Britto Pólvora (Unilab)

Luiza Pereira (Fenatrad)

Moderadora: *Andréa Nocchi* (Themis)

12:30h às 14h - Almoço

14h às 16h - **Painel 3 - Interseccionalidades nos
dois lados do atlântico**

Patrícia Godinho Gomes (Prof. Visitante
no PPG em Estudos Étnicos e Africanos da
UFBA)

Eufémia Vicente Rocha (Universidade de
Cabo Verde)

Moderadora: *Miriam Steffen Vieira* (Unisinos)

16h às 18h - **Roda de Conversa 3 – Ativismos**

Feministas

Alda Fortes (equipe diretiva do CECA/SL. Militante do Fórum de Mulheres e do Movimento de Trabalhadores Cristãos de São Leopoldo, coordenou o projeto de implantação dos cursos de Formação de Promotoras Legais Populares no CECA)

Andressa Ost (graduanda em psicologia na Unisinos, mulher lésbica e Integrante do Coletivo Unidiversidade)

Comunidade Kilombola Morada da Paz (Território de Mãe Preta)

Lelei Teixeira (jornalista especializada em questões de acessibilidade e inclusão, assina o Blog "Isso não é comum", no Portal Sul21)

Marcelly Malta (presidente da Igualdade RS – Associação de Travestis e Transexuais do RS, vice-presidente da Rede Trans Brasil e presidente do Conselho LGBT do Rio Grande do Sul)

Maria Guaneci de Ávila (Promotora Legal Popular, integrante da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos)

Renata Jardim (Coordenadora Executiva da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos)

Tânia da Silveira (integrante do Movimento de Consciência Negra Palmares, Promotora Legal Popular/SL, participa do Fórum de Mulheres de São Leopoldo)

Moderadora: *Marília Veríssimo Veronese* (Unisinos)

18h às 19h - Coffee

19h às 19:30h - “**Ciências Sociais Unisinos: 60 Anos de Conexões**”.

Vídeo produzido pela Graduação em Ciências Sociais Unisinos, 2018.

19:30h às 22h - **Roda de Conversa 4 - Feminismos e Direitos**

Thula Rafaela de Oliveira Pires (PUC-Rio)

Flávia Biroli (UnB)

Moderadora: *Monika Dowbor (Unisinos)*

29/11/2018 - Quinta-feira

Local: Salas da Escola de Gestão e Negócios

Secretaria: Sala E10 107

Grupos de Trabalho (GTs)

GT1: Dinâmicas de gênero e estudos feministas em contextos africanos e afro-brasileiros - E09 100 (das 14 às 17h30)

GT2: Mulheres Negras Resistem: análises sobre protagonismos femininos e negros no contexto latino-americano - E09 101 (das 14 às 17h30)

GT3: Gênero, raça e trabalho - E09 102 (das 9 às 12h30 e das 14 às 17h30)

GT4: Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - E09 103 (das 9 às 12h30 e das 14 às 17h30)

GT5: Representação política, juventude e gênero - E10 101 (das 9 às 12h30 e das 14 às 17h30)

GT6: Políticas Públicas, movimentos sociais e democracia: lutas, avanços e retrocessos - E10 102 e E10 106 (das 9 às 12h30 e das 14 às 17h30, sessões paralelas)

GT7: Direitos Humanos e Desigualdades Sociais - E10 103

GT8: Empoderamento Legal - E10 105 (das 9 às 12h30 e das 14 às 17h30)

17:30h às 18:30 - **Piquenique no Lago**

21:30h – **Festa, República das Cervejas,**
Rua Amadeo Rossi, 350, São Leopoldo.

GRUPOS DE TRABALHO

1. Dinâmicas de gênero e estudos feministas em contextos africanos e afro-brasileiros

Miriam Steffen Vieira (Unisinos)
Eufémia Vicente Rocha (Uni-CV)
Patrícia Godinho Gomes (UFBA)
Luiza Oliveira (Unisinos)
Victória Santos de Azevedo (Unisinos)
e-mail: vsazevedo@edu.unisinos.br

Este GT propõe uma reflexão sobre o desenvolvimento dos estudos feministas em países africanos de língua oficial portuguesa e feminismos decoloniais na América Latina, focalizando os seguintes aspectos: (1) processos de constituição e institucionalização deste campo de estudos; (2) contribuições epistemológicas às ciências sociais; (3) interfaces entre a pesquisa, movimentos sociais e políticas públicas; (4) relação e tensões entre as agendas de pesquisas transnacionais e endógenas; (5) direitos e políticas públicas de gênero; e (6) dinâmicas de gênero a partir de etnografias e estudos empíricos que contribuam para o debate sobre feminismos, com destaque para a violência de gênero, maternidades e paternidades, diversidade sexual, trabalho, desenvolvimento, migrações e perspectiva histórica.

2. Mulheres Negras Resistem: análises sobre protagonismos femininos e negros no contexto latino-americano

Laura Cecilia López (Unisinós)

Vera Rodrigues (Unilab)

Milena Cassal (Coletivo Atinuké – Pensamento de Mulheres Negras)

Susane Souza (Unisinós, Acmun)

e-mail: susanesouza73@gmail.com

Muitos países da América Latina vivem a (re)emergência de uma crise provocada por rupturas democráticas, agenda político-moral conservadora e desmonte de políticas públicas. Tal cenário recrudescer desigualdades produzidas nas assimetrias entre raça/cor e gênero, o que potencializa as interfaces entre as lutas antirracistas e feministas, como o movimento “Black Lives Matter” que emerge nos Estados Unidos e tem seus ecos no Brasil, nos movimentos de mães de jovens negros mortos por violência policial. A partir dessa leitura, em diálogo com o campo dos Estudos Feministas Negros Latino-americanos, nosso GT se propõe a agregar reflexões que exponham limites, desafios, avanços e retrocessos no protagonismo de mulheres negras latino-americanas. Esse protagonismo é pensado em campos como a representação social e política, a produção de conhecimento em diferentes áreas científicas e a elaboração e execução de políticas públicas, dentre outras possibilidades de reconhecimento e representatividade.

3. Gênero, raça e trabalho

Marília Veronese (Unisinós)

Julice Salvagni (UFRGS)

Michele Savicki (Themis)

Isabel Cristina de Vargas (Unisinós)

e-mail: belvargas2002@yahoo.com.br

Explora as diferentes dimensões das desigualdades em um recorte focado nos aspectos laborais. Busca refletir sobre a divisão sexual e étnico-racial como categorias estruturais, inerentes às relações de trabalho, discutindo as intersecções. Propõe um diálogo entre análises que abarquem relações de gênero e fenômenos sociais tais como: emprego/desemprego, precarização, dominação, exploração, flexibilização, terceirização, part time, formalidade X informalidade, emprego doméstico, análogo ao escravo, migrações, globalização e seus efeitos na esfera laboral. Analisa as possibilidades de emancipação pelo e no trabalho, elencando aproximações com movimentos sociais e coletivos direcionados à “outra economia”, como economia solidária e formas de cooperação e associação para fins produtivos, que destaquem a presença das relações de gênero e raça.

4. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Tonantzin Ribeiro Gonçalves (Unisinos)

Camilla Schneck (UFRGS)

Renata Jardim (Themis)

Carolina Montiel (Unisinos)

Adriano Henrique Caetano Costa (Unisinos)

e-mail: gt.dsreprodutivos2018@gmail.com

Os direitos sexuais e reprodutivos estão na agenda das políticas públicas desde a Conferência do Cairo em 1994. Desde lá, a inserção crescente de diversas tecnologias biomédicas tem repercutido intensamente nas experiências, dinâmicas e normas sociais em torno das sexualidades e da reprodução. Ao mesmo tempo, no âmbito das políticas públicas, pelo menos no Brasil, ainda parece prevalecer uma lógica regulatória sobre os corpos em detrimento da busca por estratégias emancipatórias no campo da sexualidade e da reprodução. Além disso, o acesso aos direitos reprodutivos e a proteção da diversidade sexual é perpassada por violências e iniquidades sociais, expondo biopolíticas que operam o “deixar morrer” em alguns grupos sociais. Assim, o Grupo de Trabalho se propõe a colocar em debate pesquisas e reflexões de distintas áreas disciplinares sobre as políticas públicas e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.

5. Representação política, juventude e gênero

Aloisio Ruscheinsky (Unisinos)

Rodrigo Stumpf González (UFRGS)

Luis Alexandre Cerveira (FNH)

José Silon Ferreira (Unisinos)

e-mail: silonf@hotmail.com

Refletir acerca de impactos nos processos da democracia representativa existente e os efeitos das desigualdades juvenil e de gênero. Pretende-se reunir abordagens de caráter teórico, histórico e empírico sobre as compreensões correntes nas ciências sociais, as diferentes formas da produção do imaginário e do exercício do poder em sociedades assimétricas, as formas de obstrução da agenda democrática. As discussões relacionam-se às desigualdades de acesso de jovens e de mulheres à representação política e inserção nos partidos políticos, para cogitar uma inovação institucional ao incorporar outras agendas e dimensões culturais. Está aberto também a trabalhos sobre as novas formas de ativismo juvenil e de gênero, sobre os espaços de construção de projetos coletivos, sobre os embates políticos cotidianos e sobre as vias possíveis ou utópicas de ação social.

6. Políticas Públicas, movimentos sociais e democracia: lutas, avanços e retrocessos

Monika Dowbor (Unisinos)
Frederico Viana Machado (UFRGS)
Roberta Resende (Unisinos)
Alex Sander Barcelos Retamoso (Unisinos)
e-mail: gtmovpop2018@gmail.com

O período da redemocratização no Brasil se mostrou fértil na diversidade de interações entre movimentos sociais e o Estado. De um lado, foram sendo instalados os arranjos de democracia participativa que permitiam a entrada de novos atores certo grau de partilha de poder e democratização do Estado. Por outro, movimentos foram encontrando outras formas de acesso às instituições do Estado em momentos de oportunidades políticas, ocupando cargos no governo, elegendo políticos, executando e implementando políticas públicas alinhadas com as suas propostas. Após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, esse quadro de intensa interação mudou, com a diminuição da legitimidade ou, até mesmo, fechamento de arranjos de democracia participativas e de instituições voltadas às demandas sociais, o que se reflete no desmonte de diversas políticas públicas. Esses quadros de lutas, avanços e retrocessos e seus impactos para democracia constituem o foco central desse GT tanto do ponto de vista dos movimentos, seus repertórios de ação, formas organizacionais e enquadramentos identitários quanto pelo prisma do Estado, suas instituições, burocracias e políticas públicas.

7. Direitos Humanos e Desigualdades Sociais

Solon Viola (Unisinos)

Castor Bartolomé Ruiz (Unisinos)

Thiago Vieira Pires (Unisinos)

Ana Carolina Einsfeld Mattos (Unisinos)

Ana Paula Krumel (Unisinos)

e-mail: dhedesigualdadassociais.gt7@gmail.
com

O GT - Direitos Humanos aproximações entre igualdade e diferenças - busca estabelecer aproximações e disparidades nas relações ao mesmo tempo complementares e contraditórias entre dois conceitos contemporâneos fundamentais para a elaboração e execução de políticas públicas.

8. Empoderamento Legal

Maria Guaneci de Ávila (PLP, Themis)

Denise Dourado Dora (Themis)

Amelinha Telles (União de Mulheres de São Paulo)

Fabiane Siminoni (Furg/Themis)

Thaís da Rosa Alves (Unisinos)

e-mail: empoderamentolegal.gt8@gmail.com

Em todo o mundo mulheres e meninas experimentam violência física, moral ou sexual, diariamente. No Brasil, 15 mulheres morrem a cada dia como consequência da violência baseada em gênero, um estupro é relatado a cada 11 minutos, e somente em poucos casos é que há investigação e punição justas. Se a violência baseada no gênero é um problema sistêmico; se governos e legisladores estão cientes disso; e se os sistemas de justiça não fornecem reparação, o que as mulheres devem fazer? Essa questão inspirou o movimento feminista global nos últimos 50 anos a lançar campanhas, repensar políticas públicas e criar redes de solidariedade e apoio mútuo entre as mulheres. Na América Latina, um número crescente de grupos de mulheres como THEMIS agora usa a metodologia de formação das promotoras legais populares, onde lideranças comunitárias fazem parte de uma experiência de aprendizado por mais de 6 meses sobre direitos fundamentais, leis antidiscriminação, violência de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, direitos trabalhistas e, também, sobre aplicação da lei, tribunais judiciais e procedimentos legais. Depois de muitos anos, há evidências de que a conscientização jurídica fornece apoio para evitar o abuso de gênero, criando um novo ciclo de vida sem violência. Pretende-se discutir as experiências empreendidas neste campo, pelo movimento de mulheres e universidades. Estudos de casos, relatos de experiências e pesquisas sobre os impactos destas iniciativas são o foco deste GT.

Coordenação

Miriam Steffen Vieira (Unisinos)

Comissão de organização:

Adriane Ferrarine (Unisinos)
Denise Doutorado Dora (Themis)
Eufémia Vicente Rocha (Uni-CV)
Laura Cecília López (Unisinos)
Marília Verissimo Veronese (Unisinos)
Miriam Steffen Vieira (Unisinos)
Monika Weronika Dowbor (Unisinos)
Renata Jardim (Themis)
Roberta Carnelos Resende (Unisinos)

Comitê Científico

Adriane Ferrarine (Unisinos)
Alinne de Lima Bonetti (Unipampa)
Ângela Figueiredo (UFRB)
Carlos Alfredo Gadea Castro (Unisinos)
Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)
Eufémia Vicente Rocha (Uni-CV)
Iolanda Évora (Universidade de Lisboa)
Jacqueline Britto Pólvora (Unilab)
José Carlos Gomes dos Anjos (UFRGS)
José Luiz Bica de Melo (Unisinos)
Laura Cecília López (Unisinos)
Luanda Soares Sito (Univ. de Antioquia,
Medellín-Colômbia)
Marília Veríssimo Veronese (Unisinos)
Miriam Steffen Vieira (Unisinos)
Monika Weronika Dowbor (Unisinos)
Patrícia Godinho Gomes (UFBA)

Contato da organização do Simpósio

simposiointerseccionalidades@gmail.com

Grupo de trabalho: 1

Dinâmicas de gênero e estudos feministas em contextos africanos e afro-brasileiros

A LEI MARIA DA PENHA E A ACEITAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE

Victória Santos de Azevedo

*(Mestranda do PPG – Ciências Sociais
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos)*

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe a proposta de garantir e ampliar direitos e liberdades da população, a partir da pauta da igualdade, porém diversos grupos não foram contemplados com a concretização da proposta. Um destes grupos é composto pelas mulheres, que enfrentam diversos impasses e constroem diversas alternativas para alcançarem a plenitude de seus direitos. Dentre as estratégias está a aposta em legislações mais específicas, como a Lei Federal 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha e a Lei Federal 13.104/15, conhecida como Lei do Feminicídio, que tratam diretamente sobre aspectos da violência contra a mulher. Porém, alguns outros aspectos que vão além da violência diretamente explícita precisam ser repensados, como o caso das percepções da sociedade sobre o tema e dos estereótipos construídos e aceitos ao longo do tempo.

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS, 2014), a partir de entrevistas, coletou dados referentes à tolerância social da violência contra a mulher e diante disso foi possível constatar que a maioria das pessoas que responderam os questionários concordam que maridos que batem em suas esposas deveriam ser presos e, além disso, também discordam do fato de que um ho-

mem pode xingar e gritar com sua companheira. Porém, nesta mesma pesquisa os entrevistados concordaram que nos casos de violência dentro de casa, as providências a serem tomadas devem ser debatidas somente entre os membros da família, e brigas de casal devem ser resolvidas somente pelo próprio casal. Isso aponta para um caminho contraditório, pois ainda que a violência doméstica seja notada como um problema grave e visualizada pelas pessoas desta forma, muitas ainda concordam que as discussões de casal são problemas que não dizem respeito à sociedade, o que acaba demonstrando consequências de um histórico de condutas moldadas na diferenciação de papéis masculinos e femininos, com valores hierárquicos diferentes, os quais são obstáculos para a concretização da proteção da integridade da mulher e a garantia de direitos e liberdades.

Atualmente é comum ver os homens serem valorizados por sua força ou agressividade e diante disso assumirem para si e para os outros o papel de autoridades. Assim, a crença constituída ao longo dos anos é reforçada por esta conduta, e um exemplo bastante comum é de que os maridos possuem o direito de impor suas opiniões e vontades às esposas, que se os contrariarem sofrem agressões verbais, físicas e/ou psicológicas.

Na tentativa de melhorar as condições dentro dos lares e afastar a violência doméstica, a Lei Maria da Penha possibilitou diversos avanços. Ainda que pesquisas apontem que praticamente toda a população brasileira tem o conhecimento da existência de uma lei sobre violência doméstica, muitas pessoas ainda creem que isto é algo que não deva ser tratado em esfera pública ou judicial, sendo que deve permanecer e ser resolvida

dentro dos próprios lares (SIPS, 2014). A violência doméstica é socialmente reforçada e aceita por muitos, pois agressões sempre partem de pessoas que possuem uma relação de intimidade, o que torna a denúncia muito difícil, colocando vidas em risco, principalmente diante da complexidade de dificuldades estruturais existentes nos órgãos de apoio, bem como a falta de acolhida e atendimentos não qualificados (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2017).

Diversos sentimentos construídos com base em um histórico de submissão feminina como medo, culpa, vergonha e a dependência econômica para a criação dos filhos também influenciam na denúncia, além do risco de vida sofrido pela denunciante. O papel de “mãe, a rainha do lar” imposto às mulheres faz com que elas ponham filhos e o bem-estar da família em primeiro lugar, ignorando e tolerando situações violentas e abusivas, pois os maridos ainda fornecem uma condição social melhor.

A violência doméstica está fortemente ligada a construção de papéis e funções determinadas, que tornaram homens e mulheres diferentes e impossibilitados de realizar funções diferentes daquelas que são “culturalmente aceitas”. A Lei Maria da Penha propõe que sejam tomadas diversas abordagens para modificar as formas de ver existentes na sociedade, porém o problema vai para além desta questão, pois todos os dias diversas mulheres são vítimas dos mais variados tipos de agressão e correm risco de vida. Para proporcionar uma assistência qualificada para elas é necessário que atendimentos sejam mais empáticos e se estendam do auxílio à proteção, direcionados a cada sujeito de forma humanizada.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; violência contra a mulher; sociedade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Sobre as Violências contra as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

SIPS, IPEA. Sistema de indicadores de Percepção Social. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. IPEA, 2014.

ARTICULAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA NO CARNAVAL DA FRONTEIRA OESTE GAÚCHA

Loise Patricia Vidal da Nova
(Tuna/Unipampa)

Alinne de Lima Bonetti
(Tuna/Unipampa)

Evento de suma relevância nacional, o carnaval se configura como uma das principais marcas da identidade nacional (FRY, 1982). Em Uruguaiana, cidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, a quase 700 quilômetros de distância da capital gaúcha, esta festividade ganha contornos particulares. Cidade de forte cultura tradicionalista gaúcha, tem também uma forte tradição carnavalesca, desde, pelo menos, a década de 1920, com clubes negros e seus blocos e cordões e, logo depois na 1950 com desfiles de rua, a partir da chegada de grande contingente de fuzileiros navais oriundos do estado do Rio de Janeiro em sua maioria. Desde meados dos anos 2000, em função de questões judiciais envolvendo uma das 12 escolas de samba locais, o carnaval a começou a acontecer fora do período tradicional, passando a ser conhecido como fora de época, geralmente ocorrendo no mês de março. Ao longo do ano as agremiações se preparam para o carnaval, com ensaios, criação de fantasias, carros alegóricos, sambas-enredos, etc.

Na pesquisa etnográfica em andamento realizada no contexto das festas de lançamento dos enredos das cinco escolas de samba do grupo especial de Uruguaiana para o carnaval de 2019, acerca da figura das passistas das escolas de sam-

ba, algumas características chamam a atenção e apontam para elementos fundamentais deste universo. Desta forma, este texto objetiva analisar a constituição do universo do carnaval uruguaiano a partir da interseccionalidade (BRAH, 2009) entre os marcadores de gênero, raça e classe social que posicionam desigualmente os diferentes sujeitos neste contexto, conferindo-lhes uma distribuição desigual de prestígios e privilégios.

Para tanto, como mencionado, o método de pesquisa para obtenção dos dados se dá por meio da etnografia, a partir da observação participante, com registros sistemáticos em diários de campo, nos eventos que constituem o universo do carnaval como um todo, que têm início nas festas de lançamento dos sambas-enredos das cinco agremiações do grupo especial da cidade, que compõem o universo desta investigação. Por meio da etnografia foi possível perceber que existe uma prática de integração subordinada (FRY, 1982) em que os lugares de prestígio e privilégios – como a presidência e a diretoria das escolas – são ocupados por homens brancos adultos com mais de 40 anos, acompanhados de suas mulheres, igualmente brancas. Já os outros setores da escola eram constituídos por pessoas negras, como os casais de mestre sala e porta bandeira e as baterias. Neste caso, os mestres invariavelmente eram homens aparentemente mais jovens que os da diretoria, assim como a maioria dos componentes. A presença de mulheres se dava apenas no instrumento ganzá (ou chocalho), que é o instrumento que vem à frente da bateria e considerado o de mais fácil aprendizado. O espaço eminentemente feminino e de destaque das escolas é o chamado grupo show, constituído pelas musas. Neste grupo

é possível identificar um padrão estético corporal, contudo não definido racialmente. Na organização dos eventos é possível encontrar mais pessoas negras, identificadas pela vestimenta da camiseta da escola e calça branca, que em geral ficavam nas portarias, servindo às mesas ou ainda nos bares; nos bastidores da limpeza, nos banheiros, estão, na sua maioria, mulheres negras mais velhas.

Por meio das observações foi possível perceber que a estrutura das escolas de samba é marcada pela distribuição desigual de prestígio e privilégios a partir da combinatória particular dos marcadores sociais da diferença de gênero, raça e classe social. Pode-se concluir que a cultura do samba em Uruguaiana, cujas raízes estão assentadas nas matrizes africanas, foi apropriada pela classe social dominante branca, que ocupa o lugar de comando das escolas de samba e o povo negro foi relegado, por um lado, ao lugar de das produções artísticas, como produtores das músicas, da dança, do samba – do entretenimento de maneira geral e, por outro, aos bastidores para o trabalho invisível que sustenta o espetáculo, o que remete à percepção de que há uma apropriação da cultura negra, convertida em símbolo nacional domesticado, ocultando uma dominação racial (GIACOMINNI, 1994).

Palavras-chave: Interseccionalidade, gênero, raça, carnaval.

REFERÊNCIAS

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação, **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: p.329-376. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acessado em 15 de ago. 2018

FRY, Peter. **Para Inglês ver identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1982.

GIACOMINI, Sonia. **Beleza Mulata e Beleza Negra. Estudos Feministas**, Florianópolis, 1994.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA LETAL DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DA CLASSIFICAÇÃO DE UM HOMICÍDIO COMO FEMINICÍDIO

Roberta Silveira Pamplona

(Mestranda do PPG - Sociologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

No contexto brasileiro, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres, colocando o país na quinta posição do mundo nesse tipo de homicídio, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (2015). O alto índice de morte de mulheres fez o país promulgar a Lei 13.104/2015 que introduziu um novo tipo de homicídio no Código Penal: o feminicídio. Assim, o processo de visibilidade da violência contra mulheres é perpassado, simultaneamente, por um processo de criminalização dessa violência. Diante disso, o presente trabalho, que é fruto de pesquisa de Mestrado em andamento¹, busca propor um arcabouço teórico-metodológico para a compreensão da classificação de um homicídio no tipo penal específico do feminicídio nos inquéritos policiais.

Sobre o tema, importa retomar que o termo feminicídio possui uma origem latino-americana que o diferencia do termo *femicide* pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado perante essas mortes (FREGOSO; BEJARANO, 2011). A caracterização do conceito de feminicídio

¹ A pesquisa, ainda em andamento, é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Profa. Dra. Rochelle Fachinetto, com apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ).

dio possibilitou traçar uma especificidade de determinados assassinatos de mulheres, demarcando um sentido comum por trás que só pode ser vislumbrado quando pensado em contextos de poder patriarcal, especialmente aqueles situados no “Sul” global. Com isso, o conceito de feminicídio permite uma lente para a representação da violência desde a perspectiva de gênero.

Ao analisarem os processos de criminalização envolvendo a morte de mulheres antes da Lei 13.104/2015, pesquisas anteriores demonstraram que eles são fortemente influenciados pelos papéis sociais e pelos elementos de gênero. Nos casos analisados, os papéis de gênero - especialmente dentro das relações íntimas e familiares - buscavam reforçar uma inadequação da vítima mulher ao papel de “esposa e mãe” mitigando a violência praticada pelo homem. De forma geral, o gênero era utilizado a fim de representar a violência letal praticada de forma menos grave. No caso do tipo penal do feminicídio, o que a lei propõe é justamente o contrário: há a previsão de aumento de pena pela gravidade da motivação de gênero. Em vista disso, o que se propõe aqui é justamente compreender como ocorre a primeira interpretação da violência de gênero realizada pelo aparato policial, visto que a interpretação dos agentes do sistema de justiça sobre o fato é essencial para que esse fato seja enquadrado em uma determinada categoria. A utilização dos inquéritos policiais permite analisar documentos que possuem dados produzidos com fins institucionais.

Diante dessa problemática, a categoria de representações sociais é útil para entender essa interpretação do fato na forma jurídica, visto que articula as crenças e os valores dos sujeitos sobre

tal fato. Neste trabalho, delimita-se o objeto de estudo das representações sociais em relação ao aparato estatal policial diante da sua relevância para a construção social do crime. É possível qualificar as representações sociais do aparato policial como representações hegemônicas nos termos de Moscovici (1988), visto que a corporação policial é um grupo altamente estruturado e, ainda, as suas representações sociais possuem um efeito na prática. Neste trabalho, questiona-se: como as representações sociais da violência letal contra a mulher presentes no aparato policial serão articuladas no momento de interpretar um homicídio como feminicídio diante da motivação explícita de violência de gênero que o tipo penal prevê?

Utiliza-se a teoria de gênero proposta por Raewyn Connell (1987) em que o gênero é construído através de quatro formas: a) as relações de poder, que ocorrem pela divisão da autoridade; b) as relações de produção, constituídas pela divisão sexual do trabalho; c) a *cathexis*, que a autora define como o desejo sexual socialmente construído na forma heterossexual, sendo a forma como as pessoas criam relações de afeto entre si; e d) os símbolos culturais relacionados ao gênero. As relações identificadas por Connell produzem diferentes formas de violência e são simbolizadas de diferentes formas. Propõe-se, com isso, que serão identificadas relações de poder e relações de afeto entre a vítima e o réu para interpretar a morte de uma mulher na narrativa jurídica específica do feminicídio. Acredita-se que os atores envolvidos nessa classificação representam socialmente a violência em duas principais formas: a violência como meio para retomar ou vingar uma relação que não ocorreu como o homem planejava, sen-

do a violência expressão de desequilíbrio de poder; e a violência como resultado do forte desejo/ paixão pela mulher, sendo a violência expressão de emoção. Os agentes identificam, primeiro, as características da vítima, construindo os papéis de gênero e, depois, a motivação do crime de acordo com tais papéis.

Palavras-chave: violência de gênero; feminicídio; fluxo de justiça criminal.

REFERÊNCIAS

CONNELL, Raewyn. **Gender and Power – Society, the Person and Sexual Politics**. Cambridge: Polity Press, 1987.

FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia. **Introducción: una cartografía del feminicidio en las Américas**. In: FREGOSO, Rosa-Linda (coord). *Feminicidio en América Latina*. México: UNAM, Centro de Investigaciones interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **The phenomenon of social representations**. In: FARR, R. M. e MOSCOVICI, Serge. (ed.). *Social Representations*. Cambridge e Paris: Cambridge University Press e Maison des Sciences de l'Homme, 1984.

ESTRANHAR PARA TRANSGREDIR: O ABISMO ENTRE MULHERES BRANCAS E NEGRAS BRASILEIRAS

Kathleen Kate Dominguez Aguirre
(FURG)

Este trabalho tem por objetivo debater possíveis abordagens e conceitos de estudos sobre perspectivas de futuro tendo como partida o lugar social de jovens pobres brancas e negras. A partir de um estudo bibliográfico confrontado com dados de alcance nacional tem-se por pretensão compreender brevemente as relações estruturais entre raça, gênero e exclusão social que constituem as perspectivas de futuro dos grupos que protagonizam as estatísticas marcantes apresentadas neste texto.

A realização do estudo apresentado neste texto partiu da revisão bibliográfica, indicada para a busca e discussão de referências e dados. A revisão bibliográfica pode ser útil na tentativa de desnaturalizar a relação entre raça, gênero e classe social, possibilitando pensar a promoção deste debate na produção acadêmica. O estudo que impulsionou este trabalho parte do princípio de que há um abismo histórico entre as condições e conquistas sociais de mulheres brancas e negras, uma vez que as últimas continuam representando as bases das estruturas sociais.

As estatísticas de violência e desigualdade no Brasil estão vinculadas às estruturas institucionais brasileiras e atingem a maior parte da população brasileira em classe, raça e gênero, mas para a maioria dos estudiosos e para as políticas

públicas é vista de forma fragmentada. No Brasil são escassos os estudos que relacionem estas categorias. As relações raciais que aqui se colocam ainda negam os privilégios da população branca, especialmente quando há necessidade que outras categorias de estudo se relacionem.

Assim, há dificuldade de relacionar os estudos de raça e gênero quando só são analisados os índices por apenas uma destas categorias. Contudo, quando analisadas as estatísticas de acesso aos direitos básicos ou índices de violência, é possível perceber que o vínculo de gênero e raça modificam os resultados finais. O Mapa da Violência de 2015 - Homicídio de Mulheres, por exemplo, mostra que há um pico de incidência no assassinato de mulheres entre 18 e 30 anos, e que, por sua vez, as mulheres negras são as principais vítimas desta violência, em números abismais. Segundo este mesmo documento, enquanto o índice de homicídios de mulheres brancas teve uma queda de 9,8% entre 2003 e 2013, totalizando 1.576 assassinatos no último ano, o índice de homicídios de mulheres negras no mesmo período subiu 54,2%, totalizando 2.875 vítimas em 2013. Ou seja, quase o dobro de vítimas de mulheres brancas.

Cabe aqui citar o episódio recente do assassinato da liderança Marielle Franco, mulher negra, lésbica, favelada e vereadora do PSOL (RJ), mostrando que mesmo quando uma mulher negra ocupa um lugar considerado de “prestígio e visibilidade” na sociedade, essas características não fazem dela uma pessoa de poder, porque ainda carrega em si os marcadores de quem não pode falar e, portanto, perspectivas violentas de futuro.

Dados que também podem nos auxiliar a refletir sobre este abismo de desigualdade entre mu-

lheres negras e brancas apresentam informações de 2009 que mostram que as negras estavam em metade entre as mulheres que acessam o ensino superior. Embora a distância não seja tão grande, as mulheres negras com ensino médio também estão bastante aquém em relação às brancas (LIMA, RIOS, FRANÇA, 2013).

Outra pesquisa relevante diz respeito à taxa de gravidez precoce no Brasil. Segundo a UNICEF (2011) a evasão escolar de meninas pobres, e com maior incidência entre as negras, se relaciona com as altas taxas de gravidez na adolescência como resultado de uma “*trajetória de exclusão*” e de imposição sócio-cultural sobre as mesmas para que tomem a frente de responsabilidades com o cuidado da casa e dos irmãos mais novos. Em 2009 enquanto 3,9% das adolescentes brancas entre 15 e 17 anos já eram mães, subia para 6,1% esse percentual entre as adolescentes negras. Estas pesquisas também mostram que a gravidez precoce pode ser uma “*busca distorcida por autonomia, autoridade, reconhecimento social por parte das próprias famílias e de seus amigos e colegas*”. Também são as meninas negras as maiores vítimas de exploração sexual. Em 2013 as meninas com classificação racial preta ou parda foram as principais vítimas de estupro, exploração sexual ou violência sexual (GOES, 2015).

Estas estatísticas e estudos mostram o abismo que há entre as perspectivas de mundo e futuro de mulheres negras e brancas, porque segregadas desde o ventre. Contudo, são poucos e recentes os estudos que apontam este cenário no que diz respeito ao acesso às oportunidades de trabalho e educação, à qualidade de atendimento nos sistemas de saúde e à representação

na política. Em geral os próprios estudos sobre desigualdade de gênero ignoram a condição das mulheres negras frente às demais, contribuindo para a perpetuação do racismo (RIBEIRO, 2017, p.40). Assim, a mulher negra tem somado à desqualificação de gênero e classe a violência racial desde a infância, física e simbolicamente. Mesmo mulheres negras pertencentes a classes altas precisam enfrentar o sistema racial que as pretere. O principal perfil das vítimas de feminicídio no Brasil, portanto, são meninas e mulheres negras. Invisibilizando esta realidade, mulheres negras seguem preteridas pelas políticas públicas e forçadamente reproduzem perspectivas e práticas sociais enraizadas na sociedade escravocrata que definem seu lugar simbólico e material como aquele subalterno.

Levando em conta os diferentes dados apontados por estas pesquisas, portanto, é emergente contemplar e investigar a especificidade do entrelaçamento de raça e gênero no Brasil nos diferentes espaços e âmbitos da sociedade, e é a isto que esta reflexão se propõe: plantar sementes para estudos futuros.

Palavras-chave: Gênero; raça; violência.

REFERÊNCIAS

- GOES, Emanuelle. Mulheres negras e exploração sexual. In: **Acervo Combate Racismo Ambiental**. Disponível em < <https://acervo.racismoambiental.net.br/2015/05/21/meninas-negras-e-exploracao-sexual/>>. Acesso em 06 de maio de 2018.
- LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; Danilo, FRANÇA. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho

(1995-2009). In: **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGS EM CABO VERDE: UMA ANÁLISE DA RESISTÊNCIA E LUTA DAS MULHERES PARA A PROMOÇÃO FEMININA

Maria Filomena Moreira Semedo

(Doutoranda em Ciência Política na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Este trabalho parte dos processos históricos de independência e democratização para fornecer elementos que permitem analisar a luta das mulheres em Cabo Verde para a promoção feminina através das ONGs e dos movimentos sociais. O objetivo é compreender a trajetória das mulheres líderes das ONGs e o contexto do surgimento dessas ONGs que trabalham em prol da defesa da igualdade e equidade de gênero no país.

A dinâmica do surgimento das ONGs em Cabo Verde é marcado por um contexto da intensa necessidade de participação da sociedade civil nas causas sociais, sobretudo das desigualdades e exclusão social. O maior envolvimento da população nos assuntos sociais veio a ter espaço sobretudo com a publicação da lei nº. 28/III/87, de 31 de Dezembro que garante o direito de todos os cidadãos de construir associações de maneira livre e independente de qualquer autoridade (Plataforma das ONGs, Fevereiro de 1999). Entretanto, a partir da década de 1990 (período que marca a instauração do regime pluripartidário e multipartidário) assiste-se uma proliferação das ONGs com atuações em diferentes áreas, mormente voltadas para a promoção das mulheres no desenvolvimento (Semedo, 2015). De entre as

ONGs, pode-se destacar a Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz. Criada em 1995, esta ONG intervém na área da promoção dos direitos humanos em Cabo Verde, essencialmente dos presos e luta contra a droga e o alcoolismo (Guia das ONGs de Cabo Verde, p.84). Na sequência das ONGs que trabalham em prol do desenvolvimento sobretudo econômico da mulher estão presentes atualmente a Associação Cabo-verdiana da Auto-promoção das Mulheres (MORABI) e a Organização das mulheres de Cabo Verde (OMCV).

Presentemente, essas duas ONGs (MORABI OMCV) que são histórias nos trabalhos voltados exclusivamente para as mulheres, ambas trabalham em prol da autopromoção da mulher, da igualdade e da equidade de Gênero. São ONG, que juntamente com outras organizações de massa (a Juventude Africana Amílcar Cabral – Cabo Verde (JAAC-CV), a Organização dos Pioneiros Abel Djassi de Cabo Verde (OPAD-CV) e os sindicatos), que foram criadas após a independência e que serviram como meios de participação com forte envolvimento da população (ANJOS, 2010).

A partir de uma análise histórica verifica-se que a OMCV, a primeira ONG surgida no país - foi criada por um grupo de mulheres que participavam de vários movimentos sociais, inclusive desde a luta de libertação nacional e que posteriormente vieram a transformar esse organismo em uma ONG. Verifica-se que mesmo durante a sua trajetória apenas mulheres estiveram na liderança. Das conclusões parciais deste trabalho pode-se destacar ainda, a participação das mulheres na luta de libertação nacional e a discriminação dos trabalhos em relação aos homens nos mais varia-

dos níveis. Estes aspetos suscitam uma análise de trajetórias e de perfis das mulheres que através do ato de resistência enfrentaram a conjuntura da descolonização do país com participação ativa em diversos setores de atividade. Por outro lado, a resistência perante a cultura machista e a tradição de uma sociedade patriarcal herdada do colonialismo. Presentemente, ainda que de maneira atenuada, essas características permanecem e pode-se ressaltar face a isso, o forte envolvimento das ONGs que rendem suas atividades no intuito de promover a “independência” digamos assim, sobretudo financeira das mulheres. Entretanto, sublinha-se a importância deste trabalho a partir de uma análise dos percursos das próprias mulheres dirigentes das ONGs, procurar compreender como tem sido o processo de luta das mulheres frente aos desafios impostos pela sociedade, tomando como suporte as ONGs.

Metodologicamente serão usadas as bibliografias produzidas para o propósito do referencial teórico; os sites das instituições e relatos de entrevistas com as mulheres líderes das ONGs. Pretende-se utilizar para este propósito as entrevistas com as mulheres dirigentes das ONGs que foram desenvolvidas no âmbito do trabalho de pesquisa que desenvolvemos na dissertação de mestrado intitulada “Circulação das elites nas ONGs em Cabo Verde: O caso da OMCV e da MORABI.

Palavras-chave: ONGs. Mulheres. Promoção feminina.

REFERÊNCIAS

ANJOS, José Carlos dos. **As tramas da política multipartidária em Cabo Verde, ensaios sociológicos.** 2010.

SEMEDO, Maria Filomena M. **Circulação das elites nas Organizações Não-Governamentais em Cabo Verde: O caso da OMCV e da MORA-BI.** UFRGS, 2015.

Guia das ONGs de Cabo Verde.

(PÓS)GOLPE DE 2016 E SUAS INTER(DIÇÕES): ALGUMAS REFLEXÕES (IN)DISCIPLINADAS À LUZ DO PENSAMENTO PÓS(DE)COLONIAL

Esmael Alves de Oliveira

(Universidade Federal da Grande Dourados/MS)

Ao propor como desafio pensar novas possibilidades a partir do campo pós ou decolonial, meu intuito é, sobretudo, refletir sobre a potência subversiva presente no pensamento de algumas/alguns autoras/es que são vinculadas/os a esse paradigma e que nos ajudam a compreender alguns eventos contemporâneos ocorridos na sociedade brasileira do pós-golpe de 2016 para, assim, quem sabe, criarmos novas estratégias para os enfrentamentos de velhos dilemas.

Meu diálogo com as autoras e autores pós-decoloniais me conduz à seguinte indagação: em que medida a linguagem (falada, escrita, expressa, etc.) continua sendo um dos focos privilegiados do dispositivo colonial? Por meio de uma leitura (in)disciplinada dessas autoras e autores, defendo a potência de pensarmos a linguagem à luz de uma fala subalterna, como nos instiga Spivak (2010), de uma língua selvagem, como nos provoca Anzaldúa (2009) ou mesmo de uma linguagem como transculturação e/ou zona de contato, como explorada por Pratt (1999).

Inicialmente, um esclarecimento inicial faz-se necessário: não é meu objetivo neste texto fazer um apanhando do que se convencionou chamar de paradigma pós-colonial ou decolonial. Penso que alguns trabalhos, como o de Frederick Cooper com

Ann Laura Stoler (1997) e de Miguel Mellino (2008), podem ser boas referências para quem deseja conhecer um pouco sobre o contexto de emergência e os diferentes desdobramentos teórico-conceituais desse “movimento”. Também não é meu objetivo apresentar uma discussão sobre os tensionamentos e discordâncias em torno dessa categoria – afinal pós-colonial ou decolonial? Influenciado pelas leituras de Michel Foucault (1979), autor caro aos autores e autoras pós-coloniais, faço uso da noção de dispositivo colonial. A partir de tal noção busco entender o conceito de “colonial” muito menos como um evento (um antes e um depois), mas como um conjunto heterogêneo e disperso de normas, práticas, discursos e epistemes que lutam pela construção e reiteração de subalternidades ao longo do tempo. Para este exercício crítico, percorro um caminho reflexivo, acompanhado por um conjunto de autoras/es que, apesar de pertencentes a tradições históricas e culturais distintas, não deixam de experimentar, a partir de vários marcadores sociais de diferença (p. e. gênero, raça, nacionalidade), uma condição de *sujeit@s des-centrad@s*.

Palavras-chave: Decolonialidade, Linguagens dissidentes, Pós-Golpe 2016.

REFERÊNCIAS

- ANZALDUÁ, Gloria. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF**, 39, p. 297-309, 2009.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: Relatos de viagem e transculturação. Bauru/SP: EDUSC, 1999.
- SPIVAK, Gaytri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA SEXUAL: RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Luiza Dias de Oliveira

(Mestranda Ciências Sociais/Unisinos)

O presente artigo busca abordar a questão do feminicídio e da violência sexual, fazendo uma relação com questões de gênero, raça e classe. Os conceitos de interseccionalidade e colonialidade são apresentados sem o intuito de esgotar o tema, mas de apresentar as possíveis ligações entre dominação, opressão e crimes contra mulheres. Os casos de assassinatos em Ciudad Juárez, no norte do México, são utilizados, de início, para contextualizar os estudos pioneiros que buscavam criar categorias específicas para o assassinato de mulheres. A recente mudança na legislação brasileira é apresentada, assim como os dados sobre mortes e agressões registradas antes dessa lei entrar em vigor, a fim de estabelecer relações entre as mortes e o conceito de interseccionalidade.

Por fim, dois casos de violência contra mulheres que tiveram bastante repercussão no país são apresentados. Trata-se de um caso de estupro coletivo cometido contra quatro adolescentes e da morte de uma mulher, seu filho e familiares pelo ex-marido. Embora não seja explorada a questão da interseccionalidade, ou seja, não são enfatizadas as relações entre raça e classe especificamente nesses dois casos, o objetivo na apresentação dos exemplos é identificar características de dominação, opressão e poder por parte dos agressores.

A violência cometida contra as mulheres não é recente. A dominação exercida pelos homens vem sendo construída por séculos, solidificada e baseada em relações patriarcais. Essa necessidade pela exibição de poder para construção da masculinidade tem imposto consequências bárbaras na vida das mulheres ao redor do mundo, mas mais especificamente nos países do Sul, que vivem sob a sombra dos efeitos da colonialidade. Esse contexto é somado às relações desiguais, que incluem questões de gênero, raça, classe e todas as suas imbricações. Ou seja, quanto mais atingida pela desigualdade, mais sujeita à violência a mulher estará, o que fica comprovado nos números trazidos neste artigo.

Conclui-se que a criação de legislações específicas que visem manter a integridade física e moral feminina é importante, visto que isso pode servir como um impeditivo para novos crimes. Porém, a punição por si só não é suficiente. É preciso trabalhar no cerne do problema, atuando para desfazer essas relações de poder desiguais. A consequência dessa problemática fica evidente nos três casos de violência expostos. É importante destacar a função colateral da implementação da qualificadora do feminicídio: a coleta de dados. Para a implementação de políticas públicas, é necessário que haja um foco, que se saiba onde e como agir, que sejam identificadas as pessoas que precisam de proteção e que, assim, criem-se formas de protegê-las e ampará-las de forma mais efetiva.

Apesar das diferenças encontradas nos casos de trabalhadores, também existem semelhanças. Os crimes de violência sexual e os feminicídios se entrelaçam na medida em que ambos são co-

metidos em uma tentativa de demonstrar um poder que tem, também, raízes econômicas. São demonstrações de dominação de corpos, territórios. São tentativas de barrar o avanço das mulheres na sua totalidade, mas principalmente enquanto donas de seus próprios corpos e protagonistas de suas vidas. Por isso, essa dominação é direcionada às mulheres de forma geral. No entanto, é preciso atentar para aquelas que estão mais expostas e em situação de vulnerabilidade, ou seja, mulheres jovens, negras e pobres, como ficou demonstrado a partir dos dados apresentados, o que mostra uma relação direta entre as questões de gênero, raça e classe.

Palavras-chave: Femicídio, interseccionalidade, decolonialidade.

REFERÊNCIAS

- HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça – Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>> Acesso em julho de 2017.
- LÓPEZ, Laura Cecilia. **A mobilização política das mulheres negras no Uruguai. Considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade.** Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/3780>>. Acesso em julho de 2017.
- SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial.** Disponível em: <<http://eces.revues.org/1533>>. Acesso em julho de 2017.

RESISTÊNCIAS E COSMOVISÕES: AS PERFORMANCES DAS MULHERES DIANTE DOS DESAFIOS DA COTIDIANIDADE EM CABO VERDE

Riga Anilsa Borges da Silva

(Doutoranda em Ciência Política na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

Este trabalho pretende dissertar de forma descritiva sobre as dinâmicas das resistências sociais das mulheres cabo-verdianas. O objetivo consiste em trazer para o debate o papel ativo dessas mulheres sob os modos de vidas que superam cotidianamente como consequência da colonialidade do poder, do ser e de gênero. Desde a política até a vida familiar e profissional as mulheres encontram-se em constante luta, desafiando saberes e enfrentando o poder na busca de resolução dos seus problemas. Para elucidar todo esse processo, se recorreu a revisão bibliográfica sobre a temática em epígrafe, com destaque para reflexões de três trabalhos acadêmicos já publicados.

Na primeira parte do trabalho se discute a constante batalha travada pelas vendedeiras ambulantes do centro urbano da Cidade da Praia diante das políticas de transformações de remodelação do espaço. Este diálogo terá por base o trabalho da antropóloga Pólvora intitulado "Cidades informais: o caso da cidade de Praia", onde descreve as implementações de políticas no contexto de tensões e conflitos entre a legislação urbanística da Câmara Municipal e das atividades de vendas ambulantes protagonizadas pelas mulhe-

res, centrando sobretudo nas diferentes percepções dessa dinâmica por parte das vendedeiras. Em seguida, se debate o recurso à feitiçaria como campo de batalha usada pelas mulheres em Cabo Verde. Essa abordagem se sustenta a partir do estudo etnográfico da antropóloga Rocha, denominado “Feitiçaria: uma questão de gênero”, que procurando entender como a feitiçaria é compreendida entre os cabo-verdianos, a autora, seguiu uma rede complexa de *méstris* e *korderus* (frequentadores de casa de feitiço) desde Cabo Verde circulando entre outros países da África, demonstrando como está é percebida e usada no contexto cabo-verdiano, principalmente pelas mulheres cabo-verdiana nas resoluções dos seus problemas. Por último, se explana sobre o processo das lutas políticas das mulheres em Cabo Verde até os dias atuais. Este se baseara nos estudos de Crespina Gomes, concretamente no seu livro titulado “Mulher e poder: o caso de Cabo Verde”. Se dissertará sobre as lutas e conquistas políticas das mulheres cabo-verdianas centrando nos artifícios de combate, dos quais através de redes ONGs e instituições governamentais tem fortalecido o crescente engajamento político das mulheres como o único objetivo: o reconhecimento e a visibilidade política das mulheres em Cabo Verde.

À priori, no percurso do desenvolvimento do trabalho permitiu observar que as vendedeiras ambulantes são criminalizadas no exercício das suas atividades pelas autoridades com base na legislação urbanística da Câmara Municipal. Também foi possível constatar que, na busca pela estabilidade familiar e melhores condições de vida recorrem à feitiçaria como artifício de confronto e são vistas como perigosas. No campo político -

que em teoria teria a função de protegê-las, mas, no entanto, as exclui relegando para o segundo plano as suas demandas - notou-se que embora as mulheres seguem resistindo, através da criação de redes e organizações que fomentam mais participação política das mulheres, elas deparam ainda com estereótipos de gênero que tem condicionando as suas lutas.

Como conclusão deste trabalho (em andamento), se evidencia que nessa trama complexa de relações intensa em diferentes situações, as mulheres vão incorporando performances que por vezes perpassam as fronteiras e cruzam cosmologias na procura de soluções que dão conta das suas situações de exclusão, negação e subalternidade. Ainda, diante de tudo isso são vistas como criminosas e perigosas, isso, não obstante delas serem mulheres trabalhadoras que na maioria das vezes são mães solteiras e chefes de família. Tudo isso remete a um debate teórico sério sobre o papel ativo das mulheres sob os modos de vida que elas superam quotidianamente na sociedade cabo-verdiana. As ferramentas que usam como armas de luta podem ser bastante questionáveis dependendo do ponto de vista, mas, no entanto, são necessárias e eficazes para elas!

Palavras-chave: Mulheres, Luta, Cabo Verde.

REFERÊNCIAS

- GOMES, Crispina. **Mulher e poder:** o caso de Cabo Verde (Praia): Edição; IBNL, 2011.
- PÓLVORA, Jaqueline. **Cidades informais:** o caso da cidade de Praia. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 49, N. 1, p. 97-103, jan/abr 2013.

ROCHA, Eufêmica Feitiçaria: uma questão de gênero? In: ANJOS, Jose e PÓLVORA, Jacqueline (org) **Dinâmicas identitárias, culturais e de gênero em Cabo Verde (Praia)**: Edição; Edições UNICV, 2016.

Grupo de trabalho: 2

Mulheres Negras Resistem: análises sobre protagonismos femininos e negros no contexto latino-americano

A (IN)JUSTIÇA NO CORPO E NA ALMA: MULHERES NEGRAS EM LUTA CONTRA O (ESTADO DO) SOFRIMENTO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Alexandre Peres de Lima

(Universidade Federal do Rio
Grande do Sul - Doutorado Programa de Pós-
Graduação em Antropologia Social)

A violência letal pela qual passa a juventude negra do Brasil contemporâneo não termina nas mortes. Há uma série de consequências sociopolíticas destes acontecimentos. Uma delas é a emergência de esferas públicas de denúncias destas mortes liderado por mulheres negras periféricas (mães e parentes destes jovens). A principal denúncia destas mulheres é a ausência de respostas do Estado brasileiro, e em especial do judiciário, sobre essas mortes. A ausência de respostas é, segundo as mães, um dos principais fatores de doenças relacionadas às patologias biofísicas e psíquicas "*pós-traumáticas*". Portanto, não é forçoso dizer que estas são noções de (in)justiça expressas e sentidas no corpo e na alma. O sofrimento ganha nessa discursividade um caráter simultaneamente político, moral e corpóreo.

O objetivo deste trabalho é analisar através de fontes diversas escritas e da etnografia, a dinâmica na qual as mulheres negras protagonizam uma esfera pública denúncia, em torno de discursos políticos na gramática do sofrimento, e da gramática política emergente deste discurso. Um dos pontos recai neste tema do sofrimento gerado pela ausência que é a *justiça*: as mães negras

mobilizadas denunciam as patologias potencializadas e geradas pela falta de justiça. Com isso pretende-se recolher, e organizar os relatos destas experiências que fragilizam situações geralmente precárias destas mulheres, no sentido das relações raciais, de gênero e classe. Primeiro, será organizado uma discussão a respeito da (in) justiça como corpo, e no prolongamento deste trabalho, a análise dos reflexos destas patologias nas vidas destas mulheres negras em movimento.

O esforço metodológico é colher informações e relatos de diversas fontes disponíveis nas plataformas on-line e impressas. E tornando os dados coextensivos e coetâneos a etnografia da pesquisa de campo que está em desenvolvimento em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Não há dados oficiais a respeito de sofrimentos psíquicos gerados pela violência a partir do recorte de mulheres na situação de perda traumática de parentes. Os dados dispersos, existentes em relatos das mais diversas fontes e documentos precisam ser levados a sério para visualizar a dinâmica destas ocorrências. O tema já é etnograficamente desenvolvido (Zenobi, 2014; Siqueira; VÍctora, 2017; Arosi, 2017) e segundo estas leituras o posicionamento de corpos no espaço público através da condição de vítima faz da demonstração de suas emoções formas de “discursos produtivos” (Siqueira; VÍctora, 2017 p. 170). Assim, emerge a legitimação da vítima perante o Estado, mas, ao mesmo tempo, que conjuga política, moralidades e sofrimento em um mesmo movimento discursivo e corpóreo.

As décadas dos anos 2000 e 2010 são o período onde emergem com força movimentos sociais liderados por mulheres negras periféricas em grandes centros urbanos brasileiros, como São

Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Estas mulheres são atores centrais da conformação de esferas públicas de denúncia das violências cometidas pelo Estado brasileiro com o morticínio de jovens negro(a)s periférico(a)s executado pelas polícias. As lideranças negras são em sua maioria mães e parentes próximas deste(a)s jovens, e reivindicam não só a estes, como também elas mesmas (as mães), o lugar e a condição de vítimas. Isto ocorre na situação das percepções locais de injustiças, perda violenta de um(a) filho(a) como geradores de traumas. E são encarados como acontecimentos contínuos uns aos outros, ou estruturas de um mesmo acontecimento. Isso significa que a ausência de uma resolução judicial e/ou política da morte de um ente querido, de um(a) filho(a), é identificado pelas mães como uma causa de sofrimento da mesma importância como a perda do ente em si. A não identificação e não condenação dos responsáveis pelo ato, e ausência de autorresponsabilização dos governos pelas mortes é, segundo estas mães negras em movimento, um intensificador de seu próprio sofrimento. Esta injustiça é o *leitmotiv* de sua mobilização sociopolítica. É evidente no discurso destas mães negras que o Estado é o responsável por sua forma de sofrimento, e a partir desta dicotomia constroem a legitimidade de sua atuação no espaço público. O antropólogo argentino Diego Zenobi (2014) chama a atenção para que se evite a dicotomização entre os atores da sociedade civil e do Estado, e dar atenção à permeabilidade destes setores, ao analisar as vítimas e familiares na situação de incêndio da boate portenha Cromañón. Mas tais permeabilidades discursivas das mães com os setores do Estado, ainda não refletem num aten-

dimento concreto às demandas. As respostas são frágeis, tergiversantes ou mesmo inexistentes. A ausência de respostas concretas a estas demandas, segundo as mães, são geradoras de intenso sofrimento: causas de doenças psíquicas, “nervosas”, depressões, tristeza profunda, letargia, e outras perturbações “*pós-traumáticas*”. Surge um conjunto de doenças, que segundo as mães, estão estreitamente relacionadas ao sofrimento potencializadas pela ausência de resposta do Estado, principalmente do judiciário. Doença, sofrimento, corpo e alma passam a ser extensões de noções sobre (in)justiça. Passamos a lidar com a ideia de (in)justiça em forma de corpo.

Palavras-chave: mulheres negras, violência, noções de justiça.

REFERÊNCIAS

- AROSI, Ana Paula. “**Lutar não é loucura**”: gestão de desastres, de crises psicológicas e movimentos de familiares de vítimas após o incêndio na Boate Kiss. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PPG Antropologia Social – UFRGS, 2017, 203 p.
- SIQUEIRA, Monalisa Dias_de; VICTORA, Ceres. **O corpo no espaço público**: Emoções e processos reivindicatórios no contexto da “Tragédia de Santa Maria”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, [online]. 2017, p. 167-190.
- ZENOBI, Diego. **Familia, política y emociones**. Las víctimas de Cromañón entre el movimiento y el Estado. Buenos Aires: Ed. Antropofagia, 2014, 247 p.

ANNA FAUSTA MARÇAL: PROTAGONISMO, SEXUALIDADE E RACISMO DA MULHER NEGRA NA HISTÓRIA (PORTO ALEGRE, FINS DO SÉCULO XIX)

Priscilla Almaleh

(Doutoranda em História – Unisinos)

Tendo como fonte principal um processo criminal de fins do século XIX, busco a partir de uma análise histórica, focada no gênero e em interseções como raça, classe e trabalho, mostrar as possibilidades e as potencialidades do documento histórico para a compreensão das experiências de mulheres negras no período pós-abolição. O Pós-Abolição nessa comunicação é entendido tanto como período histórico, como problema de análise social, na intenção de mostrar os libertos sob novas perspectivas, resgatando agências dessa população na construção da sociedade, como também suas artimanhas de sobrevivência, relações e representações, que vão além do que a historiografia tradicional expõe sobre as mulheres negras (quando não as silencia).

Essa pesquisa faz parte da minha dissertação de mestrado, defendida nesse ano, que buscou mostrar o conceito de gênero como construção social, legitimado em fins do século XIX por juristas e médicos, a partir de discursos ditos científicos que naturalizavam espaços binários para homens e mulheres, assim como comportamentos. Entendendo que o campo “mulheres” abarca diferentes significados e vivências, apresentei diferentes mulheres em situações diversas e parti-

culares, fazendo um intercâmbio entre os discursos de comportamentos e as sobrevivências encontradas. Com uma metodologia de trazer personagens que se encontram como réis nos processos criminais (além de outras fontes) busquei trazer indícios de autonomia feminina, mostrando opções de vida que iam muito além do que os discursos às reservavam, geralmente focando suas atividades apenas para o lar e a família.

Tendo em vista essas considerações e visando mostrar a mulher negra como personagem principal de sua própria história, com suas conquistas, perdas e percalços próprios, e não apenas como uma coadjuvante, como a escrita histórica as representava, utilizo o processo de Anna Fausta Marçal, negra, presa em 1899 sob a acusação de lenocínio. Fausta, a partir de sua fala e de seu advogado trás diferentes estratégias para se distanciar do crime, as quais trazem aproximações com os discursos de conduta feminina, como também uma espécie de contra-discurso, onde admitia, sem restrições, estar envolvida com a prostituição (ofício imoral, mas não ilegal na época), trazendo um processo rico para compreendermos estratégias e representações. Apesar de ter sido penalizada pela justiça da época, seu protagonismo era público aos habitantes da grande Porto Alegre devido a seu estabelecimento na Rua General Pa-ranhos número 42, o bordel “A Flor da Mocidade”. Esse processo se torna importante por trazer desde a capa a cor de Fausta “preta”. No período analisado temos um silêncio sobre a cor na maioria das fontes, se tornado, portanto, um diferencial ao qual conseguimos extrair algumas hipóteses sobre sua representação, como: forma de hierarquizar as pessoas, nesse caso pejorativamente, mas também a partir de gênero e ofício: a prostituição.

Numa sociedade moralista, de discursos e ações racializadas e em que a mulher era racionalmente e fisicamente considerada inferior ao homem, mostrarei como Fausta agencia sua vida e como as representações eram manejadas a favor ou contra a ré. Uma mulher de “1m 57 de altura. [...] cor preta, cabelos idem carapinhos, sobranças ralas, rosto oval, nariz chato, testa e orelhas pequenas, bocca regular, pés e mãos pequenos”, acrescentando ainda o seu labor: “lava, engoma e recebe homens”, que afrontava a sociedade, a honra e o poder das famílias, com sua conquista monetária e relações sociais, como poderemos perceber a partir de depoimentos da ré, testemunhas e advogados.

Palavras-chave: gênero, história, protagonismo.

REFERÊNCIAS

- CORTES, Giovana Xavier da Conceição. Leitoras: gênero, raça, imagem e discurso em *O Menelik* (São Paulo, 1915-1916). **Afro-Ásia**, v. 46, p. 163-191, 2012.
- PESAVENTO, Sandra. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008

CARTOGRAFANDO DESENCONTROS: PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA UNIVERSALIZAÇÃO DA CATEGORIA MULHER NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Carolina Nunes Ramos

(bolsista CAPES de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional/ UFRGS.)

Simone Mainieri Paulon

(Docente do PPG de Psicologia Social da UFRGS, coordenadora do grupo de pesquisa-intervenção INTERVIRES: Saúde Mental e Cuidado em Rede.)

O presente estudo está integrado a uma pesquisa maior, realizada pelo grupo INTERVIRES – Pesquisa-Intervenção em Saúde Mental, Políticas Públicas e Cuidado em Rede –, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, o qual se debruça sobre o tema “Experiências Urbanas e Produção do Comum: modos de vida e invenção em tempos de intolerância”. Integrada aos objetivos da pesquisa maior em curso, a investigação aqui discutida visa acompanhar um dos grupos que compartilham experiências com determinados modos de exclusão na cidade, bem como identificar modos de resistência que tais grupos apresentem. Propõe-se, para tanto, a realização de um mapeamento da produção de desencontros entre as mulheres negras e as políticas públicas, a partir de uma ocupação de mulheres vítimas de violência, a fim de dar visibilidade aos jogos de forças que desenham lógicas coloniais presentificadas em modos de subjetivar-se mulher no contemporâneo.

Como aposta metodológica é lançado mão de percursos cartográficos a serem delineados junto ao coletivo das mulheres dada a expressiva contribuição desse modo de conhecer ao campo de estudos da subjetividade. Ancorada na perspectiva rizomática, a cartografia não garante um ponto de origem na história, mas se valoriza acontecimentos que sinalizam deslocamentos do que possa ter-se cristalizado como universal, natural, impedindo interrogações. (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011). Dessa forma, ao voltar o olhar para narrativas que transbordam às margens do projeto de modernidade, as leituras de autoras como María Lugones, Jurema Werneck e Lélia Gonzalez tem como efeito a produção de deslocamentos de noções naturalizadas, já que suas narrativas fazem rupturas dos modos de pensar, existir e produzir conhecimento, abrindo conexões a relações de multiplicidade e rompendo com concepções universalistas de sujeito. Assim Lugones (2014) assinala um feminismo pensado desde as mulheres negras e indígenas de América Latina, o qual faz uma leitura das heranças coloniais que atuam na contemporaneidade, subjugando os sujeitos que escapam de certo modelo de humanidade. A perspectiva abarca uma leitura que objetiva superar a colonialidade de gênero, entendendo-a como uma interação complexa e específica entre sistemas econômicos, racializantes e engendrados. Compreende que as opressões não podem ser entendidas separadamente, mas que todas elas produzem subjetividade e agenciam um modo de vida colonizado. Dessa forma, contesta a centralização da concepção de humanidade sob o homem branco europeu, onde através da colonialidade

de gênero, este grupo é considerado civilizado e, portanto, plenamente humano. Segundo a noção colonial de humanidade propõe-se neste caso uma forte relação com o capitalismo colonial e imperialista, onde estabelece às mulheres não brancas uma posição inferior, consideradas como não humanas. A noção de humanidade na perspectiva colonial constrói-se, centrada no homem branco, burguês, heterossexual, e caberia ainda, cisgênero.

O processo da investigação está permitindo compreender que entre alguns efeitos da manutenção de heranças coloniais no contemporâneo, o universalismo da categoria de mulher permanece reatualizando-se, sendo este diretamente relacionado à ideia de raça como efeito dos processos de hierarquização racial. Assim, a colonialidade como a lógica que sobreviveu ao colonialismo, produz a condição de desumanização das mulheres negras e indígenas. No contexto das políticas públicas, ao negligenciarem a complexidade que atravessa a vida dessas mulheres, tal lógica resulta em práticas que promovem descuido e acentuam desigualdades.

Palavras-chave: Colonialidade, políticas públicas, cartografia

REFERÊNCIAS

- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set. 2014. p. 935-952.
- ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v.

23, n. 3, p. 454-463, dez. 2011. Disponível em:
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=s-
ci_arttext&pid=S010271822011000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822011000300002)>.
Acesso em: 01 maio 2018.

FEMINISMOS DESCOLONIZADORES: LESBOFEMINISMOS DECOLONIAIS, ABYA YALA E AS FRONTEIRAS, AMEFRICANIDADE E ENEGRECER O FEMINISMO

Hariagi Bora Nunes

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O trabalho apresentado aqui é a sistematização não aprofundada de um dos capítulos - Feminismos descolonizadores - que compõe o projeto de dissertação "Existências e Resistências de corporalidades não-heteronormativas em escolas públicas de Porto Alegre -RS sob uma perspectiva feminista decolonial dos saberes" defendido por mim em agosto deste ano no PPG Educação da UFRGS. A ideia central do capítulo é de compilar alguns escritos de pensadores negras (Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro), Chicanas e Indígenas de Abya Yala¹ (Silvia Cusicanqui e Gloria Anzaldúa) e três teóricas feministas decoloniais (a argentina Marina Lugones), e as lesbofeministas e afro-caribenhas (Ochy Curiel e Yuderkys Espinosa). Escrevendo ancorada nestas mulheres, visibilizando a importância política e o rigor conceitual de emergências linguísticas outras e a contínua denúncia dos colonialismos e epistemicídios internos e externos.

A primeira parte do capítulo intitula-se "Lesbofeminismo decolonial: questões-chave e o sistema moderno/colonial de gênero". Usando o texto de Yuresky Espinosa "De por qué es necesario un

¹ Nomenclatura originária de América Latina.

feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad", em que a autora organiza cinco linhas gerais do feminismo decolonial, sistematizando as práticas feministas decoloniais a partir: 1 - das heranças que precederam o movimento, originadas do Black Feminism e do Feminismo tercermundista, conjuntamente com as teorias da colonialidade/modernidade ou projeto decolonial; 2 - das denúncias ao epistemicídio referentes ao norte global e do eixo Estados Unidos- Europa- Canadá, e as invisibilidades e apagamentos dentro do próprio circuito sul-sul, silenciando sujeitos pautados em suas racializações, generificação, sexualidades, e outros marcadores que afetam os corpos e as subjetividades; 3 - da ligação com as mulheres autônomas latinoamericanas que se opõem ao neoliberalismo e ao capitalismo, evidenciando que a luta pela autonomia dos corpos perpassa conjuntamente a luta pela terra e pela alimentação; 4 - da possibilidade de utilização das importantes teorias do norte-global a partir do filtro geopolítico e situacional, mostrando os pesos e os contextos de aplicabilidade, e a 5 - das críticas às teorias latino-americanas (inclusive as da colonialidade/modernidade) que persistem em utilizar nomenclaturas e binarismos sem historicizá-los, desta forma, alimentando o epistemicídio e a inferiorização dos processos de colonização, referentes em conceitos como: descobrimento, civilizado x selvagem, colônia x metrópole, américa x europa, homem x mulher.

Na segunda parte deste mesmo subtítulo, insiro a ferramenta teórica do feminismo decolonial "sistema moderno/colonial de gênero", produzido por Maria Lugones. A partir dele Lugones critica

e alarga as teorias da colonialidade/modernidade de Quijano/Dussel e Mignolo, questionando o uso raso das perspectivas de gênero e a universalização inconsequente da categoria mulher. O conceito sistema moderno/colonial de gênero alarga os importantes aspectos produzidos pelos teóricos do projeto decolonial, inserindo o gênero e a sexualidade como marcadores essenciais em conjunção com a raça para compreender a inferiorização, subalternização e desumanização das corporalidades na colonialidade desde 1492 (invasão de Abya Yala) até a contemporaneidade.

No terceiro e quarto subtítulos, intitulados respectivamente, "Gloria Anzaldúa e Silvia Cusicanqui: Abya Yala e as fronteiras", e "Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro: Amefricanidade e enegrecer o feminismo". Entendendo a imprescindível importância para a produção do feminismo decolonial a herança teórica e epistemológica que estas quatro pensadoras desenvolveram e desenvolvem em suas localidades e a partir de suas corporalidades. Gloria Anzaldúa nos expõe um corpo fragmentado, de fronteira, onde as identidades de mulher indígena, lésbica e universitária são atravessadas por fiscalizações e normatizações das linhas que dividem os Estados Unidos do México, criando a partir desta complexidade os conceitos de *consciência mestiça* e *língua selvagem*. Já Silvia Cusicanqui politiza o aspecto da mestiçagem na Bolívia por meio do conceito aymara de *Chixi*, que seria o terceiro elemento, a cor cinza, o misturado, manchado. Através da ideia de *Chixi*, Cusicanqui coloca em evidência as contribuições indígenas e uma nova maneira de pensar o ser colonizado. Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez direcionam a discussão para o Brasil problematizando a ideia de

mestiçagem, que aqui faz parte dos processos racistas do Mito da Democracia Racial e das institucionalizações da política do branqueamento. Através da crítica ao feminismo branco hegemônico, Carneiro elenca o feminismo negro como possibilidade de transformação e diálogo com a luta do movimento negro brasileiro. Gonzalez insere o potente conceito de Amefricanidade para resgatar a continuidades indígena e negra na formação da cultura brasileira e denuncia o apagamento e silenciamento destas contribuições que o eurocentrismo e o branqueamento tentam continuamente impor.

Palavras-chave: feminismo decolonial, descolonização, colonialidade/modernidade.

REFERÊNCIAS

- ESPINOSA MIÑOSO, Yudersky. **De por qué é necesario un feminismo decolonial:** diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. *Solar*, Año 12, v. 12, n. 1, Lima, 2016, p. 141- 171.
- LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, v. 9, jul.-dic. 2008, p. 73-101.
- CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nó-madas**, v. 26, abr. 2007, p. 92-101.

MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA NA EXPERIÊNCIA ESCOLAR DE JOVENS ESTUDANTES NEGRAS NUMA CIDADE DA FRONTEIRA OESTE DO RS

Cristiane Barbosa Soares

(Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)

Alinne de Lima Bonetti (Universidade
Federal do Pampa - UNIPAMPA)

Historicamente em nossa sociedade há um esforço em produzir e legitimar um padrão ideal do “ser mulher negra” submissa e excluída; um processo social que prepara as jovens negras para uma posição de desvantagem frente às expectativas educativas e profissionais, entre outras. Os movimentos sociais feministas e negros (CARNEIRO, 2001) inscrevem outro cenário a fim de ressignificar os ideais do que é ser mulher. Contudo, apesar dos avanços, “o racismo e o sexismo levam a mulher negra a projetar sua identidade em conflito com a realidade de seu corpo e sua trajetória familiar e étnica” (GOMES, 1995, p. 25).

Desta forma, não podemos deixar de entender que as representações sociais de gênero e raça produzem preconceitos e alimentam estereótipos que são internalizados desde a infância pelo bombardeamento de pedagogias sustentadas pelo eurocentrismo e retroalimentadas pela educação escolar. Podemos observar a interseccionalidade de raça e de gênero, principalmente, no processo de construção das subjetividades das jovens estudantes negras.

Reconhecer-se faz parte de um longo processo o qual é atravessado pelos discursos e ex-

periências das diversas instâncias sociais em que transitamos. Como educadoras pós Lei 10.639/03, remetemos nossos olhares às jovens estudantes negras e procuramos compreender se o ambiente escolar, seus discursos e suas práticas têm colaborado para o processo de reconhecimento dessas jovens enquanto mulheres e negras. Diante deste contexto, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como foco de análise as convenções de gênero e raça (re)produzidas no contexto escolar, em que as experiências revelam e ocultam aspectos importantes para a compreensão dos processos de identificação e de produção de subjetividades de jovens estudantes negras.

Para tanto, foi adotada a pesquisa qualitativa, pautada numa abordagem etnográfica que se constituiu num trabalho de observação participante, com registros sistemáticos em diários de campo e na realização de análise documental. Foi acompanhado o cotidiano do espaço do refeitório, do intervalo e algumas situações de sala da aula das interlocutoras da pesquisa, as jovens estudantes negras, pensando numa maior articulação com a realidade observada, seus códigos e discursos. Como forma de referendar os achados da pesquisa, o tratamento dos dados foi realizado a partir de análise crítico-interpretativa a fim de categorização. Constituíram o corpus de análise desta pesquisa 42 registros em Diários de Campo (doravante DC), construídos a partir da observação participante no contexto escolar das jovens estudantes negras entre o período de 30 agosto de 2017 a 13 de dezembro de 2017. Após este período os DC foram submetidos à análise de conteúdo. Desta análise emergiram diversas

questões que foram organizadas em três categorias: Identidades; Representatividade e Resistências. É importante destacar que ao estabelecermos tais categorias as compreendemos como parte do processo de subjetivação dos sujeitos, que se constituem pela forma como nos reconhecemos e pela forma com que somos reconhecidos pelos outros. Como afirma Avtar Brah “a subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo ganha significado ou é experimentada como identidade” (2006, p. 371). Assim, entendemos subjetividade não como interioridade ou capacidade latente, mas constituída por relações e ligações que produzem sujeitos como agenciamentos.

Ao articular raça e gênero as jovens negras são posicionadas de maneira subalterna na estrutura social. É importante destacar que identidade, representatividade e resistências, ao mesmo tempo que operam de forma independente, também se articulam nas experiências das jovens estudantes negras e reforçam a complexidade do processo de construção de subjetividades. Além disso, ressalta a participação do espaço escolar nesse processo, seja reforçando as desigualdades, seja atribuindo-lhes significados de forma positiva.

O entrelaçamento dinâmico das dimensões de gênero e raça subsidia o complexo processo de produção de subjetividades das jovens negras. Considerando que a natureza humana não é uma essência, mas socialmente construída, influenciada por vários marcadores sociais da diferença então a experiência do ser mulher é vivenciada através da raça, assim como a ex-

periência de ser negra é vivenciada através do gênero. Pois, “nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder” (BRAH, 2006, p. 341).

Com isso, corroboramos com Avtar Brah ao entendermos que toda a formação discursiva é um lugar de poder e o poder é constituído, na alta modernidade, performaticamente nas práticas políticas e culturais e, através delas,

as subjetividades de dominantes e dominados são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam. (...) Mas, se a prática é produtiva de poder, então é também um meio de enfrentar as práticas opressivas do poder. (id., p. 373 – 374)

A partir de tais reflexões, entendemos que se o fortalecimento de uma forma de opressão levar ao fortalecimento de outra, as relações sociais continuarão problemáticas. No entanto, o desafio não é o fortalecimento de opressões, e sim, a forma de enfrentá-las a partir de estratégias que entendam como elas se interconectam e articulam. Dentro da opressão de gênero, por exemplo, se estruturam outras modalidades específicas de opressão, modeladas por outros sistemas sociais que com gênero se intersectam, no nosso contexto é o marcador de raça e de pertencimento social. Desta forma, seria insuficiente analisarmos as experiências das jovens estudantes negras apenas centradas em um tipo de marcador social da diferença.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Interseccionalidade.

REFERÊNCIAS

- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos pagu**, n. 26, jan.-jun. 2006. p. 329-376.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**. v. 17, n. 49, 2003. p. 117 -132.
- GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.

MULHER, NEGRA E ESTUDANTE: GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Juliana da Rosa Brochado

(E.M.E.F. Olavo Bilac/Pelotas)

A proposição deste texto consiste em possibilitar o encruzilhamento das reflexões estabelecidas no âmbito do mestrado, que conclui na Unipampa, e da pesquisa do tipo intervenção de caráter qualitativo, realizada na instituição em que faço parte da equipe gestora. Tendo como base inicial os dados relacionados às matrículas das /os estudantes da E.M.E.F. Olavo Bilac Pelotas/RS, no período de 2012-2016 que aponta, em 2012, 64% das desistências foram de mulheres negras. Em 2013, foram 30%. Em 2014, foram 30%. Já em 2015 foram 40% e em 2016, 36%.

Quanto às salas de aula, hooks (2013, p. 273) destaca:

A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e de nossas camaradas uma abertura de mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é educação como prática da liberdade.

Tais dados, coletados na secretaria da escola referida, apontaram a necessidade de intervenção quanto à evasão das alunas negras da

EJA, que num gesto silencioso desapareciam da escola, lugar onde chegavam lutando para se libertar da invisibilidade. Esta constatação remeteu a minha trajetória pessoal, fazendo com que eu pudesse abrir portas há tempos fechadas.

Esse conjunto de fatores oportunizaram a elaboração do objetivo geral desta pesquisa-intervenção: Problematizar com os professores da EJA as questões de gênero e raça a fim de construir estratégias que favoreçam a manutenção das mulheres negras na escola.

Em decorrência do objetivo geral, optei por desenvolver objetivos específicos: Mapear ações que podem contribuir para a manutenção das mulheres negras na escola, a partir de estratégias desenvolvidas pelos docentes; constituir um espaço de estudos, luta e resistência quanto às práticas educativas que produzem a diferença em relação às mulheres negras.

Neste contexto, reconhecer que as condições desiguais das quais as alunas negras enfrentam não são fatalidades e muito menos destinos, mas reflexos de uma sociedade injusta que historicamente tem nos negado o direito a emancipação quer seja por nossos estereótipos, quer seja pelas nossas origens sociais implica em nos reconhecermos como parte nesse processo em que a forma com que nos posicionamos é determinante. Sendo assim, a escola ao assumir-se como interventora possibilita que suas estratégias garantam o “apoderamento” (ESCOBAR, 2017, p. 35) destes estudantes, para que possam não apenas rechaçar práticas opressoras, mas tornarem se fortalecidos para transpor os obstáculos que se apresentam a partir da interseccionalidade de gênero, raça e classe.

A ação ocorreu junto com os professores da EJA com vistas a problematizar estratégias, fortalecidas pela concepção de transformação social, que oportunizassem as nossas mulheres, negras e estudantes a superação das suas dificuldades, para que se fortaleçam contra as condições que lhes tem sido dada, tornando-se um desafio a ser garantido nas ações realizadas na escola.

Saliento que a prática de resistência com as professoras e professores desta modalidade de ensino, teve na metodologia a intervenção pedagógica através de seis encontros, Encruzilhamentos coletivos, espaço em que os sujeitos trouxeram suas reflexões acerca do estudo. O material de pesquisa se compôs das suas escritas no questionário de questões abertas, no portfólio virtual e no diário de campo, junto a práticas de reflexão do fazer pedagógico, bem como o estudo das categorias de gênero e raça e dos conceitos que permeiam estas categorias. Assim, construí um trabalho afrocentrado e afro referenciado a partir das intelectuais negras Nilma Lino Gomes, Ângela Davis, bell hooks, Conceição Evaristo, Chimamamda Adichie, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Giane Vargas Escobar como quem tenho formulado minhas reflexões e minhas proposições. A análise se deu a partir de três categorias Mulheres Negras na Eja: Trajetórias de resistência no contraponto das mediações pedagógicas; A força das representações nas práticas e concepções dos professores e A resistência feminina Negra: Experiências e expectativas. O estudo resultou na tomada de consciência dos sujeitos da pesquisa quanto a relevância extrema, em reconhecer as realidades destas alunas, assim como da necessidade de oportunizar espaço para acolher suas crianças durante o momento de suas aulas e além disso, facilitar que

estas mulheres possam ter atendimento que cuide de sua saúde física e mental.

As estratégias acima referidas contribuíram para que as categorias de gênero e raça passassem a ter espaço nas pautas que abordam as intervenções pedagógicas da escola, assim como oportunizaram o diálogo com os fatores relevantes que se apresentaram nas salas de aulas, o que aceitou a possibilidade de perpassar os componentes curriculares formais. A problematização das ações propostas dialogou com a prontidão dos professores, no mesmo sentido que visou oportunizar a tomada de consciência a partir da leitura das suas próprias vivências de mundo, pois quanto ao que devemos repugnar, está na fala da Sueli Carneiro,

(...) é a omissão das verdadeiras histórias já que esse país nega às negras e negros a integração social por meio de múltiplas formas de exclusão racial vigentes na sociedade, das quais o não acesso à educação é uma das mais perversas.(2010 p. 102).

Encerrei a pesquisa carregando a certeza de que nesses encruzilhamentos, tivemos a compreensão inicial necessária de que para **ser**, as estudantes precisam **saber**, pois não será com as histórias que nos foram contadas, que iremos construir com estas mulheres os conhecimentos que nos têm sido negados.

Palavras-chave: Gênero, Raça, EJA.

REFERÊNCIAS:

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av.** [online]. v. 17, n. 49, p. 117-133. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>>.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Para encher os olhos:** identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no Jornal A razão (1960-1980). 2017. 383 p.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MULHERES DE TERREIRO, SUJEITAS DE PROTAGONISMO E INTERAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO RS

Janine Nina Fola Cunha

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul –
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa
de Pós Graduação em Sociologia, bolsista CAPES)

Diante do olhar mais aguçado para a atuação das mulheres na política partidária e pública no Brasil de um modo geral nos últimos anos, o que podem nos dizer as mulheres de terreiro que, dentro de uma classificação social de subalternidade, emergem atuantes na ação política do povo de terreiro no estado do RS?

A pesquisa se realizará mobilizada por este cenário político atual (ou melhor, desde 2016), em que se apresenta um desmantelamento político e das políticas públicas que, durante um período anterior de mais de uma década, proporcionou às brasileiras e brasileiros uma maior fluência nos diálogos sobre inclusão, diversidade, igualdade e produção e implementação de políticas públicas. E assim, muitos personagens, constituintes da população brasileira, se fizeram protagonistas.

O grupo ao qual este trabalho se dedica, tem permeado toda a história de criação da cultura e identidade brasileira: as mulheres de terreiro.

Mesmo podendo afirmar que estas mulheres estão presentes há séculos na historiografia brasileira, estas pouco ou quase nada puderam expressar de si, de seu lugar de fala e do que podem colaborar como construtoras sociais que são da sociedade brasileira, por conta da classificação social às quais foram sujeitas, durante a escraviza-

ção e após a abolição no Brasil, marcos histórico, social e políticos estes regidos pela força colonial e consequentemente pela colonialidade.

A pesquisa vai buscar aprender o que estas mulheres produzem como pensamento social e político, como uma episteme deste lugar de mulher de terreiro, que interage com as ações de controle social e protagoniza ações coletivas em defesas de direitos de suas comunidades e seu Povo, possibilitando inclusive a elaboração de políticas públicas. Buscará observar quais as inscrições de resistências destas mulheres na esfera pública e como isso se reverte na preservação cultural, moral e corporal das pessoas as quais elas interagem cotidianamente. Tendo em vista a localização social, econômica e geopolítica de seus Terreiros, que neste sentido as colocam em situação de marginalidade e desprivilegio.

Os objetivos então são: buscar aprender o que as mulheres de terreiro produziram e produzem como pensamento social e político, como uma episteme deste lugar que interage cotidianamente e protagoniza ações coletivas em defesas de direitos de suas comunidades e seu Povo. Especificando-se em a) observar e problematizar quais as inscrições de resistências destas mulheres na esfera pública e como isso se reverte na preservação cultural, moral e corporal das pessoas as quais elas interagem; b) analisar e problematizar quais os espaços de ação política e controle social em que as mulheres de terreiro operam; c) verificar quais os pressupostos que fortalecem este “lugar de mulher”, contrapondo o lugar imposto pela sociedade branca.

A pesquisa consistirá em acompanhar, etnografar e entrevistar 8 mulheres de terreiro, mães

de santo e/ou cacicas de umbanda, atuantes no movimento social do estado do RS, conselheiras ou fundadoras do conselho estadual do povo de terreiro, da capital e do interior.

Num primeiro momento, serão feitas entrevistas individuais em formato de conversa. Depois, realizar um encontro coletivo, que assim como nas entrevistas individuais, buscará reproduzir um local de espontaneidade e conforto às entrevistadas, aonde possa se observar, me colocando neste momento como observadora, o que estas mulheres guardam (e que possam mostrar nestes momentos) como potencialidade de inscrição. A ideia é tentar armazenar, codificar e enunciar aquilo que eclodirá nas falas e momento, que trará algumas das questões chaves da pesquisa lançadas para responder.

Depois, a metodologia será verificar quais inscrições colaboram com as questões chaves da pesquisa e se necessário, realizar entrevistas individuais focando nas dúvidas que existirem.

O campo é totalmente disponível e estas duas etapas de pesquisas acontecerão à partir de março de 2019 e já está sendo organizado coletivamente pelo grupo de mulheres e a pesquisadora.

Numa fase organizativa e de fechamento da pesquisa, haverá a coleta de discursos escritos e documentos gerados durante a pesquisa, filmagens e fotografias de momentos das atividades, os quais serão usados para compor a dissertação que vai tentar responder ao problema da pesquisa e às perguntas elaboradas para a construção da conclusão da investigação, que são:

- No que as mulheres de terreiro podem contribuir para o fortalecimento do feminismo

negro brasileiro (se é que já não constituem e contribuem)?

- O que se constitui como mulher de terreiro? O que é esta totalidade múltipla?
- Que possibilidades de fala/escuta as mulheres de terreiro promovem em suas dinâmicas?

A contribuição empírica deste trabalho de pesquisa é investir numa escrita na sociologia política, usando este exemplo de pesquisa como base e exemplo de propostas emergentes e urgentes de câmbio entre conhecimentos sociopolíticos com protagonismos outros de atuação. Inscrição de lugares potentes de inserção de outros sujeitos que desequilibram a perspectiva das ciências humanas da alteridade cartesiana. Potencializando o lugar desta fala que se coletiviza e imprime valores civilizatórios de matriz africana calcados na ancestralidade e complementaridade na política.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, José Carlos dos. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. **Debates do NER**. Porto Alegre, v. 9, n. 13, p. 77-96, jan./jun. 2008
- BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. **Revistas de estudos feministas**. Pag. 458-63. 1995
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. São Paulo. Vozes, 2011.

MULHERES NEGRAS RESISTEM: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE PROTAGONISMO FEMININO E NEGRO

Vera Rodrigues

(Antropóloga, Professora e Pesquisadora na Unilab – Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira).

Em março do corrente ano, a ativista, intelectual e parlamentar Marielle Franco foi executada no Rio de Janeiro. O seu assassinato evocou debates e embates, no campo teórico e político, sobre as opressões e repressões que exterminam vidas negras no país. Esse extermínio teve como alvo uma mulher negra, cuja trajetória de vida se entrelaça à vida de outras mulheres negras, também moradoras de periferia; responsáveis por seus lares e ativistas em projetos sociais. Esse perfil de mulheres negras pode nos dizer algo sobre o exercício de um protagonismo feminino e negro na sociedade. Como existir? Resistir? Ser autora de sua “escrivência”? Foi pensando nessas questões e nas possíveis “sementes” deixadas por Marielle que em maio emergiu no nordeste brasileiro, o projeto “Mulheres Negras Resistem: processo formativo teórico-político para mulheres negras”. O projeto objetiva fomentar o protagonismo feminino e negro, por meio da formação de quadros de representação social e política. Tal representação visa atingir espaços públicos e privados de produção de conhecimento, elaboração e execução de políticas públicas, bem como cargos eletivos no poder público. Desde então vem se desenvolvendo uma experiência de formação teórica-política de, para e com mulheres negras. Tal experiência

se estrutura em módulos temáticos alinhados do feminismo negro, democracia, justiça social e luta antirracista. Iniciamos com os módulos “deias são à prova de balas”; “Nossos passos vem de longe”; “Nós por nós” e agora nos encaminhamos para os módulos “Feminismo Negro”; “Criminologia Feminista” e “Estado, Democracia e Políticas Públicas”. As cursistas são jovens mulheres negras, em sua maioria das periferias urbanas e regiões interioranas do estado do Ceará/Brasil. São de áreas profissionais diversas ou estudantes de graduação ou pós-graduação. A maioria pertence a algum coletivo negro. O desafio de construir esse espaço é essa dinâmica em um estado que nega a existência populacional negra é outro a ponto a ser destacado. Por essa e outras razões nos propomos a compartilhar essa experiência como um diálogo possível sobre protagonismo feminino e negro.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.
- FRANCO, Marielle. **A Emergência da Vida para Superar o Anestesiamento Social frente à Retirada de Direitos**: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada, 2017. Disponível em: <<http://www.editora zouk.com.br/capitulo-MarielleFranco.pdf>>.
- PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PELOTAS É UMA PRINCESA NEGRA E FEMINISTA: REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NEGRAS NA LUTA ANTI-RACISTA NA CIDADE DE PELOTAS

Carla Silva de Avila

(PPG Política Social e Direitos Humanos- Doutorado UCPel)

RESUMO: O presente trabalho objetiva fazer uma reflexão sobre o protagonismo das mulheres negras na luta e resistência racial na cidade de Pelotas / RS a partir da problematização dos escritos do feminismo negro junto aos campos da cultura, religião e política. Parte-se do processo de revisitar dois trabalhos etnográficos realizados junto ao movimento negro na cidade de Pelotas focando no protagonismo de mulheres negras à luz das escritas e do pensamento de mulheres negras como Lélia Gonzales (1984), Beatriz Nascimento (2006) e Djamila Ribeiro (2017). No campo da cultura busca-se apresentar as formas de como a Organização Não-Governamental Odara, idealizada e liderada em sua maioria por mulheres negras que se utilizam da dança afro como um instrumento de mobilização e conscientização política por intermédio do corpo, do movimentar do corpo como um mecanismo de memória e resistência. Essa forma de articular cultura e política fora observada pelas lideranças femininas do grupo que relacionam cada espetáculo, ensaio, movimento, à historicidade negra no Brasil e no Rio Grande do Sul. A segunda observação está na articulação entre os campos da religião e da política a partir da liderança de mulheres em casas tradicionais de matriz

africana ligadas ao movimento negro da cidade. Foca-se na hegemonia feminina e feminista, articulando segmento de classe, raça e gênero nos processos associativos de resistência do povo negro numa sociedade caracterizada pelo racismo estrutural. Mulheres negras que articulam suas práticas políticas, culturais e religiosas nos possibilitando estabelecer um diálogo com as pensadoras brasileira do feminismo negro, bem com o debate pós-colonial e decolonial. Teorias que levam a pensar nas particularidades da composição da sociedade brasileira, como nos coloca Lélia Gonzales (1984) ao denunciar as particularidades das mulheres negras ao serem atingidas triplamente pelas consequências do capitalismo, machismo e racismo. Ou mesmo pelo fato de que as mulheres negras compartilham experiências similares devido as consequências sócio históricas do Brasil, como nos coloca Dijamila Ribeiro (2017) em seu livro “O que é lugar de fala?”. Essa relação entre raça e classe é percebida nas contribuições de Beatriz Nascimento (1976) ao tentar entender a inserção do negro no mercado de trabalho, podendo ser dialogada com as trajetórias das lideranças Pelotense observadas nesses trabalhos revisitados. Por fim aponta-se para a necessidade de ater-se as especificidades dessas múltiplas opressões que atingem as mulheres negras na sociedade brasileira, nos forçando a ampliar as formas de percepção das organizações e lutas negras, que nem sempre evidenciam o protagonismo das mulheres negras, como observado na realidade pelotense. Assim podemos dizer que a cidade de Pelotas, que no período imperial recebeu o título de “Princesa do Sul” devido a sua grandiosa riqueza oriunda da exploração do trabalho escravo de negras e negros,

é um Princesa Negra, pois foi a força, sabedoria e conhecimento dos africanos e africanas e seus descendentes que levaram a glorificação da cidade. Ainda mais que uma das primeiras formas de resistência fora a manutenção da tradição e da prática religiosa (MELO, 1994). Assim aponta-se para a necessidade de evidenciar o papel das mulheres negras na luta e resistência racial na cidade de Pelotas.

Palavras-chave: Mulheres negras – Organizações Políticas – Cultura – Religião

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROMPENDO O CICLO DE SILÊNCIOS: TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS NEGRAS LÉSBICAS NO ENSINO PÚBLICO

Tainah Mota do Nascimento
(Mestranda em Educação – Unisinos)

RESUMO: O presente trabalho versa sobre as ideias iniciais de um projeto de Mestrado em Educação, que pretende abordar a trajetória de professoras negras lésbicas no ensino público e sua (in)visibilidade no espaço educacional, problematizando cotidianos escolares historicamente marcados por produções monoidentitárias (SILVA, 2015), no que concerne ao gênero, etnia e sexualidade, silenciando diversas experiências. A ideia é, a partir da análise dessas trajetórias, tentar romper com o que Audre Lorde (1984), Cheryl Clarke (1980), Adriane Rich (1993), e outras teóricas, chamam de silenciamento epistêmico, interpretado como um processo de subjugação, silenciamento e extermínio de saberes relacionados a esse grupo de indivíduos. A escolha por esta temática, justifica-se pela minha trajetória e história de vida, que foram marcadas por alguns lugares que articulam a minha diferença: negritude e lesbianidade. Esses traços marginais que durante a graduação em Direito, iniciada no ano de 2012, no interior do estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santo Ângelo, permitiram observar a força da tradição do silêncio racista e misógino, que através da imposição heterossexual, reforça a invisibilidade à lesbianidade, uma vez que a mulher negra é invisível no mundo orientado pelos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, mesmo

que no que concerne a esse último, mudanças estejam ocorrendo. A lésbica negra não é tão somente invisível, ele não existe. Nosso discurso não é ouvido. Nós falamos como loucos (LORDE, 1984). Ao aceitar e reivindicar uma identidade negra lésbica, culturalmente desprezada, foi necessário reconhecer o que significa ser uma mulher negra e acadêmica de Direito e agora, mestranda em Educação. Significa ser invisível duplamente. Estudando gênero e sexualidade, percebi a impossibilidade de dissociar essas categorias de análise de raça e classe, em razão de elas estarem imbricadas, possuírem significados historicamente contingentes e demonstrarem a natureza multiplicativa da intersecção das opressões, compreendi que o sexismo e o heterossexismo originam-se do racismo e que eu, e nós enquanto sociedade temos responsabilidade de quebrar o ciclo de silêncio, apagamento e invisibilidade propagada sobretudo pela academia, que em debates acerca de feminismo, gênero e sexualidade, não explora nossas várias diferenças, sem um prisma significativo das mulheres negras, pobres e lésbicas. É urgente que quebrems o silêncio, pois é nele que cada uma de nós recua o olhar dos seus próprios temores, da repressão, da censura, da indiferença, do julgamento, ou do reconhecimento, da provocação, da aniquilação. E essa vulnerabilidade que nos traz a visibilidade, deve ser também a origem da nossa força, porque tenhamos falado ou não, o engenho vai tratar de nos confranger de qualquer forma. Audre Lorde já dizia em 1984, que é o silêncio que nos imobiliza e não as nossas diferenças. E ainda temos muitos silêncios para romper. O presente trabalho visa compreender as trajetórias das professoras negras lésbicas, como os processos de

invisibilidade são rompidos e os silêncios quebrados, a partir de um espaço de escuta sensível, no intuito de visibilizar as narrativas e trajetórias dessas professoras negras lésbicas, possibilitando refletir sobre a interseccionalidade, oportunizando uma visão abrangente de como raça, classe, gênero e sexualidade enquanto categorias de análise podem ser utilizadas como categorias de ligação e conexão para construirmos empatia em processos intelectuais de perceber como a branquitude e a heterossexualidade são valorizadas em símbolos e instituições, moldando biografias. E desse modo, realizar uma pesquisa histórica na medida em que a abordagem interseccional desnude caminhos para reconstruirmos as experiências vividas, o posicionamento histórico, as compreensões culturais e a construção social das professoras negras lésbicas no ensino público, por meio da investigação de dimensões nunca perscrutadas da experiência e vivência feminina negra lésbica, expondo, até mesmo, a diferença entre as professoras negras lésbicas, evadindo-se, dessa forma, generalizações. A partir das elaborações de Azeredo (1994) e Carneiro (2001), as ativistas negras brasileiras adotaram como um dos eixos prioritários a raça, para formular um ponto de vista feminista, situando como tema de investigação, as experiências das mulheres negras com o racismo. Entretanto, é preciso reconhecer os diferentes eixos de opressão que se configuram e produzem um misto de discriminação a grupos distintos de mulheres e dos lugares que estas ocupam, como no caso das professoras negras lésbicas, inseridas no espaço escolar onde as desigualdades estruturais se aprofundam e cristalizam (DUBET, 2008). As questões que norteiam este trabalho são: há um lugar para as pro-

fessoras negras lésbicas no ensino público? Como foram e são constantemente criadas e reafirmadas as hierarquias raciais e de gênero no plano discursivo da realidade dessas professoras? Como se constituíram e se constituem os sistemas de opressão a partir das diferenças sexuais e étnico/raciais na esfera no ensino público? Para possibilitar a visibilidade das narrativas presentes nas trajetórias de professoras negras lésbicas do ensino público, temos em vista utilizar a entrevista compreensiva, para primar pela singularidade. Como parte dessa história silenciada, partiremos em busca de outras falas que retratem a pluralidade e complexidade das perspectivas da luta das professoras negras e lésbicas no contexto de suas trajetórias, dado que como evidencia Petronilha Silva (1998, p.7), as fontes mais autênticas “de conhecimento sobre as mulheres negras são elas mesmas, sendo necessário que estudos que as tomem por temática, considerem seus pontos de vista de mulheres e negras”.

Palavras-chave: Negritude. Lesbianidade. Trajetória.

REFERÊNCIAS

- COLLINS, Patricia Hill. **The black feminist thought**. London, Routledge, 2000.
- FIGUEIREDO, Ângela. **Carta de uma ex-mulata à Judith Butler**. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 3, mai.-out. 2015.
- LORDE, Audre. **Sister outsider**, Ensaios e Conferências. 1984.

Grupo de trabalho: 3

Gênero, Raça e Trabalho

A IDEOLOGIA GERENCIALISTA NO POP MANAGEMENT: O DISCURSO DA SUBMISSÃO LIVREMENTE CONSENTIDA

Júlia Weber Kasper
(UFRGS)

Julice Salvagni
(UFRGS)

O estudo tem o objetivo de demonstrar como a interferência do *pop management* contemporâneo na propagação da ideologia gerencialista. Neste cenário, o trabalhador acaba sendo o único culpabilizado e responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso profissional e pelo da empresa em que trabalha. Além de elencar os efeitos dessa gestão na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, identificamos os meios pelos quais ela reforça o processo de degradação das condições de trabalho. Para tanto, analisamos criticamente, neste recorte da pesquisa, uma matéria de capa da Revista Você S/A, intitulada “Programado para o sucesso” (Março, 2017), relacionando seus conteúdos com os pressupostos do gerencialismo.

As principais características do gerencialismo são: uso de indicadores de desempenho para identificação dos resultados obtidos; descentralização administrativa e hierárquica, defendida por eles como sendo “menos rígida” e mais horizontalizada; “flexibilização” dos processos de produção e do tempo; enfoque na gestão da qualidade total identificada pela satisfação do cliente, criando assim métricas de eficácia; desenvolvimento de práticas cujo argumento fundamenta-se em suposto desenvolvimento contínuo dos trabalhadores e na

participação quanto à tomada de decisão; e, por fim, na defesa da meritocracia, ou seja, da ideia de que o sucesso é um resultado unilateral do esforço empregado em determinada atividade. Isso tudo se fundamenta no paradigma utilitarista, que ao transformar a sociedade em uma máquina de produção, considera o homem como um agente a serviço da produção, ou seja, um mero recurso da empresa. (GAULEJAC, 2007).

A fim de garantir o êxito dessa nova estrutura desenvolve-se um conjunto de normas, padrões, rituais e práticas que geralmente recorrem ao universo simbólico para exercer o controle dos comportamentos e atitudes. Nessa estrutura a opressão de forma explícita perde espaço e o que se percebe é uma “submissão livremente consentida” (GAULEJAC, 2007, p. 37-38), em que a organização mascara a dominação ao transformar os desejos e angústias dos trabalhadores em motor para o lucro. Ou seja, os trabalhadores desejam fazer parte da organização e ter sucesso nela, ou, ainda, tem a ilusão de que já o fazem, não percebendo o controle a que estão sendo submetidos.

A cultura do *management* pode ser definida, ainda, como um conjunto de ideias que as novas organizações gerenciais estruturam. Sobre a ideologia gerencialista, pode-se afirmar que elas envolvem: (1) defesa de uma sociedade de livre mercado; (2) crença do indivíduo como autoempreendedor; (3) a exaltação da excelência como forma de aprimoramento individual e coletivo; (4) o culto de símbolos e imagens representativas, como “palavras de efeito” (inovação, sucesso, excelência) e “gerentes heróis”; (5) valorização de tecnologias gerenciais que permitem racionalizar as atividades organizacionais.” (WOOD JR; PAULA, 2006, p. 94).

O *pop management*, popularizado a partir das décadas de 1980 e 1990, por sua vez, se refere a produções culturais como livros, revistas, documentários e palestras voltadas aos negócios e à gestão, ou seja, ao ambiente empresarial. O conteúdo do *pop management* se resume a histórias de sucessos de gerentes heroicos, conselhos e prescrições a serem seguidas para ser um profissional que queira ser “bem-sucedido” e, por último, a exaltação das novas tecnologias gerenciais. Ademais, destaca-se que a expansão da cultura do *management* foi provocada pela globalização, pela flexibilização dos modelos de produção e pela nova ordem de organização social do trabalho e das empresas – o Gerencialismo. (WOOD JR; PAULA, 2006, p. 92)

A publicação “Programado para o sucesso” (março, 2017), busca analisar as razões que levam uns a se esforçarem com as dificuldades e desafios quando outros tendem a desistir. A matéria cita estudos supostamente realizados na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, buscando dar credibilidade a uma tese chamada de “mindset”, que na verdade nada mais é que o debate dicotômico das habilidades inatas e aprendidas. No mais, como a matéria não relaciona com a publicação original, o conteúdo e os dados do “estudo” em que foi baseado o texto são desconhecidos, já que em momento nenhum são apresentados os números de respondentes e nem mesmo a metodologia utilizada na pesquisa. Outro ponto que merece relevância é a forma como o trabalhador é o único responsabilizado pelo desenvolvimento das habilidades do “mindset” de crescimento. Não aparecem formas de como os gestores e as empresas podem incentivar os trabalhadores, pa-

gando salários mais justos, respeitando a diversidade sexual e de gênero, cuidando efetivamente da saúde do trabalhador, etc. Ou seja, a motivação se manifesta como algo que deve proceder do trabalhador visto que ele deve “merecer” continuar trabalhando na empresa a partir dos seus esforços e resultados. Assim, fica claro que “a adaptabilidade e a flexibilidade são exigidas em mão única: cabe ao homem adaptar-se ao tempo da empresa e não o inverso” (GAULEJAC, 2007, p. 78).

Como no gerencialismo o trabalhador é considerado somente um recurso da organização, as questões de como está a saúde mental desses indivíduos, ou de como ele sente seus esforços desvalorizados pelos seus empregadores nunca ganham destaque na volatilidade do ambiente corporativo, o que contribui intensamente para a degradação do trabalho. A literatura pop management tem assumido o papel de propagar e reforçar essas ideias, já que seus textos trazem exatamente o que a cultura de negócios prega sem nenhum questionamento crítico a respeito destes outros assuntos.

Palavras-chave: Gerencialismo. Pop Management. Flexibilização do Trabalho.

REFERÊNCIAS

- GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social:** ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias e Letras, p. 7-142, 2007.
- WOOD JR, Thomaz; PAULA, Ana Paula Paes de. A mídia especializada e a cultura do management. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 38, p. 91-105, 2006.

A (IN)VISIBILIDADE DA INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO E RAÇA EM ESTUDOS SOBRE MOVIMENTOS DE TRABALHADORAS RURAIS (1980-2018)

Larissa Mazzucco Bianco
(UNESC)

Giovana Ilka Jacinto Salvaro
(UNESC)

RESUMO: O texto tem como objetivo apresentar uma reflexão inicial sobre a (in) visibilidade de estudos acerca da intersecção entre gênero e raça em estudos sobre movimentos sociais de trabalhadoras rurais no Brasil. A proposta integra um estudo mais amplo do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero, no âmbito do projeto de base intitulado “Estudos de gênero e feminismos - perspectivas interdisciplinares e Ibero-Americanas” (2018-2020), que objetiva realizar estudos de gênero e feminismos por meio de pesquisas interdisciplinares que abordem questões sociais, políticas, econômicas e culturais no contexto Ibero-Americano. Em diferentes contextos, o conceito de interseccionalidade se faz presente e necessário, por permitir análises aprofundadas sobre as consequências estruturais resultantes de dois ou mais eixos de subordinação (CRENSHAW, 2002). A interseccionalidade, nas palavras de Crenshaw (2002, p. 177), “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” Ao interseccionar raça e gênero, expande-se a análise das

opressões vivenciadas por mulheres não somente por questões de gênero, mas também se percebe como essas mesmas opressões adquirem novas formas diante da junção com aquelas advindas da raça. Como afirma Collins (2015, p.18), “em essência, se juntássemos as diferentes opressões, teríamos uma opressão maior do que a soma de suas partes.” Essa expansão se faz necessária diante de movimentos sociais como os de trabalhadoras rurais por levar em consideração que essas mulheres vivenciam um sistema de opressão múltiplo. Para a reflexão em questão, foram identificados e selecionados estudos sobre movimentos rurais autônomos de mulheres no Brasil. O levantamento bibliográfico foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), disponível em <http://bdtb.ibict.br/vufind/>, por meio dos descritores “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais”, “Movimento de Mulheres Agricultoras”, “Movimento de Mulheres Camponesas”, tendo em vista as nomeações que os movimentos sociais de trabalhadoras rurais assumiram no contexto brasileiro. Pelo procedimento de busca, foram selecionados e analisados 50 trabalhos (35 dissertações e 15 teses), distribuídos entre 24 Instituições de Ensino Superior e 29 Programas de Pós-Graduação. Dentre os trabalhos selecionados, apenas um deles abordou a interseccionalidade gênero e raça no contexto do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Essa questão gera uma reflexão acerca dessa (in) visibilidade, pois nos movimentos estudados, de forma explícita ou não, a interseção é problematizada, mas no conjunto de estudos selecionados praticamente não é abordada. Trata-se de uma questão que está posta, mas não aparece. O Movimento de Mulheres Campone-

sas, que abrange diferentes regiões brasileiras e engloba mulheres de comunidades tradicionais, pequenas agricultoras, diaristas, acampadas, assentadas e indígenas, possui em sua composição um grande número de mulheres negras e mulheres pobres, o que atesta uma vulnerabilidade maior ainda em relação à múltipla discriminação dirigida a suas integrantes, bem como o fato de que a participação e a importância de mulheres negras é presença constante em meio eletrônico dos movimentos (ATAÍDES, 2018). Dessa forma, a análise se pauta justamente na (in) visibilidade do tema acerca da intersecção entre gênero e raça em estudos acadêmicos.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Raça, Gênero

REFERÊNCIAS

- ATAÍDES, Maria Clara Capel De. **A Atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC):** uma perspectiva de suas estratégias e especificidades. 2018. 204f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8639#preview-link0>>. Acesso em: 26 set. 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org). **Reflexões e práticas de transformação feminista.** Coleção Sempre Viva. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%C3%B5esepaticas>>

detransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista-1.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>>. Acesso em: 26 set. 2018.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO PARA MULHERES QUE EXERCEM ATIVIDADES INCOMUNS AO SEU SEXO

Marina Guerin
(UNISINOS)

Samanta Fanfa Marques
(UNISINOS)

Julice Salvagni
(UFRGS)

Marília Verissimo Veronese
(UNISINOS)

O trabalho é uma atividade a ser realizada por alguma pessoa, porém ao longo do processo histórico da participação da mulher na sociedade criou-se uma divisão baseada no gênero, onde há a distinção entre trabalho de homem e trabalho de mulher (BRADLEY, 1986). Com essa divisão sexual do trabalho, mesmo sendo este uma atividade a princípio sem atribuições específicas de gênero, as marcas sociais começam a ser feitas nas atividades e no corpo de quem as pratica, fazendo com que essa divisão seja uma ferramenta de opressão às mulheres. À mulher é atribuído historicamente o espaço privado, ou seja, do lar; e por isso, as atividades onde a mulher sempre foi bem aceita e ganhou reconhecimento são predominantemente atividades ligadas com o sentido de *cuidado*. Professoras, psicólogas, enfermeiras, domésticas, são bem aceitas enquanto trabalho a ser realizado por mulheres; já profissões como caminhoneira, açougueira, marceneira, motorista, vigilante, analista de tecnologia da informação,

são profissões consideradas masculinas, por terem atributos como esforço físico, rigor ou autoridade.

A pesquisa que embasa esta apresentação é qualitativa, tendo como desenho o estudo de casos múltiplos. Utilizou-se de entrevistas individuais para compreender a realidade das trabalhadoras e traçar os aspectos constituintes das relações sociais que articulam trabalho e gênero. Foram entrevistadas 12 trabalhadoras em atividades consideradas masculinizadas para descortinar aspectos relevantes à construção biopolítica do corpo em relação ao gênero no trabalho. Consentindo participar do estudo, as trabalhadoras atuam em diversas atividades e possuem idades que variam entre 26 e 65 anos. Utilizou-se a análise de discurso como técnica de produção de sentidos sobre o material coletado, enfatizando uma abordagem de cunho semântico.

Ao pensarmos o corpo como um espaço biopolítico, temos nele as inscrições e atribuições sociais a serem feitas. É com uma premissa biologicista que se segrega as pessoas e se espera delas performances pré-estabelecidas. Essas performances estão ligadas ao período sócio-histórico no qual são produzidas. As marcas no corpo, como o uso de roupas e acessórios, determinam o lugar do sujeito e lhe atribui aspectos sexualmente distintos. As performances e os acessórios não são camisas de força ou caminhos intransponíveis, pois vimos as mulheres nas profissões consideradas masculinizadas performarem trejeitos e costumes que seriam designados ao outro sexo. Aí temos um indício de que para a mulher ser aceita no trabalho masculinizado, ela deve eventualmente performar como homem, mostrando que essas marcações binárias são decorrentes de atribuições sócio-históricas e

não atributos biológicos. Embora a performatividade seja destacada por elas, destacamos, como parte das análises, que como espaço biopolítico o corpo também serve para intervenções das famílias dessas mulheres, que não concordam com as profissões delas pois as consideram perigosas, arriscadas e “coisa de homem”, como se a mulher não tivesse capacidade de permanecer em um espaço perigoso. Uma atribuição que é historicamente negada ao corpo feminino é a força, já que a masculinidade está impressa neste atributo. Mas, se analisarmos questões históricas perceberemos que as mulheres cuidadoras do lar caminhavam grandes distâncias para buscar baldes d'água pesados, para o uso doméstico, além de ter de segurar crianças no colo e realizar outros esforços físicos significativos nas tarefas domésticas.

O objetivo da pesquisa é mostrar que as constituições sexistas, calcadas na biologia, devem ser questionadas; que o trabalho considerado masculinizado, bem como a performance de gênero, são construções sociais. As mulheres que adentram esses espaços têm estratégias para serem aceitas e performam os trejeitos do sexo oposto, mas posteriormente elas podem transgredir regras e voltar a performar ações referentes ao seu próprio sexo. Outra questão pertinente é a entrada e permanência das mulheres nestes espaços, mesmo que elas não consigam a total autonomia porque há um sistema econômico de opressão e aprisionamento. Além de mostrar que o corpo é fruto de um processo sócio histórico e cultural, argumenta-se que ele é muito importante para a quebra dos paradigmas de divisão social do trabalho calcados na biologia e no sexismo. A entrada em espaços como esses marcam a possibilida-

de de um reconhecimento social e de resistência e possibilitam uma maior autonomia, sempre relativa, mas significativa em suas vidas.

Palavras-chave: Trabalho masculinizado, corpo, divisão sexual do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRADLEY, Harriet. **Men's Work, Women's Work:** a sociological history on the sexual division of labor in employment. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE RAÇA, GÊNERO E TRABALHO: UMA REVISÃO NARRATIVA

Gabriela Cavali Viana

(Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia
da Faculdade Integrada de Santa Maria – FISMA)

Roseclér Machado Gabardo

(Dr^a. em Bioética pela Universidade de Brasília
– UnB, docente do curso de Graduação em Psicologia
da Faculdade Integrada de Santa Maria – FISMA)

Introdução: No Brasil, o mercado de trabalho caracteriza-se por significativas e persistentes desigualdades de raça e gênero. Tal contexto deve ser levado em conta nas ações de planejamento, efetivação e avaliação das políticas públicas em geral, e, especialmente, das políticas públicas de emprego, inclusão social e diminuição da pobreza. As diferentes formas de discriminação estão intimamente relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam, reproduzem e perpetuam a pobreza. Essas mesmas formas de discriminação são responsáveis pelos diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de intensos desafios adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e, assim, terem acesso a um trabalho digno. As desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro não são fenômenos referentes às “minorias” ou a grupos sociais em particular. Pelo contrário, são problemas que se referem à maioria da população. **Objetivo:** Discutir as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho para mulheres e mulheres negras no Brasil. **Método:** Tra-

ta-se de uma revisão de literatura narrativa, cujos dados foram coletados em artigos que abordam a temática, disponíveis nas plataformas científicas. **Resultados e discussão:** Gênero e raça são eixos que estruturam a raiz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, implica na reprodução e perpetuação das condições de pobreza e exclusão social. Dessa forma, enfrentar essas desigualdades significa tratar de uma característica estrutural que constitui a sociedade brasileira. A transformação de tal estrutura é imprescindível para que seja possível superar as desigualdades na inserção no mercado de trabalho existentes atualmente. Dados precisos e sistemáticos acerca dos indicadores de desigualdade social são condição significativa para a criação e efetivação de políticas públicas que alterem esse panorama social. A literatura acerca da temática nos permite o entendimento de que a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro continua aumentando, mas ainda está assinalada por uma grande diferenciação quando comparada à participação dos homens. As mulheres mais pobres e menos escolarizadas ainda possuem uma participação muito inferior no mercado de trabalho, em relação à participação de mulheres com maior nível de escolarização. Tal fato indica a existência de diferenças entre as atividades ocupacionais desempenhadas pelas mulheres, e seus rendimentos, além da dificuldade de inserção de mulheres mais vulneráveis no mercado de trabalho. Observam-se ainda, diferenças importantes por gênero e raça. Ainda que possamos evidenciar alguns avanços sociais quanto aos aspectos laborais no Brasil, e que esses avanços tenham beneficiado homens, mulheres,

negros e brancos, eles não beneficiaram e atingiram de maneira igual, esses diferentes grupos. O nível de escolaridade das mulheres é claramente superior ao dos homens, mas as desigualdades raciais não se reduzem. Os índices de desemprego entre mulheres e negros são consideravelmente superiores à de homens e brancos, assim como, o índice de desemprego das mulheres negras é quase o dobro, comparado ao índice de desemprego dos homens brancos. Persistem, ainda, relevantes divergências quanto à remuneração no mercado de trabalho do país, cujas implicações se dão nas questões de gênero, e na cor da pele das pessoas. Os rendimentos das mulheres são considerados mais baixos que os dos homens, inclusive entre aqueles que possuem os mesmos níveis de escolaridade. Os dados antepostos indicam que a diferença de escolaridade não é um fator justificativo para a diferenciação de renda relacionado à gênero e raça, e que, dessa maneira, devem haver outros fatores que explicam a desigualdade. Entre estes, a segregação por ocupação, pautada na diferença de raça, cor e gênero das pessoas, além de outras maneiras de manifestação direta ou indireta de discriminação no contexto laboral. A divisão ocupacional por gênero e raça ainda persiste e desempenha uma grande influência sobre os rendimentos destes sujeitos e nos demais indicadores de condições de emprego para mulheres e homens, negros e brancos. Uma grande proporção da população feminina se concentra nos segmentos mais precários do mercado de trabalho. Isto se acentua entre as mulheres negras. As mulheres e as mulheres negras principalmente, ocuparam posições de trabalhadoras autônomas, serviços domésti-

cos e ocupações sem remuneração. No Brasil, as mulheres ocupam especialmente os empregos domésticos e as ocupações sem remuneração, além de, em boa parte dos casos, não possuírem carteira de trabalho assinada, o que significa que um número significativo de mulheres não usufrui dos benefícios previstos pela legislação do trabalho. **Considerações finais:** Dessa forma, é possível compreender que a apropriação do conhecimento acerca dos indicadores de desigualdade social no Brasil, bem como, a compreensão dos obstáculos existentes para uma inserção mais igualitária no mercado de trabalho, pelo viés das questões de gênero e raça, é um aspecto fundamental na elaboração de políticas destinadas a erradicação destas desigualdades. Em contraponto a isso, a análise das dimensões de gênero e raça, juntamente à análise do mercado de trabalho, nos auxilia no entendimento dos problemas vivenciados por esses sujeitos, e também, compreender o funcionamento do mercado de trabalho e seus atravessamentos de produção e reprodução das desigualdades sociais no Brasil.

Palavras-chave: gênero; raça; mercado de trabalho

REFERÊNCIAS

- PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos avançados**. São Paulo, 29. ed., v. 85, 2015.
- LEITE, M. P.; SOUZA, S. M. Igualdade de gênero e raça no Brasil: uma discussão sobre a política pública de emprego. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 1. ed., v. 53, 2010.

CORRENTES (IN)VISÍVEIS: DA ESCRAVIDÃO CLÁSSICA À ESCRAVIDÃO MODERNA NO TRABALHO

Angela Kirschner

(Doutoranda PPG Diversidade Cultural
e Inclusão Social – Universidade FEEVALE)

Para além de um substrato da liberdade como pressuposto, construiu-se o trabalho como direito subjetivo. Hoje o trabalho degradante e indecente é na modernidade a forma mais cruel de tratamento da cidadania de um povo. O estudo propõe investigar e analisar a situação do trabalho análogo à condição de escravo desde os tempos de abolição da escravatura até a contemporaneidade. Perpassa o texto o mapa da globalização, das empresas que contratam e os mercados financeiros traduzindo as vias de produção de riqueza e bem-estar capitalista para o problema da redistribuição de renda e da pobreza na sociedade brasileira. Aborda o descaso e o descompromisso do Estado com os cidadãos escravizados, que se encontram em situação de total vulnerabilidade diante da pobreza e com a inexistência e/ou insuficiência de políticas públicas.

Contemporaneamente, são quatro os elementos que definem o trabalho análogo à escravidão: 1) trabalho forçado; 2) servidão de dívida; 3) condições degradantes (labor que nega a dignidade humana, colocando em risco a saúde do trabalhador) e 4) jornada exaustiva (levar o trabalhador ao completo esgotamento dado à intensidade da exploração).

No mundo a prática de trabalho escravizado constitui a segunda (2ª) atividade ilícita mais lucrativa, apenas perdendo para o narcotráfico, gerando um lucro estimado em U\$150 bilhões por ano, segundo o escritório da ONU contra Drogas e Crimes (2016) e alcançando cerca de 40 milhões de vítimas (OIT). Na América Latina, o Brasil segue líder em número absoluto de pessoas em situação análoga à escravidão. Proporcionalmente, o Brasil tem 1,8 pessoa escravizada para cada 1 mil habitantes.

Essa realidade decorre de diversos fatores: altíssima concentração de renda; precariedade da educação; dificuldades geográficas; falta de políticas públicas e ineficiência de combate ao crime contra a organização do trabalho.

Objetiva-se demonstrar porque a erradicação da escravidão contemporânea não está sendo uma prática aceitável na sociedade brasileira e visualizar um objetivo civilizatório para conter a exploração da mão de obra. Analisar a possibilidade da categoria “trabalho decente” proposta pela OIT – Organização Internacional do Trabalho¹, como paradigma viável para adoção de práticas para um meio ambiente de trabalho saudável (Convenções 29 e 105), que o Brasil ratificou como Estado Nacional já em 1957, implementada efetivamente na forma de contratação e manutenção do contrato do trabalhador, com ênfase na centralidade do trabalho e como trabalho digno e pessoa liberta.

Suscitar o debate acerca da garantia constitucional brasileira do trabalho digno e da liberdade do trabalhador (art. 1º, inciso III e IV da

1 SWARTZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo**: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil. São Paulo: LTr, 2008, p. 107.

Constituição Federal). Possibilitar a compreensão de transformações ocorridas de acumulação capitalista nas últimas décadas do século XX e início do século XXI e suas consequências para o mundo do trabalho, nos níveis global, nacional e regional. Mapear as práticas efetivas de combate que estão sendo realizadas pelo Estado para minimizar ou erradicar o problema social da escravidão moderna por organizações governamentais e não governamentais; igrejas; coletivos de defesa de direitos; MPT; Ministério do Trabalho; Justiça do Trabalho e pela coletividade e sociedade brasileira.

Utiliza-se o método fenomenológico e qualitativo para a pesquisa. Por meio do primeiro método, o pesquisador se vê inserido dentro da sociedade em que o trabalho análogo à condição de escravo aparece como um fenômeno. O método qualitativo se justifica por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno a partir de uma investigação.

O texto tem vários significados. Perpassa a leitura uma relação de afronta da condição humana cidadã/digna/liberta com a causa do acontecimento e, delimita graves consequências na atual época com relação ao trabalho escravo.²

As fórmulas para erradicar o trabalho escravo no Brasil estão gastas. As políticas públicas de prevenção são inexistentes e/ou insuficientes. As instituições públicas, como o Ministério do Trabalho e Emprego sequer têm verbas para atuação de campo para combate ao trabalho escravo. Também existe um movimento de desregulamentação do mundo do trabalho rumo a uma maior desigualdade de posições e categorias econômicas. Exem-

2 DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. ampl.; 7. ed. reimp. São Paulo: Cortez, 2002.

plô disto, foi o recente movimento do Congresso Nacional (Portaria n. 1.129/2017/Governo Federal), de alguns parlamentares, que tentaram limitar o conceito de trabalho em condições análogas à de escravidão, reduzindo a caracterização apenas às situações de liberdade e de escolta armada, simplificando as condições de jornada exaustiva nessa atividade ilegal. Persiste uma vontade parlamentar grande em tornar invisível o trabalho escravo como ele realmente é, o que configura uma ameaça aos direitos fundamentais do cidadão brasileiro.

Conclui-se que várias podem ser as formas para que isto possa acontecer: fiscalização, responsabilidade social por parte dos empregadores, leis trabalhistas eficientes, punição aos infratores, amparo às vítimas, entre outras. Basta ter vontade do Estado e responsabilidade social de quem escraviza!

Palavras-chave: trabalho escravo – clássico e contemporâneo

REFERÊNCIAS

- PAIXÃO, Cristiano. CAVALCANTI, Tiago Muniz. (Org.). **Combate ao trabalho escravo:** conquista, estratégias e desafios. São Paulo: LTr, 2017.
- DEJOURS, Chistophe. **A loucura do trabalho:** estudo da psicopatologia do trabalho. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. ampl.; 7. ed. reimp. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHWARTZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo – a abolição necessária:** uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil. São Paulo: LTr, 2008.

CRÍTICA À NOVA RACIONALIDADE NEOLIBERAL DO TRABALHO FEMININO NO CONTEXTO GLOBALIZADO DA TERCEIRIZAÇÃO

Tainá Machado Vargas

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em direito pela Universidade La Salle, Canoas/RS. Bolsista da Fapergrs e membro do grupo Prismas e do Grupo de Pesquisa em Gênero e Sociedade CNPq).

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo realizar uma averiguação inicial acerca das principais características do que pode ser entendido de processo de “neoliberalização” das estruturas sociais, a partir de autores como: Nancy Fraser e Byung Chul Han. Usaremos como marco inicial a relação conflituosa entre a ordem econômica e as novas dinâmicas sociais do trabalho, a partir da aprovação da reforma trabalhista, desde 1993 (Súmula 331 TST). A partir de uma revisão bibliográfica, abordarei a conexão entre abordagens: econômicas; políticas; e de gênero, para se refletir sobre as investidas de poder nas sociedades do trabalho. Irei restringir as discussões sobre o tema de maneira teórica, ainda que não se perda de vista a potencialidade de reflexões sobre os mais diversos tipos de violência que essas relações costumam trazer. A escolha da pesquisa buscará retratar discriminações enfrentadas por trabalhadoras terceirizadas nos serviços gerais de limpeza. Para tanto, pretende-se analisar que espécies de percepções o trabalho das mulheres terceirizadas gera e discutir sobre a fragmentação das proteções declinadas à maternidade e a saúde das trabalhadoras, situadas entre o antes e após

a aprovação da reforma. Nesse sentido, o problema central desta pesquisa desfere esforços para verificar se há a existência dessa dupla violência nas jornadas de trabalho das mulheres profissionais, considerando às múltiplas expectativas concentradas no papel social de gênero que desempenham na sociedade, produzindo adoecimentos psíquicos e incapacidades físicas dos mais diversos. Ademais, sabe-se que as tendências da globalização, aliadas ao fortalecimento de políticas econômicas neoliberais no Brasil, começaram a se popularizar na América Latina e na Ásia partir de 1990 (HIRATA, 2001, p.143). Desde então, as transformações no modo como as atividades remuneradas passariam a ser exigidas, contribuí para construir o argumento da livre autonomia como algo inicialmente positivo ao trabalhador. Na prática, internalizam um novo método de configurar as relações trabalhistas baseado nas capacidades de performance dos sujeitos. Nesse cenário globalizado de (1990), as qualificações profissionais passam a se tornar mais exigentes, a participação das mulheres no mercado de trabalho ganha força e aumenta exponencialmente nas áreas formais (CLT) e informais. No entanto, a mudança fez aumentar a competitividade por postos de trabalhos de baixa qualidade, e de escassa proteção legislativa. No Brasil, a política da terceirização do trabalho começou a ser juridicamente permitida - ainda que com reservas por categoria - em (1993), com a aprovação da Súmula 331 TST. Após a aprovação irrestrita da terceirização em 2017, indaga-se se os agrupamentos dessas mesmas condições trabalhistas desfavoráveis, já consolidadas na cultura dos mercados do sul da América desde (1990), passam a produzir uma cultura hiper individualista e autocentrada no tra-

balho, reificados como parte de uma dialética hegeliana simbólica, algo que, eventualmente, pode se manifestar sob práticas abusivas de violência econômica e no adoecimento psíquico das trabalhadoras. Por fim, esse plano econômico não deixa às claras qual será o papel produtivo das mulheres, investido nesse novo pacto social, para o futuro das relações trabalhistas. À medida que a narrativa da terceirização se sofisticava como interpretação neoliberal de bem-estar, parece oferecer alternativas compassivas à conquista do empoderamento, e da autossuficiência das mulheres nos mercados profissionais. No entanto, será que entrelinhas do culto ao '*empreendedorismo feminino*', pode estar se pervertendo a memória dos ideais igualitários de justiça e democracia para encorajar o adversário do sexismo cultural? Para isso, esses e outros argumentos de valor serão resignificados em locuções neoliberais sobre o trabalho, acirrando ainda mais a diferenciação e a concorrência.

Palavras-chave: Gênero; Neoliberalismo; Trabalho.

REFERÊNCIAS:

- HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu** (17/18), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero- Pagu/ Unicamp, 2001/02.
- FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.
- HAN, Byung-Chul. **A Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

DA INFORMALIDADE À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luiz Inácio Gaiger
(PPGCS – Unisinos)

Durante as últimas décadas, a informalidade se manteve como um padrão expressivo em vários países e continentes. Ao contrário das expectativas suscitadas por teorias de modernização sobre uma progressiva *formalização do informal*, não se tem observado um definhamento da informalidade. Novos fatores de impulsão engendrados pelo regime de acumulação flexível a têm realimentado, enquanto a desregulamentação das relações de trabalho e a recessão econômica vem favorecendo seu recrudescimento em escala global. A informalidade não se mostra fadada a desaparecer, conquanto a disseminação da economia formal se defronta com obstáculos estruturais persistentes tais que, por vezes, a mantêm como um setor localizado em meio ao domínio do informal. Em amplas áreas do globo, se vem produzindo uma “instituição” híbrida da economia, em que a vigência de regulamentos e marcos legais é parcial e restrita. Estabelecer em linhas gerais esse quadro compósito será o primeiro objetivo dessa comunicação.

Compreender a informalidade requer uma visão crítica das abordagens correntes e um enfoque teórico apropriado. Como se discorrerá na segunda seção do paper, é preciso suplantar posições unilaterais, como a tese da dependência e funcionalidade do informal em relação à economia capitalista, ou a tese oposta que toma a

informalidade como um reflexo da excessiva e irracional ingerência do Estado, o que tolheria as iniciativas e obrigaria os microempreendedores a valerem-se da margem da lei para se conduzirem livremente no mercado. Ademais, deve-se questionar as abordagens do informal por meio de sua contraposição ao formal, cujo pano de fundo é a economia moderna, identificada por sua vez com a economia capitalista. Por esse prisma, o informal é visto como uma forma defectiva de economia, um reflexo do estado de carências e debilidades de seus agentes econômicos ou, ainda, pelas relações estruturais de subordinação e exploração impostas pela ordem capitalista.

Uma providência adicional e fundamental que se impõe, diante de tais considerações, é a clarificação de termos e conceitos amiúde empregados indistintamente, como informalidade, setor informal e economia formal. Deslindar o que há de singular nesses termos, ou de comum entre eles, conduz a tratamentos diferenciados. Renunciando ao uso impreciso e excessivamente englobante, usual de tais noções, chega-se a uma distinção conceitual entre emprego informal, economia informal e economia popular, assunto que ensejará uma série de ponderações na terceira seção do paper.

A quarta seção sustentará que a economia popular deve ser entendida a partir dos princípios organizativos que lhes são próprios, não obstante esteja desprovida de normas jurídicas formalmente acolhidas e sancionadas pelos marcos legais em vigor. Essa natureza específica não é percebida à medida que a primazia do mercado nos afasta de uma concepção plural da economia, requisito para que se possa avaliar a performance

efetiva das unidades informais em prol da subsistência e de processos locais de desenvolvimento, entre outros aspectos. Com tal perspectiva, será argumentado que a economia popular deve ser apreendida como uma forma de economia socialmente *encaixada*, no sentido de Karl Polanyi, o que a torna irreduzível às propriedades e funcionalidades estritamente econômicas. A lógica que preside seu funcionamento corresponde à reprodução social das unidades domésticas, buscada por meio de ativos relacionais oriundos da esfera familiar e de seus círculos próximos, o que configura uma lógica socioeconômica designada por Luis Razeto de *comensalidade*.

O entendimento de que a economia popular introduz um *modus operandi* no terreno econômico de acordo com formas específicas de agenciamento de vínculos sociais permitirá, na quinta seção do paper, estender um gradiente conceitual que a relaciona a formas afins, dotadas de peculiaridades. Poder-se-á distinguir a economia informal da economia popular, caracterizando-se a primeira por seu relativo isolamento na esfera doméstica, enquanto a segunda se destacaria por algum enraizamento comunitário. Por sua importância e suas características peculiares, as iniciativas de índole igualitarista e participativa, associadas à economia solidária, serão abordadas nas páginas finais do paper. Isto permitirá discernir como a informalidade contém, ela própria, vínculos de solidariedade assentes na trajetória social e econômica de seus agentes.

Entende-se que o delineamento teórico-conceitual assim proposto faculta uma apreensão adequada das economias dos setores populares, sobretudo pelo respeito à diversidade de suas

expressões e pelo fato de situá-las nos contextos mais amplos das sociedades contemporâneas a partir de seus traços próprios e suas lógicas específicas de organização e atuação. Sua apresentação no paper encontra-se lastreada em revisões bibliográficas recentes, em âmbito internacional, e em pesquisas empíricas realizadas nas duas últimas décadas pelo autor dessa proposta.

Palavras-chave: Economia Informal; Economia popular; Emprego,

REFERÊNCIAS

- BROMLEY, Ray; WILSON, Tamar. Introduction: The Urban Informal Economy Revisited. **Latin American Perspectives**, v. 45, n. 218 p. 4–23, 2018.
- CARDOSO, Adalberto. Informality and Public Policies to Overcome it. The Case of Brazil. **Sociologia & Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 321-349, 2016.
- CHEN, Martha (2012). The Informal Economy: Definitions, Theories and Policies. **WIEGO Working Paper**, 1.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E IDENTIDADES DE GÊNERO: MULHERES CIS E TRANS EM BUSCA DE AUTONOMIA

Marilia Veronese

(Docente do PPGCS UNISINOS)

Julice Salvagni

(Docente da Faculdade de
Administração da UFRGS)

Marina Guerin

(Bolsista Fapergs PPGCS UNISINOS)

Samanta Marques

(Bolsista Unibic PPGCS UNISINOS)

Esta apresentação é parte de um trabalho de pesquisa que teve por objetivo analisar a trajetória laboral de mulheres em atividades consideradas masculinizadas, visando compreender sua relação com o trabalho e identificar as possíveis formas de promoção de autonomia pela via laboral. A definição de Kergoat (2009), afirma haver relações de poder desiguais dos homens sobre as mulheres no mundo do trabalho, e nos trouxe um conceito do qual partir, considerando o caráter social da divisão do trabalho. Foram realizadas 12 entrevistas individuais semiestruturadas, posteriormente transcritas e submetidas à análise de discurso, como método de produção de sentidos sobre o material coletado. Não se trata especificamente de um único método de análise, mas um estilo de interpretação dos dados que implica uma “rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de descrever o mundo, e uma convicção da importância central do

discurso na construção da vida social" (GILL, 2003, p. 244). O estudo levou em conta aspectos da elaboração da identidade de gênero e das possibilidades de emancipação *pelo e no* trabalho, consideradas as estratégias de produção de autonomia construídas pelas mulheres. No decorrer do trabalho de campo, nos deparamos com uma trabalhadora transexual, o que despertou a atenção das pesquisadoras para os desafios enfrentados pelas mulheres *trans*. O gênero engloba os aspectos identitários que são construídos a partir do sexo biológico, em termos dos comportamentos correspondentes associados ao papel de 'homem' ou 'mulher'. Portanto, é impossível falar em identidades sem falar em gênero, pois "O conceito de gênero privilegia, exatamente, o exame dos processos de construção dessas distinções - biológicas, comportamentais ou psíquicas - percebidas entre homens e mulheres." (MEYER, 2003, P. 16).

Segundo Oliveira (1997, p. 13), "a segregação por sexo nas ocupações leva à consideração do sexo como uma dimensão na qual o mercado de trabalho é segmentado, **havendo dois mercados de trabalho relativamente separados para homens e mulheres**". Para Seffner, Borrillo e Ribeiro (2018), as questões de gênero e sexualidade vêm experimentando um deslocamento que as tornam centrais na luta democrática brasileira. Ou seja, a questão torna-se relevante em termos mais abrangentes e a própria democracia está em jogo quando se pensa na articulação das categorias **trabalho e gênero**.

No caso da mulher *trans*, ela precisa afirmar, ao mesmo tempo, sua *identidade* e sua *sanidade* mental. A necessidade de ser aceita socialmente como mulher e como cidadã ainda é acom-

panhada da necessidade de tentar “provar” que não é doente, que não é uma aberração. Quando entrevistamos Priscila (nome fictício), uma mulher transexual que é analista de sistemas em uma grande empresa, ela nos relatou que há pessoas que perguntam se ela ingressou na empresa através de cotas e *“que a empresa deve perder muitos profissionais bons e qualificados por contratar pessoas como eu”*. O transgênero é visto como algo transgressivo e estranho, logo “perturbado” ou “doente.” A entrevistada relata ainda que não mantém contato com a família (em suas palavras) “para manter a saúde mental”.

Nucci de Oliveira (2017) destaca que o campo dos estudos da diversidade organizacional ainda fica muito centrado nas relações entre homens e mulheres cisgênero no trabalho, não havendo consenso sobre o que significa a diversidade a ser estudada. As pessoas transgêneras ainda não têm sua situação suficientemente estudada nas organizações de trabalho. Elas ficam sós e têm total responsabilidade por fazer os colegas entenderem quem elas são, ter sua condição compreendida, bem como sua segurança pessoal preservada. O “trabalhador padrão” estudado na administração não era simplesmente um **corpo sem sexo**, mas um **homem cisgênero**. Com o tempo, pesquisadores admitindo que havia uma diversidade muito maior no campo organizacional, algumas das consideradas “minorias” começaram a ser alvo dos estudos.

Priscila ainda relata que a empresa em que trabalha, embora defenda, em suas estratégias de marketing, a “bandeira” da pluralidade, “é uma bolha”, não sendo comum à sociedade dar oportunidades aos transgressores, principalmente quan-

do se é mulher transgênero e se está inserida em uma área de predominância masculina - tecnologias de informação. Priscila afirma que quando as mulheres entram nesses espaços, elas incentivam que outras mulheres possam ter as mesmas oportunidades. Conclui-se que é preciso avançar muito mais no estudo da articulação entre trabalho e transgeneridade.

Foi possível constatar, em relação ao trabalho das mulheres trans, que a empresa que assume como marca a inclusão das minorias consegue iniciar um processo de questionamento das relações de poder; mas isso deixa a trabalhadora trans exposta a formas diversas de incompreensão ou discriminação. Priscila mostrou-se corajosa no enfrentamento desse desafio, entendendo a si mesma como alguém que está a abrir caminhos para que outras se sintam aptas a trilhá-los; o trabalho, assim, guarda potencial de empoderamento das mulheres trans. Cabe questionar a forma como as relações de poder são reorganizadas para produzir relações menos hierárquicas em termos de gênero.

Palavras-chave: Trabalho; Identidade de gênero; Desigualdades.

REFERÊNCIAS

- KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER Danièle (orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.
- MEYER, Dagmar Stermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vi-

lodge (orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade:**
um debate contemporâneo na educação.
Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

NUCCI DE OLIVEIRA, M. C. About the relation between transgender people and the organizations: new subjects for studies on organizational diversity. **REGI Revista de Gestão**, v. 24, n. 4, p. 360-370, 19 dez. 2017.

EM CASA OU NO MERCADO DE TRABALHO: UM HISTÓRICO DE SUBMISSÃO DA MULHER

Anaquel Gonçalves Albuquerque

Mestre em Humanidades,
Cultura e Artes (UNIGRANRIO)

Apoio à Direção (SMERJ)

Tutora de apoio ao professor (Consórcio CEDERJ)

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a estrutura de dominação na qual a mulher tem sido submetida, por uma sociedade que predetermina valores e normas a serem seguidos por cada indivíduo. Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada em autores de referência na área de Gênero e poder, tais como SAFFIOTI (2013), FOUCAULT (1987) e BOURDIEU (2002), dentre outros importantes estudiosos do assunto, tendo a pretensão de traçar um panorama histórico da sociedade, atentando para o cenário de submissão que geralmente é imposto à mulher e suscitando a importância de desconstruir este cenário, que tanto se tem presenciado ainda na atualidade. Neste intuito, casa, mercado de trabalho e submissão destacam-se como palavras-chave na compreensão desta abordagem.

Saffioti (2015) corrobora para esta compreensão, expondo que as mulheres são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis e apaziguadores e os homens seriam estimulados à prática de condutas agressivas e perigosas, que revelem força e coragem. Ao retomarmos o aspecto da historicidade e aos papéis predeterminados para homens e mulheres, verifica-se que a desigualdade de gênero reafirma que os homens

devem estar prioritariamente associados à esfera do trabalho e as mulheres à esfera reprodutiva, de maneira que a ordem social atua como uma máquina simbólica, ratificando a dominação masculina, por meio da divisão social do trabalho, da distribuição específica de atividades mediante o sexo, dentre outros instrumentos de reafirmação do poder (BOURDIEU, 2002, p.18).

São, assim, reafirmadas a divisão entre espaços e atividades como oposição entre masculino e feminino, os quais assumem funções objetivas e subjetivas. Seria, ainda, exposta a mulher como uma construção masculina, reiterando a complexidade do machismo existente em nossa sociedade, visto que as ações da mulher seriam determinadas pelo homem, que define o papel que esta deve desempenhar na sociedade.

Foucault (1987) aborda essa questão de maneira bastante interessante ao tratar a temática da “Sociedade Disciplinar”, expondo a distribuição dos indivíduos dentro do espaço como uma das características do poder disciplinar, onde são estabelecidos os padrões a serem seguidos por todos os indivíduos.

Embora a sociedade continue ditando as normas e padrões a que todo indivíduo deve se submeter, a mulher não pode continuar sendo associada somente à tarefa de garantir à sociedade a predominância da disciplina, moral e bons costumes, por meio do exercício da maternidade e cuidados com o lar. Há de lhes ser dadas condições para transitar em espaços diferenciados, bem como realizar escolhas.

Desta forma, não somente a família, mas também a escola e demais espaços de convivência social, precisam contribuir para que esses pa-

drões tradicionais sejam desconstruídos e ocorra uma maior aceitação quanto às várias formas de ser e se posicionar na sociedade. Torna-se, portanto, de extrema relevância encontrar soluções que viabilizem a permanência da mulher no mercado de trabalho, não sendo mais possível visualizar tão somente o papel do homem como provedor da família e da mulher como a única responsável pelas tarefas do lar e criação dos filhos.

Devemos compreender a necessidade da reflexão sobre o tema, a fim de romper com valores e normas estabelecidas pela sociedade, cientes de que esta reflexão não se esgota no presente trabalho, pois trata-se de uma abordagem que devemos trazer à tona todos os dias, sempre em busca de romper com a naturalização deste processo e procurando desconstruir esta história de subordinação da mulher, que tanto reforça sua invisibilidade enquanto sujeito histórico.

Palavras-chave: Casa, mercado de trabalho, submissão

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

“FAZENDO” GÊNERO, TRADIÇÃO E INOVAÇÃO A PARTIR DA ARTE DO BARRO: INTERAÇÕES ENTRE PESSOAS, COISAS E AMBIENTES

Adimilson Renato da Silva

(Doutorando Ciências Sociais Unisinos/
Pesquisador do Laboratório de Políticas
Culturais e Ambientais no Brasil-LapCAB)

Maria Cláudia Rodrigues

(Professora. Dra. Ciências Sociais ULBRA/
Pesquisadora do Laboratório de Políticas
Culturais e Ambientais no Brasil-LapCAB)

RESUMO: Artesãs e artesãos, parceiros do/no Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, tecem suas relações de parentesco, vizinhança, amizade tendo como centralidade a produção de panela de barro preta. Moldar a panela abrindo o barro e dando-lhe uma forma era coisa de mulher, de Paneleira. Os homens encarregavam-se da extração (barro) e coleta (casca de árvore de manguezal) da matéria-prima, e entre tempos, recorriam à pesca nas áreas alagadas pelo regime de marés oceânicas, ambiente contíguo entre o rio que vê suas águas crescerem pela entrada do mar e o manguezal repleto de caranguejos e mariscos. Na voz de um dos atores que acompanhamos em campo de pesquisa “sou filho de paneleira e neto e sobrinho de pescador”. Adentrando a história desta arte com o barro, no dia 25 de março de 1987, reuniram-se no Esporte Clube Goiabeiras 57 paneleiras para dar início a Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG). Este episódio que marcou a gênese da organização formal da atividade paneleira na configuração de associação, concorreu para potencia-

lizar a reivindicação da qualificação dos espaços de trabalho e de garantir o acesso aos lugares de extração das matérias-primas, e, pelo visto, contribuiu fortemente para a conquista da demanda de “profissionalização da atividade”. O processo que deu visibilidade às mulheres que produziam panela de barro até então no interior de seus quintais residenciais, concorrendo para que elas adentrassem a cena pública empoderadas, de fato e de direito, antecipou outro momento de institucionalização deste saber-fazer. No ano de 2002, obteve-se o registro e outorga do Ofício das Paneleiras de Goia-beiras registrado no Livro Saberes do Iphan. Considerado como prática e conhecimento primordiais da coletividade artesã, esse processo de inscrição da atividade paneleira no escopo das políticas de patrimonialização cultural brasileira, além de indicar a atual delimitação do saber-fazer panela de barro por esta ótica de institucionalização desta cultura específica, expõe as mudanças ocorridas na própria concepção e abrangência das ações estatais acerca dos bens patrimoniais do país. De outro modo, os vínculos das pessoas em si são constantemente problematizados pela interação abrangente com os artefatos culturais (panela de barro), com o engajamento meticuloso ao longo dos materiais utilizados para a confecção das peças (barro e tanino), e pela percepção e aprendizagem tidas com o ambiente envolvente (bairro, manguezal, vale), o mundo da atividade paneleira. Existe todo um esforço por parte das comunidades tradicionais para materializar seus saberes imateriais para produzir objetos culturais “destinados ou não ao mercado e através dos quais elas se afirmam como sujeitos de direitos especiais. A materialização não engajando apenas coisas, mas também,

e sobretudo, pessoas" (GALLÓIS, 2007, p. 95). O qualificativo *tradicional* insere-se na constatação de que essa comunidade "se tornou legítima através de um trabalho coletivo de socialização da natureza". (BRANDÃO, BORGES, 2014, p. 10). De lugar inóspito e rústico, do passado ao presente, vice-versa, esse espaço onde a "natureza" germina e brota com certa facilidade tornou-se ambiente socializado pelos usos e sentidos despendidos do coletivo ao mobilizar os recursos que lhes são provenientes (matérias-primas, paisagens, alimentos/comidas) pelo trabalho e intencionalidade da comunidade em questão. Seja para viabilizar laços recíprocos inerentes ao grupo, e também mediar relações exógenas através da troca de presentes e bens simbólicos, estes em circulação num mercado com algum grau de organização e periodicidade, o resultado do trabalho dos integrantes da comunidade tradicional na maioria das vezes manifesta-se como vitrine desta relação com a natureza que acabara se perpetuando numa escala duradoura de tempo. Por sinal, neste emaranhado de pessoas, coisas e ambientes, a ação é vista como impactada pelos vínculos recíprocos da interação entre humanos e não-humanos, como destacou Latour (2012). Nesse entendimento, o movimento analítico reverbera na maneira de como "os objetos alteram seu modo de existência" (idem, p. 121), seja nos registros de poder e dominação enredados nesta nova espécie de agregados sociais ampliados pelos efeitos dos objetos que fazem agir, seja na constatação de que "organizamos" o mundo ao nosso redor para o dispor nos modos de agir sobre nós mesmos e sobre os outros. Portanto, todo curso da ação delineará uma trajetória "em meio a modos de existência completamente estranhos, arre-

gimentados por essa heterogeneidade [...]: a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos [...] ou entre objetos, mas, como muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras" (LATOURE, 2012, p. 113). Neste contexto objetiva-se problematizar as interações e vínculos vividos pela coletividade produtora de artesanato tradicional junto à comunidade de Goiabeiras Velha, Vitória-ES. Esse princípio teórico-analítico e também descritivo, de entender a interação e os vínculos desenvolvidos entre humanos e não-humanos, com imbricações mútuas, amplia a noção do social. Por isso, observando as práticas e discursos da atividade paneleira, os regimes de parceria e as iniciativas colaborativas para por a matéria em movimento das formas culturais, discorreremos sobre controvérsias e inovações que permitam ver as relações de gênero emergindo deste contexto, nos artefatos resultantes da atividade paneleira.

Palavras-chave: atividade paneleira; inovação; gênero.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos R.; BORGES, Maristela C. O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional. **Campo-território**: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun. 2014.
- GALLOIS, Dominique T. Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v. 4, n. 2, p. 95-116, dez. 2007
- LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador: Edufba; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

FEMINEJO: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES CANTORAS DE SERTANEJO

Samanta Fanfa Marques
(UNISINOS)

Marília Verissimo Veronese
(UNISINOS)

Julice Salvagni
(UFRGS)

Marina Guerin
(UNISINOS)

RESUMO: Este resumo tem como objetivo analisar as transformações vinculadas ao papel das mulheres na produção do gênero musical sertanejo. A música sertaneja diz respeito a um meio de disseminação de ideias para as mais variadas classes sociais. Esse movimento da entrada das mulheres em espaços que não lhe são comuns tem sido uma ferramenta de resistência na divisão sexual do trabalho. A presença das mulheres no chamado “sertanejo raiz” era o papel, exclusivo, de musa inspiradora. O trabalho de músico era um espaço predominantemente de homens, principalmente em se tratando da música sertaneja; mas atualmente, esse papel se expande para o de protagonistas que interpretam suas próprias questões, seus próprios dilemas. Ao adentrar esses espaços, compor e cantar questões que dizem respeito à vida e ao papel social da mulher, surge a necessidade de uma nova percepção das mudanças sociais que esse gênero de música tão popular pode trazer. As mudanças sociais que essa cate-

goria musical nos mostra na sociedade trazem à tona a necessidade de a pesquisa acadêmica aprender com as classes populares, e não o contrário, como acaba ocorrendo. A discussão sobre os estudos das ciências sociais e o sertanejo atual evoca uma necessidade de se determinar um novo termo linguístico que sirva para designar a ação de representatividade das mulheres, que “se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contra discurso” (RAGO, 1998, p. 27). Essa mudança também fala a respeito da epistemologia, pois a produção acadêmica ainda está calcada em um modelo antropocêntrico, eurocêntrico e centrado no protagonismo dos homens nas mudanças sociais. Uma epistemologia feminista diz respeito à ética, foca-se na forma pela qual o gênero influencia em nossos conceitos de conhecimento e por isso a importância de se apropriar de uma linguagem que se encontra fora da academia para que se possa marcar nela a possibilidade de um estudo, de um discurso e de um reconhecimento das mulheres que fazem história e, ainda, das que a contam. Nas grandes mídias, portanto, já é possível observar o uso recorrente do termo *feminejo*, que abre uma gama de possibilidades para entender o papel da mulher na música e na sociedade. Esse termo não possui apenas da relação da mulher na música, mas a uma gama de comportamentos que ele evoca, como o empoderamento das mulheres através da tomada dos outros espaços que antes eram destinados apenas aos homens. Ademais, “o corpo é também o que dele se diz e aqui estou a afirmar que o corpo é construído, também, pela linguagem” (GOELLNER, 2003, p. 29). Para tanto, foi utilizado como metodologia de pesquisa a análise de

conteúdo temática, foram submetidas à análise 591 músicas de cantoras e duplas que são referência desse gênero musical, o local utilizado para a busca das músicas foi o site de Músicas Terra. A escolha das cantoras e canções se deu por conveniência, mas se usou também o critério de fama e influência delas, para análise; após foram classificadas em categorias, elencadas através dos conteúdos das letras, sendo elas: **Relacionamentos Abusivos, Autonomia e Resistência**. Resultados: Apesar de ser inegável a popularização do contra discurso das mulheres no *feminejo* do Brasil contemporâneo, elas ainda são alvo do machismo estrutural de uma sociedade que desqualifica as mulheres que ousam sair de seu papel social pré-estabelecido. Observou-se uma escassez na produção científica relacionada a mulheres cantoras de sertanejo e esse estudo espera contribuir para o avanço da pesquisa e da epistemologia e de uma produção acadêmica feminista.

Palavras-chave: Feminejo, divisão sexual de trabalho, resistência.

REFERÊNCIAS

- GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO; Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

INTERSECÇÃO NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES NO TRABALHO ESCRAVO.

Bruna Letícia de Oliveira dos Santos

(PPGH – UNISINOS)

RESUMO: Intersecção na experiência de mulheres no trabalho escravo, faz parte do desenvolvimento do projeto de pesquisa "Gênero, raça e trabalho: experiência de escravidão para mulheres negras (Comarca de Rio Pardo, 2º metade do século XIX). O principal objetivo da pesquisa é explicar como a relação entre gênero e raça na experiência de mulheres escravizadas configuraram a situação em que essas mulheres se tornaram vítimas ou rés nos processos-crime analisados. Para isso o projeto propõe uma análise interseccional, partindo do conceito de gênero, que já vinha sendo discutido, mas foi organizado de forma a ser utilizado nas pesquisas históricas por Joan Scott, em 1989. Dessa forma: "gênero é a organização social da diferença sexual [...] gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais" (SCOTT, Joan, 1994, p.13). Scott utiliza a ideia de saber de Michel Foucault – saber como "significado de compreensão produzido pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso relações entre homens e mulheres. [...]. Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas. O saber não se refere apenas a ideias, mas a instituições e estruturas práticas cotidianas e seus rituais específicos." (SCOTT, Joan, 1994, 12-13). Entender gênero como um saber acumulado sobre o que é ser homem

e o que é ser mulher, e que esse saber está embutido no significado das instituições e estruturas práticas cotidianas é o que nos permite analisar gênero historicamente e o coloca em uma condição interseccional, uma vez que a construção das instituições e estruturas estão atravessadas por outras categorias como raça, e condição social. O conceito de intersecção foi pensado a partir da crítica ao feminismo hegemônico, que universalizou o termo mulher. Feministas negras em suas práticas intelectuais e de ação política nos movimentos de mulheres já exerciam a análise da opressão a partir da intersecção. Mas foi Kimberlé Crenshaw quem organizou o conceito ao utilizá-lo em sua tese em 1989, para entender como gênero, raça e classe geram diferentes formas de opressão (RIBEIRO, 2015, p. 47). Nas pesquisas históricas, acredito que o conceito de intersecção, associado ao que já entendemos por gênero, pode ser de grande contribuição para explicarmos as experiências de mulheres que tiveram o significado social de ser mulher cruzado por outras categorias (opressões). O objetivo da presente comunicação é apresentar as possibilidades de análise a partir da intersecção entre gênero e raça em suas diferentes articulações, nas experiências das mulheres escravizadas no século XIX, através dos processos-crime que compõe o fundo 7 da Vara Civil e Crime da Comarca de Rio Pardo, guardados no APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. A análise dos processos envolvendo mulheres na posição de vítimas ou réus, ainda está em fase inicial, do ponto de vista qualitativo, entretanto, pode-se perceber que a articulação entre gênero, raça e trabalho escravo não se deu de maneira uniforme nos casos registrados, dessa forma podem ser visi-

bilizados vários aspectos que permearam as experiências de mulheres escravizadas, e a complexa relação entre essas categorias de análise. A documentação também mostra que não existe uma estrutura universal de dominação da mulher, como propunham alguns estudos feministas com a ideia de opressão comum, exatamente porque não existe uma categoria universal de mulher, análise que algumas intelectuais já desenvolveram como *bell hooks*. Para essa comunicação três processos foram selecionados, e registram fragmentos das trajetórias de Maria Rita, Maria e Mafalda, bem como expõem a construção de gênero como sendo constituinte do sistema de opressão escravista, juntamente com a categoria de raça e a exploração do trabalho escravo. Assim, a articulação dessas opressões tornou a experiência de escravidão diferente para mulheres e homens. No que se refere a observação dos processos citados, destaca-se a análise da maternidade na condição cativa; a vulnerabilidade dessas mulheres à violência de gênero sofrida nas diferentes configurações do trabalho escravo, assim como na prática das diferentes masculinidades; as experiências amorosas femininas, que ajudam a entender essas mulheres não apenas do ponto de vista da exploração do trabalho escravo, mas como seres humanos que estabeleceram relacionamentos afetivos e foram também motivados por eles, no exercício de humanizá-las, ao tentar compreender as múltiplas experiências que compõem suas trajetórias de vida, sem recair sobre os extremos da vitimização e da idealização. Os objetivos do projeto têm desvelado diferentes perspectivas de análise, e assim, construindo eixos para o desenvolvimento da dissertação, sendo que a construção social da mu-

lher negra escravizada no século XIX, percebida através da análise das práticas da violência contra e por elas, apresenta-se até o momento como um eixo central.

Palavras-chave: Mulheres-negras; Intersecção; Trabalho escravo.

REFERÊNCIAS

- HOOKS, Bell. Mulheres negras moldando a teoria feminista. **Revista brasileira de Ciência e Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.
- RIBEIRO, Djamila. **Simone de Beauvoir e Judith Butler**: aproximação e distanciamento e os critérios da ação política. Guarulhos, 2015. [Dissertação de mestrado]
- SCOTT, Joan Wallach. Prefácio à Gender and politics of history. **Cadernos PAGU**, v. 3, p. 11-27, 1994.

INTERSECCIONALIDADES: EXPERIÊNCIAS CRUZADAS NA VIDA DE MULHERES TRABALHADORAS DE UM EMPREENHIMENTO DE RECICLAGEM

Isabel Cristina de Vargas

(Mestranda, PPG Ciências Sociais UNISINOS)

RESUMO: Este trabalho busca compreender como um empreendimento, que compõe o campo da Economia Solidária, pode atuar na desconstrução das desigualdades de gênero, raça e classe. A atuação das mulheres nesses empreendimentos tem ganhado destaque nos últimos anos, pois são uma forma de geração de trabalho e renda para diversas famílias (IPEA, 2013). Nos empreendimentos de reciclagem de resíduos sólidos, o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), afirma que a participação das mulheres chega a 75%. Esta pesquisa ocorre através da investigação das experiências de vida relacionadas às múltiplas formas de opressão e desigualdades e como elas são percebidas pelas mulheres trabalhadoras de uma unidade de triagem de resíduos sólidos urbanos, assim como sua atuação em um empreendimento caracterizado pela autogestão. A produção de dados ocorre através da observação participante e entrevistas, tendo como campo empírico a Unidade de Triagem Frederico Mentz, com sede na Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem (CEAR) Sepé Tiarajú, localizada no bairro Navegantes, em Porto Alegre. Para dar conta de analisar teoricamente essas questões, são utilizados estudos sobre interseccionalidade de gênero e o cruzamento com outros

marcadores sociais, pois permitem uma melhor compreensão das condições de existência das mulheres, especialmente no contexto da reciclagem de resíduos. As pessoas que trabalham neste contexto, predominantemente habitado por mulheres negras e pobres, convivem com a invisibilidade e a exclusão e ao mesmo tempo lutam por melhores condições de existência para si e para os seus. Na CEAR, encontramos a ampla participação de mulheres na gestão do empreendimento, assim como no trabalho da separação dos resíduos, pesagem e comercialização dos fardos de materiais a ser reciclados. Além do mais, sua atuação se expande na busca de recursos, através de projetos e parcerias com empresas e outros empreendimentos. A Cooperativa tem passado por diversas dificuldades oriundas do atraso do pagamento do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, assim como a quantidade e qualidade dos resíduos que chegam até a UT, através do DMLU. A crise financeira e política que acomete os municípios, sobretudo Porto Alegre, atinge principalmente as camadas pobres da sociedade, reduzindo a renda mensal dos trabalhadores (as) da reciclagem. O ingresso em cooperativas ou associações de catação e reciclagem de resíduos urbanos são potência na busca por melhores condições de vida de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal (MIURA; SAWAIA, 2013). As trabalhadoras são sócias da cooperativa, o que possibilita definirem as condições e flexibilidades relativas às melhorias nas relações de trabalho, como também à rotina fora dele, visto que a maioria das mulheres precisa dar conta do cuidado dos filhos, enquanto estão em horário de trabalho, como levar e buscar na creche, por

exemplo. As mulheres desempenham uma diversidade de papéis, pois além do trabalho remunerado na cooperativa, dão conta do cuidado dos filhos, como já mencionado, realizam as tarefas domésticas, e precisam cuidar de integrantes dependentes da família, como os familiares mais velhos. O papel dos estudos, na vida destas mulheres, geralmente ocupa um lugar secundário, visto que precisam dar conta de outras dimensões, que abarcam questões relacionadas à sobrevivência, como alimentação e moradia. Contudo algumas, buscam ingressar em estudos noturnos, através do EJA, para concluir os estudos do Ensino Fundamental. Na atualidade, observa-se a naturalização dos papéis desempenhados e divididos com base no gênero, na cor da pele, na classe social. A utilização da interseccionalidade como ferramenta de análise, contribui para romper o paradigma sobre a definição de mulher universal. Tal perspectiva auxilia na compreensão das experiências vividas por mulheres que têm suas existências marcadas pela intersecção de gênero, raça e classe em contextos de exclusão (VIVEROS; VIGOYA, 2016). Utilizando a interseccionalidade para compreender as dinâmicas que se estabelecem nas trajetórias das mulheres trabalhadoras da reciclagem, compreendemos que o gênero não pode ser considerado como um marcador isolado. Essas mulheres, que são em sua maioria, pobres e negras veem o trabalho em uma cooperativa como algo atrelado à autonomia e à luta contra as dificuldades, assim como o rompimento de relações que se apoiem em sistemas tradicionais de divisão sexual do trabalho. As experiências obtidas no trabalho cooperativo são consideradas como potência para a transformação das relações de hierarquias,

individualidade e competitividade, tradicionais na sociedade capitalista. Apesar das diversas dificuldades enfrentadas pelos Empreendimentos de Economia Solidária que buscam a prática da autogestão, é possível observar a emergência de novas identidades em torno da condição de sócio trabalhador, quando as relações assumem outra dinâmica, em que os papéis não são mais os de empregado e patrão. Nelas, o coletivo trabalha em prol de objetivos comuns (VERONESE; ESTEVEZ, 2009).

Palavras-Chave: Interseccionalidade; Cooperativismo; Autonomia.

REFERÊNCIAS

- MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia e Sociedade**, n. 25, v. 2, p. 331-341, 2013.
- VERONESE, M. V.; ESTEVES, E. Identidade. In: HESPANHA, P. et al. (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009, p. 219-223.
- VIGOYA, M. V. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, n. 52, p. 1–17, 2016.

MASCULINIDADES MARGINALIZADAS E TRÁFICO DE DROGAS

Betina Warmling Barros

(Mestranda em Sociologia UFRGS)

Em relação à temática dos jovens envolvidos no mercado ilícito de drogas, os estudos da sociologia no Brasil vêm avançando nas últimas décadas na tentativa de melhor compreender a complexidade do fenômeno. Em algumas dessas investigações, traz-se a questão da masculinidade dos atores sociais do tráfico de drogas como forma de auxiliar na explicação para a violência exercida por eles. De qualquer forma, o uso das relações de gênero como aporte principal para trabalhar o assunto da violência urbana oriunda do mercado ilícito de drogas no Brasil ainda é um campo a ser melhor explorado.

Nesse sentido, propõe-se, no presente trabalho, traçar uma possibilidade de abordagem teórica ao tema, sobretudo a partir da teoria de gênero produzida por Connell (1995), da perspectiva construída por Hooks (2004) e da investigação etnográfica de Bourgois (2003). Com isso, objetiva-se a construção de uma proposta teórico-metodológica que localiza a violência urbana relacionada ao tráfico de drogas em um sistema de relações de gênero que situa os atores sociais desse fenômeno (homens, jovens, moradores das favelas dos grandes centros urbanos e, em sua maioria, negros) a partir do que propõe o conceito de "masculinidade marginalizada" (Connell, 1995).

Parte-se da premissa de que existem diversos tipos de masculinidades disponíveis, as quais

estabelecem padrões distintos de comportamento sobre os quais esses jovens devem se basear para agir conforme “homens aceitáveis”. Connell define a masculinidade como sendo algo que é simultaneamente “as práticas pelas quais homens e mulheres engajam seus papéis de gênero e os efeitos dessas práticas na experiência corporal, na personalidade na e cultura” (CONNELL, 1995, p. 71). A partir dessa concepção, a autora pensa as relações entre as diversas masculinidades, sejam elas de hegemonia, subordinação, cumplicidade ou marginalização e aposta, portanto, em uma masculinidade cuja hegemonia é historicamente uma relação móvel (*ibid.*, p. 77).

Connell argumenta que, para a manutenção do sistema desigual do patriarcado, é preciso que a) todos os homens – mesmo que de distintas maneiras – obtenham um ganho em termos de honra, prestígio e dividendos materiais (*ibid.*, p. 83); b) pelo uso da violência no sustento da dominação dos homens diante das mulheres, e como política de gênero entre os próprios homens. Essa segunda forma de demonstração da violência demonstra-se, por exemplo, pelos episódios em que as relações entre os homens são pautadas pela violência, na medida em que ser violento é uma forma de reivindicar ou de afirmar a sua própria masculinidade diante dos demais sujeitos homens do mesmo grupo. Seria o caso dos homens cujas masculinidade marginalizadas não permitem que eles exerçam sua dominação pela superioridade intelectual ou econômica. A autora também contextualiza o caso dos jovens que não podem alcançar um trabalho estável que possibilite a construção de uma masculinidade organizada em modelos de classe trabalhadora, interrogran-

do, então, como se daria a estruturação das masculinidades desses sujeitos em uma realidade de empregos intermitentes e de marginalidade econômica a longo prazo (ibid., p. 94).

Ao encontro dessa ideia, Bourgois, quando analisa a realidade dos jovens vendedores de crack no Harlem em Nova York no início da década de 90, também enfatiza os conflitos decorrentes do choque entre as mudanças nas relações de poder entre homens e mulheres com a personalidade de sujeitos forjada na valorização do trabalho masculino pelo uso da força (2003). Assim, na medida em que o contexto analisado pauta altos níveis de desemprego e de marginalização social, esses jovens restam em um conflito permanente: como construir a sua própria masculinidade sem fazer uso de um trabalho operário e com poucas oportunidades para se manter como garantidor da renda familiar? A resposta que alguns desses jovens encontram, no contexto da pesquisa de Bourgois e também, ao que parece, no Brasil urbano a partir do início do século, é o tráfico de drogas.

Conforme aponta Hooks, a ideia de se tornar um “empreendedor da droga”, no que diz respeito à realidade dos homens negros norte-americanos a partir da década de 70, se encaixa no “ethos da ganância” que passou a vigorar a partir desse momento em toda a sociedade (Hooks, 2004, p. 16). Se para esses homens o trabalho nunca foi o lugar onde eles poderiam afirmar a sua masculinidade patriarcal, a autoidentificação como “gangster” e as possibilidades financeiras daí decorrentes apresentavam um novo quadro a esses jovens negros, em que “a masculinidade patriarcal era a teoria e a cultura de gangues era sua prática final” (Hooks, 2004, p. 25).

Por fim, retoma-se a ideia de Connell de que também no nível do grupo, a prática coletiva de masculinidade se torna uma performance. São performances, contudo, que têm poucas chances de levar a algum tipo de alternativa real de vida a esses jovens e terminam por ser apenas uma “resposta ativa às situações” (1995, p. 117). Assim, conclui-se que a adesão à atividade ilícita também se explica pela forma como as masculinidades são construídas nesses contextos. Pautados por uma masculinidade marginalizada, esses sujeitos melhor se identificam com atividades que valorizam uma característica de dominação (física ou social) e que possibilitam o sustento financeiro da família e o consumo de bens para a sua afirmação social. O tráfico de drogas se apresenta como uma possibilidade que corresponde às exigências dessa masculinidade, seja por possibilitar uma “performance coletiva”, seja pela alta lucratividade ou seja ainda pela possibilidade de instrumentos que exarceberam a força, como a arma de fogo.

Palavras-chave: masculinidade; tráfico de drogas; violência.

REFERÊNCIAS

- BOURGOIS, Philippe. **In Search of Respect: Selling Crack in El Bairo**. San Francisco: University of California, 2003.
- CONNELL, Ryan. **Masculinities**. 2. ed. Berkley; Los Angeles: University of California Press, 1995.
- HOOKS, Bell. **We real cool: Black men and masculinity**. New York; London: Routledge, 2004.

MEMÓRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DA INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE LA SALLE

Robinson Henrique Scholz

(Universidade La Salle)

Caroline Raupp de Oliveira

(Universidade La Salle)

Maria de Lourdes Borges

(Universidade La Salle)

Este estudo tem como objetivo geral é pesquisar a atuação da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade La Salle no período de 2009 a 2017, sob o prisma da memória e economia solidária. Os processos de incubação foram desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar e projeta a assessoria para cooperativas de catadores e catadoras de resíduos sólidos urbanos nos municípios de Canoas, Nova Santa Rita e Esteio, RS, Brasil. Com financiamento da FAPERGS, foi realizada a primeira fase do projeto de pesquisa em andamento, que se constitui em uma revisão bibliográfica de artigos e livros publicados sobre as temáticas de incubação, economia solidária e memória. Esta revisão teórica-conceitual serve de fundamento para a pesquisa empírica que está projetada para a segunda fase do projeto, que realizar-se-á em 2019.

Assim, para fins de contextualização do objeto empírico, as ações de uma incubadora universitária de empreendimentos solidários requerem o desenvolvimento de processos metodológicos

que orientem as suas atribuições para com os coletivos de trabalho incubados e que contribuam para a redução das desigualdades. Os empreendimentos incubados podem ser grupos informais, associações e cooperativas, levando em consideração que estes executem práticas democráticas e autogestionárias no seio do trabalho, com vistas à geração de trabalho e renda.

Sob o ponto de vista da memória social, os estudos podem favorecer a compreensão sobre a atuação de uma incubadora, uma vez que a memória não é uma reprodução do passado, mas antes uma elaboração do passado, colocada em marcha dentro de uma relação eu *versus* outro (ABREU, 2016). O eu e o outro, no contexto deste artigo, se refere às cooperadas (mulheres são maioria nas cooperativas) e a equipe da incubadora que esteve com eles por oito anos. Nessa relação, um vai e vem de encontros e desencontros levou a inúmeras reflexões e crescimento conjuntos. Para este estudo, interessa a compreensão de memória social tecida com saberes e discursos dos participantes, tanto dos empreendimentos como da equipe da incubadora, uma vez que a memória passa a ser ponto focal para análise, avaliação e (re)elaboração das práticas sociais de uma incubadora de empreendimentos solidários. Ainda, a memória social favorece esse entendimento, uma vez que nas relações sociais estabelecidas entre a incubadora e um coletivo incubado, emergem situações das mais variadas ordens, sejam no campo político, econômico, social e cultural.

Assim, os estudos mostram o quanto a atuação de uma incubadora universitária de empreendimentos solidários pode ampliar as relações com os incubados, provendo melhores práticas de au-

togestão, solidariedade, valorização dos saberes populares e as trocas de experiências, fomentando a pesquisa aplicada conjuntamente com a extensão universitária. Contribuindo, o processo de incubação requer o respeito na relação entre os formadores (estudantes, professores e técnicos da universidade) e os cooperados dos empreendimentos incubados (aqui também entendidos como formadores), a qual é concebida pela proximidade, compreendendo a lógica relacional freiriana da educação popular e do acompanhamento psicoemocional e psicopedagógico (MATARAZZO; BOEIRA, 2016).

Os mecanismos pedagógicos e de assessoria técnica na incubação possuem um mérito significativo, uma vez que a incubadora engloba a responsabilidade de ser o elo entre a universidade e os empreendimentos solidários, fomentando ambas as partes. Não obstante, a construção de tecnologias sociais orientadas pela ação conjunta entre os atores sociais, desempenham mecanismos que favorecem o fortalecimento da inovação social, a qual tem como potência solucionar problemas das demandas de ordem social, seja dentro de uma organização ou mesmo externo a ela, como o caso das cooperativas incubadas e sua relação com o seu território de atuação na sociedade.

Contribuindo, a inovação social pode ser considerada por duas ou mais visões distintas, porque ela pode viabilizar a transformação social, bem como uma oportunidade de negócio, sendo que ambas podem contribuir para o complexo comunitário, se praticado com ética e com objetivos fins de movimento social (OLIVEIRA; ADDOR; MAIA, 2018). A título de elucidação das ações desempe-

nhadas pela incubadora e os empreendimentos incubados, se destacam a construção de tecnologias sociais de gestão, como o caso de metodologias participativas, práticas democráticas de tomada de decisão, diagnósticos participativos e organização da produção e comercialização, sendo uma motivação para a continuidade da pesquisa e estudos futuros. Desse modo, uma incubadora necessita de fomento para o desenvolvimento de suas ações conjuntamente com os empreendimentos incubados. Por isso, os editais públicos das agências de fomento, como o caso da FAPERGS e CNPq, são primordiais para a construção de tecnologias sociais, desenvolvimento da inovação social e geração de trabalho e renda por meio da economia solidária com vistas à redução das desigualdades e superação da pobreza.

Reflexões realizadas a partir da revisão teórica apontam que a atuação na área de incubação foi fundamental para a constituição de cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos de maneira mais solidária. por meio de procedimentos técnicos de apoio para a gestão das cooperativas e sistematização das ações por meio de educação popular.

Agradecimento: FAPERGS e CNPq

Palavras-chave: Memória, economia Solidária, Incubadora de Empreendimentos Solidários.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. **Morpheus:** Revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 41-66, 2016. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

- MATARAZZO, G.; BOEIRA, S. L. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, Artigo 10, p. 207-227, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/31514/56919>>. Acesso em: 5 ago. 2018.
- OLIVEIRA, T. C. S.; ADDOR, F.; MAIA, L. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 32, p. 38-59, Ed. Especial. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/7855/5074>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

“NÃO DÁ PRA FAZER MUITA COISA”: O TRABALHO DO CUIDADO ENTRE AS MULHERES DA COOPERATIVA AÇAÍ / PORTO VELHO – RO

Anelise Fabiana Paiva Schierholt

(Mestranda PPGCS – Unisinos)

Thaís da Rosa Alves

(Doutoranda PPGCS – Unisinos)

Mesmo com um avanço das mulheres no mercado de trabalho sabe-se que as mulheres possuem uma jornada laboral superior ao dos homens por conta de serem as principais responsáveis pelo trabalho não remunerado. Estas múltiplas responsabilidades acarretam em tensões sua vida pessoal, laboral e familiar. (ABRAMO; VALENZUELA, 2016).

Dito isto, o presente trabalho tem como objetivo trazer algumas pistas para pensar o trabalho cooperativo em contiguidade com o trabalho de cuidado de mulheres associadas à Cooperativa Açaí, de Porto Velho – RO, através de suas narrativas sobre o cuidado.

Os dados foram coletados em trabalho de campo realizado em três períodos diferentes: fevereiro e agosto de 2016 e fevereiro de 2017 para a produção de pesquisa relacionada com os estudos desenvolvidos desde o Laboratório de Políticas Culturais e ambientais no Brasil (LapCAB)¹, na qual a Cooperativa Açaí consiste em campo de pesquisa.

¹ O laboratório (LapCAB) tem como objetivo investigar as trajetórias e práticas de coletividades e comunidades de atores produtores de bens identitários ou de marcação social, que se reconhecem em um contexto ambiental determinado e que utilizam, nas suas atividades, tecnologias patrimoniais que integram as percepções locais de cultura e ambiente.

Fundada em 2003, a Cooperativa Açai produz ecojoias e biojoias, além de peças em tecido com sementes e fibras do bioma amazônico e algodão agroecológico da Justa Trama². Composta por 22 associados, atualmente apenas 7 pessoas participam da mesma, sendo 6 mulheres e 1 homem. O trabalho artesanal com as sementes iniciou a partir de um curso de capacitação ministrado pelo Programa Artesanato Brasileiro (PAB), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Embora o foco principal da pesquisa não ser direcionado para as relações de gênero, durante a interlocução com as associadas apareceram questões relacionadas com os cuidados da casa e familiares, principalmente, crianças. Estas questões apareciam nos seus relatos como reclamações e conflitos pelo fato da dificuldade em conseguirem adequar a sua rotina diária no espaço doméstico com a loja da cooperativa que passou a funcionar de acordo com a disponibilidade das cooperadas.

Dentre as narrativas, destacamos a de Cristiane, diretora de criação e artesã; Antônia, diretora financeira e artesã; Dolores, suplente de fiscal, e Ilda, cooperada. Cristiane divide seu tempo entre a produção de artesanato e os cuidados com o neto, por este motivo, não consegue ficar na loja nos turnos da tarde. Antônia também cuida de seus netos enquanto sua filha trabalha, além disso, faz faculdade à noite, o que a impede de permanecer integralmente na loja nos seus dias.

2 A Justa Trama é uma Cadeia Ecológica de Algodão Solidário com sede em Porto Alegre – RS, configurada como um segmento de várias cooperativas distribuídas em seis estados do país, que trabalham com o plantio, tingimento, fiação e produção de tecidos a partir do algodão agroecológico.

Dolores, participava mais ativamente da cooperativa, porém, depois que sua filha casou, os trabalhos domésticos passaram a ser exclusivamente de sua responsabilidade, o que dificulta sua participação em reuniões e na loja. Somando-se a este rearranjo familiar, Dolores também é responsável por acompanhar seu ex-marido em consultas médicas, realizadas em Barretos-SP. Já Ilda se afastou da cooperativa após o nascimento de seu filho por não ter com quem deixá-lo durante seu período de expediente na loja e nas reuniões, atualmente a mesma retomou a produção e venda de ecojoias e artefatos indígenas em uma feira local.

Por conta destas múltiplas jornadas de trabalho, nos dias em que alguma mulher está responsável pela abertura da loja, a mesma funciona meio expediente, das 8:30 às 13:00. O único dia que a loja funciona em período integral é quando Geovani, o único homem participante da cooperativa atualmente, abre a loja.

Concluindo, os casos aqui apresentados ilustram as dificuldades encontradas e as decisões tomadas por essas associadas para dar conta das dinâmicas de diferentes tipos de trabalho, o trabalho-cooperativa e trabalho-cuidado. Não se trata de julgar suas decisões ou escolhas, mas de “[...] pensar em conjunto diferentes relações sociais, respeitando, simultaneamente, o fato de que elas se constroem e de que são diferentes” (KERGOAT, 2016, p. 22). O trabalho das mulheres na cooperativa é realizado em contiguidade com o trabalho de cuidado e que elas discutem estratégias e arranjos que contemplem suas rotinas.

Palavras-chave: Mulheres associadas. Trabalho-cooperativa. Trabalho-cuidado

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís; VALENZUELA, María Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. Uma repartição desigual. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 113-123.
- KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

NO CORAÇÃO DA LOUCURA: RESISTÊNCIA, PROTAGONISMO E A LUTA DE NISE DA SILVEIRA

Julice Salvagni
(UFRGS)

Marília Veríssimo Veronese
(UNISINOS)

Marina Guerin
(UNISINOS)

Rayra Roncatto Rodrigues
(UNISINOS)

Analisamos trajetória de Nise da Silveira utilizando como dispositivo o conteúdo do filme *Nise: no coração da loucura* (2015). Com o objetivo de problematizar as representações da mulher constituídas a partir das premissas de *louca*, *subversiva* e *incapaz*, utilizamos os elementos de sua vida, narrados no filme, para discutir a maneira como o saber médico e suas instituições de referência operam como ferramentas que reforçam os estereótipos de gênero.

Ao uso das terapias vanguardistas e contra hegemônicas – que utilizavam várias técnicas artísticas, saídas de campo, troca de afetos com animais como cães e gatos, - que não tinham prestígio algum à época, soma-se o fato de Nise ser mulher e ter sido presa política durante a ditadura Vargas. Ou seja, há no mínimo dois pontos que dizem respeito à construção identitária da Nise trabalhadora da saúde e que prejudicam sua tentativa de mudança no espaço hospitalar: o de ser mulher e o de posicionar-se à esquerda do es-

pectro político. Assim, abordamos os marcadores de gênero no mundo do trabalho, que no caso de Nise foram subvertidos numa instituição conservadora, como o hospital psiquiátrico.

Os papéis de gênero rígida e binariamente divididos foram frequentemente motivos pelos quais o trabalho desempenhado por mulheres era desvalorizado ou não ganhava destaque, não só em se tratando de serviços relacionados à saúde, mas também a outros tipos de atividades. Mais do que isso, além da desvalorização da mulher no trabalho, a análise debruça-se sobre a associação historicamente construída da mulher como “treloucada”, irracional, emocional, a ponto de consolidar uma árdua herança acerca da dominação do desejo do homem, o que faz com que até hoje a mulher seja definida por sua sexualidade, e o homem, “nobremente”, por seu trabalho (MURARO, 1991).

O filme relata as relações hierárquicas presentes no hospital, tanto na distinção de trabalho entre os diferentes profissionais, como ainda contorna uma desigualdade de gênero, tendo por base o não reconhecimento do trabalho da Nise. Em se tratando da constituição de hierarquias, elas devem ser vistas, neste recorte empírico, alicerçadas pelas formas de legitimação do poder através das relações de gênero e de instâncias acerca do domínio da ciência. O discurso revestido de autoritarismo, que como no filme, limita a ação da protagonista e reprime suas inovações, provocando uma ditadura disciplinadora, que se estabelece através das entrelinhas dos discursos.

Esse fenômeno da desigualdade de gênero contra a mulher “atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-

-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum" (SAFFIOTI, 2001, p. 120). Por esse aspecto, toda perspectiva de gênero demanda um exercício crítico, ancorado na transposição dos modelos de poder legitimados. Estas questões são pautadas por uma resistência invisível em que as experiências cotidianas – as representações – são pensadas do ponto de vista de classe e de gênero, de modo articulado.

Os cargos são socialmente sexualizados, uma vez que “a resistência masculina é descrita como uma relação de poder, [em contrapartida,] a das mulheres como resistência, irresponsabilidade, falta de interesse” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 87). Assim, a manifestação das mulheres por melhores condições de trabalho quando são entendidas em um sentido pejorativo, desmascaram as facetas de uma divisão sexual do trabalho que ainda considera apenas o espaço privado como sendo o permitido para mulher.

O filme permitiu problematizar: a imagem da mulher associada à construção social da “loucura”, relacionada ao aspecto “subversão”; a trajetória da subalternização da mulher e do produto do seu trabalho; e, por fim, pelo viés da institucionalização da loucura, outros sentidos da atenção à saúde mental. Consideramos que a atuação da Nise da Silveira, como uma das mulheres pioneiras na atenção da saúde mental, torna-se expoente ao aventurar-se não só no campo da medicina, dado incomum à época, mas especialmente por fazê-lo de forma tão audaciosa e criativa. Ousar ser mulher, de esquerda, numa área que era designada apenas a homens (possivelmente em sua maioria conservadores), nos faz ter noção do tamanho da sua transgressão, essa que foi ainda

maior quando se arriscou a usar métodos contra hegemônicos no cuidado à saúde mental.

O legado de Nise encoraja para ousar quando se trata de cuidado com sensibilidade, ao destacar que os pacientes deveriam ser “tratados como gente”. Entendemos que muitas vezes a medicina como saber científico e hegemônico se ensurdece às necessidades subjetivas e singulares dos sujeitos; aprendemos com ela a dar voz ao portador de sofrimento psíquico e explorar possibilidades de transformar as práticas reducionistas institucionalizadas em expressões da diferença nos modos de subjetivação. Sua trajetória, além de exemplo de resistência, demonstra perseverança ao mostrar que o afeto, elemento por vezes negligenciado no tratamento psiquiátrico, é imprescindível para a humanização da psiquiatria e da medicina em geral.

Palavras-chave: Nise da Silveira. Trabalho. Estereótipos de Gênero.

REFERÊNCIAS

- MURARO, Rose Marie. Breve Introdução Histórica. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

O PAPEL DA MÍDIA NA DISCUSSÃO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DA REVISTA VEJA (2009-2017)

Antionielle Braga da Cunha
(UFRGS)

Julice Salvagni
(UFRGS)

Trata-se de uma pesquisa documental que submeteu à análise de discurso as matérias da revista *Veja* que versam sobre o trabalho análogo ao escravo publicadas entre os anos de 2009 e 2017. O trabalho realizado em condição análoga à de escravo “constitui uma séria violação de direitos humanos que deve ser combatida com todo vigor pelo Estado brasileiro” (DIEESE, 2015, p. 97). Contudo, no governo de Michel Temer (2017), a noção de trabalho análogo ao escravo foi alvo de uma tentativa de ressignificação por meio da Portaria 1129/2017, que ameaçou reduzir o conceito às situações de privação de liberdade e não mais a condições degradantes. Pressionado por órgãos multilaterais e tendo recebido uma arguição do partido Rede Sustentabilidade, a portaria foi suspensa. A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do trabalho escravo, que altera o Art. 243, é uma política que reforça o combate ao trabalho escravo, ao incluir que propriedades rurais ou urbanas vinculadas a esta prática sejam expropriadas.

As mídias de massa dominadas pelo capital, manipulam a compreensão e a mundividência das pessoas a respeito das coisas, impregnam

nessa concepção um viés político, voltado a favorecer os objetivos da elite dominante. Assim, parte-se da consideração de que o trabalho análogo ao escravo é produto intencional da reestruturação produtiva, cuja finalidade é a intensificação da acumulação de capital. De acordo com Martins, a “acelerada expansão territorial do capital, sobretudo na região amazônica, a partir de meados dos anos sessenta, revigorou ali, mas também em outras regiões do país, a escravidão por dívida ou peonagem” (1994, p. 2). A herança escravista, portanto, não é só perceptível nas entrelinhas preconceituosas que se esforçam para demarcar as abissais desigualdades entre as classes sociais brasileiras.

A passagem da escravidão para o colono ocorreu paulatinamente e, nesse meio tempo, conviviam trabalhando juntamente, escravos e colonos migrantes, a diferença é que estes migrantes brancos eram operários, enquanto os negros ainda eram escravos, já fazendo com que os colonos se sentissem superiores aos negros (IANNI, 1987), perpetuando a questão de o negro estar mais suscetível a trabalhos em condições análogas a de escravo. Apesar desse estudo reconhecer a exclusão racial que a escravidão causou no âmbito do trabalho, a proposta atual é investigar o fenômeno para além desta marca cultural, já que a escravidão contemporânea não tem mais uma única cor.

Desta forma, para além de uma marca histórico-cultural, as formas escravistas estão mais vivas do que nunca na sociedade contemporânea, apesar de assumir outras roupagens. Legalmente, não são apenas a restrição de liberdade e servidão por dívida que é caracterizado como um crime,

mas também a submissão do sujeito a condições degradantes de trabalho e jornadas exaustivas, que ferem a dignidade e os direitos humanos. A globalização, por meio da mundialização do capitalismo competitivo, exige maior qualificação dos indivíduos e produz o medo pelo desemprego, criando uma sociedade tomada pela razão instrumental e por objetivos egocêntricos, fazendo com que os que estão nos baixos níveis desta hierarquia sejam mazeados.

Há duas constatações notáveis na revista que surgiram a partir da análise dos dados: uma delas é o posicionamento político contra governos que promovem políticas públicas voltadas para as classes populares, como o Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, bem como a acusação de serem estes governos populares os responsáveis pelo trabalho análogo ao escravo. Em contrapartida, há uma aparente tentativa de tornar descritivas as matérias vinculadas ao cenário atual, quando o que está em questão são as ações de governo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A outra constatação foi o posicionamento da revista (por meio de seus colonistas) contra políticas que visam combater o trabalho análogo ao escravo. Este último se deu por meio da deslegitimação e ridicularização dos projetos que endureciam as penalidades para o crime. Segue a análise de alguns trechos representativos das inclinações desta mídia impressa.

As considerações iniciais da pesquisa indicam que a revisão legal do conceito de trabalho análogo ao escravo, ao menos nos moldes anunciados por Michel Temer, incorre em um risco à dignidade da pessoa humana, ironicamente em prol da ampliação dos lucros da pessoa jurídica.

Rever o conceito de trabalho análogo a escravidão, nestas condições, abre uma lacuna para que condições degradantes tornem-se parte de uma agenda já em curso, que enfatiza a reestruturação produtiva de modo a ferir os direitos trabalhistas.

Há uma violência estrutural que assola historicamente os *que vivem do trabalhado*, sendo ainda mais perversa com os pobres, negros, imigrantes e mulheres. A violência legitimada por parte do grande empresariado passa, na maior parte das vezes, impune à justiça. Cabe salientar, ainda, que o homem e a mulher do campo, aquele cujo fruto do seu trabalho depende da terra, e que é um alvo constante do trabalho análogo ao escravo, vê a degradação das suas formas de trabalho sendo legitimadas pela Reforma Trabalhista, pela ação do agronegócio, pelo sistema de comanditeis, pela tentativa de aprovar a Portaria 1129/2017, entre outros, que torna “natural” uma remuneração miserável por uma atividade horista, sem proteção alguma, exercida em uma jornada extenuante.

Palavras-chave: Trabalho Escravo
Contemporâneo. Revista Veja. Mídia Dominante.

REFERÊNCIAS

DIEESE, **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015**: Indicadores da Agenda de Trabalho Decente: livro 7. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/anuario/2015/sistPubLivreto7Tabalho-Decente.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social**, v. 6, n. 1-2, p. 1-25, 1994.

O PERCURSO DA AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE ÀS FORMAS DE COOPERAÇÃO DA REGIÃO UVA E VINHO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Matheus Henrique Johansson
(UFRGS)

Julice Salvagni
(UFRGS)

Aborda-se o Sistema Familiar de produção em relação às configurações das cooperativas e associações da Região Uva e Vinho do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Na região Uva e Vinho do estado do Rio Grande do Sul, especificamente na cidade de Garibaldi, recorte geográfico deste estudo, é visível a organização de associações que trazem resultados positivos para a indústria familiar na cidade, como é o caso da AVIGA (Associação de Vinicultores de Garibaldi), que reúne pequenos e médios produtores destes produtos no estado. Como definição, cabe-se destacar que a Região Uva e Vinho “é composta por 28 municípios. Os principais atrativos da região são a uva e seus derivados, a gastronomia de tradição colonial italiana, herança dos primeiros imigrantes chegados à região” (VALDUGA; DARTORA; BABINSKI, 2007, p. 9).

As famílias italianas, sob uma herança cultural, foram consolidando um sistema característico, mantendo as formas associativas historicamente vinculadas ao ciclo de produção da Uva e Vinho. A categorização das unidades familiares em círculos mercantis, com o debate acerca da implementação do capitalismo nas pequenas propriedades é iminente, já que “a mercantilização crescente das

relações de produção" pode se conectar às recentes inserções dos produtores familiares em grandes cooperativas da região aqui estudada. Assim, a união do Sistema Familiar de produção em associações e cooperativas tem como objetivo perpetuar esse tipo de cultivo e de organização familiar. As cooperativas agrícolas no Brasil cresceram com esse objetivo: o de ligar a produção familiar a um cultivo moderno e de alta eficiência e torná-las organizações empresariais agrícolas.

De acordo com o último Cadastro Vinícola do Rio Grande do Sul (MELLO; MACHADO, 2017), que coletou dados no período que compreende os anos de 2013 a 2015, a vitivinicultura gaúcha dobrou sua área plantada em 20 anos. Tal documento reitera que a agricultura familiar é a base desse cultivo com uma área aproximada de 2,81 há de área plantada. Para Valduga, Dartora e Babinski (2007, p. 9), no empreendedorismo da região, "predominam os estabelecimentos de micro ou pequeno porte, administrados pelas próprias famílias." que se reúnem em cooperativas e associações de produtores para buscar um melhor desenvolvimento de sua produção e comercialização. Por cooperativas de trabalho, entendem-se aqui como as "formas autogestionárias de organização da produção, do controle da atividade laboral e do produto realizado pelos próprios trabalhadores" (LIMA, 2009, p. 91). Contudo, ressalt-se que a necessidade de comercialização com regras comuns e o respeito às decisões majoritárias nas estruturas de governança, muitas vezes podem ser contrárias aos interesses particulares de determinado associado.

Objetivou-se neste estudo, portanto, analisar as relações entre os pequenos produtores e

os tipos de cooperações existentes no território, contemplando a identificação do início da agricultura familiar no Brasil, o desenvolvimento da vitivinicultura familiar na região e a consolidação das cooperativas e associações de trabalho inseridas no âmbito rural. Foram pesquisados dados secundários sobre as vinícolas familiares e suas características, indicadores geográficos, a história das cooperativas e associações, os eventos e premiações oriundos do desenvolvimento do turismo da região e os números de importação, exportação e comércio do Vinho no Brasil e no exterior.

Como resultados preliminares, considera-se que as relações existentes entre as cooperativas e os cooperados divergem em seus objetivos e ideais. Contudo, há no pequeno agricultor a necessidade de difundir as formas de cooperação não só para obter melhores condições de trabalho, como ainda para disputar as valiosas premiações da área que aferem o reconhecimento dos produtos. As cooperativas de trabalho resultam na melhoria da produção do pequeno produtor e oferecem muitas vezes, um suporte técnico para o cultivo e gestão das propriedades, em contrapartida, é observado na região a não aderência dos agricultores a essas formas de cooperação por motivos como medo e divergência de ideias.

Contudo, nota-se que o nível dos laços sociais da região só se mantém sólidos nos dias de hoje graças a um histórico processo de amadurecimento das diferentes formas de cooperação. Assim, tais possibilidades associativas também ajudam a difundir a ligação do agricultor com o circuito turístico da Região, contribuindo para desenvolver outras estratégias relacionadas ao aumento da renda familiar. Por fim, os eventos organizados,

tanto pelas prefeituras ou pelas cooperativas e associações, alavancam indicadores positivos para o sistema familiar e para o fortalecimento do espaço territorial como um todo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Cooperação. Região Uva e Vinho.

REFERÊNCIAS

- LIMA, J. C. Cooperativas de Trabalho. In: CATTANI, A. D. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Editora Almedina, 2009.
- MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E. (Ed.). **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul: 2013 a 2015**. Brasília, DF: Embrapa, 2017. p. 53-74.
- VALDUGA, V; DARTORA, J. S.; BABINSKI, L. R. Economia da experiência: vivências na região Uva e Vinho/RS. **IV seminário da associação Brasileira de pesquisa e pós-graduação em turismo**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2007.

O SENTIDO DO TRABALHO PARA QUEM MORA/TRABALHA NA RUA: UM ESTUDO COM CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS

Manueli Tomasi

(Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS)

O mundo do trabalho tem passado por diversas transformações nas últimas décadas, observam-se fenômenos decorrentes da globalização, como a flexibilização das relações de trabalho, a instabilidade no emprego, além das exigências de adaptação rápida as inovações. Estes fatores, associados à precarização das condições de trabalho, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, e o aumento do desemprego, evidenciam a ampliação de estratégias de sobrevivência adotadas por certos grupos sociais. Dentre os grupos, encontram-se os trabalhadores em situação de rua (BORGES; YAMAMOTO, 2014; TOLFO; PICCININI, 2007; TIENGO, 2018).

Diante dessas alterações profundas e das várias novas formas de se trabalhar, é necessário compreender os novos sentidos e significados do trabalho, analisando, qualitativamente, as experiências individuais dos trabalhadores, e considerando o papel da cultura e da sociedade como elementos fundamentais para a compreensão dessas significações (TOLFO, 2015). Esta apresentação está calcada num projeto de pesquisa em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UNISINOS. O objetivo desta pesquisa será conhecer as histórias de vida de Catadores de Materiais Recicláveis em situação de

rua, que moram na cidade de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, a partir das subjetividades e histórias de cada indivíduo e seu entorno, compreender os sentidos e significados do trabalho para quem vive/trabalha na rua.

Os catadores de materiais recicláveis são trabalhadores que exercem atividades que compreendem catação, separação, transporte, acondicionamento e, por vezes, apropriação dos resíduos recicláveis para reaproveitamento. Desenvolvem um importante trabalho de limpeza urbana, contribuindo para a economia social, ambiental, e para a cadeia de reciclagem de materiais que são descartados pela população em geral (FERES; RODRIGUEZ, 2012; ROLIM et al., 2015).

Conforme a pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2008) e por Quiroga (2010) constatou-se que 70,9% da população em situação de rua é composta por trabalhadores que exercem algum tipo de atividade remunerada. Segundo os mesmos dados da pesquisa, os principais trabalhos desenvolvidos são de caráter informal, e um dos segmentos de trabalhos com maior proporção é o de catador de material reciclável (BRASIL, 2008; QUIROGA, 2010).

Com os dados trazidos através dos estudos citados, é possível ver uma grande relação do tema trabalho com a população de rua (TIENGO, 2018), fortalecendo a relevância em compreender os Sentidos e Significados do Trabalho em diferentes populações e grupos cujos sentidos e/ou significados do trabalho ainda não foram suficientemente abordados.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, será realizado um estudo de cunho qualitativo, de

natureza descritiva. O instrumento de coleta de dados será um roteiro de entrevista semiestruturada, do qual participarão homens e mulheres que estão em situação de rua e que realizam o trabalho de catação de material reciclável, na cidade de Caxias do Sul.

Na cidade de Caxias do Sul, localizada no estado do Rio Grande do sul, conforme informações do Centro Pop, serviço que realiza atendimento especializado à população em situação de rua, existem atualmente, aproximadamente 150 pessoas em situação de rua na cidade. Caxias do Sul é considerada uma cidade atrativa para morar, as pessoas que estão em situação de rua, muitos são de outras cidades e Estados que chegam em busca de um emprego, e um novo recomeço (DUTRA et al., 2018)

As primeiras aproximações com o campo de pesquisa serão realizadas através do Centro Pop de Caxias do Sul. A ideia é realizar os primeiros contatos de maneira informal, com o intuito de criar vínculo com os possíveis participantes da pesquisa. O participante poderá escolher um local próximo ao Pop Rua para responder a pesquisa, e/ou um ambiente o qual se sinta mais à vontade.

A relevância do estudo concentra-se em trazer novas perspectivas sobre o assunto, já que a temática é muito discutida entre os trabalhadores que estão vinculados a organizações capitalistas tradicionais, ou seja, o emprego assalariado, no contexto das médias e grandes empresas (BEN-DASSOLLI, 2015). Tornando-se necessário um estudo mais aprofundado sobre os sentidos do trabalho em segmentos pobres da população (SATO, 2011). Além disso, torna-se importante trazer esta questão relacionando com outros elementos do

contexto de vida dos trabalhadores, incluindo assim, os que vivem em situação de rua (SATO, 2011).

Palavras-chave: Catadores de Materiais Recicláveis, Pessoas em Situação de Rua, Sentidos do Trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: MDS, 2008.

QUIROGA, Júnia. 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 30 de novembro de 2010. **Seminário Nacional sobre Direitos e Garantias da População em Situação de Rua Mesa:** Perfil da População em Situação de Rua, 2010.

TIENGO, Verônica Martins. O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo/The Phenomenon Population in Street Situation as a Fruit of Capitalism. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 138-150.

PROSTITUIÇÃO: UM OLHAR SOBRE CARREIRAS DESVIANTES

Maurício Goulart-Silva

(PPGAdm/Unisinos)

Jenifer Arruda

(PPGA/UFRGS)

O senso comum sugere a prostituição como a “profissão mais antiga do mundo”. Apesar disso, pouco se tem feito efetivamente para a regulação da profissão, embora ativistas como Gabriela Leite tenham, em diversos momentos históricos, lutado em favor disso. Nesse trabalho, propõe-se refletir de forma ensaística sobre a prostituição enquanto carreira à luz das Carreiras Desviantes (BECKER, 2008) e da institucionalização das profissões, por meio de diplomas e mandatos (HUGHES, 1958).

Em nossa sociedade, conforme Hughes (1937), as carreiras costumam ser entendidas em termos de empregos, sendo eles vistos como as principais ligações do indivíduo com a estrutura institucional que o cerca. O autor aponta, ainda, a carreira de forma subjetiva, como um cenário em movimento onde um indivíduo é capaz de ver a sua vida de forma integral e interpretar o significado de tudo que acontece consigo e em seu ambiente.

Compreende-se que as interações entre as pessoas e a sociedade a que pertencem moldam, tanto as pessoas, quanto a própria sociedade. Padrões de comportamento, de atitudes e de modos de ser e de se viver são criados por grupos sociais. Do mesmo modo, os desvios são estabelecidos: à medida em que regras são criadas e desobedeci-

das, igualmente constituem-se os desvios. Por esta razão, regras sociais instituem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. (BECKER, 2008). Assim, a partir do momento em que uma regra é estabelecida, o indivíduo que possivelmente a transgrediu poderá ser considerado como uma pessoa atípica, uma pessoa que não se pode esperar que vá seguir regras estabelecidas pelo grupo, que desviará das normas e padrões, ou seja, poderá ser considerada um outsider. (BECKER, 2008)

Outsider ou desviante, para Becker (2008), é alguém que foi rotulado com êxito como tal. Esse rótulo é o resultado punitivo por transgredir regras criadas por grupos sociais, ele acontece quando as pessoas reagem ao ato cometido. O desvio nasce a partir das respostas das pessoas a determinados comportamentos. Existem ainda aqueles que fazem do desvio o seu modo de vida, cuja modelo de comportamento desviante serve para a elaboração de sua identidade.

Tratando-se de modo de vida, talvez ganhar a vida, no sentido de obter retorno financeiro através do desvio possa ser uma opção ou necessidade dependendo de cada pessoa e de cada contexto. Como é apresentado por Becker (2008), carreiras desviantes geralmente começam com a prática de uma ação imprópria que transgride certas regras.

Outra reflexão que se pode realizar em relação à prostituição como carreira reside na sua formalização enquanto profissão. Segundo Hughes (1958), há duas noções essenciais para que uma profissão se constitua: o diploma e o mandato. O mandato trata-se do conjunto de regras e normas

do que deve ser feito, no nível da técnica/metodologia e da aceitabilidade por determinado grupo profissional; o diploma, por sua vez, trata-se da habilitação legal para o exercício da profissão. Aqueles que possuem de forma regular os dois, ascendem em status social.

As profissões possuem historicidade e ligação entre a instituição e a sociedade – são socialmente definidas e também relevantes para transformações e regulação dessa sociedade. O principal diferencial entre a profissão e a ocupação está no processo de profissionalização, que conferem mandatos e diplomas à primeira e relega um caráter subordinado à segunda. Talvez seja essa uma das razões que impeçam a substituição de ser considerada como profissão regulamentada e socialmente aceita.

Ser outsider ou desviante é desafiar a normalização. Pensar em carreiras na substituição, então, implica a tentativa de fugir de uma regulação social. Para além do escape dessa regulação, há o escape da governabilidade, da aceitabilidade e do juízo social. Trabalhar sem a chancela de diplomas e mandatos implica a renúncia de status que, pela perspectiva teórica apresentada, pode ser o cerne da própria carreira. Sem esse elemento central, estruturante de muitas relações sociais, várias trajetórias ocupacionais podem ser desconsideradas como carreira por pesquisadores da atualidade. Sugerem-se, portanto, pesquisas para a compreensão desses modelos de carreiras desviantes e, principalmente, que pesquisadores não se prendam às normatizações para legitimar histórias individuais enquanto carreiras.

Palavras-chave: substituição; carreira; carreira desviante.

REFERÊNCIAS

- BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- HUGHES, E. C. Institutional office and the person. **American Journal of Sociology**, v. 43, p. 404–413, 1937.
- HUGHES, E. C. **Men and their work**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

TRABALHO, EXCLUSÃO E DESIGUALDADES: DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Elisane Roseli Ulrich Zanelato
(UNISINOS – IFRS – CAMPUS SERTÃO)

Adriane Vieira Ferrarini
(UNISINOS)

Em pleno século XXI, mesmo com o aumento da riqueza e o avanço tecnológico, grande parte da população mundial ainda é vítima da pobreza, das desigualdades e da exclusão social. Trata-se de fenômenos resultantes da questão social contemporânea, gerando desilusões com relação à expectativa de progresso gerada na modernidade, tanto no plano social quanto econômico. A situação é ainda mais alarmante quando observada pelo prisma das discriminações de gênero e raça. Por isso, a visão mais ampla de superação da pobreza requer ações que excedam a satisfação das necessidades materiais e que sejam capazes de construir condições para o empoderamento social, político e cultural da população (FERRARINI, 2008).

Este trabalho objetiva refletir sobre a efetividade de ações de qualificação profissional voltadas à ampliação da inclusão social e produtiva de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social. A pesquisa empírica foi realizada nos municípios de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Sertão, através de entrevistas semiestruturadas, com alunos egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

(Pronatec) que realizaram cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e, também, eram beneficiários do Programa Bolsa Família. Foram entrevistadas 17 pessoas, sendo doze alunos egressos e cinco agentes demandantes procedentes de quatro Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e de um sindicato rural, nos municípios de Sertão, Getúlio Vargas, Estação, Coxilha e Sananduva. O IFRS - Campus Sertão ofereceu, nos anos de 2013 e 2014, 83 cursos Pronatec/FIC no próprio campus e em 25 municípios vizinhos, realizando a matrícula de 2.162 alunos, dos quais 1.596 foram concluintes, alcançando uma taxa de conclusão de 78,9%.

Os resultados evidenciaram que, tanto os beneficiários concluintes quanto os desistentes, apresentam baixa escolaridade e vulnerabilidades sociais e econômicas, necessitando de qualificação profissional para reduzir suas fragilidades e inserir-se no mundo do trabalho. A obtenção de um trabalho após o término do curso não se efetivou devido à falta de articulação com uma política efetiva de emprego e renda nos municípios e na unidade ofertante, ou seja, os egressos não foram encaminhados ao mundo do trabalho porque não houve parcerias com empresas que pudessem contratar estas pessoas qualificadas. Outros fatores impeditivos consistem na falta de comprovação de experiência na carteira de trabalho decorrente do trabalho informal e precário e a baixa escolaridade do público.

Com relação aos alunos desistentes, identificou-se que, muitas vezes, o pré-requisito do curso era o ensino fundamental, porém, a complexidade dos conteúdos exigia mais dos alunos, o que resultava em constrangimentos por não conseguirem acompanhar o conteúdo, gerando a desistência.

Ainda assim, o Pronatec, através dos cursos FIC, trouxe também resultados positivos para os egressos, como o empoderamento, a inclusão social, autoestima, novas amizades, maior participação na vida da comunidade, acesso a informações, retorno aos estudos, maior interação com os demandantes e com o IFRS – Campus Sertão através do conhecimento de sua estrutura e dos cursos oferecidos.

Quanto aos demandantes, a pesquisa evidenciou dificuldades referentes ao acúmulo de função, ao número reduzido de pessoas para trabalhar e à falta de um espaço físico adequado para a realização da parte teórica e prática dos cursos. Outro ponto mencionado foi a precariedade ou a falta de informações sobre o programa, sobre os materiais utilizados e a realidade de cada município em relação às vulnerabilidades dos alunos. Isso pode ser observado na fala de uma demandante do CRAS. “A profissional que veio, especificamente do curso de cabeleireiro, como não tinha informação do público que iria trabalhar, acabou não atingindo o objetivo que ela queria [...] a grande maioria eram negras que participavam, então, desde os produtos, o cabelo, faltou material adequado para a profissional trabalhar”.

O estudo concluiu que os cursos de qualificação para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, por si só, não são capazes de enfrentar as questões mais complexas que fazem parte do seu cotidiano (FERRARINI, 2008). A obtenção de êxito em programas de geração de trabalho e renda em comunidades de baixa renda demanda a efetivação de políticas públicas que assegurem direitos, como saúde, educação, segurança, saneamento, informação, dentre outros.

Contudo, apesar das limitações - que não podem ser dissociadas da crise econômica do Brasil, mas cujo efeito não foi suficientemente analisado ainda – o Pronatec representou uma política pública que tentou, pela primeira vez, alcançar esta população mais vulnerável, oferecendo uma qualificação profissional voltada a pessoas com baixa escolaridade, numa perspectiva cidadã.

Agradecimentos ao IFRS – Campus Sertão pelo apoio e incentivo.

Palavras-chave: Desigualdades; Pronatec; Trabalho.

REFERÊNCIAS

FERRARINI, Adriane V. **Pobreza:** possibilidades de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo: Oikos, 2008.

TRABALHO, GÊNERO E RAÇA: ALGUNS DADOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO VALE DO SINOS ENTRE 2003 E 2016

Marilene Maia

Bacharela, mestra e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

João Santos Conceição

Graduando em Ciências Econômicas pela Unisinos.

João Wilson Dias

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Guilherme Tenher Rodrigues

Graduando em Ciências Econômicas pela Unisinos.

Lucas Schardong Braescher de Moura

Graduando em Jornalismo pela Unisinos.

A economia e a sociedade brasileira passaram, entre 2003 e 2016, por crescimento, desaceleração e crise econômica, assim como por uma grande movimentação social e política no Brasil e no Rio Grande do Sul. Este trabalho tem como objetivo sistematizar os dados do trabalho formal, identificando as características do trabalho e do perfil dos trabalhadores na região do Vale do Rio dos Sinos a partir das perspectivas de gênero e raça.

O recorte temporal entre os anos de 2003 e 2016 se deu justamente por essas mudanças. A análise e sistematização da movimentação do trabalho e dos/as trabalhadores/as durante esses treze anos foi feita a partir da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), produzidos pelo Ministério do Trabalho.

O sistema de regionalização do Vale do Rio dos Sinos para este trabalho foi o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) do Estado do Rio Grande do Sul. O Corede do Vale do Rio dos Sinos é um dos 24 conselhos do Estado e é composto por 14 municípios que estão no entorno do Rio dos Sinos¹. Os 14 municípios representaram 12,2% da população do Rio Grande do Sul e o Produto Interno Bruto (PIB) 13,0% no ano de 2016. (FEE, 2018a).

O mercado de trabalho no Vale do Sinos era composto, em 2016, por 354.279 pessoas, sendo que 75,1% desses trabalhadores são autodeclarados como brancos. O percentual alto pode ser explicado por ser uma região colonizada por imigrantes alemães, especialmente em Novo Hamburgo e São Leopoldo, dois dos municípios mais populosos do Vale do Sinos. (FEE, 2018b).

A maior parte dos trabalhadores por cor, raça e etnia está concentrada no comércio varejista. A região do Vale do Sinos é forte nos setores de comércio e serviços. Em 2016, 73,0% dos estabelecimentos eram desses dois setores, sendo que o comércio aumentou em 37,1% o número de estabelecimentos entre 2003 e 2016 e os serviços em 50,1% no mesmo período.

Embora os trabalhadores estejam nos setores de comércio, os trabalhadores pretos tinham a menor média salarial do Vale do Sinos em 2016, recebendo em média R\$ 1.750,29, seguido dos pardos R\$ 1.905,54, amarelos R\$ 2.029,75 e brancos R\$ 2.267,94. A desigualdade salarial parece não ser explicada pelo nível de escolaridade. O ensino

1 Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul.

médio completo representava 40,9% para a população indígena, 41,3% para os brancos, 42,7% para os negros, 39,1% para os amarelos e 38,8% para os pardos.

Além do avanço da escolaridade entre 2003 e 2016, a participação das mulheres no mercado formal de trabalho do Vale do Sinos também aumentou. Segundo os dados da Rais, as mulheres passaram de 39,2% dos vínculos ativos em 2003 para 45,0% em 2016, enquanto os homens passaram de 60,8% em 2003 para 54,9% em 2016. Os dados mostram que houve um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho em 5,8 pontos percentuais.

Durante este período o número absoluto de mulheres com vínculo ativo de emprego aumentou em 40,7%, passando de 113.366 em 2003 para 159.544 em 2016, enquanto os homens tiveram um aumento de 10,9%, ou seja, eram 175.645 e passaram a ser 194.735. Nos anos de 2015 e 2016 as mulheres voltaram a perder espaço no mercado de trabalho, com uma queda de 0,4 pontos percentuais na participação feminina. Foram menos 12.340 vínculos femininos contra menos 11.909 vínculos masculinos neste período.

A sistematização dos dados do trabalho formal no Vale do Sinos evidenciou a perpetuação da desigualdade salarial entre cor, raça e etnia, mesmo os níveis de escolaridade e de ocupação destes trabalhadores sendo próximos. A outra constatação foi o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho formal em 40,7% entre 2003 e 2016, embora nos períodos de crise econômica, como em 2015 e 2016, as mulheres tenham sido as mais atingidas pela redução de postos de trabalho formais na região.

Palavras-chave: trabalho, economia, Vale do Sinos.

REFERÊNCIAS

- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **PIB**. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/apresentacao/>>. Acesso em: 1 jun. 2018.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **População**. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/apresentacao/>>. Acesso em: 1 jun. 2018a.
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 1 jun. 2018b.
- FIGUEIREDO, Ângela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. **Periódicus**, Salvador, n. 3, v. 1, mai./out. 2015.
- LORDE, Audre. **Sister outsider**, Ensaios e Conferências. 1984.

Grupo de trabalho: 4

Direitos sexuais e direitos reprodutivos

ABORDAGENS DA MENOPAUSA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Jandira Turatto Mariga

(Doutoranda em Ciências Sociais – Unisinos)

RESUMO: Este estudo tem por objetivo analisar algumas abordagens contemporâneas sobre a menopausa nas ciências sociais. Metodologicamente, buscou-se estudos recentes que contrastam perspectivas desenvolvidas nas ciências sociais com abordagens analíticas centradas numa visão biomédica do corpo e de seus processos vitais. Assim, de acordo com Feltrin e Velho (2016), nas sociedades industriais ocidentais, a biomedicina se encarregou de consolidar a “visão oficial” (p.153) sobre o “corpo feminino” marcado pela diferença entre os sexos, gênero, cultura e hierarquia de poder. Discurso esse que se construiu enquanto uma verdade científica, notadamente, no que se refere à inferioridade feminina, cujo corpo foi “[...] problematizado em todos os níveis, desde o nível cromossômico e celular até o fisiológico, anatômico ou comportamental” (FELTRIN; VELHO, 2016, p. 154). Deste modo, a visão predominante que se tem da mulher é que seu corpo é governado pelos hormônios. Nesse contexto, a menopausa é entendida como doença cuja patologia deve ser tratada e a justificativa para a medicalização decorre de sintomas associados à diminuição da produção hormonal. No entanto, remete, também, à concepção política da medicina numa sociedade capitalista e ancorada numa dimensão material de mundo, cujo corpo feminino é concebido como máquina (re)produtiva e pensado como ex-

clusivamente biológico. Portanto, nesta perspectiva, a menopausa é vista como um período de falência, de perda da feminilidade, da beleza e do desejo sexual, ou seja, um marco entre o fim do frescor da juventude, da feminilidade, da reprodução e o início da velhice. Ignora-se a individualidade e o contexto socioeconômico e cultural e direciona-se o olhar para uma perspectiva de vida negativa. Em abordagens contemporâneas das ciências sociais, a relação entre envelhecimento e menopausa decorre de uma construção social e relacional que envolve o corpo como parte da experiência social. A menopausa significa, assim, o limiar do envelhecimento e, ainda, representa a necessidade de uma ressignificação da alteridade e subjetividade do feminino. O estudo realizado por Souza e Araújo (2015) argumentou que a menopausa faz parte do complexo fenômeno do envelhecimento feminino e está diretamente associada a sintomas biopsicossociais subjetivos que podem comprometer o bem-estar de mulheres. Concluíram, também, que essa fase ocorre no “invisível social”, visto que esse assunto não é discutido e, muitas vezes, nem percebido pelo círculo familiar e social de convívio, uma vez que a menopausa é definida e fundada em concepções mais negativas que positivas, cuja complexa fase marca a mulher por mudanças físicas, fisiológicas e subjetivas ainda pouco estudadas, necessitando uma maior interface com outras áreas afins. Valença et al (2010), apontam a necessidade de um olhar mais holístico e menos biologicista, que proporcione à mulher se reconhecer como sujeito, bem como, abrir espaços de intersubjetividades no campo da assistência à saúde que possibilitem a troca de conhecimentos e abertura para dife-

rentes perspectivas sobre esta experiência. Muito embora a menopausa seja um fenômeno comum às mulheres de todo o mundo e os sintomas considerados universais, ela deve ser contextualizada e compreendida como uma construção em cujos aspectos socioculturais se dão em simultâneo a transformações físicas, apresentando variabilidades decorrentes da singularidade desta experiência. Assim, esta apresentação irá pontuar como o fenômeno menopausa é tratado e como afeta a vida de mulheres na contemporaneidade.

Palavras-chave: Mulheres; Menopausa; Envelhecimento.

REFERÊNCIAS

- FELTRIN, Rebeca Buzzo; VELHO, Lea. Representações do corpo feminino na menopausa: estudo etnográfico em um hospital-escola brasileiro. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 22, p.148-174, 2016.
- SOUZA, Natália Lemes Siqueira Aguiar de; ARAÚJO, Claudia Lysia de Oliveira. Marco do envelhecimento feminino, a menopausa: sua vivência, em uma revisão de literatura. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 149-165.
- VALENÇA, Cecília Nogueira et al. Mulher no climatério: reflexões sobre desejo sexual, beleza e feminilidade. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.19, n. 2, p. 273-285, 2010.

BIOPODER COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOBRE OS CORPOS FEMININOS

Daniela Zini da Silveira
(Faculdade CNEC Farroupilha)

Regiane Aparecida Cargin
(Faculdade CNEC Farroupilha)

Desde o período clássico, as sociedades ocidentais desenvolveram novos mecanismos de poder voltados à disciplinados corpos e ao controle das populações. Tais mecanismos abrem a era do biopoder, o qual se caracterizou durante muito tempo como o direito de fazer morrer e deixar viver. Esse poder, que era exercido sob a forma da captura, da reclusão, da subtração que culmina na morte, posteriormente foi perdendo espaço para um poder que, segundo Foucault, incide positivamente sobre a vida, encarregando-se de geri-la, valorizá-la, multiplicá-la, por meio de controles precisos.

A transformação dos referidos mecanismos representa “nada menos do que a entrada da vida na história”¹, ou seja, os fenômenos próprios da vida do ser humano enquanto espécie adentram ao campo das técnicas políticas. Assim, tem-se que o poder deve intervir para fazer viver, e não apenas isso, deve atuar também controlando a maneira de se viver². E, na mesma medida que visam produzir a vida, os mecanismos de poder permanecem articulados à possibilidade de deixar morrer.

1 FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber, p. 132.

2 FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**, p. 295-296.

A partir dessa compreensão, objetiva-se, por meio do método de pesquisa bibliográfico, construir reflexões a respeito das normas e políticas desenvolvidas, manifestamente patriarcais, que visam normalizar, controlar e gerir a vida e os corpos femininos, especialmente no que diz respeito aos seus direitos sexuais e reprodutivos, mantendo a condição subalterna da mulher, cerceando sua autonomia e violando seu direito de autodeterminação.

Sabe-se que a interferência do Estado como se fosse possuidor e proprietário do corpo feminino, naturalizando a concepção de que se trata de um corpo público, viola gravemente os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, em que pese considerados direitos humanos corolários de outros direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a saúde, a intimidade, a informação e a vida, especialmente em se tratando das mulheres social e economicamente desfavorecidas.

As políticas e normas regulatórias, longe de tratarem as mulheres como sujeitos de direitos, coisificam seus corpos, que já não lhes pertencem. Não há garantias que efetivamente resguardam o corpo feminino da interferência do Poder Público.

Aliás, tamanho é o poder e ingerência estatal sobre os corpos femininos que, em recente caso que alcançou notória repercussão pública, o Ministério Público do Estado de São Paulo, município de Mococa, obteve a concessão de medida liminar satisfativa de caráter irreversível para o fim de constranger uma mulher à realização de esterilização compulsória mediante mutilação (laqueadura)³. A figura estatal, no caso representada pelo

Promotor de Justiça, fundamentou o pedido a partir de aspectos de ordem subjetiva – mulher pobre, já com filhos e dependente química – sendo latente o objetivo eugênico e demográfico do procedimento. Indubitavelmente, inúmeros são outros exemplos de ações estatais, sobretudo os casos relacionados à criminalização do aborto, espaço onde opera de maneira mais visível o biopoder.

Portanto, sem pretender resultados conclusivos, o presente escrito consiste na análise do controle estatal sobre os corpos femininos a partir do estudo relacionado ao biopoder, contribuindo para a compreensão da atuação estatal que invade, legitimamente, pois ancorado em normas e políticas, a esfera privada, violando a intimidade, a autonomia e a autodeterminação dos corpos femininos.

Palavras-chave: Biopoder, Corpos femininos, Controle.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** Nascimento da Prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- _____. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

marca de Mococa/SP. Autos disponível em: <<https://www.revisforum.com.br/wp-content/uploads/2018/06/caso-janaina-la-queadura.compressed.pdf>>. Acesso em: 7, out. 2018.

BIOPOLÍTICA POSITIVA: O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS E A PAUTA DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Junara Nascentes Ferreira

(Enfermeira do Hospital Fêmina. Especialista em Saúde Coletiva pela ESP/RS. Mestra e Doutoranda em Sociologia pela UFRGS)

Maria Luisa Pereira de Oliveira

(Graduação em Psicologia. Mestra em Saúde Coletiva. Ativista do Movimento de Mulheres Negras Feministas. Integrante da Rede Nacional Feminista de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)

Os dados sobre pré-natal no Município de Porto Alegre, no período de 2001 a 2011, indicam que aproximadamente 75% das gestantes auto-declaradas brancas fizeram 7 ou mais consultas de pré-natal, enquanto nas negras esse percentual cai é menor que 60%. A Mortalidade Materna no mesmo município também demonstra iniquidades de raça-cor. Enquanto que entre as mulheres brancas a taxa de mortalidade materna foi de 30 casos por 100.000 nascidos vivos nos últimos dez anos, entre as mulheres negras esse número se eleva para 90 casos (PMPA, 2014). Mesmo antes da institucionalização dos indicadores de saúde sexual e reprodutiva, entidades do Movimento Feminista Negro (MMN) pontuavam, desde a década de 1980, desigualdades relacionadas a saúde das mulheres negras.

Diante desse quadro tem-se como objetivo refletir sobre a participação do MMN nas principais políticas públicas voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Através de uma análise documental de políticas e artigos sobre o tema. O

referencial teórico utilizado é o foucaultiano, com enfoque nos conceitos teóricos da biopolítica, biopolítica positiva e resistência (FOUCAULT, 1999).

Como resultados, indicam-se dois momentos centrais na participação do MMN. O primeiro deles ocorreu na década de 1980, em que se denunciou a existência de uma “política de natalidade” na qual eram realizadas esterilizações de mulheres negras em massa, que teve como resultado da denúncia a formação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no ano de 1993, destinada a investigar a incidência da esterilização em massa de mulheres no Brasil. A CPMI pretendeu averiguar se a prática da esterilização cirúrgica se configurava como uma política eugênica direcionada à população negra (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012). O resultado da CPMI foi de que, não havia instituída uma política pública específica para a saúde da mulher, tão pouco haviam critérios para a prática de esterilização no país. Além disso, relatório da CPMI apontava que os dados do IBGE eram inconclusivos, pois não havia como precisar a informação relativa a cor nos dados disponibilizados (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012). Apesar disto, o MMN obteve importante resultado em sua reivindicação, pois conquistou-se, para todos os brasileiros, o direito ao planejamento familiar por meio da Lei do Planejamento Familiar nº. 9.263, que regulamenta a prática da esterilização.

O segundo momento importante na trajetória do MMN, foi a da mortalidade materna¹ e da

1 Morte materna é a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez. É causada por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela.

assistência pré-natal a mulheres negras. Um dos casos emblemáticos foi o caso Alyne². O caso Alyne foi denunciado por ativistas negras ao Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW) das Nações Unidas. No dia 10 de agosto de 2011, o Brasil foi condenado e o Comitê em sua decisão apontou que Alyne morreu vitimada pela falta de acesso ao tratamento de emergência obstétrica adequada e de qualidade, concluindo que houve discriminação sistemática pela sua cor e condição social. O Brasil foi condenado a restituir financeiramente a família de Alyne, além de cumprir metas de redução e melhor assistência.

Logo, considera-se que o MMN tem importante papel no estabelecimento de direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. As pautas das entidades que compõem esse movimento ultrapassam seu foco nas mulheres negras e ampliam direitos para toda a população/sociedade. Também, se destaca que a discussão e reivindicações do MMN focam-se na questão do corpo, este como lócus de resistência política, além de colocar em cena, principalmente no debate sobre políticas públicas, o reconhecimento do racismo como de-

2 Alyne, à época tinha 28 anos de idade e 27 semanas de gestação, procurou assistência em um serviço de saúde particular, pois apresentava vômito e fortes dores abdominais. Recebeu prescrição de remédios e foi encaminhada para casa. Após dois dias seu quadro piorou. Voltou ao mesmo serviço, onde foi realizada uma ultrassonografia que mostrou que o feto estava morto. O parto foi induzido. Mas os médicos só fizeram a cirurgia para retirar a placenta 14 horas depois. Em seguida, Alyne teve hemorragia e sua pressão arterial caiu. Decidiram transferi-la para um hospital público da região. O hospital de aceite foi o Geral de Nova Iguaçu. Alyne esperou oito horas por ambulância. Como a casa de saúde não encaminhou junto qualquer documento que indicasse o seu estado clínico, ela ficou horas no hall da emergência, pois não havia leito disponível. Aí, entrou em coma e foi a óbito no dia seguinte.

terminante social das condições de saúde no país e da necessidade se combater o racismo.

Palavras-chave: saúde da mulher negra, movimentos sociais, políticas públicas.

REFERÊNCIAS

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, abr. 2012.

FOUCAULT, Michael. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Diretrizes para acolhimento e assistência à saúde das mulheres negras.** Porto Alegre, 2014.

CONSULTA GINECOLÓGICA NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE NA PERSPECTIVA DE MULHERES LÉSBICAS – RESULTADOS PRELIMINARES

Nicole Ketzer

(Acadêmica de Enfermagem – UFRGS)

Letícia Becker Vieira

(Doutora em Enfermagem –

Professora Adjunta UFRGS)

Camilla Alexandra Schneck

(Doutora em Enfermagem –

Professora Adjunta – UFRGS)

Rosana Maffaccioli

(Doutora em Enfermagem – UFRGS)

Gabriela Dalenogare (Mestranda

em Enfermagem – UFRGS)

Juliana Strada

(Mestranda em Enfermagem – UFRGS)

RESUMO: A invisibilidade da sexualidade feminina e, em especial, da sexualidade não heterossexual entre mulheres e o preconceito associado à homossexualidade implicam em questões de saúde pública e dificuldades de acesso a tratamento efetivo de suas necessidades. A construção da mulher lésbica, como sujeito de direito a cuidados diferenciados de saúde, tem estimulado a busca pelas especificidades de sua saúde. À medida que a reivindicação dos direitos sexuais, como parte dos direitos humanos das mulheres, vem sendo compreendida como argumento que dá suporte à reivindicação de direitos das lésbicas e vem ganhando, nos últimos anos, o apoio de diferentes atores e atrizes sociais (feministas, militan-

tes do movimento lésbico e técnicos de agências governamentais, como o Ministério da Saúde), a invisibilidade dessa população e o quadro de escasso conhecimento científico a seu respeito dificultam o embasamento de políticas públicas (FACHINI, BARBOSA, 2006). Justifica-se assim a relevância de produção de conhecimento a partir do reconhecimento e consecutiva incorporação da diversidade e das necessidades específicas dessa população. O presente estudo tem como objetivo conhecer as percepções de mulheres lésbicas acerca da assistência na consulta ginecológica oferecida na Atenção Básica de Saúde do município de Porto Alegre - RS. Trata-se de um estudo qualitativo do tipo exploratório descritivo. As participantes do estudo foram captadas por meio de convite em um grupo específico da rede social Facebook voltado para a população lésbica, obteve-se a participação de cinco mulheres lésbicas residentes em Porto Alegre que realizaram alguma consulta ginecológica em serviços da Atenção Básica de Saúde. Para a produção de dados realizou-se a técnica do grupo focal, o qual é definido como um tipo de debate grupal que valoriza a comunicação entre os participantes, a fim de gerar dados e auxiliar os pesquisadores a perceber as formas diferentes de comunicação que as pessoas usam na interação. Também ressalta os valores culturais e as normas do grupo. O pesquisador pode identificar o conhecimento compartilhado pelo grupo, o que faz com que seja uma boa técnica para coleta de dados culturais, particularmente, de temas delicados como é o caso da atenção à saúde das mulheres lésbicas (RESSEL et al., 2008). Procedeu-se a análise temática de conteúdo (MINAYO, 2012). A produção de dados

ocorreu no mês de julho de 2018. Foram observadas as considerações éticas na condução desta pesquisa, de acordo com as normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2013a) que rege pesquisas envolvendo seres humanos. A investigação obteve aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob o parecer 2.646.913 e CAAE 87126418.2.0000.5347. **Resultados preliminares:** Encontrou-se dificuldades na captação das mulheres lésbicas que atendessem aos critérios de inclusão na investigação uma vez que muitas mulheres lésbicas informaram não acessarem os serviços públicos de saúde do município. Além disso, estudo sugere que uma parcela considerável de mulheres lésbicas e bissexuais não acessa serviços médicos de ginecologia anualmente e aquelas que vão à consulta, o fazem quando surgem sérios problemas e em períodos de maiores agravos à sua saúde (FACHINI, BARBOSA, 2006). As mulheres do estudo em tela apontaram que suas especificidades ainda não são observadas no espaço da consulta ginecológica, seja essa realizada pelo profissional médico e –ou enfermeiro, tornando-as invisíveis dentro do serviço ou tendo suas demandas de saúde desconsideradas, o que gera condutas e orientações descontextualizadas a suas reais necessidades. Tal situação as torna mais vulneráveis a fatores de risco a sua saúde. Suas experiências neste cenário (que deveriam ser) de cuidado à saúde revelam que as dificuldades das lésbicas diante do serviço e profissionais de saúde pautados em um saber médico clássico, biologicista e heteronormativo. Muitos desafios são postos para garantir o acesso aos serviços de saúde bem como um atendimento integral e resolutivo

a essas mulheres. Dentre esses a discriminação e o preconceito foram citadas pelas participantes da pesquisa, mostrando que o serviço de saúde acaba refletindo os valores de uma sociedade que coloca a mulher heterossexual como padrão. Considera-se necessária a qualificação dos profissionais para garantir o acolhimento às mulheres lésbicas ao considerar essa uma possibilidade de porta de entrada delas a rede de atenção à saúde e, a compreensão das singularidades das demandas das lésbicas e o modo como buscam exercer sua sexualidade para oferta de um cuidado resolutivo e integral.

Palavras-chave: Saúde das Mulheres, Atenção à saúde, Direitos sexuais.

REFERÊNCIAS

- FACHINI R, BARBOSA R. M. **Dossiê:** Saúde das Mulheres Lésbicas – Promoção da Equidade e Integralidade. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Rede Feminista de Saúde, 2006, 43 p.
- RESSEL, L. B. et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto Contexto Enferm.**, v. 17, n. 4, p. 779-786, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/21.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2018.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 12. ed. São Paulo: Hucitec; Abrasco, 2012.

MULHERES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA DISCUSSÃO ACERCA DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS E MATERNIDADE

Thais Gomes de Oliveira

(Graduanda do curso de
Psicologia e bolsista BIC/UFRGS).

Bruna Moraes Battistelli

(Doutoranda do PPG em Psicologia Social
e Institucional – UFRGS. Bolsista Capes).

Lílian Rodrigues da Cruz

(Docente do Departamento de
Psicologia Social e Institucional e do PPG em
Psicologia Social e Institucional – UFRGS).

RESUMO: Este estudo teve como objetivo compreender a dinâmica de relações vivenciadas por mulheres com os/as profissionais médicos/médicas durante o pré-natal, em busca da escolha informada sobre o parto e nascimento. Para tanto foi realizado um estudo etnográfico de abril a novembro de 2014 na cidade de Porto Alegre, RS, com a participação de oito mulheres gestantes, atendidas por planos de saúde e que estavam com mais de 32 semanas de gestação. Os dados foram produzidos por meio de observação participante, anotações em diário de campo e entrevistas semiestruturadas, as quais foram gravadas e transcritas na íntegra. O processo analítico foi orientado pela antropologia interpretativa, tendo como base o referencial teórico sobre Cultura de Clifford Geertz. Escolhemos a história de uma destas mulheres para analisarmos, a de *Simone*, mulher-mãe cuja trajetória de “escolha” demonstra exatamente o vivido por todas as

mulheres que participaram desta pesquisa. Acompanhamos as mulheres em diversos momentos de contato com profissionais obstetras, ginecologistas e outros que possam ter sido envolvidos no cuidado pré-natal, tal como ecografista. Estes acompanhamentos foram realizados durante todo período gestacional, em consultas de pré-natal, exames realizados, atendimentos de urgência e/ou no momento do nascimento. Em todo caminhar pelas trajetórias das mulheres a palavra *escolha* esteve sempre presente nos pensamentos e reflexões, mas com definições não tão claras para as pesquisadoras. Não participamos de nenhum momento em que realmente percebêssemos algum grau de liberdade, autonomia e escolha das mulheres sobre seu corpo e seu parto. Nos questionamos sobre o que entendíamos por escolha e autonomia e sobre o que estas palavras, tão em uso pelos obstetras que conhecemos e pelas mulheres que acompanhamos, verdadeiramente significavam. A história de *Simone* não tem nada de diferente das histórias das outras sete mulheres e é justamente esta condição que nos impulsionou ao debate. *Simone*, em sua relação médica-mulher, não teve oportunidade de autogovernar-se ou de selecionar aquilo que mais desejava para seu parto. Ela não escolheu verdadeiramente nada, não foram lhe apresentadas opções, não existiram alternativas para que ela deliberasse consigo mesma. Seu plano de saúde não fornecia uma opção médica que aceitasse a realização de um parto normal. Sua obstetra não lhe apresentou nenhuma alternativa que respeitasse os desejos de *Simone* sobre seu corpo e seu parto. No final de uma negociação inexistente e injusta (negociação?), cheia de ameaças de sofrimento no parto, *Simone* reflete e entende que o

parto não seria de nenhuma forma dela: ou ela “escolhia” entre uma opção na qual vivenciaria um parto traumático; ou ela “escolhia” pela cesariana, procedimento que não foi seu desejo em momento algum da gravidez. Para evitar passar por procedimentos que ela considerava inadequados, para evitar rotinas que poderiam causar sofrimento, *Simone* “escolheu” a cirurgia, pois no final era exatamente essa “escolha” que a médica, quase que em tom ameaçador, a induziu a fazer: “*Dentro disso, do que ela propõe, tem várias coisas que eu não concordo, então, a minha opção foi triste, mas bem lúcida, sabe, então...escolhi (...).*” (*Simone* em entrevista transcrita). Em determinado momento, destaco o seguinte relato em diário de campo : “*E aí, quando eu achava que não podia ter mais intervenções médicas e mais falta de opção, Simone escolhe o hospital que ela desejava ter seu filho, mas a obstetra refere que não quer fazer a cesariana naquela instituição, porque a agenda somente será aberta bem depois do que ela havia programado na sua própria agenda.*” (Notas do diário de campo). Os significados de autonomia e escolha realmente não se encaixavam nessa trajetória gestacional que, por sinal, não se configurou em uma história isolada, mas apenas a mais marcante que vivenciamos sobre a questão da escolha do parto. A trajetória de *Simone* talvez tenha sido a mais evidente nesse sentido, mas todos os caminhos foram muito semelhantes, havendo graus de resistência diferenciados. Foram as condutas intervencionistas de sua obstetra e o medo pelo que poderia viver com esta profissional em um parto *dito* normal que a induziu a optar pela cesariana. Ela desejava um parto normal, mas no final da gestação acatou a cesariana, mesmo com toda suposta “boa von-

tade" da médica em lhe explicar sobre como seria o parto vaginal, ou seja, a obstetra até queria um parto normal, mas nos seus termos e nos seus modos. Refletindo sobre esta questão e, principalmente, sobre a força do discurso médico e científico, compreendemos que ao não informar as mulheres sobre os tipos de parto e a opinar sobre qual forma de nascimento o profissional prefere, este acaba influenciando diretamente a decisão das mulheres, as quais, inseguras e fragilizadas, irão seguir os comportamentos que o profissional acredita ser o melhor. Ou, como no caso de Simone, não os comportamentos e ações que ela considerava melhores, mas aqueles considerados como os que mais lhe protegeriam de intervenções desnecessárias e indesejadas. Inicia-se, nesse contexto, um jogo de poderes, uma relação desigual, onde sempre a mulher representa o lado mais fragilizado, tendendo a acatar o que a lógica biomédica determina. Entre enfrentar o poder biomédico e resignar-se frente às resistências apresentadas a ela, *Simone* caminhou em direção a segunda opção. Aceitou, foi induzida, resignou-se, mas em nenhum momento escolheu. O parto não seria dela. Não haviam opções, não haviam escolhas. No fim de sua trajetória, Simone precisou aprender a viver com o luto pelo parto que não teve oportunidade de escolher: "*É triste porque não era o que eu queria, né! (...) Não é o meu parto, é o parto dela.*"

Palavras-chave: Parto; Nascimento; Saúde da Mulher; Escolhas; Poder biomédico

REFERÊNCIAS

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

VIEIRA, E. M. **A medicalização do corpo feminino.**
Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

LUZ, M. T. Especificidade da contribuição dos saberes e práticas das Ciências Sociais e Humanas para a saúde. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 22-31, 2011.

“NÃO É O MEU PARTO, É O PARTO DELA!”: QUANDO NÃO EXISTEM ESCOLHAS POSSÍVEIS PARA UM NASCIMENTO RESPEITOSO

Aline Alves Veleda

(Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Tatiana Engel Gerhardt

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO: Este estudo teve como objetivo compreender a dinâmica de relações vivenciadas por mulheres com os/as profissionais médicos/médicas durante o pré-natal, em busca da escolha informada sobre o parto e nascimento. Para tanto foi realizado um estudo etnográfico de abril a novembro de 2014 na cidade de Porto Alegre, RS, com a participação de oito mulheres gestantes, atendidas por planos de saúde e que estavam com mais de 32 semanas de gestação. Os dados foram produzidos por meio de observação participante, anotações em diário de campo e entrevistas semi-estruturadas, as quais foram gravadas e transcritas na íntegra. O processo analítico foi orientado pela antropologia interpretativa, tendo como base o referencial teórico sobre Cultura de *Clifford Geertz*. Escolhemos a história de uma destas mulheres para analisarmos, a de *Simone*, mulher-mãe cuja trajetória de “escolha” demonstra exatamente o vivido por todas as mulheres que participaram desta pesquisa. Acompanhamos as mulheres em diversos momentos de contato com profissionais obstetras, ginecologistas e outros que possam ter sido envolvidos no cuidado pré-natal, tal como ecografista. Estes acompa-

nhamentos foram realizados durante todo período gestacional, em consultas de pré-natal, exames realizados, atendimentos de urgência e/ou no momento do nascimento. Em todo caminhar pelas trajetórias das mulheres a palavra *escolha* esteve sempre presente nos pensamentos e reflexões, mas com definições não tão claras para as pesquisadoras. Não participamos de nenhum momento em que realmente percebêssemos algum grau de liberdade, autonomia e escolha das mulheres sobre seu corpo e seu parto. Nos questionamos sobre o que entendíamos por escolha e autonomia e sobre o que estas palavras, tão em uso pelos obstetras que conhecemos e pelas mulheres que acompanhamos, verdadeiramente significavam. A história de *Simone* não tem nada de diferente das histórias das outras sete mulheres e é justamente esta condição que nos impulsionou ao debate. *Simone*, em sua relação médica-mulher, não teve oportunidade de autogovernar-se ou de selecionar aquilo que mais desejava para seu parto. Ela não escolheu verdadeiramente nada, não foram lhe apresentadas opções, não existiram alternativas para que ela deliberasse consigo mesma. Seu plano de saúde não fornecia uma opção médica que aceitasse a realização de um parto normal. Sua obstetra não lhe apresentou nenhuma alternativa que respeitasse os desejos de *Simone* sobre seu corpo e seu parto. No final de uma negociação inexistente e injusta (negociação?), cheia de ameaças de sofrimento no parto, *Simone* reflete e entende que o parto não seria de nenhuma forma dela: ou ela “escolhia” entre uma opção na qual vivenciaria um parto traumático; ou ela “escolhia” pela cesariana, procedimento que não foi seu desejo em momento algum da gravidez. Para evitar passar por pro-

cedimentos que ela considerava inadequados, para evitar rotinas que poderiam causar sofrimento, Simone “escolheu” a cirurgia, pois no final era exatamente essa “escolha” que a médica, quase que em tom ameaçador, a induziu a fazer: *“Dentro disso, do que ela propõe, tem várias coisas que eu não concordo, então, a minha opção foi triste, mas bem lúcida, sabe, então...escolhi (...).”* (Simone em entrevista transcrita). Em determinado momento, destaco o seguinte relato em diário de campo : *“E aí, quando eu achava que não podia ter mais intervenções médicas e mais falta de opção, Simone escolhe o hospital que ela desejava ter seu filho, mas a obstetra refere que não quer fazer a cesariana naquela instituição, porque a agenda somente será aberta bem depois do que ela havia programado na sua própria agenda.”* (Notas do diário de campo). Os significados de autonomia e escolha realmente não se encaixavam nessa trajetória gestacional que, por sinal, não se configurou em uma história isolada, mas apenas a mais marcante que vivenciamos sobre a questão da escolha do parto. A trajetória de Simone talvez tenha sido a mais evidente nesse sentido, mas todos os caminhos foram muito semelhantes, havendo graus de resistência diferenciados. Foram as condutas intervencionistas de sua obstetra e o medo pelo que poderia viver com esta profissional em um parto *dito* normal que a induziu a optar pela cesariana. Ela desejava um parto normal, mas no final da gestação acatou a cesariana, mesmo com toda suposta “boa vontade” da médica em lhe explicar sobre como seria o parto vaginal, ou seja, a obstetra até queria um parto normal, mas nos seus termos e nos seus modos. Refletindo sobre esta questão e, principalmente, sobre a força do discurso médico e científico,

compreendemos que ao não informar as mulheres sobre os tipos de parto e a opinar sobre qual forma de nascimento o profissional prefere, este acaba influenciando diretamente a decisão das mulheres, as quais, inseguras e fragilizadas, irão seguir os comportamentos que o profissional acredita ser o melhor. Ou, como no caso de Simone, não os comportamentos e ações que ela considerava melhores, mas aqueles considerados como os que mais lhe protegeriam de intervenções desnecessárias e indesejadas. Inicia-se, nesse contexto, um jogo de poderes, uma relação desigual, onde sempre a mulher representa o lado mais fragilizado, tendendo a acatar o que a lógica biomédica determina. Entre enfrentar o poder biomédico e resignar-se frente às resistências apresentadas a ela, *Simone* caminhou em direção a segunda opção. Aceitou, foi induzida, resignou-se, mas em nenhum momento escolheu. O parto não seria dela. Não haviam opções, não haviam escolhas. No fim de sua trajetória, Simone precisou aprender a viver com o luto pelo parto que não teve oportunidade de escolher: “*É triste porque não era o que eu queria, né!(...) Não é o meu parto, é o parto dela.*”

Palavras-chave: Parto; Nascimento; Saúde da Mulher; Escolhas; Poder biomédico

REFERÊNCIAS

- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- VIEIRA, E. M. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- LUZ, M. T. Especificidade da contribuição dos saberes e práticas das Ciências Sociais e Humanas para a saúde. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 22-31, 2011.

O DEBATE LEGISLATIVO SOBRE O ABORTO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E URUGUAI

Luis Gustavo Teixeira da Silva

Doutor em Ciência Política pela
Universidade de Brasília (UnB)
Professor do Departamento de Sociologia e
Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
E-mail: gustavoteixeira2519@gmail.com .

A redemocratização nos países da América Latina tornou possível, em maior ou menor medida, a realização de debates públicos em torno de temas até então censurados e circunscritos a esfera das organizações da sociedade civil. Neste cenário, sem a iminência de um ente repressor, os movimentos sociais passaram a reivindicar suas demandas ao Estado. Na esteira destes processos, as mobilizações dos movimentos feministas consolidaram sua agenda de pressão ao sistema político por autonomia e direitos sociais relacionados às desigualdades de gênero (ROCHA; ROSTAGNOL; GUTIERREZ, 2009; BIROLI; MIGUEL, 2016).

O direito ao aborto está entre as principais demandas dos movimentos feministas. Após a redemocratização, esta agenda foi paulatinamente inscrita no rol de discussões dos legislativos nacionais, no entanto há variações significativas no modo como este debate repercutiu nas casas legislativas de cada país. Em alguns casos houve avanços importantes, mas em outros uma retração e oposição às políticas em prol de sua ampliação. Diante deste panorama, o objetivo deste texto é analisar e apresentar os dados do debate sobre o aborto nos legislativos nacionais do Brasil e do Uruguai.

A comparação entre estes países é relevante por se constituírem em casos opostos, no tocante ao tratamento dos direitos reprodutivos das mulheres. O Uruguai se tornou o único país da região, em período recente, a aprovar uma legislação de descriminalização da interrupção voluntária da gravidez. Já no Brasil verifica-se a ascensão de forças políticas, sociais e religiosas ultraconservadoras, as quais são, em grande medida, responsáveis por conduzir de modo regressivo a discussão sobre o aborto no Poder Legislativo, como a ampliação das sanções penais em circunstâncias já previstas na legislação.

A metodologia da pesquisa se baseou na análise dos pronunciamentos sobre o aborto, proferidos pelos/as deputados/as que compõem a Câmara dos Deputados do Brasil e a Câmara de Representantes do Uruguai, entre os anos de 1985 e 2016, logo, todas as manifestações de fala realizadas em plenário desde o início do governo civil até os dias atuais. Neste sentido a proposta é mapear as posições em torno em disputa no tocante aos direitos reprodutivos das mulheres, utilizando como fonte principal de pesquisa os discursos parlamentares. Nesta investigação também analisamos, como material suplementar, as proposições políticas (como: Projetos de lei e Emendas Constitucionais) apresentadas e/ou apreciadas na Câmara dos Deputados do Brasil e na Câmara de Representantes do Uruguai, igualmente no período entre os anos de 1985 e 2016. A sistematização e observação das proposições políticas têm como papel primordial auxiliar na compreensão da deliberação legislativa, bem como na forma de atuação dos/as parlamentares e do teor das iniciativas propostas e/ou apreciadas em cada

casa legislativa (Ver mais em nota de pesquisa: SILVA, 2017).

O texto subdivide-se em três seções: na primeira apresentamos os principais elementos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa, sobretudo os parâmetros de comparação, os passos relacionados à coleta e análise dos pronunciamentos. Nesta seção explicamos a forma de organização da Câmara dos Deputados Federais do Brasil e da Câmara de Representantes do Uruguai com relação aos ambientes de fala, com isso explicitamos as circunstâncias em que os discursos foram proferidos. Na segunda seção analisamos o modo como as posições foram expressas nos pronunciamentos, assim como a distribuição durante as legislaturas estudadas. O detalhamento destes dados permitirá entendermos os elementos mais centrais na composição do debate legislativo sobre o aborto. Na terceira seção analisamos os argumentos mobilizados pelos/as parlamentares. A partir disso, demonstramos a existência de alguns padrões presentes nos pronunciamentos dos/as deputados/as de ambos os países. Quer dizer, determinadas posições elaboradas regularmente com base em um conjunto razoavelmente definido de argumentos. A identificação da combinação freqüente entre posições e argumentos permite a classificação quantitativa dos pronunciamentos e a construção de matrizes discursivas. Por fim, examinamos aqueles argumentos empregados como principais, ou seja, a base de sustentação dos pronunciamentos.

Dessa forma, acreditamos que este trabalho apresenta importantes resultados no entendimento do fenômeno, especialmente com relação às diferentes formas sobre como os/as congressistas

do Brasil e do Uruguai deliberaram sobre o tema do aborto.

Esta pesquisa está relacionado a um conjunto de investigações concluídas e que estão em andamento realizadas pelas/os pesquisadoras/es do grupo Democracia e Desigualdades da Universidade de Brasília (Demode-UnB). As reflexões contidas nele serviram de suporte para constatar a hipótese de que o papel que o princípio da laicidade do Estado desempenha e o lugar que perspectivas religiosas e/ou morais ocupam em cada casa legislativa serão os principais elementos que diferenciam a discussão sobre as políticas e/ou debates relacionados à interrupção voluntária da gravidez nos países em questão. Mais do que uma constatação genérica, pretendemos demonstrar que este fator se reflete significativamente no modo de elaboração dos posicionamentos e argumentos nas falas parlamentares.

Palavras-chave: Aborto, democracia, Poder Legislativo.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Aborto e democracia**. São Paulo: Alameda, 2016.
- ROCHA, Maria Isabel Baltar da; ROSTAGNOL, Susana; GUTIERREZ, María Alicia. "Aborto y Parlamento: un estudio sobre Brasil, Uruguay y Argentina". **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vl. 26, n. 2, p. 219-336, 2009.
- SILVA, Luis Gustavo Teixeira. O desenho da pesquisa: o debate legislativo sobre o aborto no Brasil e no Uruguai (1985-2016). **Revista Teoria & Pesquisa**, UFSCar, v. 26, n. 3, 2017.

O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DO GÊNERO INTERSEX: UMA ANÁLISE DE DIREITO COMPARADO QUANTO À APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Lélia Júlia de Carvalho

(doutoranda em Ciências Sociais pela
Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

Gleucyellen Rayane Ferreira Gouveia

(bacharel em Direito pela Faculdade Projeção)

RESUMO: A ideia sugerida por este artigo nasceu pela necessidade de se estudar o fenômeno da intersexualidade, pois, atualmente, a temática é tratada como um problema social ignorado pelo ordenamento jurídico pátrio, visto como patologia e tratado isoladamente por equipe médica interdisciplinar. Tal omissão estatal pátria ocasiona reflexos na vida pessoal e social dos indivíduos sob a condição de intersexualidade, sendo necessária uma reanálise do tema sob a ótica moderna, orientada por políticas públicas de países com legislações atualizadas. Para tanto, insta elucidar a definição de Intersexo. Entende-se que são indivíduos com um grupo de variações congênitas de anatomia sexual ou reprodutiva que não se encaixam perfeitamente nos conceitos tradicionais de sexo masculino ou sexo feminino. São pessoas que nascem com genitália e/ou características sexuais secundárias, que irão se desenvolver na fase da puberdade do indivíduo, que fogem do padrão macho e fêmea. A discussão em torno da intersexualidade – outrora definida apenas como hermafroditismo – não é algo exatamente novo. Foi iniciada na cultura greco-romana com o surgimento

do mito do Deus Hermaphroditus, e sofreu diversas alterações ao longo do tempo, acompanhando o desenvolvimento sócio-histórico-cultural, passando de divindades a “maus presságios”. Já na modernidade, em meados do século XIX, o intersex é considerado como “monstro” privilegiado na Idade Clássica. Ora eram vistos como “imperfeições da natureza”, ora como possíveis desviantes morais. Em dias atuais, tem-se a estimativa de que exista um caso de intersexo para cada 2.000 nascimentos, ou seja, segundo levantamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) com base no relatório da Organização das Nações Unidas (ONU): de 0,5% a 1,7 % da população mundial é de pessoas que nascem com características intersexuais. Apesar do número, estes indivíduos ainda são tidos como invisíveis e enfrentam, ao longo de sua existência, discriminações, preconceitos e privações de direitos básicos, carregando consigo estigmas, dentre eles, o da “anormalidade”. Essa privação de direitos, decorrente do binarismo sexual, privilegia o sexo e o gênero sobre o corpo e quaisquer percepções que o indivíduo tenha de si mesmo. A pessoa humana é reconhecida como sujeito de direitos tão somente se for considerada obrigatoriamente homem ou mulher dentro dos padrões médico-legais. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo analisar se o reconhecimento do terceiro gênero pode ser amparado por políticas públicas através da legislação normativa pátria, a fim de diminuir os efeitos negativos no decorrer da vida dos intersexuais e de seus familiares. Tal análise é feita primordialmente pela demonstração de políticas hodiernas espalhadas pelo globo, avaliando como as demais legislações lidam com indivíduos sob essa condição, além dos reflexos gerados.

Para atingir tal objetivo, o método de pesquisa utilizado foi o método indutivo de pesquisa, por meio da abordagem bibliográfica, através de consultas interdisciplinares em literaturas sociológicas, psicológicas, médicas e jurídicas, revistas eletrônicas, artigos científicos e documentários. Tal artigo contribuiu na demonstração de uma realidade de desamparo social, de intolerância, preconceitos e desigualdades que sofrem as pessoas intersex perante o ordenamento jurídico pátrio, em contraponto a demais ordenamentos que se empenham em atualizações legislativas e na implementação de políticas públicas de grande avanço evolutivo social. Assim, o artigo contribui como um compilado de informações que justificam o reconhecimento do gênero intersexo, amparado por políticas públicas e através da legislação normativa pátria, a fim de diminuir os efeitos negativos no decorrer da vida dos intersexuais e de seus familiares. As considerações de Daniel Borrilho, Tiffany Jones e Ana Carolina Gondim de Albuquerque Oliveira esclarecem, no decorrer do texto, o desencadear das consequências jurídicas acarretadas pelo não reconhecimento do terceiro gênero, motivo pelo qual foram bastante exploradas.

Palavras-chave: Intersexualidade;
Reconhecimento de gênero; Políticas Públicas.

PROBLEMATIZANDO A MEDICALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE DAS MULHERES: AS POTENCIALIDADES DO MÉTODO BILLINGS

Luísa Almansa Goulart

(discente da graduação em Psicologia da UFSM)

Adriane Roso

(docente da UFSM; pós doc na Harvard)

Vanessa Soares de Castro

(discente do Mestrado em Psicologia da UFSM; servidora do IFRS)

Camila Gonçalves

(docente da UFN)

Natália Ferreira Schreiner

(discente da graduação em Psicologia da UFSM)

RESUMO

Introdução: Entendemos que o controle dos corpos e da sexualidade das mulheres, e o debate sobre sua saúde sexual e reprodutiva, é uma questão intrínseca às relações de dominação com base em gênero. Assim, a partir das discussões em um grupo de estudos dirigidos vinculado ao projeto guarda-chuva “Vidas Precárias no Ciber mundo - Estudos sobre Violências, Poder e Interseccionalidade nos Sistemas Hierárquicos”, objetivamos problematizar a naturalização do uso de contraceptivos orais e as potencialidades de outros métodos, como o Método de Ovulação Billings (MOB), como alternativa para a otimização da qualidade de vida das mulheres, redução das gestações não planejadas e empoderamento por meio do autoconhecimento. O MOB, foco do presente estudo, tem

por base o reconhecimento do muco produzido pela cérvice (o muco cervical), que pode indicar em que momento a mulher está fértil e em que momento ela não está, facilitando não apenas a contracepção, mas também a gravidez quando desejada. **Método:** A partir de um levantamento documental de natureza exploratória, realizou-se uma revisão da literatura voltada ao objeto de estudo em pauta. As bases de dados pesquisadas foram: SciELO, Redalyc e Google Acadêmico. Os termos utilizados na busca foram: planejamento familiar, método Billings, pílula anticoncepcional, métodos contracep\$, medicalização do corpo da mulher e saúde sexual da mulher. Até o momento foram encontrados 20 artigos e deles foram selecionados 10 para o estudo. Os critérios de inclusão foram relevância e língua em que foram escritos (português). Foram considerados relevantes aqueles que abordavam métodos contraceptivos reversíveis e métodos contraceptivos naturais, bem como o próprio MOB. Também foi selecionado um livro introdutório sobre o método, para maior familiarização com a técnica. **Principais contribuições:** Os artigos mostraram que hoje existe uma gama variada de métodos contraceptivos, podendo estes serem hormonais ou não, permanentes ou reversíveis. A pílula anticoncepcional é o contraceptivo reversível mais utilizado e conhecido no Brasil. Vista como símbolo da emancipação e libertação sexual das mulheres, a pílula anticoncepcional pode, porém, acarretar efeitos colaterais. Uma pesquisa feita pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, em cinco capitais brasileiras, revela que 84% das entrevistadas, que utilizavam algum contraceptivo oral, decidiram descontinuar o uso, pois sofriam com sinto-

mas desagradáveis ligados a ele – como dores de cabeça, enjoo e aumento de peso (MAGALHÃES et al, 2013). Ao buscarem métodos contraceptivos menos invasivos, as mulheres deparam-se com métodos comportamentais como, por exemplo, o método de ritmo, mais conhecido como “tabelinha”, o método sintotermal e o MOB. Foi apontado por mulheres que fazem o uso exclusivo do método Billings, isto é, sem utilização simultânea de métodos de barreira, que este traz apenas vantagens, como conhecer o próprio corpo, autonomia, maior flexibilidade em relação a outros métodos comportamentais (já que funciona tanto para ciclos regulares, quanto para irregulares) e aumento na atividade sexual dos casais usuários do método. Além disso, os efeitos colaterais como baixa libido, enjoos, dores de cabeça e aumento de peso que são associados à pílula anticoncepcional, não ocorrem no MOB, tendo em vista que ele não altera o funcionamento natural do corpo da mulher (MAGALHÃES et al, 2013). Dessa forma, empodera e tranquiliza suas usuárias, pois ao conhecerem o seu ciclo, podem até mesmo perceber rapidamente quando estão com alguma doença ou alteração na flora vaginal (MAGALHÃES et al, 2013). Todavia, para que o método funcione, é necessário que sejam seguidas suas instruções de forma correta, como o registro diário da aparência e textura do muco e obedecer o período de abstinência sexual (período fértil), por isso é necessária ampla divulgação didática nos espaços de promoção de saúde sexual e reprodutiva. **Conclusão:** A partir dos estudos encontrados, percebemos que, ainda que a pílula anticoncepcional seja amplamente utilizada na atualidade, há uma busca, por parte das mulheres, por outras

formas de cuidar de sua saúde sexual e reprodutiva (MAGALHÃES et al, 2013). Muitas pesquisas ainda precisam ser feitas sobre o uso do método Billings, principalmente em um contexto tão diverso quanto o brasileiro. Entretanto, até o momento percebemos que este tem potencial para diminuir a medicalização do corpo da mulher, bem como promover o empoderamento através da promoção do autoconhecimento de seus corpos. Para futuros estudos, entendemos que se faz necessária uma revisão histórica do método, do seu uso desde a sua origem até o momento atual, e as relações que este vem estabelecendo com as transformações no campo da saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

Palavras-chave: Método Billings. Saúde sexual e reprodutiva. Medicalização.

REFERÊNCIAS

- BILLINGS, Evelyn; WESTMORE, Ann. **O Método Billings: controle da fertilidade sem drogas e sem dispositivos artificiais.** São Paulo: Paulus, 1983. p. 5-43.
- MAGALHÃES, A. C. et al. Vivência da mulher na escolha do Método de Ovulação de Billings. **Revista Brasileira de Enfermagem**, n. 4, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267028668004>>. Acesso em: 6 set. 2018.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADAS, EM PORTO ALEGRE/BRASIL

Fernanda Silva de Almeida

(militante pelo coletivo das JMC's-
Jovens Multiplicadoras de Cidadania da ONG
Themis- Gênero, Justiça e Direitos Humanos)

Márcia Soares

(fundadora da ONG Themis-
Gênero, Justiça e Direitos Humanos)

Maria Eduarda Barbosa

(militante pelo coletivo das JMC's-
Jovens Multiplicadoras de Cidadania da ONG
Themis- Gênero, Justiça e Direitos Humanos)

Thabata Jeandra da Silva Ferreira

(militante pelo coletivo das JMC's-
Jovens Multiplicadoras de Cidadania da ONG
Themis- Gênero, Justiça e Direitos Humanos)

O tema da gravidez na adolescência vem protagonizando o debate entre a sociedade civil, poder público e o judiciário em Porto Alegre. Em agosto de 2018, o Ministério Público do Rio Grande do Sul, assinou um Termo de Cooperação envolvendo uma empresa multinacional de produção de medicamentos e dois hospitais federais, para disponibilizar um contraceptivo hormonal de longa duração, o SIU-LNG (Sistema Intra-Uterino) para 100 adolescentes entre 13 e 18 anos. A ação imediatamente chamou a atenção dos Conselhos de Direitos da Infância, da Saúde e da Assistência Social, visto que a ação do MPE foi direcionada exclusivamente às adolescentes pobres, em situação

de extrema vulnerabilidade, que vivem em acolhimento institucional. As jovens foram selecionadas e encaminhadas para atendimento, mediante assinatura de um “termo de consentimento”. Além disso, o método disponibilizado não conta com a recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia para o SUS (Conitec) para anticoncepção em mulheres dessa faixa etária.

Em face das possíveis violações de direitos e dos danos à saúde das jovens, a Themis, juntamente com a Defensoria Pública da União ingressou com uma Ação Civil Pública buscando a imediata suspensão do Termo de Cooperação, dentre outras medidas para a garantia do direito integral à saúde das adolescentes envolvidas.

De outra parte, desde 2003, a Themis desenvolve o projeto “Jovens Multiplicadoras de Cidadania – JMC’s”. Trata-se de um programa de formação, com enfoque jurídico feminista e de direitos humanos, dirigido a jovens mulheres de classes populares e moradoras das periferias de Porto Alegre, buscando qualificar e fortalecer seu protagonismo, além de ampliar sua capacidade de diálogo intergeracional.

Objetivos: Com este projeto, a Themis pretende agora incidir diretamente junto ao público atingido pela ação estatal. Busca estabelecer um canal de diálogo com as adolescentes em medida judicial de acolhimento institucional que foram alvo do referido termo de cooperação, por meio da atuação orientada da JMC’s.

Para tanto, será desenvolvido um programa de capacitação específico, com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos que envolverá profissionais da área de saúde, psicologia e direito, ativistas do movimento de juventude e LGBT e contará

com a presença e tutoria de JMC's já formadas pela Themis. Além disso, envolverá a equipe técnica responsável pelas instituições acolhedoras. O projeto terá duração de 6 meses.

Metodologia: Serão 8 encontros, sob a forma de oficinas, com espaços de diálogo e reflexão conjunta sobre os temas propostos, com vistas a contribuir para a construção de sujeitos mais autônomos e conscientes do cuidado de si no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, deseja-se produzir um espaço privilegiado de escuta das demandas e percepções dessas jovens. Cada encontro contará com um facilitador e com a presença de pelo menos 2JMC's, que além de facilitadoras do diálogo, exercerão o papel de tutoria das meninas. É esperado que cada participante tenha uma JMC de referência, de acordo com os vínculos e identidades que se estabeleçam. As 3 atividades externas acontecerão no contra turno escolar, em grupos de 10 meninas, acompanhadas pela JMC tutora. O monitoramento e a avaliação do processo acontecerão em reuniões mensais entre a equipe da Themis, JMC's e coordenadores das casas lares.

Palavras-chave: Direitos sexuais e reprodutivos; gravidez na adolescência; empoderamento feminino.

REFERÊNCIAS

PASINI, Elisiane; PONTES, João. Jovens **Multiplicadoras de Cidadania construindo outra história!** Porto Alegre, Themis, 2007.

Metodologia Themis de Acesso à Justiça. Porto Alegre: Themis, 1996.

DORA, Denise Dourado; SILVEIRA, Domingos Dersch (orgs.). **Direitos Humanos: Ética e Direitos Reprodutivos.** Porto Alegre, Themis, 1998.

REALIZANDO DIREITOS SEXUAIS NAS NOVAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DE HIV/AIDS

Bruno Silva Kauss

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Andréa Fachel Leal

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO: Novas tecnologias biomédicas de prevenção à infecção por HIV têm sido incorporadas às políticas públicas de HIV/Aids no Brasil, entre elas a Profilaxia Pós-Exposição (PEP) e Profilaxia Pré-Exposição (PrEP). Em linhas gerais, PEP e PrEP são métodos de prevenção antirretroviral, que consistem na administração diária de medicamentos antirretrovirais (ARV), como forma de prevenção ao HIV (GRANGEIRO, 2015). O objetivo do presente trabalho é investigar os desafios à implementação dessas tecnologias nos Serviços de Assistência Especializada em IST/HIV/Aids de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Trata-se de uma análise de implementação de políticas públicas, a qual possui como parâmetro as percepções e interações de profissionais de saúde no cotidiano de um serviço de saúde. Com base numa abordagem qualitativa, o estudo privilegiou as técnicas da observação de cunho etnográfico e de entrevistas em profundidade. O universo empírico envolve dois serviços de saúde especializados em IST/HIV/Aids de Porto Alegre/RS. No referencial teórico, estabeleceu-se um diálogo entre os campos das Políticas Públicas, notadamente a literatura da "Burocracia de Nível de Rua" (LIPSKY, 1980), da Sexualidade, dos Direitos Sexuais e Bioética. O traba-

lho está em execução e apresenta resultados parciais. Na leitura dos dados, elencaram-se quatro eixos principais de análise: a) o contexto no qual os profissionais estão inseridos; b) os fatores institucionais e organizacionais; c) fatores individuais e relacionais. Em um dos serviços analisados, foram encontrados os seguintes desafios à implementação da PEP: (a) importância da PEP com ressalvas; (b) concentração de atividades em poucos profissionais; (c) o baixo conhecimento sobre protocolos e diretrizes da PEP; (d) relato dos profissionais sobre não ter recebido capacitação ou estratégias de educação continuada; (e) percepções negativas sobre PEP; (f) não reconhecimento da PEP como um direito sexual. Discute-se que tais desafios podem gerar consequências negativas ao acesso da estratégia PEP. Além disso, também podem incidir de modo mais grave sobre populações em situação de maior vulnerabilidade ao HIV/Aids. Os resultados parciais revelam que é preciso aprimorar a implementação de novas tecnologias de prevenção ao HIV, por meio de mecanismos de gestão e planejamento dos recursos disponíveis, para fins de alcançar a efetividade da estratégia. Isso se torna mais necessário num cenário em que novas tecnologias, como PrEP, têm se tornado realidade no âmbito da saúde pública. Por fim, faz-se necessário situar o debate sobre gestão das novas formas de prevenção na abordagem dos direitos sexuais e na compreensão das vulnerabilidades. Nesse sentido, o marco teórico da bioética fornece meios para pensar o direito à prevenção e o respeito à autonomia dos sujeitos na escolha das formas de cuidado de si e da sexualidade. Concluiu-se que, para além de uma execução técnica, os profissionais de saúde na “linha de frente

das políticas públicas" exercem uma execução simbólica, informados pelo contexto em que estão inseridos, pelas percepções, pela cultura organizacional e pelas interações cotidianas com os demais colegas e usuários. Nesse sentido, há de se fomentar os estudos qualitativos sobre o cotidiano dos serviços de saúde e, de modo geral, no aprimoramento das políticas públicas de HIV/Aids e do exercício de direitos sexuais pelos sujeitos.

Palavras-chave: HIV/Aids. Políticas Públicas. Profissionais de Saúde. Abordagem Qualitativa. Direitos Sexuais.

REFERÊNCIAS

- GRANGEIRO, Alexandre, et al. **O Efeito dos Métodos Preventivos na Redução do Risco de Infecção pelo HIV nas Relações Sexuais e seu Potencial Impacto em Âmbito Populacional:** uma revisão da literatura. Rev. Bras. Epidemiol., n. 18 Suppl. 1, p. 43- 62, 2015.
- LIPSKY, M. **Street-Level Bureaucracy:** dilemmas of the individual in public services, 1980.

SEXUALIDADE FEMININA: A INGERÊNCIA DO CATOLICISMO NOS DIREITOS SEXUAIS FEMININOS

Nayara Mendes dos Santos

Especialista em Biodireito e Mestranda
em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, bolsista
CAPES; nayara.santos@acad.pucrs.br

A partir da criação de diversos movimentos de reivindicação de seus direitos através de coletivos feministas como Católicas pelo Direito de Decidir, Grupo Curumim, etc.¹, as mulheres têm questionados certos comportamentos que são implantados socialmente a elas. Mesmo com estes movimentos as mulheres ainda sofrem repressão sexual em seu cotidiano e, vivenciam abusos e violências em função de normas culturalmente estabelecidas, as quais invalidam sua liberdade sexual, em razão da sexualidade continuar sendo vista apenas para intuítos reprodutivos.

Esta visão surgiu a partir de abordagens feitas pela igreja católica, principalmente na Idade Média, no período da Inquisição, que iniciou o conhecido período de “Caça as bruxas”, em que houve inúmeras execuções de pessoas consideradas bruxas e hereges, em sua maioria mulheres, que representassem, na visão da Igreja, ameaça aos seus símbolos e rituais sagrados.

A mulher que era vista como bruxa, era detentora de conhecimento “místicos” da medicina popular, além de ser vista como um ser sexual pelo

¹ Mapa de Coletivo de Mulheres – MAMU, categoria Direitos Reprodutivos e Sexuais. Disponível em: <<http://www.mamu.net.br/?cat=104>>.

qual todo o mal chegava à humanidade, pois era considerado que através da mulher (Eva) que o Pecado Original aconteceu. Então, a igreja interferia nos direitos sexuais das mulheres, por meio do controle moral e social do corpo. O catolicismo ditava as regras da sexualidade e através da bíblia definia o que era virtuoso, devendo o ato sexual ser só com intuito reprodutivo e após o casamento. Isso, transformou a atividade sexual em um indicativo moral, na qual uma vida simples e afastada dos prazeres carnis se tornou a ideal.

Assim, o direito à autonomia sexual da mulher ainda é considerado um tabu, devido a padrões sociais que ainda não foram “quebrados”, já que são questões apresentadas sob um viés de papéis pré-definidos baseados no controle religioso do corpo e nas definições de poder e dominação patriarcal.

Portanto, se faz necessária a concepção de que os direitos sexuais devem propiciar proteção jurídica, promovendo a liberdade e a igualdade, sem prender-se a comportamentos e identidades meramente admitidas pela religião. Tanto que diversos segmentos de lutas vêm debatendo e inserindo temas relacionados aos direitos sexuais das mulheres em discussão tanto politicamente, como pela sociedade em geral. Logo, esse tema é importante para se discutir direitos que foram e, de certa forma, ainda são negados às mulheres, mesmo depois de haver movimentos que combatam e questionem certos comportamentos impostos pela sociedade, pela cultura ou pela religião.

Por isso, o presente resumo tem como objetivo analisar a ingerência da religião católica nos direitos sexuais femininos, ponderando os direitos

sexuais como um direito humano fundamental intrínseco à dignidade humana.

Para a elaboração desse trabalho foi feita uma revisão bibliográfica, com pesquisas em declarações internacionais, como na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo de 1994, e artigos em meios eletrônicos. Para elencar os direitos sexuais, usamos a declaração universal de direitos sexuais da World Association for Sexual Health²; à medida que a fundamentação dos direitos sexuais como direitos fundamentais baseia-se na tese de Roger Raupp Rios (2016). E para a análise histórica da mulher e da Religião, usa-se a introdução histórica de Rose Marie Muraro (2014) do livro *O Martelo das Feiticeiras*.

Em relação aos direitos sexuais é possível verificar que fazem parte dos Direitos Humanos, compostos por um conjunto de direitos relacionados à sexualidade que emanam dos direitos à liberdade, igualdade, privacidade, autonomia, integridade e dignidade; todos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana.

A sexualidade é construída através do tempo, por influências sociais, políticas e religiosas; é um aspecto central do ser humano que engloba as relações, sexo, gênero, orientação sexual e desejos. Por isso, a sexualidade está intrinsecamente ligada à identidade humana; ela contribui para que a mulher seja quem ela é, e balizar a construção de sua sexualidade seria balizar seu direito à identidade e personalidade. Assim, conclui-se que há um forte embasamento para o eficaz debate jurídico e social acerca da efetivação dos direitos sexuais como direitos fundamentais.

2 World Association for Sexual Health. Declaration of Sexual Rights, 2014. Disponível em: <<http://www.worldsexology.org/resources/declaration-of-sexual-rights/>>.

Contudo, as ideias da religião católica ainda influenciam o controle social do corpo feminino e de sua sexualidade. Visto que um dos maiores desafios da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo em 1994, foi confrontar a aliança de fundamentalistas religiosos que pretendiam a imposição de uma agenda severamente pró natalista, impugando qualquer termo que sugerisse a aceitação do aborto e do prazer sexual, a educação sexual para jovens e adolescentes, a existência de homossexuais e seus direitos, e o núcleo familiar diverso do heteronormativo.

No geral, às mulheres deve ser efetivado o direito de usufruírem plenamente de sua sexualidade, independente da reprodução; reconhecer os direitos sexuais, sobretudo o feminino, como um direito fundamental, radica tal separação, apresentando um caráter emancipatório e libertário, pois aceita como positivo o prazer sexual feminino. Pode-se dizer que todas as formas de prazer são permitidas, pois as vitórias e as conquistas das mulheres ao longo do tempo através de suas mobilizações nos permitem afirmar que, as regras, lícito e ilícito referente ao sexo e a sexualidade feminina, somente podem ser ditadas por elas mesmas, conforme diversos movimentos feministas, que até mesmo religiosos, buscam reconhecer.

Palavras-chave: Direitos Sexuais. Sexualidade Feminina. Catolicismo.

REFERÊNCIAS

COPELON, R. et al. Toward and Interdependent Approach to Reproductive and Sexual Rights as Human Rights: Reflection on the ICPD and beyond. In: SCHULER, M. A. **From**

Basic Needs to Basic Rights: Women, Law and Development International, Washington D.C., p. 348-349, 1995.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica [ao livro O martelo das feiticeiras]. **Aberto**, Brasília, v. 27, n. 91, p. 177-187, jul./dez. 2014.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 71-100, dez. 2006.

“TERRA DAS MULHERES”: UM DIÁLOGO ENTRE DIREITOS HUMANOS E LITERATURA

Fernanda Nunes Barbosa

(UniRitter)

A promoção de direitos humanos tais como os direitos sexuais e reprodutivos é tarefa dos estados e se mostra mais necessária quanto maior se revela o seu uso perverso como instrumento de discriminação de minorias. Dissimulado, não raramente, de afirmada tutela de direitos de terceiros, como nas hipóteses de esterilização forçada em mulheres dependentes químicas e provenientes de classes sociais menos favorecidas, os argumentos que se opõem a uma ampla tutela dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres contemporaneamente denotam violências interseccionais, na medida em que expressam diversas formas de desigualdade, como gênero, classe, nacionalidade, raça e orientação sexual.

Este estudo tem como objetivo, a partir de uma metodologia que une literatura e direito, verificar o papel das narrativas literárias na compreensão do fenômeno social que se constata por meio das inúmeras violações a tais direitos, especialmente em países pobres, e do papel da Justiça, muitas vezes protagonista do triste espetáculo. Por meio do Direito *na* literatura, torna-se possível demonstrar como a literatura contribui diretamente para a formulação e para a elucidação das principais questões relativas à justiça, à lei e ao poder (OST, 2004, p. 48-59).

Para tanto, analisou-se um caso real da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a

obra literária “Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman. Em comum, a realidade e a ficção abordam o espaço feminino, aquele na perspectiva do corpo e esta na simbólica formação de um estado onde apenas existem mulheres. A presença masculina, em ambos, aparece no uso da força, na imposição de uma vontade que desconsidera o feminino naquele que é um dos mais importantes pilares da nossa condição humana: a capacidade de livremente decidir. A invasão, que no caso I.V.* VS. BOLÍVIA acontece no espaço físico do corpo anestesiado em uma mesa cirúrgica, em Terra das Mulheres transcorre na tentativa de três amigos de chegar a esta terra para explorar o território onde outros homens já haviam ido, mas de onde nenhum antes havia retornado. Não acreditavam eles que pudesse haver tal lugar, onde apenas mulheres tivessem construído e sustentado uma civilização. Era preciso explorá-lo.

No caso I.V.* VS. BOLÍVIA, a Corte julgou fato ocorrido contra uma mulher que sofreu perda permanente e forçada de sua função reprodutora por meio de uma intervenção cirúrgica não consentida em um hospital público da Bolívia. A sentença da CIDH, com base, entre outros diplomas internacionais, na “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)”, reconheceu a violação à sua integridade física e psíquica, assim como o seu direito de viver livre de violência e discriminação, de acesso à informação e à vida familiar, entendida a autonomia reprodutiva como parte de tais direitos. Sem ter tido o direito ao exercício do livre e informado consentimento, a Sra I.V. foi submetida a uma ligadura de trompas cuja urgência não fora demonstrada, em absoluta

violação a um aspecto central de sua dignidade humana, consistente na capacidade de autode-terminar-se e escolher, livremente, as circunstâncias que dão sentido à sua existência.

Conforme a doutrina de Maria Celina Bodin de Moraes, ainda que o conceito de dignidade da pessoa humana seja de difícil delimitação em abstrato, o seu substrato material pode ser esquematizado a partir de um quadro teórico que reconhece o desdobramento de quatro postulados: "i) o sujeito moral (ético) reconhece a existência dos outros como sujeitos *iguais* a ele; ii) merecedores do mesmo respeito à *integridade psicofísica* de que é titular; iii) é dotado da vontade *livre*, de autodeterminação; iv) *é parte do grupo social*, em relação ao qual tem a garantia de não vir a ser marginalizado. (BODIN DE MORAES, 2016, p. 85, grifo nosso). No caso julgado pela Corte, verificou-se a violação dos quatro assim chamados "subprincípios da dignidade humana", que em seu conjunto constituem a tutela integral da pessoa, que só se concretiza diante de uma concepção ampliada de liberdade (em suas dimensões subjetiva e intersubjetiva). É pelo viés da liberdade subjetiva que se cuida de garantir que as pessoas gozem de amplo espaço para construção do seu projeto pessoal de livre desenvolvimento da personalidade, o que é negado a uma mulher toda vez que ela vê cerceados seus direitos reprodutivos, como aconteceu no caso julgado pela CIDH.

Por outro lado, na obra literária "Terra das Mulheres" (1915), o cenário é um lugar onde o gênero masculino fora abolido há mais de 2000 anos, após várias desventuras, culminando com o levante de jovens mulheres que não aceitaram se submeter ao poder de seus então conquistadores.

Curiosos a respeito dessa terra da qual ouviram falar com temor, três jovens decidem encontrá-la e explorá-la, levando consigo seu complexo de preconceitos e estereótipos, que se ainda hoje existem nas sociedades contemporâneas, mais forte se mostravam no início do século XX.

Em comum, o caso boliviano e a narrativa literária apresentam o traço da invasão e a tentativa de tomada de poder do corpo feminino pelo outro, o conquistador, de modo a limitá-lo em sua liberdade de dar sentido à sua própria existência. Seja este corpo físico ou simbólico, por meio de uma terra exclusivamente de mulheres. Mas o prefácio de Renata Corrêa à edição brasileira, ao tempo que bem situa a narrativa em sua época a respeito das várias críticas feministas que a ela se poderia fazer, traz um desafio à reflexão: como seria a nossa própria utopia feminista? “Hoje, agora, imaginemos uma sociedade livre da opressão do patriarcado. Como ela se organizaria e o que faríamos com a liberdade conquistada?”

Essa talvez seja, de fato, a grande reflexão da obra de Charlotte Gilman ao debate feminista, o qual também atravessa toda questão dos direitos reprodutivos das mulheres em nossa época.

Palavras-chave: direito ao corpo - liberdade - literatura.

REFERÊNCIAS

- BODIN DE MORAES, Maria Celina. Danos à Pessoa Humana. **Uma leitura civil-constitucional do dano moral**. Rio de Janeiro: Processo, 2016.
- GILMAN, Charlotte Perkins. **Terra das Mulheres**. Trad. Flávia Yacubian. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

OST, François. **Contar a Lei:** as fontes do imaginário jurídico. Trad. Paulo Neves. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

VIOLÊNCIA EM MULHERES DA POPULAÇÃO LGBT: UMA ANÁLISE DOS DADOS

Vanessa Azambuja de Carvalho

(Mestranda do PPG de Psicologia
Institucional e Social da UFRGS)

Henrique Caetano Nardi

(Professor do Instituto de Psicologia UFRGS,
e do PPG de Psicologia Institucional e Social da
UFRGS e Professor coordenador NUPSEX/UFRGS)

Com este trabalho buscamos reunir conhecimentos sobre a questão dos efeitos da cisheteronormia em relação à violência em mulheres não exclusivamente heterossexuais da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT), buscando a garantia dos seus direitos sexuais e a vida. Fizemos uma revisão narrativa de literatura, a qual não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura, a busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações (ROTHER, 2007). Para isso articulamos os dados dos últimos relatórios sobre violência e assassinatos de LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Grupo Gay da Bahia, destacando as vítimas mulheres da população (BRASIL, 2016; GRUPO GAY DA BAHIA, 2018) Além disso, os dados do Dossiê sobre Lesbocídio serão também analisados. Mulheres cis e trans lésbicas ou bissexuais ou heterossexuais ou pansexuais sofrem violências cotidianas, ao mapearmos a LGBTfobia vamos perceber a alta incidência de agressões e assassinatos entre mulheres da sigla.

Destaca-se que no Dossiê, segundo Peres, Soares e Dias (2018, p. 19), ao proporem o termo lesbocídio elas o definem como “morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica”. Portanto, esse apanhado de dados e informações são analisados com literatura sobre a temática da violência LGBTfóbica e o preconceito a diversidade sexual e diversidade de gênero. Conforme elas, esse termo é proposto para criticar a negligência e o preconceito no Brasil com as mulheres lésbicas. De acordo com o documento, em 2014, foram registradas 16 mortes. Em 2017, o número passou para 54 – um aumento de 150% de casos em quatro anos. Até Julho de 2018, já foram registradas 87 mortes por lesbocídio. Esses casos são hegemonicamente tentativas de extermínio, catalogadas como crimes de ódio e motivadas por preconceito. Por não haver dados oficiais, os crimes são coletados na mídia e nas redes sociais, o que acaba gerando subnotificação. Os números podem ser ainda maiores que os apresentados (PERES et al., 2018).

Essas mulheres foram vítimas da violência cisheteronormativa. Essa violência se baseia em discursos e práticas que reiteram a cisheteronormatividade. A qual constitui-se, na norma que pressupõe as pessoas só deveriam ser heterossexuais e que toda a pessoa deveria assumir uma identidade de gênero cis, ou seja, sua vivência de gênero corresponderia ao gênero atribuído no nascimento. Ou seja, uma sociedade cisheteronormativa, fala de um viver onde há a normatividade da suposição de uma pessoa viver em um corpo que tenha reiterado em si a cisgeneridade e a heterossexualidade como compulsórias. Aqui

entendo o conceito da cisgeneridade como fundamental para entendermos a cisheteronorma. Segundo Vergueiro (2016), podemos usar cisgeneridade para pensar as formações corporais e identidades de gênero naturalizadas e idealizadas, em uma normatividade de gênero – a cisheteronormatividade, ou normatividade cisheteronormativa – que exerce, através de variados dispositivos de poder e efeitos de sanção sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, estejam afastados dos seus preceitos normativos.

Aqui a cisheteronormatividade contempla o conceito da heteronormatividade. A heteronormatividade seria a visão de que há expectativas e modos de como uma pessoa deve agir, expressar, sentir e viver sua sexualidade, como se a regra da orientação sexual fosse apenas a heterossexual. Esse ponto de vista se configura como um dispositivo de regulação e controle da sexualidade acionado por discursos e ações que vão desde a sutil invisibilização e segregação a formas violentas de opressão e dominação. Portanto, a heteronormatividade se pauta na perspectiva que há expectativas e modos de como uma pessoa deve agir, expressar, sentir e viver sua sexualidade, como se a orientação sexual possível fosse apenas a heterossexual.

Olhar a diversidade sexual e de identidade de gênero como algo desviante é um enorme ato de violência. Assim como a patologização dessas maneiras de viver, torna essas populações como doentes, errados e excluídos. Experimentar a vida como sendo sujeita desviante da norma, em uma sociedade machista heterossexual e com binarismo de gênero (masculino e feminino), gera con-

sequências graves para a violação dos Direitos Humanos. As pessoas que explicitam o diferente, arriscando polemizar as normas hegemônicas, culturais e científicas sobre sexualidade/gênero sofrem violências de todas as formas, violências que matam, que falam de uma fazer morrer e também de um deixar morrer.

Palavras-chave: Violência, Mulheres, LGBT.

REFERÊNCIAS

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara; **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil:** de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.** São Paulo , v. 20, n. 2, p. v-vi, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2018.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgenderidade como normatividade. 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

Grupo de trabalho: 5

Representação política, juventude e gênero

ALTERIDADE, CONFLITO E MUDANÇAS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS DE UM COLETIVO ESTUDANTIL FEMINISTA

Vanessa Soares de Castro

(discente do Mestrado em Psicologia
da UFSM; servidora do IFRS)

Adriane Roso

(docente da UFSM; pós doc na HARVARD)

Camila Gonçalves

(docente da UFN)

Introdução: Este trabalho faz parte de uma pesquisa vinculada ao Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que investiga o ativismo feminista de um coletivo de estudantes secundaristas que atua no contexto de uma Instituição Federal de Educação (IFE). A pesquisa faz parte do projeto guarda-chuva “Vidas Precárias no Ciber mundo – Estudos sobre Violências, Poder e Interseccionalidade nos Sistemas Hierárquicos”, e está fundamentada teoricamente na Teoria das Representações Sociais (TRS), na Teoria das Minorias Ativas (TMA) e nos estudos feministas e de gênero. **Objetivo:** Buscamos analisar a importância da ativação de conflitos e da atenção às relações de alteridade no ativismo de um coletivo juvenil feminista. **Método:** Sob a modalidade de pesquisa participativa, contamos com a inserção da primeira autora em atividades de um coletivo juvenil feminista, isto é, em reuniões, atos públicos, e vivências cotidianas. Foi construído um diário de campo com os registros destes momentos, e foi realizada uma roda de conversa com as participantes, abordando os significados e percor-

so histórico do coletivo. **Principais contribuições:** O material construído está em processo de análise, mas a partir dos resultados, podemos inferir que o coletivo de estudantes participante da pesquisa tem dois focos distintos em suas ações, sendo um deles fortalecer e empoderar outras jovens, criando espaços de união e ajuda mútua no contexto escolar. O outro foco de seu trabalho tem sido confrontar discursos e atitudes machistas e sexistas em seu cotidiano como forma de promover mudanças. A alteridade pode ser definida como as relações de diferença que se estabelecem entre o *eu* e o *outro*, relações estas de intersubjetividade, que tornam possível a construção dos sujeitos e do mundo social (JOVHCELOVITCH, 1998). É nas relações entre os grupos sociais, com diferentes posicionamentos e interesses, que os sentidos que se atribuem ao mundo são negociados, sendo que estes sentidos embasam as ações, lutas e projetos dos sujeitos e coletivos em relação ao futuro (JOV-CHELOVICTH, 1998). Entendemos que as estudantes participantes levam em conta as relações de alteridade em seu meio, pois em sua luta contra as iniquidades de gênero, buscam não apenas o diálogo entre si, e com aquelas/es a quem identificam como parceiras/os, mas também ao diálogo com aqueles/as que buscam se diferenciar das práticas feministas. O conflito é parte essencial neste processo. O conflito desestabiliza o poder institucional, abrindo caminho para que as minorias possam apresentar novas representações do mundo, e assim provocar mudanças (HERNANDEZ, 2010). Ao entrar em conflito intencionalmente com normas socialmente aceitas e naturalizadas que produzem iniquidades, o coletivo, entendido aqui como “minorias ativas” (MOSCOVICI, 2011), busca

mostrar que sua visão de mundo é coerente e legítima, fazendo pressão contra o consenso ao mostrar outras realidades possíveis. O coletivo já propôs atividades como: promoção de um abaixo-assinado contra o assédio e o bullying, já naturalizados em certos espaços da escola; confronto e diálogo com colegas que tiravam fotos invasivas de estudantes; tentativa de promover um debate entre os calouros homens a partir de um documentário que aborda a masculinidade, entre outras ações. Por vezes, tentam uma aproximação com estes outros, de modo a buscar convencê-los a apoiar suas causas, e em outros momentos enfatizam as diferenças com relação a estes outros que se dizem contrários ao feminismo – talvez como forma de fortalecer sua identidade enquanto coletivo e angariar pessoas que já se identificam com suas causas. **Conclusão:** As jovens ativistas participantes da pesquisa promovem tanto o desconforto de seus antagonistas, quanto o seu próprio, ao entrar em contato ativamente com pessoas cujos ideais e cujas práticas são assumidamente diferentes das suas. Usam o conflito e a negociação com seus outros, de forma persistente e consistente, porém flexível, para mostrar que sua visão feminista de mundo é justa e necessária, bem como para fazer com que mais pessoas lutem a seu lado. Assim, constroem um *eu* coletivo nas trocas constantes com seus *outros*, em um constante movimento de afastamento e aproximações. Como sugestão a futuras pesquisas, entendemos que há necessidade de investigar mais sobre como as jovens veem a alteridade dentro do coletivo em que atuam, ou seja, como trabalham a dinâmica das semelhanças e diferenças entre si. Igualmente, pensamos que seria importante identificar como a crise polí-

tica atual no Brasil tem impactado a atuação dos coletivos e os modos de lidar com os conflitos na instituição escolar.

Palavras-chave: Feminismo. Alteridade. Estudantes.

REFERÊNCIAS

- HERNANDEZ, Aline. Imagens e Discursos do Movimento Social Espanhol “No a la Guerra”: Representações, Ações e Reações. In: **Representações Sociais em Movimento: psicologia do ativismo político**. GUARESCHI, P.; HERNANDEZ, A; CÁRDENAZ, M. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Re(des)cobrando o outro. In: **Representando a alteridade**. ARRUDA, Angela (org.). Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 1998. p. 69-82.
- MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das Minorias Ativas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ATIVISMO FEMINISTA: (IN)VISIBILIDADES EM UM COLETIVO JUVENIL

Natália Ferreira Schreiner

(discente da graduação em Psicologia da UFSM)

Adriane Roso

(docente da UFSM, pós doc na HARVARD)

Vanessa Soares de Castro

(discente do Mestrado em Psicologia da UFSM; servidora do IFRS)

Camila Gonçalves

(docente da UFN)

Luísa Almansa Goulart

(discente da graduação em Psicologia da UFSM)

RESUMO: Introdução: Este trabalho faz parte de uma pesquisa vinculada ao Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que investiga o ativismo feminista de um coletivo de estudantes secundaristas vinculado a uma Instituição Federal de Educação (IFE) no interior do Rio Grande do Sul. A pesquisa faz parte do projeto guarda-chuva “Vidas Precárias no Ciber mundo – Estudos sobre Violências, Poder e Interseccionalidade nos Sistemas Hierárquicos”, e está fundamentada teoricamente na Teoria das Representações Sociais (TRS), na Teoria das Minorias Ativas (TMA) e nos estudos feministas e de gênero. **Objetivos:** Identificar e refletir sobre a representação de mulher presentes nos discursos e nas ações de um coletivo de estudantes secundaristas. Particularmente, prestamos atenção nos possíveis impactos que uma determinada concepção de mulher gera sobre as estudantes do coletivo participante,

e, conseqüentemente, na relação das mesmas com seu meio e a compreensão das mesmas sobre as diversas formas de subjetividade existentes.

Método: A pesquisa tem abordagem qualitativa. O material empírico analisado foi construído a partir de uma pesquisa participante junto às estudantes secundaristas que compõem um coletivo feminista, atuante no espaço escolar de uma IFE. Foram realizadas observações participantes, diário de campo e uma roda de conversa. Para construir a reflexão nos apoiamos em duas autoras, Joan Scott (1995) e Judith Butler (2010). Algumas das questões que guiaram nossa reflexão foram: como as práticas do coletivo abrem ou fecham as bordas para a entrada da alteridade, para a discussão sobre o que é o “sujeito do feminismo”? Há espaço para rachar essas bordas e potencializar outros discursos além do binarismo? Como se preparam as participantes para desenvolver práticas a partir do próprio corpo teórico de feministas? **Principais contribuições:** Pensando nas práticas do coletivo de estudantes participante da pesquisa, é possível perceber que seu foco de ação gira em torno do fortalecimento e “empoderamento feminino”, bem como do confronto a discursos machistas e sexistas. Entretanto, quanto à realização de estudos e leituras sobre teorias feministas e de gênero, as estudantes do coletivo não apresentaram interesse específico, atendo-se a discursos mais generalizantes, ou seja, abordam as desigualdades entre homens e mulheres e os estereótipos de gênero, mas sem delimitar pautas mais específicas que isso. Esta abordagem, de certa forma, contempla suficientemente suas integrantes e suas necessidades mais imediatas em termos de lutas cotidianas. Porém, algumas delas reconhecem que existe falta de representatividade em seu ativismo, o que limita sua abordagem sobre

outras formas de existência. Isso perpassa questões de raça e etnia, classe, territorialidade e diferentes concepções de gênero. Por exemplo, o coletivo não percebe e não explora o fato de que em seu meio social existem pessoas que expressam gênero de modo que foge do binarismo e do determinismo entre gênero e sexo biológico. Questões como esta nos remetem ao que dizem Butler (2010) e Scott (1995) ao afirmarem que a lógica binária e a dicotomia sexo-gênero pautam as relações sociais e que, conseqüentemente, indivíduos que fogem dessa expectativa podem acabar excluídos. Tal exclusão é tão complexa que pode ser vista até mesmo nos próprios espaços de lutas contra as iniquidades com base em gênero. **Conclusão:** As jovens participantes da pesquisa reconhecem a falta de diversidade na construção do coletivo, falta esta que revela desigualdades dentro do próprio movimento, e que faz com que nem sempre consigam perceber as diferentes formas de viver em termos de gênero, que acabam ficando de fora do coletivo, sem lugares propícios para fala. Com isso, levantam-se questões importantes, como a necessidade de ampliar a compreensão e a representatividade, de modo geral, para fortalecer o ativismo juvenil, abranger a diversidade que deveria estar contemplada nas propostas feministas e dar visibilidade a outros modos de viver.

Palavras-chave: Diversidade de gênero. Feminismo. Estudantes.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 08 set. 2018.

CANDIDATOS VIÁVEIS VERSUS CANDIDATAS INVIÁVEIS: A DISPARIDADE DE GÊNERO NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM CABO VERDE

Anísa Sofia Correia Gonçalves

(Doutoranda do Departamento
de Ciência Política da USP)

Em Cabo Verde, as primeiras tentativas de dar resposta aos problemas de desigualdade social que atinge a camada feminina remontam os primeiros anos após à independência do país, em 1975. Entretanto, as mulheres tiveram pouca presença no campo cenário político do país durante os quinze anos de partido único. Realçamos, que nesse período foram realizadas três eleições: 1975, 1980 e 1985. Em 1975 somente uma mulher foi eleito, num universo de 56 eleitos, representando apenas 1,8% dos eleitos. Em 1980 cinco mulheres (7,9%) ascenderam ao parlamento, dentre os 63 eleitos. E, em 1985 dez mulheres (12%) ocuparam o cargo de deputada nacional ao lado de 81 deputados.

Após a abertura para o regime democrático multipartidário, em 1991, foram criados incentivos para aumentar o número de mulheres no parlamento nacional, ou seja, para fomentar a paridade entre os sexos. Todavia, vale realçar que em Cabo Verde, de modo geral, as políticas públicas criadas para fomentar a paridade entre os sexos na representação política, bem como as criadas para resolver os problemas da violência contra as mulheres ou outros problemas relacionados à camada feminina não foram resultados de lutas de

movimentos sociais, como aconteceu ou acontece em vários países do Ocidente e da América Latina ou como é analisado por Fraser nos seus escritos. Aqui essas políticas surgiram de cima e ancoradas, na maioria das vezes, nos tratados internacionais assinados e implementados pelo governo. Ou ainda, na sequência de exigências para a implementação de agendas internacionais dos países e ONGs internacionais que apoiam o país, de forma financeira.

A nível eleitoral, a primeira observação a se fazer é que não existe lei de cotas no país, que exigiria a reserva de um determinado número ou posições nas listas para as mulheres. Existe sim, incentivos para os partidos cujas listas tiverem um determinado número de mulheres: "*2. Por subvenção eleitoral do Estado serão premiados, nos termos da lei, os partidos políticos ou coligações de partidos políticos em cujas listas, se façam eleger, no plano nacional, pelo menos vinte e cinco por cento de candidatos do sexo feminino (artigo 415º, do CE)*". No entanto, esse incentivo eleitoral não legisla sobre a introdução de sistema de cotas no país, o que exigiria a reserva de um determinado número ou número e posições nas listas que deveriam ser ocupadas por mulheres.

Assim, o poder de decisão sobre a porcentagem das mulheres candidatas e a posição que elas ocupam nas listas partidárias foi entregue, desde o início, nas mãos dos partidos políticos, tendo em vista o sistema de eleitoral de lista fechada e ordenada adotada e implementada. Os partidos políticos transformaram nos principais responsáveis pela estruturação e organização da competição eleitoral no país. Essa condição abre caminho para múltiplos questionamentos sobre a

dinâmica de construção das listas partidárias e o seu reflexo na representação política nacional.

Com base nas informações apresentadas acima, o nosso objetivo é tentar entender a questão da paridade na representação política no país. Trata-se de um trabalho descritivo, em que tentaremos trazer para o debate algumas informações sobre as políticas criadas para fomentar a participação paritária na representação política e seus resultados práticos. A análise da realidade das mulheres na política nacional será, com base nos resultados das eleições legislativas que elege os deputados nacionais. Apresentaremos dados desde 1975 (ano das primeiras eleições no país) até 2016 (ano das últimas eleições). Ademais, vamos tecer nossas explicações com base nos escritos de Miguel e Biroli (2010), Costa (2010), Fraser (2013), Monteiro (2009), Norris (2004), entre outros autores relevantes.

Os dados analisados espelham que a porcentagem das mulheres candidatas e eleitas foram aumentando ao longo do tempo. Relativamente as candidatas, o número aumentou de 5,5% em 1975 para 37% em 2011. E, a taxa das que conseguiram ascender ao Parlamento Nacional aumentou de 1,8 em 1975 para 19% em 2011. Todavia, observa-se que a porcentagem de mulheres candidatas continua muito acima da porcentagem de mulheres eleitas. E, de modo geral, o resultado da nossa análise sugere que o sistema eleitoral de lista fechada e o modelo de seleção de candidatos existente no país fomentam a disparidade de gênero entre homens e mulheres na política representativa. Enquanto os homens ocupam as primeiras posições nas listas (chapas) partidárias dos maiores partidos e se transformam em

candidatos viáveis e vitoriosos, as mulheres ocupam posições nas listas que lhes conferem a categoria de candidatas não viáveis e fracassadas nas eleições gerais.

Palavras-chave: mulher; representação política; disparidade de gênero.

REFERÊNCIAS

COSTA, S. Mulheres e participação política no Cabo Verde democrático. In: SILVA, C.; FORTES, C. **As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas**. Praia: Edições da Universidade de Cabo Verde, v. 4, 2011. p. 77-108.

ÉVORA, R. Um país de mulheres governado por homens: democracia e processo decisório em Cabo Verde. In: SILVA, C.; FORTES, C. **As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas**. Praia: Edições da Universidade de Cabo Verde, v. 4, 2011. p. 67-76.

KROOK, Mona Lena. **Beyond Supply and Demand: A Feminist-Institutionalist Theory of Candidate Selection**. Political Research Quarterly, 2010

CAPITAL SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO SUL DO BRASIL¹

Ana Julia Bonzanini Bernardi

UFRGS

Doutoranda em Ciência Política do Programa
de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS.
anajuliabernardi@hotmail.com

Jennifer Azambuja de Moraes – UFRGS

Doutora em Ciência Política pela
UFRGS. Pós-doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política da UFRGS.
jennifer.amorais@gmail.com

No cenário atual de crise política brasileira, passou-se a questionar o modelo de desenvolvimento social que vem sendo aplicado ao longo dos últimos anos, sobretudo no que se dialoga entre políticas sociais e inclusão produtiva para eliminação da extrema pobreza no país. Desde a eleição de Luís Inácio da Silva (Lula) em 2002, o País passou a adotar uma série de políticas sociais, projetando como principal meta o fim da miséria, ampliando o atendimento a segmentos da população marginalizados da sociedade, aliada a uma estratégia de universalização da educação (POCHMANN, 2010; LAVINAS, 2007). Desta maneira, no âmbito do Programa Fome Zero, o Programa Bolsa Família (PBF) adotou como uma das suas condicionalidades para o recebimento do auxílio, a frequência escolar de crianças das famílias beneficiadas. Com o intuito de focalizar na educação das camadas mais pobres criou-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversi-

¹ A pesquisa que deu origem a este artigo foi financiada por meio da Chamada Universal MCTI/CNPq Nº 14/2014.

dade e Inclusão (SECADI), ligada ao Ministério da Educação.

Tratando especificamente da amostra analisada neste artigo, que aborda o ensino médio, destacam-se dois principais programas: o ProEMI, instituído em 2009, que busca garantir a formação integral dos alunos a partir da inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, assim articulando diferentes conhecimentos e fortalecendo atividades relacionadas à iniciação científica (BRASIL, 2014, p. 99), e a Formação Continuada de professores do Ensino Médio, que iniciou em 2014, a partir da articulação de ações existentes do MEC, Universidades Públicas e Secretarias de Educação Estaduais, com o objetivo de promover melhorias na qualidade da educação.

Analisando os esforços realizados entre 2003 e 2015, em especial o percentual do PIB investido, que cresceu quase 1,5%, mostra-se relevante o esforço de investimento do Governo. Segundo Relatório parcial entregue em 2015 (BRASIL, 2014), que analisa os resultados das políticas do Plano Educação para Todos, a partir de 2000 os resultados mostraram-se positivos no quesito de expansão e universalização dos níveis educacionais desde a primeira infância até a alfabetização de adultos. Dentre os resultados obtidos, destaca-se principalmente a redução das taxas de abandono, tanto da educação fundamental, quanto da média, registrando uma diminuição de 74,2% e 43,1%, respectivamente, entre os anos de 2000 e 2010. No entanto, como já demarcado no relatório de 2014, a qualidade educacional continua muito baixa, a despeito dos esforços governamentais. Os resultados do PISA (*Programme for International Student Assessment*) de 2015 demonstraram uma queda

na qualidade do ensino público brasileiro, indicando a necessidade de reforço.

Por este contexto, o objetivo geral deste artigo é de analisar se os investimentos sociais e educacionais produziram um impacto positivo na constituição de capital social e de uma cultura política mais participativa na juventude do Sul do Brasil. E os objetivos específicos são:

1. Identificar o grau de interesse político dos jovens;
2. Avaliar os tipos de participação política dos jovens;
3. Verificar os níveis de confiança institucional e interpessoal dos jovens;
4. Verificar o grau de satisfação dos jovens com a educação recebida.

Este artigo visa questionar este aspecto pouco trabalhado no âmbito de análise de políticas públicas, no que tange às possibilidades de capital social e cultura política mais participativa, que permita de fato um empoderamento dos jovens. Dentro deste contexto, a metodologia deste trabalho é quantitativa, através da análise dos dados da “Pesquisa Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPESAL-UFRGS). A pesquisa tipo *survey* utilizada foi aplicada nas cidades de Porto Alegre/ RS (entre abril e junho de 2015), com 690 jovens, Florianópolis/SC (entre maio e junho de 2016), com 571 jovens, e Curitiba/ PR (em abril de 2016), com 774 jovens, de 13 a 24 anos de escolas públicas e privadas (do 1º ao 3º ano do ensino médio).

Palavra-chave: Jovens, Democracia, participação política.

REFERÊNCIAS

- LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1463-1476, dez. 2007.
- NUPELAL, 2015. **Democracia, mídias e capital social**: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil. Porto Alegre (RS), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC): Núcleo de Pesquisa sobre América Latina/ UFRGS, 2015. Dados recolhidos em 2015 e 2016.
- POCHMANN, Marcio. Pobreza, desemprego e desigualdade: anotações importantes sobre o cenário recente no Brasil metropolitano. In: COELHO, M. Francisca P. et al. (Orgs.). **Políticas sociais para o desenvolvimento**: superar a pobreza e promover a inclusão. Brasília: UNESCO, 2010.

DENEGRIR PARA EMPODERAR: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AFRO-PERSPECTIVISTA EM ARTES CÊNICAS

Manuela da Fonseca Miranda
(PPGAC-UFRGS)

Esse estudo busca investigar possibilidades reflexivas e, sobretudo, ações concretas para um projeto denegrir educação a partir da filosofia afroperspectivista, no campo das artes cênicas. Quando apresento a ideia de denegrir, uso o conceito de tornar-se negro que aborda Renato Nogueira (2012). Com a ideia de ressignificar essa palavra que é usualmente relacionada a algo ruim. A filosofia afroperspectiva trabalha no aspecto de ressignificar epistemologias, sobretudo no que diz respeito a essa expressão.

A pesquisa parte do meu percurso como uma mulher negra arte-educadora no contexto da Educação Social. O campo de pesquisa e também meu local de trabalho é a Vila Nossa Senhora de Fátima, que fica dentro do bairro Bom Jesus, na periferia de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Este estudo nada mais é senão um encontro das minhas identidades e a ligação disso com a minha formação de artista e educadora; com a formação de base e fortalecimento das identidades das novas gerações afrobrasileiras e periféricas. O conceito de identidades que essa pesquisa aborda dialoga com a noção que Nilma Lino Gomes (2003) traz em relação a formação da identidade dos sujeitos quando sugere que não apenas a identidade negra os/nos constitui, mas também

outras múltiplas identidades sociais (gênero, sexual, nacionalidade, classe, etc.). E leva em conta que essas identidades são descartáveis e podem ser abandonadas.

As artes cênicas possuem uma grande influência no processo de desenvolvimento da identidade de uma criança ou adolescente. Através da improvisação teatral, por exemplo e até da execução de jogos teatrais menos elaborados, podemos ver traços de expressividade nesses indivíduos que remetem muito à manifestação de suas singularidades como sujeitos que pensam e atuam no mundo, e no caso das crianças e adolescentes negros, o que sentem em relação ao racismo, o medo de viver em áreas periféricas por conta da violência e o desejo de um futuro com mais vida e não apenas sobrevivência. Por isso a metodologia dessa pesquisa consiste na experiência da exploração de diversos campos dentro das Artes cênicas em relação a elementos da cultura afrobrasileira e afrodiaspórica.

Nesse caminho a cultura do funk, de um modo geral trouxe uma primeira aproximação com as crianças e adolescentes pra que eu entendesse que era, principalmente nesse campo que eles se sentem mais à vontade de expressar seu corpo, cênica e cotidianamente, seu canto e seu modo de falar. Nesse âmbito, de entender que a construção da identidade do sujeito negro também se constitui a partir do corpo, pois é ali que muitas vezes se manifesta a violência do racismo como afirma Neusa Santos Souza (1990), experimentamos uma aproximação com o Passinho do Funk e do Charme que são estilos de dança que se afirmam dentro da cultura originária da periferia. Posteriormente, o Maracatu, surgiu no desen-

volvimento de corporalidades negras diretamente relacionadas à religiosidade de matriz afro.

A metodologia ainda pretende abarcar mais algumas ações. Uma diretamente ligada à potência performática da estética do cabelo afro e a relação dele com a afirmação das identidades negras. E como as técnicas de manipulação do cabelo, segundo Gomes (2003) dialogam simbolicamente com processos inconscientes de pensar o corpo oriundo de etnias africanas. Em relação a essa ação, a proposta é dar prosseguimento ao trabalho sobre estética já iniciado através de roda de conversa, para uma prática cênica que gere reflexões sobre a aceitação de si e de sua estética e a formação empoderadora dessas meninas.

E a outra ação que diz respeito às sonoridades e músicas afrobrasileiras e afrodiáspóricas, pretende trabalhar as conexões ancestrais dentro da musicalidade negra a partir de experimentos de captação de sons cotidianos e a experiência das oficinas de percussão que os educandos já vem tendo com outras educadoras, mixagens e colagens eletrônicas. Mostrando que é possível enxergar nossa herança negra ancestral tanto na batida de um tambor, quanto no beat eletrônico produzido por um computador.

A proposta é que a pesquisa seja concluída em um evento, em que possam ser compartilhadas as experiências das ações em um evento na instituição, integrando as famílias e a comunidade dessas crianças, em um momento de celebração e reflexão sobre suas identidades afrobrasileiras.

O conjunto dessas ações pretende explorar possibilidades da afroperspectividade na formação não apenas artística de crianças e adolescentes afrodescendentes, mas uma busca de dene-

grir a educação, para que os espaços educativos sejam ambientes que proporcionem segurança e incentivo ao desenvolvimento da formação das identidades. Levando em conta, a partir da narrativa desta pesquisa, os desafios e possibilidades de uma formação docente e artística necessária para a efetividade dessas ações.

Palavras-chave: Afroperspectividade; identidade; formação artística.

REFERÊNCIAS

- GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n. 1, jan./jun. 2003, p. 167-182.
- NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n.1 8: maio/out. 2012, p. 62-73.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

DESIGUALDADES NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: PADRÕES E MUDANÇAS ENTRE AS ELEIÇÕES DE 2014 E 2018 PARA A CÂMARA DE DEPUTADOS.

Augusto Neffali Corte de Oliveira

(Cientista Político, professor do Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS)

Felipe Rocha de Carvalho

(Mestrando em Ciências Sociais, Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUCRS)

Wesley Nogueira Gomes

(Graduando em Ciências Sociais,
Bacharelado em Ciências Sociais – PUCRS/Bolsista
de Iniciação Científica PROBIC – FAPERGS)

O presente artigo estuda as permanências e mudanças na estrutura da desigualdade da representação política descritiva na Câmara de Deputados do Brasil entre as eleições de 2014 e 2018. Utiliza-se uma metodologia quantitativa, por meio do cálculo da representação descritiva **ideal** e da representação descritiva **real** de diferentes segmentos sociais em âmbito de gênero, raça (cor ou raça), instrução, ocupação e patrimônio. A diferença entre a representação ideal e a real permite identificar o grau de desigualdade política existente em nível nacional entre os segmentos sociais – por exemplo, entre homens e mulheres, entre brancos e negros. Os dados são provenientes do Censo 2010, do Imposto de Renda de Pessoa Física e do Tribunal Superior Eleitoral. Como resultados, além de uma mensuração da desigualdade política pelo critério descritivo, espera-se contribuir

para observar os recentes padrões de mudança nos níveis de desigualdade, ao comparar as eleições de 2014 e 2018.

Com a intenção de investigar a desigualdade política, utiliza-se a noção de representação descritiva. Conforme Pitkin (1967), nesta visão o Parlamento é compreendido como miniatura, mapa ou espelho da sociedade: em seu corpo deveria constar a representação dos diferentes grupos sociais que compõem o conjunto da cidadania. A visão da representação descritiva requer que a legislatura seja selecionada de maneira que sua composição corresponda acuradamente à composição de toda a Nação (Pitkin, 1967, p. 60).

Fórmulas eleitorais proporcionais, como a adotada nas eleições da Câmara dos Deputados no Brasil, foram pensadas para garantir a presença no Parlamento de minorias políticas. O debate atual sobre a proporcionalidade das eleições não costuma recorrer às características descritivas dos eleitos e dos eleitores, mas à correspondência entre a manifestação de preferência dos eleitores (seus votos) e a constituição do Parlamento (a divisão das cadeiras entre partidos políticos). O Parlamento é lido como lugar da representação de opiniões e interesses materializados em partidos políticos e seus programas de governo. Seriam os partidos fiéis depositários da representação da diversidade dos interesses sociais – mais do que da diversidade social propriamente considerada – e por seu intermédio minorias e majorias apresentam-se no Parlamento.

A representação descritiva pareceria, nesse sentido, uma noção anacrônica e limitada. Se ela não participa do conteúdo definidor da democracia liberal, aparece, contudo, enquanto elemento

crítico de seus limites. Uma abertura que deixa perscrutar e desvelar incongruências ou desigualdades que se materializam em um sentimento de mal-estar com a democracia. Não tem razão o feminismo em denunciar que apenas 10% desta aristocracia parlamentar seja formada por mulheres? Quem fala em nome desta maioria social no Parlamento? Quem fala em nome dos negros? Quem fala em nome dos pobres, dos jovens, dos trabalhadores?

Young (1989) problematiza a questão da representação dos grupos excluídos em face do princípio democrático liberal do indistinto universalismo da cidadania. Considerando a existência de grupos privilegiados e oprimidos na sociedade, a autora afirma que são indispensáveis o reconhecimento e a efetiva participação dos oprimidos na política – sob pena do argumento universalista esconder a perpetuação das condições de exercício da opressão de uns sobre os outros. Uma visão próxima da representação descritiva também é revalorizada por Phillips (2001), para quem a efetiva presença na política de membros das minorias sociais ou dos grupos politicamente excluídos, portadores das experiências de vida que compartilham, é essencial para uma representação justa. A abordagem é realizada por meio da noção de representação descritiva ideal, conforme diferentes critérios de distinção social: gênero, raça (cor ou raça), grau de instrução, ocupação e patrimônio. Os dados da sociedade são considerados a partir do Censo de 2010 e dados do Imposto de Renda de Pessoa Física. Os dados dos parlamentares eleitos são obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Para as eleições de 2018, depende-se da liberação de dados após a divulgação do resultado. Caso não sejam liberados tempestivamente,

serão utilizados dados de candidatura já divulgados e, na medida do possível, construído o perfil dos eleitos.

A análise da desigualdade da política nacional em cada um dos cinco critérios elencados recorre ao seguinte cálculo. Dado o número de cidadãos (n) que compartilham determinada característica (k) e o conjunto da sociedade (S); e dado o número de deputados (d) que compartilham desta mesma característica (k) e o conjunto da Câmara de Deputados (C), foi calculada a representação descritiva real de cada característica na Câmara de Deputados e (r) e a representação descritiva ideal (i). Assim, foi possível chegar à proporção da representação ideal conquistada na Câmara de Deputados pelos cidadãos que compartilham determinada característica (p). A comparação da proporção da representação descritiva ideal conquistada por cada segmento em 2018, em comparação com os dados de 2014, permitirá observar se entre essas duas eleições ocorreram modificações no padrão de desigualdade política na Câmara de Deputados do Brasil.

Palavras-chave: Representação política; desigualdades políticas; Câmara dos Deputados.

REFERÊNCIAS

- YOUNG, Iris M. Polity and Group Difference: a Critique of the Ideal of Universal Citizenship. **Ethics**, Chicago, v. 99, n. 2, jan. 1989, p. 250-274.
- PITKIN, Hanna F. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of Califórnia, 1967.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, jul. 2001, p. 268-290.

EDUCAR OU ENSINAR: CONFLITO ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE - NOVOS CONTORNOS SE FOR TRABALHADO EM CÍRCULOS DE PAZ

Suzana Damiani

(UCS)

Doutora pela Universidad Del Salvador, Argentina; Mestre em Letras pela PUCRS; docente na Universidade de Caxias do Sul, onde cursou Letras e Direito e aluna especial do Doutorado em Direito. Colaboradora do Projeto de Pesquisa Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, apoio CNPq e edital Universal. E-mail: s udamiani@gmail.com.

Claudia Maria Hansel

(UCS)

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, onde também leciona. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, apoio CNPq e edital Universal. E-mail: hanselclaudiamaria@gmail.com.

Victória Antônia Tadiello Passarela

(UCS)

Bolsista (BIC-UCS), acadêmica do 3o semestre do Curso de Direito, bolsista do Projeto de Pesquisa Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, apoio CNPq e edital Universal.

RESUMO: A sociedade sofreu profundas modificações no modo de educar as crianças e adolescentes. A mudança trazida ao longo dos anos desencadeou certos conflitos, como, por exemplo, definir quem é responsável pelo educar e por ensinar (distinção que merece atenção). O art. 227 da Constituição Federal de 1988 prevê que é “dever

da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito (...) à educação (...)", e o art. 205 da Constituição Federal estabelece "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." Sendo assim, de acordo com a nossa Lei maior, a ação de educar é dever da família e do Estado e deve ser fomentada pela sociedade. Contudo, quando falamos em educar, a referência parece estar vinculada ao uso de expressões como "Bom dia!", "Muito obrigado!" e "Com licença!". O ensinar estaria vinculado às disciplinas objeto de estudo em ambiente escolar. É comum ouvir de educadores/professores que os pais não vêm fazendo seu papel: educando. Quanto à escola, pergunta-se se sua tarefa consiste em ensinar a resolver situações do cotidiano, da vida, inclusive a resolução de conflitos, ou se está limitada a ensinar tópicos de teoria relacionados às matérias, como, por exemplo: português e matemática. Dados obtidos junto à CIPAVE (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar) do município de Caxias do Sul revelam situações complexas quando há conflitos e expectativas quanto a formas de se portar ou reagir frente à sociedade. O núcleo inicial de formação é a família, o intermediário seria a escola e, o mais complexo, a sociedade. Os deveres de cada um parecem não estar claros ou não estarem sendo observados conforme a legislação vigente: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) também. Uma forma de tentar resolver incompatibilida-

des, conflitos, ou mesmo de abrir um espaço para reflexões e possíveis mudanças de postura frente à tarefa de educar (complexa e de responsabilidade de todos) pode ser vislumbrada com a realização de círculos de construção de paz, metodologia usada pela justiça restaurativa. Os círculos, organizados e conduzidos por um facilitador capacitado, oportunizam às partes uma situação de diálogo que possibilite, com a escuta, buscar um consenso, a fim de solucionar o conflito (PRANIS, 2010). Este trabalho está pautado na análise da legislação supramencionada em comparação com os dados fornecidos pela CIPAVE – Caxias do Sul, bem como em imagens (posts em redes sociais) destacando as atribuições de ensinar e de educar, normalmente, estabelecendo que “quem educa é a família e quem ensina é a escola”. As reflexões que os materiais de estudo oportunizaram até o momento auxiliam no processo de construção de novos saberes, de novas formas de entender o que a sociedade (escola e profissionais da educação em sua maioria) têm como concepção de seu papel, mesmo que não seja possível apresentar dados conclusivos, pois a pesquisa está em seu estágio inicial. O trabalho, de cunho analítico, busca explorar as previsões legais e comparar com o discurso presente, em especial, nas redes sociais, como facebook, em posts em que está registrada a distinção entre educar e ensinar, bem como a vinculação aos responsáveis por cada uma delas. Um dos estudos do Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, a presente proposta de investigação, está em estágio inicial de coleta e análise de dados. Os resultados indicam para um expressivo número de compartilhamentos por parte de profissionais das áreas das licenciaturas, evidenciando

a crença de que a responsabilidade do professor está circunscrita às tarefas atinentes ao ensino, aos conteúdos trabalhados pelas distintas áreas do conhecimento científico. Fica o registro nos posts de que a educação é responsabilidade da família. À luz dos direitos fundamentais, Sousa (2010) estabelece os deveres do Estado e sua responsabilidade frente ao desafio de cumprir as previsões legais. A construção da história social da criança (ARIÈS, 1981) vem sendo retomada para que novas leituras possam ser feitas quanto aos papéis sociais, conforme as previsões legais, das crianças, dos pais, dos professores (atualmente, professores) e da própria comunidade, sociedade na qual estão inseridos. Os direitos das crianças e dos adolescentes merece um olhar cuidadoso junto às instituições formadoras dos profissionais que estão ou estarão atuando em instituições de educação/de ensino. O estudo demanda ainda análises para o encaminhamento de respostas mais consistentes quando a questão é: A quem compete educar?

Palavras-chave: Círculos de Paz, Violência Escolar, Educar X Ensinar.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. 279 p. (Antropologia social) ISBN 8524500360.
- PRANIS, Kay. **Processos circulares: teoria e prática**. Palas Athena. São Paulo, 2010.
- SOUSA, de, E. F. Série IDP – Direito à Educação: Requisito para o desenvolvimento do País. 1. ed. 2010 [Minha Biblioteca]. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502146655/>>

ENTRE A ESFERA PÚBLICA E PRIVADA: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES A PARTIR DO MOVIMENTO SINDICAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Julia Giles Wünsch

(Mestra em Políticas Públicas UFRGS)

A dualidade entre o espaço público e o espaço privado possui uma expressão na sociedade ocidental que imprime significantes entre os tidos papéis masculino e feminino, bem como nas normas políticas. Da esfera pública associa-se a ideia de espaço político, decisório, racional, na qual historicamente foi atribuído aos homens. Quanto a esfera privada, de foro íntimo e de cuidado foi relacionado às mulheres. Essa dualidade vem sido intensamente posta a crítica pelo feminismo, porém, apesar das conquistas reais que rompem com estes pilares, percebemos ainda hoje como os padrões de autoridade e subordinação refletem essas fronteiras e impactam na autonomia individual dos indivíduos bem como na construção da democracia (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Contida nessa estruturação dual, temos um sistema político patriarcal, marcado por uma divisão sexual do trabalho na qual as mulheres ao serem executoras fundamentais do papel doméstico e de cuidado tiveram sua força de trabalho no âmbito privado apropriada em detrimento de uma exploração de benefício coletivo societário. Agentes na reprodução social, as mulheres não apenas foram relegadas a um papel histórico secundário, como também tiveram seu tempo e renda usurpados pelo sistema patriarcal e capitalista.

Decorrente disso, a possibilidade da participação política sempre esteve atrelada a hierarquia de gênero (BIROLI, 2018).

Pensando na conexão entre a participação política das mulheres e a dualidade entre o espaço público e o espaço privado, coloca-se como paradoxal e emblemático o movimento sindical das empregadas domésticas. Isto porque, aparentemente coloca-se como movimento necessário para superação da dualidade apontada, o deslocamento das mulheres para fora do eixo privado – preconizado pela entrada das mulheres ao mercado de trabalho formal ou pela reivindicação do pessoal é político. No entanto, é justamente dentro de uma categoria de trabalho que reproduz o estereótipo de gênero da domesticidade feminina; entre as mulheres que sofrem a maior vulnerabilidade social, exercendo um trabalho marcado pelo passado escravista; que se logra desenvolver um movimento sindical majoritariamente feminino e intensamente desafiador da autoridade patriarcal.

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é recuperar uma narrativa histórica da construção do movimento sindical das domésticas que coloque em proeminência os desafios políticos que essas mulheres enfrentaram diante do estado, do machismo e do racismo. Pretendemos discutir os obstáculos à participação política das mulheres colocando em questão: 1) a necessidade de pensarmos a noção de autonomia política e a democracia a partir da desigualdade de gênero e raça e de sua relação ambivalente com a desvalorização do trabalho doméstico; e 2) a relação entre a inscrição de uma agenda política com políticas públicas de gênero – e sua diferenciação das po-

líticas públicas para mulheres – e a representação feminina institucional.

A história da formação das associações e sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil é também uma história que desvela a força e agência do movimento negro, feminista e sindical configurando-se uma interseccionalidade emancipadora (BERNARDINO-COSTA, 2014). Essa conjunção de forças é também representativa da resistência e da construção de uma identidade diferenciada da visão hegemônica da mulher negra. Para Bernardino Costa (2014), a luta das trabalhadoras domésticas é também um movimento de superação dos padrões de poder constitutivos da modernidade, no qual as diferenciações de raça, classe e gênero são mobilizadas por solidariedade política.

Palavras-chave: participação política, feminismo, trabalhadoras domésticas.

REFERÊNCIA

- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, 2018.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política:** uma introdução. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.

ESTUPRO COLETIVO NO RIO: UM OLHAR SOBRE OS MARCADORES DE GÊNERO E JUVENTUDE

Ana Karlice Nascimento de Ávila

(Mestranda no PPG em Ciências
da Comunicação da Unisinos)

Em 25 de maio de 2016, o noticiário brasileiro estampava a manchete sobre uma jovem de 16 anos estuprada por mais de 30 homens na zona oeste do Rio de Janeiro. O caso ganhava notoriedade após um vídeo com imagens da garota nua e desacordada cercada por homens ser propagado pelas redes sociais digitais. Em um dos primeiros registros publicizados sobre o episódio, um rapaz compartilha as imagens no Twitter, no dia 24 de maio, com a frase “Amassaram a mina, entendeu ou não ou não entendeu? Kkk” (sic). Na gravação é possível ouvir frases como: “essa aqui, mais de 30 engravidou” e “olha como que tá (sic). Sangrando. Olha onde o trem passou. Onde o trem bala passou de marreta”.

A partir da repercussão nas redes, uma pessoa foi ao Ministério Público do Rio de Janeiro e fez uma denúncia anônima à ouvidoria. Ela levou o vídeo e fez prints das manifestações a respeito nas redes sociais. Na sequência, cerca de 800 comunicações chegaram à ouvidoria do MP sobre o caso. A própria família da adolescente só soube do ocorrido ao ver o vídeo em que a jovem aparece desacordada.

Após a divulgação nas redes e a denúncia no MP, o jornalismo se apropriou do caso e passou a produzir notícias diárias sobre ele. Paralelamente, o

fato seguia se desenrolando nas redes sociais digitais sob lógicas nem sempre alinhadas àquelas utilizadas pelos meios de comunicação tradicionais.

Propomos para a maturação da pesquisa, ainda em seu primeiro ano, um diálogo que privilegie os marcadores de gênero e juventude e nos permita relacioná-los ao questionamento que norteia, em nível macro, a pesquisa: a investigação sobre como as redes sociais digitais afetam a abordagem da mídia tradicional na cobertura da violência contra a mulher. Para o trabalho, apresentamos um recorte que considera observáveis a primeira notícia sobre o caso publicada pelo site *G1* e suas repercussões no Twitter.

A partir de *Masculino*, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias (VEIGA DA SILVA, 2014), tomamos como ponto de partida que o jornalismo é masculino e opera sob tal lógica, especialmente no que diz respeito à imprensa hegemônica. Em tal sentido, nos propomos a encontrar evidências desse masculinismo na notícia analisada e a articular uma forma de compreender se as ações via Twitter estão resultando em alguma nova abordagem – capaz de desvencilhar-se minimamente de práticas comumente atravessadas pelo machismo e pela misoginia.

Já o marcador de juventude, nos propomos a explorar, primeiro, a partir da compreensão de que não podemos encarar a mulher como uma categoria universal e de que necessitamos estar cientes de que cada indivíduo ocupa um lugar social e está, inevitavelmente, perpassado por outros marcadores que o constituem. Consideramos para tanto Alinne Bonetti (2003) quando destaca expressões como “mulher valente” e “mulheristas”

em estudo sobre as Promotoras Legais Populares – que vão dizer muito sobre as lógicas que operam naquele grupo, evidenciar como as negociações de gênero e poder são constantemente restabelecidas, desconstruindo ideias como a de que seria feita, naquele contexto, uma política feminina de colaboração e solidariedade, e mostrar com clareza os tensionamentos acontecendo entre diferentes mulheres, como exemplo de que o poder opera arraigado ao saber e atravessado por outros marcadores, bem como que o gênero não está nos corpos.

Em um segundo aspecto, ainda relacionado ao fator etário e tendo em conta o ativismo crescente que emerge das redes sociais digitais, propomos relacionar esse marcador às ações que Oliveira e Henn (2014) consideram uma transformação no processo de representação com a proliferação instantânea das semioses em redes digitais, com destaque para a possibilidade de o público interferir no processo noticioso, que se dá justamente pela popularização do acesso e pela simplificação das tecnologias. Destacamos também, o fator político que envolve essas ações em rede e seus desdobramentos.

Metodologicamente, consideramos uma costura que leve em conta tanto a Análise da Construção de Sentidos em Redes Digitais, metodologia do Laboratório de Investigação do Ciberacontecimento que permite mapear rastros nas operações nas redes digitais, reuni-los em constelações de sentidos e elaborar inferências pertinentes à análise, quanto nosso interesse pela linguagem e por aquilo que à atravessa. Assim, tanto no jornalismo quanto nas redes, dirigimos o olhar a certos artifícios presentes nos textos capazes de ajudar a

compreender que valores norteiam o conteúdo e como dialogam com o reforço ou com a luta contra a violência.

Palavras-chave: Gênero; Juventude; Jornalismo

REFERÊNCIAS

BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. **Cad. Pagu** [online]. 2003, n. 20, p. 177-203.

OLIVEIRA, Felipe Moura de; HENN, Ronaldo. Jornalismo, redes sociais e movimentos de ocupação global: uma crise sistêmica na semiosfera contemporânea. **Brazilian Journalism Research**, v. 10, n. 1, p. 44-63, 2014. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/581>>.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

FAKE NEWS E A PROPAGAÇÃO DO FASCISMO: A CARA DA NOVA/VELHA POLÍTICA.

Elivane de Souza Fumagalli

Graduada em História, Especialização em
Filosofia. Professora da rede estadual de ensino.
fumagallielivanebrasil@hotmail.com

Em tempos de redes sociais, podemos observar a crescente onda de conservadorismo, além da perpetuação de vários estigmas da sociedade como as questões de gênero, machismo, homofobia, racismo, sexismo e xenofobia. Além de temas decorrentes como o bullying e constante perseguição aos "esquerdopatas".

Ao entrar nas redes sociais, estamos trilhando um caminho do qual as pessoas se despem do medo, do caráter e da sua humanidade, escancarando seus preconceitos, sem dosagem, nem filtro. Assim como vemos pessoas se despidendo de seus traumas, assumindo suas sexualidades sem culpa. Temos a sensação de total liberdade, não tomamos o conhecimento que é através dela que estamos sendo controlados, dominados e disciplinados para seguir mantendo a estrutura capitalista no poder.

As redes sociais ainda abrem espaço para ações que já fizeram parte da história humana, como o fascismo. Atualmente é possível identificar esta onda fascista que tem se expandido pela internet através de postagens marcadas pelo racismo e imposição de superioridade de determinada classe social, ou grupo social, que dissemina o ódio, fazendo uso da desinformação e do baixo nível intelectual de grande parte da população,

agredindo, humilhando e descaracterizando moralmente mulheres, negros, homossexuais, pessoas com deficiência. Destrói o outro, pregando suas ideias e práticas dominantes.

No Brasil é possível fazer uma análise desse fenômeno, pelo número expressivo de discursos de ódio contra certas correntes partidárias e o crescimento do mito que prega a salvação das tradições familiares através da violência e intolerância as minorias.

É no campo político e religioso, que este discurso tem tido espaço reservado, e as relações entre ideais divergentes tem sido acirrada. Revivemos o binário: Capitalismo (direita) x Comunismo (esquerda), do período da Guerra Fria, e por mais que a discussão seja baseada no senso comum, sem o mínimo aprofundamento teórico, tem chegado a patamares realmente muito significativos, não podendo ser relegado ao léu, pois como agentes sociais, temos a obrigação de intervir para a ruptura desse contexto conservador.

Outro fenômeno bastante relevante dessa era das tecnologias de informações são os fake News, e robôs criados para replicarem as falsas notícias. Influenciando diretamente as decisões políticas da população, além de promover o caos social, com temas apelativos, agressivos e principalmente descabidos de qualquer decência ou fundo de verdade.

No Brasil os fakes News em quase sua totalidade são criados a partir de cunho político, e se multiplicam em segundos. Mesmo com toda campanha para restringir essas notícias, o efeito causa grande confusão, desinformação e desgaste da confiança das instituições pública e política do país.

Ao que remete a leis, ainda temos um longo processo pela frente, o Marco Civil da Internet, Lei 12.965/14, é pouco conhecido, assim como pouco punitivo também.

Pierre Levy afirma que um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação, “mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência”.¹

E o que é possível dentro da educação, para minimizar os efeitos dos fake News e o distanciamento dos jovens das questões políticas?

Pensando nesse tema, procuramos desenvolver uma pesquisa quantitativa e qualitativa, para coletar dados e interesses dentre os jovens que fazem parte do corpo discente do Instituto Estadual Seno Frederico Ludwig, a fim de promover práticas de conscientização, análise e observação dos mecanismos utilizados nas redes sociais.

Seguindo, dentro da disciplina de Filosofia, a linha de pensamento da construção do senso comum, os agentes formadores de opinião, bem como uma abordagem aos sistemas econômicos e sociais, abarcando as ferramentas de manutenção do Capitalismo, e a corrente fascista que vem sendo implantada desde as manifestações de 2011, principalmente nas redes sociais.

Este trabalho se deu, no decorrer do ano, através de textos, vídeos, debates, atividades em grupo, além de produção de material informativo, para que os projetos saíssem do espaço da sala de aula, e fossem utilizados para polarizar as informações absorvidas acerca dos temas propostos.

Dentre uma das atividades, os alunos tiveram que ler o livro *Vigiar e Punir* de Michel Foucault

¹ Apud: Silva, 2018, p.1.

(1987) e a partir de cada um dos seus três capítulos, desenvolver atividades onde era necessário fazer relações dos textos com situações problemas, presentes na sociedade brasileira.

É possível afirmar que temos uma longa jornada de luta pela frente, e que necessitamos desenvolver planos estratégicos para o enfrentamento aos discursos de ódio, bem como aos ataques que extrapolam as redes sociais e chegam a podar vidas que primam pela liberdade de expressão, pelo respeito as minorias e por leis mais justas aos temas que nos aflige.

Palavras-chave: Fake News, política, redes sociais e educação.

REFERÊNCIA

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012

——— **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

SILVA, Evandro Rabello da. **Fake News, Algoritmos e Democracia**: O Papel do Direito na Defesa da Sociedade Aberta. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174556/001061223.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 set. 2018.

GÊNERO E FAMÍLIAS POLÍTICAS NO CONGRESSO BRASILEIRO (2006-2014)

Maria Lúcia Moritz
(UFRGS)

RESUMO: Na maioria dos países democráticos, o campo da política permanece como um espaço predominantemente masculino, sendo a arena parlamentar um exemplo da falta de equidade entre os gêneros. No Brasil, esse cenário também se repete, e mesmo depois de três décadas de retorno à democracia, as mulheres ainda não atingiram sua condição de plena cidadania e sua inclusão na esfera política não foi totalmente contemplada. Ao contrário, as relações de gênero no campo político são marcadas pela desigualdade e pela assimetria de poder. Essa desvantagem política das mulheres permite associá-las a uma “minoría”, conforme definição de Scott (2005)¹, mesmo que elas quantitativamente representem 51% do eleitorado do país. Tal situação de “minoría” é facilmente identificada no cenário pós-eleitoral brasileiro de 2014: a bancada feminina representa 10% das vagas na Câmara dos Deputados e 14,8% dos assentos no Senado Federal.² Essa baixa representação feminina no Congresso Nacional coloca o Brasil na 154^o posição no ranking mundial em participação de mulheres no Parlamento.³ Na tentativa de reverter esse cenário foi ado-

- 1 SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.13, n. 1, jan./abr. 2005, p.11-30.
- 2 Foram eleitas 51 deputadas federais em 2014 e no Senado, 12 mulheres são detentoras de mandato (cinco eleitas em 2014 e sete foram eleitas em 2010). Fonte: TSE. Acesso em: 31 maio 2018.
- 3 A posição brasileira no ranking mundial é apontada pela União

tada a Lei de Cotas (1996)⁴, legislação essa que nos últimos 20 anos tem se mostrado insuficiente e ineficaz para reverter a histórica ausência das mulheres na esfera política. A desigualdade política de gênero tem sido objeto de interesse acadêmico e seus estudos empíricos abordam diversos aspectos, tais como as razões da persistência da sub-representação feminina, impactos das ações afirmativas, atuação das mulheres quando eleitas, entre outros. Mais recentemente as carreiras políticas femininas⁵ também vem sendo objeto de investigação, mas esse viés ainda é incipiente na produção acadêmica sobre o tema. O presente trabalho pretende contribuir com essa linha de estudos e tem por objetivo identificar quem são as parlamentares eleitas para a Câmara dos Deputados entre 2006 e 2014 e que possuem parentes na atividade política. Frente a dificuldade para participar do poder as mulheres tem recorrido à herança política como forma de ingresso na política institucional brasileira. A partir de uma perspectiva comparada pretendemos analisar, em caráter exploratório, o papel do capital familiar nas carreiras das deputadas e deputados federais, destacando similitudes, diferenças e especificidades entre os dois gêneros. Partimos da premissa que a variável “capital familiar” serve como um “atalho” para o ingresso no campo político-partidário e como uma alavanca para a conquista de um mandato eletivo para as mulheres. Resultados preliminares

Interparlamentar, órgão vinculado à ONU. Fonte: www.ipu.org. Acesso em 15 jan. 2018.

- 4 Lei aprovada em 1995 e já aplicada no pleito municipal de 1996. Desde então essa Legislação já possui por duas reformulações, a última em 2009 (Lei n. 12.034/2009).
- 5 Conferir os trabalhos de L. F. MIGUEL (2003 e 2008); L. F. MIGUEL et al (2015); D. MARQUES (2010) e L. PINHEIRO (2007).

de nossa pesquisa apontam que esse também é um recurso importante para os homens e do ponto de vista ideológico, permeia, especialmente, as deputadas e deputados vinculados ao campo da direita. Cabe destacar que um estudo comparativo, incorporando dados sobre o conjunto do/ as parlamentares, adquire maior relevo à medida que nos permite refutar padrões essencialistas. Os dados serão trabalhados à luz dos debates sobre inclusão das mulheres no campo político, particularmente, discussões sobre o capital político (BOURDIEU, 1989, 2011).⁶

Palavras-chave: Gênero, Carreira política, Capital familiar.

REFERÊNCIAS

SCOTT, Joan. *O enigma da igualdade*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./abr. 2005, p. 11-30.

A posição brasileira no ranking mundial é apontada pela União Interparlamentar, órgão vinculado à ONU. Disponível em: <<http://www.ipu.org>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1a. Lisboa: Diefel, 1989.

6 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1. ed. Lisboa: Diefel, 1989.
BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, jan./jul. 2011, p. 193-216.

HOMEM-ARANHA: NA TEIA DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

Maicon José Alves

(Mestrando do Projeto de Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale).

Luiz Antônio Gloger Maroneze

(Desde o ano 2000 é professor na universidade Feevale no curso de História e, desde 2010, no programa de pós-graduação de Processos e Manifestações culturais).

Os heróis e super-heróis, de livros, filmes e histórias em quadrinhos, sempre despertaram grande admiração de seu público. Sua força e virilidade, responsáveis pela fascinação de seus admiradores, também pode ser interpretados como ferramentas de reafirmação de um tipo de masculinidade, a hegemônica. A editora Marvel nos anos 1960, apresentou um personagem que mostrou-se contrário a esse modelo, o Homem-Aranha. Para corroborar essa afirmação, foi realizada uma revisão bibliográfica abarcada em autores como Joan Scott, Dagmar Meyer e Michael Kimmel entre outros.

O Homem-Aranha

Peter Parker era um jovem órfão, aficionado por ciências, que perdeu seus pais em um trágico acidente de avião. Após o marcante episódio passou a morar com um casal de tios, Ben e May Parker. Certo dia em um passeio com sua turma de colégio foi picado por uma aranha radioativa, o incidente lhe atribuiu poderes similares a de um aracnídeo. Precisando de dinheiro para ajudar em casa após a morte trágica de seu tio, passou

a trabalhar como fotógrafo *freelance* no jornal Clarim Diário. Essa história que os quadrinhos contam como sendo a origem do Homem-Aranha. A revista tornou-se um sucesso imediato, pois muitos dos leitores identificavam-se com o personagem. A ruptura com o modelo de construção de herói será analisada como uma das possíveis causas desse resultado de vendas.

Parker nunca teve o estereótipo do super-herói, pelo contrário, ao invés do corpo atlético e definido, tal qual exigido daqueles indivíduos pertencentes à masculinidade hegemônica, era detentor de um corpo franzino e desajeitado. Não vestia-se como os demais alunos, com roupas de grife, estava sempre munido de seu pulôver, ostentando sobre os olhos óculos de aros redondos, a típica imagem de um jovem nerd. Por não ser um atleta, os demais alunos, todos rapazes, componentes dos times da escola, seguidamente o elegiam como alvo de suas brincadeiras e provocações (SCOTT, 1995). Então pode-se entender que o universo escolar em que o personagem está inserido suscita o mundo real. Reforçando a ideia de que os esportes, sempre foram considerados como um território essencialmente masculino. Desde as suas primeiras competições, tem sido espaço de privilégios para a afirmação de determinadas representações de masculinidade e de feminilidade, tanto em ambientes de alto rendimento, quanto no lazer ou na escola (CONNELL, 1995).

Por diversas vezes, Peter, foi excluído do grupo, vendo esses reunidos ao longe, divertindo-se sempre rodeados por garotas. Assim nas histórias em quadrinhos como no mundo real, a simetria entre os "iguais", é demonstrada tanto tomando a virilidade como a capacidade de obter recur-

sos, aliados, clientelismo, podendo ser usadas nas disputas internas, em que estão em jogo maiores prestígios masculinos. Ou seja, Peter também está as voltas com o conceito de que deve-se distinguir e promover inter-relações frequentes, que tenham a masculinidade como princípio simbólico construtor de várias concepções de masculinidades, no sentido variado das diversas identidades de homens (KIMMEL, 2006).

Considerações finais

Durante as pesquisas pôde-se perceber que o personagem Homem-Aranha é um construto multidimensional, provenientes de um processo de criação que se vai desenvolvendo ao longo de suas histórias, em que apresentam várias perspectivas criadas para ele. Entre elas a institucional, quando esse se vê envolvido em questões dentro da escola com professores e alunos, a individual a visão que tem de si próprio e relacional demonstrando a forma com que interage com os demais personagens no dia a dia, todos esses fatores o tornam o instrumento de observação perfeito, para uma pesquisa que visa entender o significado que a ordem de gênero, principalmente as masculinidades, tem numa sociedade ficcional que espelha a realidade por meio da ludicidade. Esse reflexo é apropriado pelos artistas, roteiristas e desenhistas, que, por sua vez, desenvolvem imagens que emulam identidades de gênero.

O trabalho teve como resultado a constatação de que o Homem-Aranha pode ser considerado como exemplo a resistência à ideia de reforçar o modelo existente de masculinidade hegemônica através das mídias, mesmo ele tendo sido criado antes do termo.

Palavras-chave: Masculinidades Hegemônicas;
Editora Marvel; Homem-Aranha.

REFERÊNCIAS

- BEAZLEY, M. YOUNGQUISTE, J. BRANDY, M. **Enciclopédia Marvel**. São Paulo. Panini. 2005
- CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.
- KIMMEL, M. S. **Manhood in America**: a cultural history. Second edition. New York: Oxford United Press, 2006.

JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: INTERESSES E PRÁTICAS SOCIAIS

José Silon Ferreira

Universidade do Vale dos Sinos-UNISINOS

Prof.silon@gmail.com

A geração jovem tem sido objeto de estudos nas ciências sociais, uma vez que este setor se tem apresentado como um sujeito de ação na sociedade. Com frequência se associa juventude com participação ou inovação ou contestação em diferentes momentos da história da modernidade. Porém, de uma forma geral, na atualidade existe um senso partilhado de que estaria vigorando uma certa descrença quanto aos efeitos positivos relacionados à ação política. Parece sobrar pouco espaço para dúvida de que a globalização enfraquece a ação política dos cidadãos e a soberania do Estado nacional, afetando os procedimentos usuais e seus fluxos. Num contexto histórico em que muitos cidadãos e cidadãs estão vivendo um desencantamento ou uma percepção em declínio quanto à relevância da dimensão política e à eficiência da participação, é evidente que inúmeros jovens também vão partilhar dessa percepção. Em pesquisas realizadas com jovens sobre este tema é interessante notar que, ao tratar de inserção no campo política, parece usual a afirmação de um distanciamento desta temática. Mas quando se trata do tema da participação social, a maioria entende que é deveras importante, como se fosse distinto de um ato político. Se ampliarmos esta percepção para a ideia de participação pública e coletiva, parece que muitos jovens não só veem tal perspectiva como positiva como expressam engajamentos.

Pesquisar sobre Juventude, Participação e Práticas Sociais parece ser algo que contribuirá para confirmar ou contestar dados lançados em outras pesquisas sobre a relação da juventude e participação em face de análises da política institucional. As reflexões a serem apresentadas vão estar sustentadas a partir de revisão bibliográfica e de observação de campo sobre a dimensão da participação política como uma atividade cotidiana e os processos formativos em espaços e organizações juvenis. Trata-se de descortinar algumas características dos jovens a respeito dos processos presentes no cotidiano com intenso contato com suas respectivas redes de interface e mecanismos organizacionais. Se parece que os jovens desconhecem a relevância da política, com posicionamentos de indiferença ou aversão, talvez conviria conferir se é a forma predominante de se compreender e fazer política no país não os reconhece como interlocutores privilegiados. Portanto, essa temática suscita especial interesse em razão da imagem que foi construída de uma juventude alienada à cultura de consumo, altamente conectada pelas redes sociais e as novas tecnologias, porém apartada das questões políticas e sociais, tornando-se um alvo de críticas da mídia e por textos acadêmicos.

Para os fins de consolidar uma abordagem no âmbito das ciências sociais se pretende pesquisar, entre outros aspectos, a participação política nas eleições tendo como base o voto facultativo dos jovens de 16 e 17 anos, a participação em grupos sociais e religiosos. Nosso campo empírico centra-se em jovens matriculados no Ensino Médio em Escolas de Ensino Básico das redes estaduais e particulares da cidade de Novo Hamburgo. O

interesse na política, a afinidade ideológica e a orientação da votação são alguns dos temas que vamos abordar, bem como a valorização ou opiniões sobre o sistema político brasileiro.

Se há descrédito da política e dos políticos, como pesquisas indicam, talvez vigore uma visão crítica no que diz respeito à política institucional. Existem confrontos interpretativos e de opiniões que se contradizem: o distanciamento da suposta ação política direta pode ser resultado imediato de graus explícitos de alienação? Esse distanciamento da ação pode também indicar uma crítica, ainda que imaginária, que trabalha com o jovem tanto no sentido de atraí-lo quanto no de afastá-lo da política, sem desvalorizar seu juízo crítico relacionado ao desenvolvimento de um capital social. Não se deve afirmar a priori que uma postura pode ser qualitativamente distinta da outra, posto que a crítica pode estar presente tanto na ação política engajada quanto na falta dela.

A observação da realidade nos coloca em pauta o próprio sentido da política e da via democrática em face das relações sociais em curso. De fato, obrigando-nos a repensar temáticas com recursos metodológicos e teóricos a nossa disposição e um tanto para além dos paradigmas usuais. Nas ações sociais, tanto quanto no sistema político, sempre atua uma ponta de utopia que força a refletir para além do tecnicamente possível. Nem tudo no âmbito da política pode ser abarcado pela noção de um sistema regulado pela discussão para viabilizar o consenso. Neste sentido a ação política atual pelas vias institucionais pouco parece esclarecer para além da luta pelo poder, do controle dos sentidos da vida da população, tanto quanto do aparelho do Estado

para fins pouco públicos. A polarização opera um reducionismo em que o jovem se percebe configurando em meio da peleja entre o bem e o mal, mas em desacordo com a possibilidade de um acordo quanto à ampliação da cidadania e de um projeto de nação. Ou de forma mais contundente, entre novos irmãos que vem fazer a verdadeira justiça contra todas as iniquidades de outros no passado.

Palavras-chave: Juventudes, Participação, Eleições.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. (2004). **Participação e organizações juvenis**. Recife: Projeto Redes e Juventudes. Disponível em: <<http://www.redesejuventudes.org.br/sispub/image-data/1268/publicacoes.htm>>. Acesso em: 15 out. 2007.
- BAQUERO, Marcello (org.). **Cultura Política e Democracia: os desafios das sociedades**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- IBASE, Instituto Pólis. Autor(es): Eliane Ribeiro, Patrícia Lânes, Paulo Carrano. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. 2005

MULHERES E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO ELEITORAS E CANDIDATAS

Aloisio Ruscheinsky

Unisinos - Brasil
aloisior@unisinos.br

Manoella Treis

treismanu@gmail.com

O objetivo, em termos muito gerais, de reconstrução de uma parcela da história dos direitos das mulheres, colocando tal movimento dentro do processo de arranjo da democracia possui o significado de exatamente compor o cenário histórico que permite entender o movimento como parte do campo de forças que vem formatando o final do século XX e os primeiros anos do século XXI (PINTO, 2010). A questão acerca da relação entre a condição feminina e o poder de decisão serve para uma breve abordagem das discussões em torno do problema da apropriação do espaço público (CRAMPTON; MISHRA, 1999; PINTO, 2010). Este fenômeno refere-se tanto a especificidades locais das lutas políticas, bem como as formas de interação na complexidade da luta pelo poder com sentido de obter capacidade decisória.

A partir dos anos 90, por força de lei, todos os partidos, se obrigam a lançar mulheres como candidaturas, porém poucas de fato se elegem. Segundo Crampton e Mishra (1999) a discriminação da mulher pode ocorrer devido às estruturas organizacionais, políticas, de redes informais e de cultura dominadas por homens, que impõem barreiras. Mesmo que com desigualdades de pers-

pectivas pode-se afirmar a existência de uma corrente contemporânea que vem encaminhando metas, dentre as quais, a igualdade de gênero no campo da participação política. Contudo, apesar das cotas eleitorais, pouca delegação de poder nas instituições políticas contribui para o vácuo na equiparação de gênero neste quesito.

Parece relevante interrogar se a reserva de vagas para as mulheres nos pleitos eleitorais produziu algum resultado. Se comparar com outras nações latino-americanas a questão da eleição de mulheres foi pouco alavancada por mecanismos institucionais, como a lei que prevê 30% de mulheres entre as candidaturas ao Legislativo (Lei nº 12.034/2009). Assim, gerando uma obrigatoriedade de ter a presença feminina na política eleitoral. O estudo da participação política de mulheres a partir da presença delas no poder executivo ou nos legislativos pode privilegiar, de um lado, a presença ativa nos espaços públicos, de outro os fatores legais e institucionais.

Cavenaghi e Alves (2014) ponderam que no Brasil houve empoderamento das mulheres com a eleição de uma mulher para a Presidência da República em 2010, porém há apenas 8,8% de mulheres na Câmara de Deputados. A participação feminina no Poder Legislativo brasileiro é baixa se contrasta com a realidade das demais nações na vizinhança. Em 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou aumento no número de eleitoras e candidatas. As mulheres representam 52,13% dos eleitores, apresentando um aumento de 5,8%, em relação ao ano de 2010. Assim como, 6.245 mulheres foram consideradas aptas para concorrer aos cargos eletivos, um aumento de 71% ao comparar novamente ao ano de 2010.

Cabe apontar agora a presença da mulher na política a nível local no Vale do Rio dos Sinos, onde vem aumentando com o passar dos anos, tanto em eleitoras como candidatas elegíveis e eleitas. Em relação, aos vereadores a mulher não está presente em todas as cidades da região e não existe uma evolução que aponte para um crescimento consistente de mulheres no legislativo municipal entre 2000 e 2012. No ano de 2016, segundo os dados do TSE, somente 31 mulheres se elegeram prefeitas nos municípios gaúchos, enquanto 466 homens foram eleitos. Esses dados colocam a representatividade feminina das mulheres nas prefeituras gaúchas em aproximadamente 6% dos municípios do estado. Em relação ao pleito de 2012, houve uma redução de 11,40%, mais que o dobro da média nacional; em valores absolutos, o número de mulheres prefeitas no Rio Grande do Sul caiu de 35 para 31.

Para os executivos municipais as eleições apontaram um indicativo do despontar das mulheres na gestão pública. Segundo o TSE em 2004, havia duas mulheres representando prefeituras, um equivalente a 14% de representação feminina no vale dos sinos. No ano de 2008, apenas uma mulher como prefeita. Em 2012 quatro mulheres e em 2016, foram eleitas seis prefeitas, o que equivale 43%. Contudo, nada garante que tal tendência se mantenha e que estas cifras representem efetivamente uma gestão política diferenciada onde os direitos das mulheres adquiram um status qualificado.

Diante da representação de interesses e de demandas ampliadas, Meier e Funk (2017) se interrogam usando dados de abrangência municipal se na democracia representativa a eleição

de mulheres para cargos legislativos aumenta a proporção de mulheres na administração pública. Da mesma forma se mulheres em cargos eletivos e na administração municipal leva a uma representação dos interesses das mulheres na gestão pública. Sem sombra de dúvida, uma resposta a estas questões há que levar em questão a heterogeneidade dos cenários e não uma resposta homogênea. Em casos positivos os resultados sugerem que a eleição de mulheres aumenta a probabilidade de desempenho favorável de agências públicas, afetado indiretamente a representação nas demais posições administrativas. Além disso, a presença na gestão pública encontra-se associada à adoção de políticas favoráveis às mulheres.

Palavras-chave: mulheres; participação política; Vale dos Sinos.

REFERÊNCIAS

- CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José E. D. Desigualdades de gênero na política na América Latina e as eleições presidenciais do Brasil em 2010. **Pensamento Plural**, n. 11, 2014, p. 45-81.
- CRAMPTON, S. M.; MISHRA, J. M. Women in management. **Public Personnel Management**, Alexandria, v. 28, n. 1, 1999, p. 97-106.
- MEIER, Kenneth J.; FUNK, Kendall D. Women and public administration in a comparative perspective: The case of representation in Brazilian local governments. **Administration & Society**, v. 49, n. 1, 2017, p. 121-142.

O ATIVISMO DIGITAL FEMINISTA EM EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA

Marlon Santa Maria Dias

(PPG em Ciências da Comunicação
/ Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado já concluída sobre o caráter acontecimental de modos emergentes de ativismo em ambientes digitais. O objeto empírico é a produção discursiva acerca da mobilização *Eu não mereço ser estuprada (ENMSE)*, articulada, sobretudo, por atores em redes sociais digitais. Parte-se de uma perspectiva teórica que considera a existência de um processo de mediação em curso na sociedade, que se caracteriza pela interpenetração entre os campos sociais, atravessados por lógicas de uma cultura midiática, além de reconfigurar as dinâmicas e práticas sociais e instaurar uma nova ambiência, um novo modo de presença do sujeito no mundo.

Os acontecimentos na sociedade mediada também se modificam e encontram na internet um novo espaço para seu desenvolvimento e constituição discursiva. Esse movimento representa consequências para o jornalismo, que antes organizava a produção do acontecimento de modo linear. Hoje, essa representação é tensionada pela emergência das redes digitais. A ruptura da preponderância do polo de emissão transforma o lugar privilegiado de produção e circulação dessas mensagens e o jornalismo progressivamente desocupa o lugar preferencial de narrador do acontecimento, visto que este se desenrola em plataformas que já possuem naturezas narrativas e midiáticas.

Partindo deste enfoque conceitual e considerando a proposta do evento, o artigo destaca as processualidades do midiativismo em *ENMSE*, por meio de um estudo de caso com enfoque midiático-comunicacional, em que se utilizam técnicas de mapeamento online e observação encoberta não participativa para a coleta de dados. Para a leitura desse material, inspiramo-nos na análise semiológica proposta por Eliseo Verón. Os atores sociais, por meio de distintas e singulares estratégias discursivas, investem em interações a fim de visibilizar suas ações, se conectar com quem partilha desse mesmo espaço digital e produzir suas próprias interpretações acerca do acontecimento.

A análise a ser apresentada divide-se em duas etapas principais. Primeiro, uma leitura da mobilização a partir do mapeamento da circulação do acontecimento nos ambientes midiáticos. Num segundo momento, foca-se na observação de um grupo de Facebook denominado “Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]”. A partir da observação e análise das publicações, chegamos a algumas categorias que nos permitem inferir movimentos em relação à constituição da mobilização e, sobretudo, em relação às formas de organização das participantes. O grupo passa a ser um lugar de acolhimento, mas também pedagógico, com o intuito de discutir temáticas feministas e articular ações. Aponta-se, portanto, algumas características de um feminismo marcadamente juvenil (ou seja, formado por integrantes jovens e que tiveram contato com o feminismo recentemente) e digital.

A análise identifica que ações de midiativismo digital são centrais para impulsionar a pro-

dução discursiva que constitui o ENMSE. Essas midiativistas, organizadas ou não em coletivos, tensionam a narrativa do acontecimento construída pela mídia tradicional, que se vê obrigada a negociar. Essas mulheres não apenas criticam esses discursos hegemônicos, como também articulam uma série de ações singularizadas que organizam a sua forma de midiativismo, tais como a produção/circulação de material e criação de espaços de discussão acerca do acontecimento, agendando sua inserção na mídia – não só jornalística, mas também em programas de variedades e telenovela.

A referência de inteligibilidade do acontecimento deixa de pertencer a campos sociais já legitimados e passa a ser dinamizado por processualidades tecnodiscursivas que se abrem a diferentes fluxos, deslocando o protagonismo da ação de uma única instância. Por circular na ambiência midiaticizada, essas ações vão se constituindo por meio de fragmentos e descontinuidades, acoplando lógicas de sistemas diversos, que se afetam e geram derivações, com sentidos que – além de fugir às trajetórias da circulação midiática discursiva tradicional – propõem novas lógicas de articulação e ativismo digital.

Palavras-chave: mobilização; feminismo; redes digitais.

REFERÊNCIAS

BONETTI, Alinne. Antropologia feminista: o que é esta antropologia adjetivada? In: BONETTI, Alinne; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima (Orgs.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador, BA: EDUFBA; NEIM, 2011. p. 53-67.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **@internet e #rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Editora Sulina, 2013.

VERÓN, Eliseo. **La Semiosis Social, 2**: Ideas, momentos, interpretantes. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2013.

O DILEMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SADC NO EXERCÍCIO DO PODER NOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA: MOÇAMBIQUE NA ATUALIDADE

Kátia S. H. Xavier Zeca

(Doutoranda em Ciência Política
na UFRGS e docente do Instituto Superior de
Relações Internacionais em Moçambique)

Em África o processo de democratização começou a ganhar relevância a partir dos anos 50, com os processos de descolonização, onde na maior parte dos países este processo iniciou anos após a independência. Neste contexto a participação política da mulher é também um processo incorporado na formação do estado. Pretende-se deste modo discutir a participação política da mulher na SADC com enfoque para Moçambique que será o estudo de caso. Importa refletir sobre a representatividade de gênero de fato partindo do pressuposto discutido por alguns atores sobre essa efetividade.

A principal questão é perceber até que ponto esta sociedade patriarcal responde ao desafio de um maior engajamento e participação efetiva nos lugares de tomada de decisão tendo em conta a equidade de gênero. Em termos metodológicos o artigo privilegia a revisão da bibliografia e um debate teórico baseado nas perspectivas sobre representação política e a sua relação com a esfera privada e o debate sobre a representação política em África e seus desafios. Será ainda analisada a atualidade sobre a representação de gênero nos órgãos de soberania com ênfase para

Assembleia da República, Governo, tribunais e o conselho constitucional na atualidade entre homens e mulheres.

A dicotomia entre o público e o privado é um debate que foi levantado por Pateman (1981) num período que as lutas pelos direitos das mulheres estavam também a ser discutidos. Deste modo não é algo novo, mas que perdura ao longo dos anos. A autora apresenta as lutas e reivindicações políticas em relação a equidade de género, desde a luta pela igualdade de participação no que se refere ao direito ao voto pelas mulheres. Com todas as controvérsias e correntes feministas o essencial desta perspetiva é o problema do carácter patriarcal do liberalismo. O Liberalismo está estruturado com base nas relações patriarcais, onde há uma ressalva da submissão das mulheres aos homens dentro de um contexto universal e secular.

Importante reforçar, que o sufrágio nem sempre foi universal, tal como hoje o conhecemos em que homens e mulheres têm direito ao voto bem como uma participação plena e acesso aos órgãos de decisão política e de poder.

O grande debate aqui prende-se com a forma como homens e mulheres são tratadas na esfera pública e privada. Pela natureza das mulheres, esta acaba por ficar subjugada a esfera doméstica e privada e submissa ao homem. Sendo que os homens estão presentes nas duas esferas, pública e privada. Contudo outra leitura que se pode fazer desta perspetiva é que a mulher em certa medida não lhe foi garantido o acesso a outros meios que não fosse a esfera privada.

Desta forma Pateman (1981, p. 57) defende que:

“Em teoria, liberalismo e patriarcalismo são irrevogavelmente opostos. O primeiro é uma doutrina individualista, igualitária e convencionalista; o segundo afirma que, das características naturais de homens e mulheres, necessariamente decorrem relações hierárquicas de subordinação”.

O homem tem a sua superioridade preferência em detrimento da mulher. Direitos iguais, que dificilmente encontram -se na prática. Ao longo dos tempos houve sempre a tendência de empurrar a mulher para as profissões que habitualmente se chamam de trabalhos de mulheres ou somente relegadas a esfera doméstica. Sendo desta forma empurradas para *status* que as tornassem inferiores aos homens, e no decorrer dos tempos este argumento patriarcal foi-se se enraizando (PATEMAN, 1981).

Nos últimos anos a representação política tem aumentado e em alguns países prevalecem as quotas de representatividade. Em África tem aumentado nos últimos anos o número de mulheres que estão presentes no parlamento ou em grandes no governo (Primeira Ministra). Em alguns casos esse é o resultado da política de quotas eleitorais, que facilitam o seu acesso ao parlamento, bem como da implementação das diretrizes regionais ou internacionais que os países assumiram (BAUER; BURNET, 2013).

Acredita-se que quanto mais mulheres estiverem presentes no Parlamento os seus interesses também estarão melhor representados. Alguns autores defendem que essa representatividade poderá ser simbólica e não efetiva, pois na maior parte dos casos esses países tem na maior parte das vezes Partidos dominantes com um executivo bastante forte.

Durante muito tempo a mulher em África esteve distanciada da vida política, porém atualmente tem se notado o movimento inverso. As mudanças não são significativas quando comparadas com a proporção de homens que exercem funções em cargos de destaque e peso (Chefe de Estado e de Governo, representações ao nível mais alto do judiciário, entre outros). Nos estudos sobre África há que destacar os trabalhos de Karbeg (2015), Osório e Macuacua (2015) e Osório (2010).

Estudos de Karbeg (2015) demonstram ainda que o aumento da participação da mulher na política não trás ganhos socioeconómicos das mulheres nesses países, apresentando alguns exemplos como o Ruanda, Botsuana entre outros. Em alguns casos essa desigualdade vem acompanhada de problemas como níveis baixos de educação, altas taxas de *HIV SIDA*, casamentos infantis prematuros, violência doméstica entre outros. Apesar de haver representatividade parlamentar não demonstra em nada na prática mais ganhos para a mulher na sociedade.

Uma das conclusões que trago é que ao longo dos anos nos países membros da SADC tem se observado mudanças sobre o nível de participação aliada ao género, algumas delas resultam das quotas outras pela dinâmica do desenvolvimento da sociedade e influenciados por acontecimentos globais. Contudo existe o desafio de se estender essa participação para cargos de tomada de decisão efetiva.

Palavras-chave: Participação Política. Mulher. Moçambique.

REFERÊNCIAS

- NORRIS, Pippas. **Por que a integridade eleitoral é importante**. Nova York: Cambridge University Press. 2014.
- OSÓRIO, Conceição; MACUÁCUA, E. **Os ritos de iniciação: Identidades femininas e masculinas e estruturas de poder**. Maputo: WLSA Moçambique, 2015.
- KARBERG, Sindy. **Participação Política das Mulheres e a sua influência para uma maior capacitação da Mulher em Moçambique**. CIEDI-MA. 2015

#ROLOUQUÍMICA: UMA ABORDAGEM PARA FALAR DE AMOR E RESPEITO

Lucas M. P. Costa

(Instituto Estadual Seno Frederico Ludwig, CIEP)

Everton Bedin

(Universidade Luterana do Brasil, Ulbra)

O Brasil é o país com maior índice de ataques a comunidade LGBTI, muitos desses ataques promovidos pela LGBTFobia, tal aversão a uma forma de amor ainda não considerada crime no Brasil. Assim, o projeto surge com o objetivo, a partir da necessidade de dialogar e refletir, de auxiliar os alunos a compreender melhor o mundo físico e intervir na realidade, desenvolvendo atividades diferenciadas de cunho problematizador e conscientizador com o propósito de explicar quimicamente porque sentimos algumas sensações involuntárias quando nos apaixonamos. O projeto foi desenvolvido em turmas do 3º ano do ensino médio de uma escola pública da região metropolitana de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento do projeto pendurou-se por quatro aulas, sendo um dos pontos avaliativos da disciplina de química. Em um primeiro momento de introdução ao projeto, foi apresentado aos alunos um curta metragem em forma de animação sobre a paixão entre dois meninos, cujo nome é In a Hearbeat e encontra-se disponível no YouTube.

Em um segundo momento, em forma de rodas de conversa, abriu-se a discussão sobre o que os alunos achavam sobre o amor. Após este mo-

mento, o professor, com auxílio de slides, relatou como a química explica o amor.

“A química do amor”, discutida por Leal et al. (2010), foi o foco para a abordagem da química orgânica e também trabalhar a LGTBfobia que existe, mesmo que a comunidade escolar tente maquiá-la, dentro da escola e fora do âmbito escolar, visto que a minimização à LGTBfobia e o preconceito se enraízam nas falas e gestos das pessoas, tornando-se cada vez mais presentes na sociedade atual, esta ação é importante dialogar em sala de aula porque esses grupos de pessoas, conhecidos como a minoria, não têm como ficar “fechada em seu armário”, uma vez que o próprio corpo já traduz que eles são e deixam explicitamente aflorar a identidade de cada um.

Após a problematização, a introdução aos conteúdos químicos deu-se através da exibição de um vídeo, cuja temática é a química do amor, explicando quais são as sensações quando nos apaixonamos e a relação de cada destas em relação aos hormônios liberados. Afinal, os sintomas sentidos quando as pessoas se apaixonam, indiferente de sua orientação, o que foi fixado na discussão com o professor, são causados por um fluxo de substâncias químicas fabricadas pelo corpo humano quando as pessoas estão apaixonadas. Entre essas substâncias estão a feniletilamina, a epinefrina (adrenalina), a norepinefrina (noradrenalina), a dopamina, a oxitocina, a serotonina e as endorfinas. Com a estrutura química das substâncias, pode-se observar as diferentes estruturas orgânicas, suas semelhanças e diferenças e os grupos funcionais presentes nas mesmas.

Através de apresentação de dados relacionado a criminalidade a população LGBT, emba-

sadas em reportagens de casos que ganharam dimensões de jornais e televisões, e da discussão em grupo, também se trabalhou os aspectos culturais e psicoafetivos, tais como: auto estima, relacionamento e respeito ao corpo. Toda esta ação considerou que o diálogo, o respeito, a opinião do colega, a troca de experiência e conhecimentos fossem os norteadores da construção do conhecimento mais significativo em relação a necessidade de valores e condutas humanas.

Ao término, solicitou-se aos alunos que apresentassem, em forma de desenho, o quão importante foi o trabalho para eles, abordando questões que perpassam o ensino de química, mas o respeito e a afetividade entre os sujeitos. Após a realização do projeto, pode-se observar o quanto foi produtivo para os alunos entender as questões químicas relacionadas a ação de amar, pois o processo de compreender como o amor acontece através das relações entre as pessoas, como um processo químico e como algo para além da afetividade corpórea, faz com que os alunos repensem sobre questões preconceituosas na sociedade. A escola é um lugar onde existe uma grande diversidade de gênero, sendo importante falar de respeito ao próximo, indiferente de suas diferenças e/ou semelhanças.

Segundo Nascimento (2007), na escola vive-se um paradoxo, pois o ensino de química geralmente possui uma abordagem desconectada do cotidiano do aluno, extremamente teórica e descontextualizada à vivência do sujeito, através do projeto foi possível falar sobre a química dos hormônios e a genética, dando ênfase as questões de classificação de cadeia, grupo funcional e tipos de funções química; uma atividade diferen-

ciada para aproximar o conhecimento químico à realidade do aluno.

É importante ressaltar que a atividade educacional é feita de forma cooperativa entre aluno e professor, sendo necessário alimentar essa relação para que se construa um trabalho com resultados positivos; um trabalho que motive ambos os sujeitos, cheio de curiosidade e interesse, pois são as perguntas que movem o mundo. «A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar se fora da procura, fora da boniteza e da alegria» (FREIRE, 2004, p. 142).

Palavras-chave: LGBTFobia, Amor, Professor problematizador.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004
- LEAL, I. C. R.; BARROS, J. C.; MIRANDA, L. S. M. **A Química do Amor.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2010. (Coleção Química no Cotidiano, v. 1).
- NASCIMENTO, T. L.; RICARTE, M. C. C.; RIBEIRO, S. M. S. Repensando o Ensino de Química a Nível Médio. **47º Congresso Brasileiro de Química.** Natal. 2007. Disponível em: <<http://www.abq.org.br/cbq/2007/trabalhos/6/6-392-618.htm>>.

SOCIALIZAÇÃO JUVENIL E SUB- REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

Renato Dutra Bicca

(Mestrado em Ciência Política/UFRGS)

A noção da representatividade feminina gira em torno da ideia de que a baixa presença de mulheres nos espaços públicos viola princípios da democracia representativa. Nesse sentido, por se constituírem como um grupo afetado de forma negativa por decisões políticas, as mulheres devem poder participar e intervir de forma igualitária nos processos que as definem e ver refletidos neles os seus interesses. A participação da mulher na política é obstaculizada por uma série de fatores. Entre esses fatores, destacam-se os fatores de ordem político-institucionais, como as resistências e preconceitos presentes nas organizações partidárias e o acesso aos recursos econômicos e sociais para o financiamento de suas candidaturas a postos eletivos; e os simbólico-culturais, como as divisões sexistas e de gênero e os processos de socialização política juvenil diferenciados, que assumem relevo por referenciar a transmissão dos códigos responsáveis por situar o segmento feminino em posição secundária na sociedade. Por meio dessa formação educacional e cultural dominante, observa-se um desfavorecimento na preparação das jovens mulheres para a disputa política e para o poder. Sendo assim, o objetivo da pesquisa é: analisar de que forma a socialização política contribui – ou não – para a participação das jovens na vida política. O trabalho justifica-se na medida em

que se busca realizar um estudo a respeito do modelo democrático representativo, em que o conceito de igualdade política encontra-se restrito não somente ao direito de votar mas também ao direito de poder ser votado e, dessa forma, decidir sobre assuntos do interesse de toda a comunidade política.

A metodologia utilizada no estudo é de natureza quantitativa e de cunho exploratório. Em relação à metodologia quantitativa, o método empregado será o de pesquisa tipo *survey*. A análise dos dados do *survey* será conduzida pela utilização do programa de análise estatística IBM SPSS. Para a realização deste trabalho, será utilizada a pesquisa empírica “Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no sul do Brasil”, conduzida pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPE-SAL), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa foi aplicada nos anos de 2015 e 2016, nas três capitais da região sul do Brasil: Porto Alegre/RS (entre abril e junho de 2015), com 690 jovens, Florianópolis/SC (entre maio e junho de 2016), com 571 jovens; e Curitiba (em abril de 2016), com 774 jovens, todos estudantes do ensino médio, com idades entre 13 e 24 anos, de escolas públicas e privadas.

Após a análise dos dados, os resultados apontam que entre as jovens mulheres há um baixo interesse em política (80% das jovens demonstram ter “pouco” ou “nenhum interesse” em política). Se analisado separadamente o percentual das jovens que afirmam ter “muito” interesse em política, observaremos que o valor também é inferior aos dos jovens (19,9% mulheres e 23,7% homens). O

baixo interesse fica evidente quando analisado os sentimentos das jovens estudantes quanto à política. Os sentimentos negativos das jovens que afirmam não ter nenhum interesse em política fica em torno de 84%. Também é entre o público feminino que se observa um percentual maior de rejeição à imagem dos políticos. Uma grande parte das jovens concordou com a afirmação de que “todos os políticos são corruptos” (80,6%) e quase todas responderam que “os políticos prometem, porém não cumprem com suas promessas” (98%). Os resultados obtidos não são surpreendentes, visto que as mulheres sempre estiveram alijadas da política, não sendo permitida e/ou incentivada a sua participação. No entanto, quando perguntado às estudantes se estas participariam “se convidadas por alguém” de atividades políticas, pouco mais da metade das entrevistadas respondeu que participaria (57,6%), contra 50,4% dos jovens homens.

Apesar da diferença entre o percentual de homens e mulheres em geral ficar dentro da margem de erro e, portanto, não ser suficiente para afirmar que há uma diferença significativa, as jovens mulheres ainda apresentam predisposições atitudinais maiores à participação se comparadas aos jovens homens. Ou seja, o percentual das meninas que se predispõe a participar é muito maior do que o de mulheres que efetivamente ocupam cargos eletivos no mundo real. Desse modo, observa-se a não concretização dessa participação de uma forma realmente efetiva e, assim, as jovens acabam por não alterar o padrão de cultura política, fortemente marcado pela baixa eficácia política e pela descrença no sistema político como um todo, e que estabelece os espaços de participação e representação política como sendo

um ambiente naturalmente masculino, muito mais como um obstáculo do que um local democrático e de apoio à participação.

Palavras-chave: Socialização Política; Sub-representação Política Feminina; Juventude.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres e participação política**, 2011. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/ifch/administrador/mulheresepolitica.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2017.
- ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Rev. B. de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 147-168, set./dez. 2012.
- MATOS, Marlise. A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. In: PAIVA, Denise (Org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cânone Editorial; Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011. p. 11-54.

SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA E CULTURA POLÍTICA EM TEMPOS DE CRISE DE REPRESENTAÇÃO: LIMITAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO BRASIL

Andressa Liegi Vieira Costa

(ISCSP, Universidade de Lisboa,
Mestrado em Ciência Política)

Izabela Cavalcanti Pereira

(ISCSP, Universidade de Lisboa,
Mestrado em Ciência Política)

O Brasil vem enfrentando uma crise política, na qual os cidadãos não se veem representados pelas instituições políticas tradicionais, apresentando altos níveis de desconfiança e apatia em relação à política. Quando as instituições democráticas não conseguem gerar condições necessárias para o exercício dos direitos e obrigações dos cidadãos, o resultado são democracias sem cidadania efetiva em amplos setores da sociedade. A representação permite à sociedade civil a identificação política e a influência nos rumos políticos do país, permitindo a conversão do social em político. Além disso, a presença ou ausência no poder de setores específicos da população dá significado social às características do grupo. A igualdade política é importante para o desenvolvimento das democracias, que estão vinculadas a uma maior pluralidade de atores sociais no campo da tomada de decisões.

Em relação à representação política feminina a nível parlamentar, o Brasil se encontra em 152º

a nível mundial (entre 193 países), e em 30° (de 34) na América Latina, com apenas 10,7% de mulheres no Congresso Nacional (IPU, 2017), enquanto as mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro. Ainda que, para as eleições de 2018, tenha havido uma mudança que reserva 30% do fundo eleitoral e do tempo de propaganda para as candidatas, as candidaturas de mulheres não tiveram registro de aumento em comparação com as eleições de 2014. As mulheres só tiveram seus direitos políticos, a partir do voto, reconhecidos pelo Estado brasileiro na década de 1930, entretanto apenas com a Constituição de 1988 foi possível o exercício deste direito sem restrições ou interrupções, o que leva a um passado que não permitiu a construção de uma cidadania participativa e ativa. As mulheres ainda encontram obstáculos dentro das estruturas político-partidárias como a falta de meios financeiros e materiais para suas campanhas devido a uma distribuição desigual de recursos, e as lógicas de hierarquia social com o domínio masculino e de divisão entre público e privado. Apesar de a política de cotas de gênero ter sido iniciada em 1995, apenas em 2009 houve imposição legislativa para o efetivo cumprimento da cota. Ainda assim, muitos partidos começaram a utilizar-se de fraude através do lançamento de candidatas “laranjas”, registradas unicamente com o objetivo de preencher a cota estipulada de 30%.

Entretanto, não são apenas obstáculos político-institucionais que levam à sub-representação feminina no Brasil, como também a cultura política, ou seja, normas, valores e crenças, que influenciam a socialização política e geram constrangimentos culturais para a igualdade política. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender as atuais

limitações impostas para o acesso das mulheres ao poder político no Brasil, referentes à manifestação da crise de representação na cultura política e na participação feminina. Para isso, será realizado, primeiramente, um levantamento dos principais aspectos político-institucionais que, atualmente, favorecem ou constroem a representação feminina, de modo a compreender o contexto no qual seguido da análise de dados do LAPOP (Latin American Public Opinion Project) de 2007, 2012 e 2016/7, de modo a observar as mudanças em relação à cultura política e participação, seguido de uma análise geral entre os resultados dos dois pontos observados.

No que concerne os dados sobre cultura política, primeiramente, observamos que ainda que tenha havido um leve aumento das mulheres que se interessam muito por política, o número das que se interessam mais ou menos caiu bruscamente entre 2007 e 2017. Em relação à satisfação com a democracia entre as mulheres, esta sofreu, primeiramente, um aumento significativo de 2007 para 2012, seguido por uma queda brusca em 2017. Seguindo essa tendência de queda, a confiança interpessoal apresenta, igualmente, um declínio acentuado no período em questão, assim como a confiança nas instituições, especialmente àquelas diretamente ligadas à política como os partidos políticos e o Governo. Já a participação, na esfera informal dos protestos, esta se manteve pouca alterada, entre 2007 e 2017, apesar de ter sofrido uma queda em 2012; enquanto na dimensão formal da participação em reunião de movimentos ou partidos políticos, houve um aumento significativo, contrariando as tendências apresentadas. Assim, conclusões preliminares apontam

que, atualmente, não somente fatores político-institucionais e socioculturais têm se apresentado como limitações para um maior engajamento político das mulheres, como a crise de representação também tem se refletido na cultura política feminina. Apesar disso, observa-se que as mulheres continuam buscando espaço nas estruturas tradicionais, nomeadamente, os partidos políticos.

Palavras-chave: Representação Política; Mulheres; Cultura Política; Brasil.

REFERÊNCIAS

HOFFMAN, John. **Citizenship beyond the State**. London: Sage Publications Ltd., 2004.

RIBEIRO, Ednaldo A.; OLIVEIRA, Renata A. Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. **Revista Política Hoje**, v. 22, n. 1, p. 167-205, 2013.

PRZEWORSKI, Adam. **Sustainable democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Grupo de trabalho: 6

Políticas Públicas, movimentos sociais e democracia: lutas, avanços e retrocessos

A EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: OS DILEMAS DAS ESCOLAS ITINERANTES NO ESTADO DO PARANÁ

Evanilde Pereira Salles Lange

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Convênio Unisinos/Unioeste, pesquisa em assentamentos de reforma agrária do MST na região Oeste do Estado do Paraná, tese em andamento, com estudos nos princípios econômicos de Karl Polanyi, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger.

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo buscar nas Ciências Sociais o diálogo teórico de Marx e Engels e, no campo empírico descrever as práticas vivenciadas pelos sujeitos nas Escolas Itinerantes¹, em acampamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores sem-Terra (MST) no estado do Paraná. A metodologia utilizada é entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica, os resultados são qualitativos. Como problema de pesquisa, apresenta-se: Como o governo do estado reconhece as Escolas Itinerantes pertencentes ao MST? Leite (2017, p. 67) menciona, “no Estado do Paraná, até 2016, apresentava 28 Escolas Itinerantes, algumas dessas foram deixando de existir na medida em que se transformaram em escolas de Assentamentos ou devido aos despejos”. Atualmente, 12 Escolas Itinerantes em funcionamento, 08 municípios e 1980 estudantes distribuídos entre a Educação Infantil, Ensino Médio e Alfabetização de

¹ Escolas Itinerantes foram oficializadas no Estado do Paraná em 2003 por meio do Conselho Estadual de Educação (CEE), autorizando o funcionamento no local onde os trabalhadores sem-Terra se encontram, em situação de acampamento, podendo mudar de lugar a qualquer tempo. Parecer CEE nº 1012/2003.

Jovens e Adultos. Os projetos educacionais demandados por governos são direcionados para a formação de mão de obra de grandes massas, a serviço do mercado e da produção. No início dos anos 2000, as discussões da educação do campo teve a participação de movimentos sociais, indígenas, quilombolas, os quais sinalizaram, “queremos participar diretamente de nosso projeto educativo”. Os projetos de educação, lançados por motivações políticas são criticados pelos movimentos sociais e deslocados das propostas de bases, desrespeitando suas origens e não reconhecem a classe trabalhadora do campo e as etnicidades. Para Marx e Engels (2006) o Estado não deve ser o educador do povo e por sua vez, as escolas não devem sofrer influência do Estado, ao contrário, o Estado deveria ser educado pelo povo. Nessa perspectiva, Caldart (2002) chama a atenção para o modelo de educação que atende aos interesses econômicos. A educação do campo é uma luta pelo direito de pensar para aquele povo, vincula-se à sua cultura, às necessidades humanas e ao respeito na continuidade da luta histórica. As entrevistas aplicadas para três representantes do setor de educação do MST e foram questionados: em que medida os agentes do estado, os governos, do Paraná reconhecem as Escolas Itinerantes? Suas falas caminham na seguinte direção: o MST por meio da associação de reforma agrária realiza convênio junto ao estado para o repasse de verbas a fim de garantir o funcionamento das Escolas Itinerantes, o governo por sua vez, aprova o convênio repassando os recursos com meses de atraso, recursos estes destinados ao pagamento de professores e materiais didáticos. A Escola Base², um único colégio base que se vincu-

2 Escola Base é escola em funcionamento e regida pelo estado, a

la com todas as Escolas Itinerantes era o modelo em funcionamento desde 2003. Nos últimos anos os governantes têm tratado as Escolas Itinerantes de forma precária, fragilizando o funcionamento no limite, não reconhecendo como escola. Têm deslegitimado o convênio via associação, colocando obstáculos ao ampliar as escolas base, forçadamente, sem diálogo, rompe com o movimento, assim, demanda para outras escolas como base, em municípios onde possui acampamentos. Os acampamentos mudam de municípios e conseqüentemente outras escolas tornam-se base para acolher a documentação escolar e o projeto educacional específico do movimento. Um retrocesso para as questões educacionais, além dos atrasos em firmar convênios e contratações de professores, as novas Escolas Base apresentam dificuldades em fazer a gestão escolar e projeto pedagógico próprio do movimento. Como contribuição para reflexão: a própria concepção de educação como direito aos investimentos públicos e o não cumprimentos das metas de educação, a diminuição dos anos de permanência na escola, redução do analfabetismo, elevação dos níveis de escolaridade, somados ao reconhecimento do projeto de educação do movimento, como educação diferenciada.

Palavras-chave: Escola Itinerante; Escola Base; Movimento dos Trabalhadores sem-Terra.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING Edgar Jorge; CE-

escola base acolhe a documentação dos estudantes das Escolas Itinerantes, administra as matrículas, responde pelas informações e estatísticas educacionais e recursos do fundo rotativo.

RIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do Campo**: identidade e Políticas Públicas. Seminário de Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo. Brasília, DF, 2002. p. 25-36.

LEITE, Valter de Jesus. **Educação do Campo e Ensaios da Escola do Trabalho**: A materialização do trabalho como princípio educativo na escola itinerante do MST Paraná. 2017, f. 305. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, **Textos sobre educação e ensino**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A JUSTIÇA COMO EQUIDADE: UM CAMINHO PARA A DEMOCRACIA?

Ana Luiza Fernandes Mendes

(Doutoranda em Ciências Sociais,
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos))

RESUMO: A justiça como equidade é uma teoria do autor John Rawls que, em seu livro *Uma Teoria de Justiça* (1971), idealiza um modelo de justiça social em uma sociedade marcada pelo pluralismo de doutrinas religiosas, filosóficas e morais. Nesse modelo existe a possibilidade de uma sociedade democrática, estável e justa, na qual os cidadãos são livres e com igualdade de oportunidades. A forma como a justiça se processa nessa sociedade está na sua estrutura básica, composta por instituições sociais, dentre elas as educacionais. Por meio da educação, a pessoa pode ser capaz, decorrente do seu processo formativo, de criar consciência crítica e de mundo, que é considerado por Rawls, como pré-requisito básico para ser livre. Da mesma maneira, para ser igual se preconiza oportunidades de acesso a cargos e posições em condições de igualdade, independente de raça, gênero ou religião. Essa igualdade é dada pelo desenvolvimento de capacidades da moral e da razão, que levam também à consciência dos seus direitos e deveres e que têm nos espaços educacionais o *locus* ideal para a formação desse cidadão. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo trazer as possíveis confluências entre a teoria de justiça de Rawls e a educação superior, enquanto instituição capaz de fortalecer a democracia. Pau-

tado em uma análise teórico crítica do papel da educação superior, em especial da privada, que concentra a maioria significativa do número de matrículas do país, esse trabalho é parte das pesquisas em andamento da tese de doutorado em ciências sociais que visa investigar a promoção da justiça social na educação superior privada. Insta salientar que a justiça como equidade pressupõe a existência da desigualdade, na medida em que Rawls reconhece que diferentes capacidades cognitivas, referências culturais, como outras condições subjetivas inerentes ao indivíduo e à sua vida em sociedade, geram essa desigualdade. Contudo, cabe dentro da concepção de justiça como equidade que exista, em caso de interesses comuns, a busca por cargos e posições com oportunidades equânimes de acesso. Nesse sentido, uma sociedade justa, pautada nesses princípios, reforça o Estado democrático de direito, no qual os indivíduos se veem na condição de cidadãos, capazes de exigir direitos sociais. Por outro lado, entende-se que, para que a escola seja capaz de garantir o cumprimento desses princípios, se faz necessário que essa escola seja justa. Uma escola justa na visão de Dubet (2004) é aquela capaz de assegurar a igual dignidade, autoestima e confiança em si dos educandos. Cabe assim, a formação de sujeitos autônomos independentemente de seu merecimento e de suas performances. Para tal, educação deve ser vista como determinante na construção de sociedades democráticas, com forte coesão social, promotora do capital social, formação continuada e/ou permanente de novas habilidades. Todavia, ter um diploma não pressupõe a aquisição de conhecimento suficiente para suplantar a formação meramente pragmática e

que não conduz a ampliação da visão de mundo, especialmente no contexto da educação superior privada, no qual essa formação pode ser marcada pela lógica mercantilista e incorrer na mera reprodução de desigualdades (SUGUISSARDI, 2008). Entende-se que para que a educação superior seja promotora de justiça social e um caminho para a democracia, faz-se necessário possibilitar condições de acesso e de permanência desses alunos, e que dentro do processo formativo consagre o rompimento da visão dualista entre mercado e humanidades. À luz desse cenário, pode a educação superior conduzir à democracia, entendendo-a promotora de justiça como equidade? Quais seriam os mecanismos capazes de balizar a necessidade de lucro com a preocupação profícuca com a educação superior como o *locus* para as transformações sociais, a partir da formação humana? Assim, o trabalho em tela traz à tona um campo teórico de discussão que encontrará possíveis respostas na experiência social dos egressos da educação superior privada.

Palavras-chave: Educação Superior; Justiça como equidade; Democracia.

A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS CONSERVADORES E NEOLIBERAIS NA AMÉRICA LATINA

Michele Mendonça Rodrigues
(UFRGS)

Rodrigo Cristiano Diehl
(UFRGS/UNISC)

RESUMO: O objetivo com esse trabalho é realizar uma discussão inicial e problematizar a privatização da educação pública brasileira por meio do terceiro setor, isto é, organizações não governamentais que são chamadas pelo Poder Público, sob o argumento de aprimorar e elevar os níveis educacionais, mas que na verdade, apresentam grandes problemas em seu desenvolvimento. Baseando-se no materialismo dialético, por possibilitar a abordagem dos fenômenos naturais e sociais a partir do viés dialético, realizando a sua interpretação, o estudo em um primeiro momento reconstrói as bases do neoliberalismo para posteriormente dissertar sobre a atuação das organizações da sociedade civil na privatização da educação pública brasileira. O destaque conferido refere-se a contribuição destes textos para a apreensão do surgimento de grupos elitizados, neoliberais e de extrema direita que têm como prática a disseminação de posicionamentos conservadores nas redes sociais e sua influência na educação pública. Entende-se que compartilhar e alargar o conhecimento com os/as estudantes sobre pontos a respeito do movimento realizado por grupos conservadores, que utilizam as redes sociais para mo-

bilizar politicamente grandes massas, por meio de um ativismo virtual, são extremamente relevantes para a construção da consciência política dentro da formação acadêmica, procurando demonstrar a importância de um olhar crítico e comprometido com os princípios da democracia e a liberdade. Desse modo, importante pontuar que o neoliberalismo prevê, enquanto uma teoria de atuação para o Estado, o favorecimento de fortes direitos no âmbito individual, o resguardo à propriedade privada, instituições e mercado livre e o livre comércio entre países. Para Harvey (2008), o elemento fundante das teorias neoliberais é a liberdade do indivíduo de pactuar livremente no âmbito do mercado, restando ao Estado, na condição de mantenedor do monopólio da violência, a preservação, a qualquer custo, dessas liberdades individuais e de mercado. É importante ressaltar que o neoliberalismo constitui-se como uma ideologia, uma corrente de pensamento e uma maneira diversa de ver o mundo social. Com o amadurecimento das ideias e ganhando a cada dia novos seguidores, em 1980, esse novo ideário granjeou força e promoveu uma fragmentação das políticas estatais protecionistas, com o favorecimento do livre comércio, das finanças e do trabalho precarizado. Arelado a este processo, promoveu-se uma série de privatizações de serviços públicos que até este momento eram executados pelo Estado. Com isso, o Estado se reestruturou em três principais objetivos, a saber: servir aos interesses dos negócios; remodelar as suas operações internas com base nos negócios; e reduzir a exposição do governo à pressão política do eleitorado (VIZOTTO; CORCETTI; PIEROZAN, 2017), surgindo uma Nova Gestão Pública. Nesse contexto, dentro das

modalidades de privatização da educação pública brasileira, encontra-se as parcerias público/privada, uma vez que, delegam à iniciativa privada (ou mesmo ao terceiro setor) o controle da gestão educacional e a construção do ensino nas escolas. Tendo por base o trabalho realizado por Peroni (2018), tem-se dois exemplos dessas parcerias: em relação ao ensino fundamental por meio do Instituto Ayrton Senna (IAS) e com o ensino médio com o Instituto Unibanco (IU). A implementação do projeto neoliberal de Estado com o desmonte dos sistemas públicos de ensino, para posteriormente entregar para o capital, ganha um novo aliado: os movimentos neoconservadores pelo ciberativismo. Juntos com a globalização, projetam seus ideais sob o argumento de que o Estado está em crise e, portanto, o padrão de qualidade deve ser o do mercado, levando o gerencialismo para dentro do Estado e das políticas sociais. Entretanto, esse movimento de desconstrução e de privatização de um projeto efetivamente público e democrático de ensino, por meio de organizações não governamentais, como é o caso do Instituto Ayrton Senna e do Instituto Unibanco, apresentam, segundo Peroni (2018), alguns pontos polêmicos, como por exemplo: I) instituições privadas não necessariamente seguem princípios constitucionais de gestão democrática e gratuidade, mesmo recebendo recursos públicos; II) promovem a precarização do trabalho do professor, ao não possuir estabilidade, plano de carreira e, em diversos casos, sem receber salário, mas sim, bolsas e, por fim; III) quem define o conteúdo da educação é o privado.

Palavras-chave: América Latina; educação pública; privatização.

REFERÊNCIAS

- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.
- VIZZOTTO, L.; CORCETTI, B.; PIEROZAN, S. O público e o privado para os serviços sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 543-556, jul./dez. 2017.

ALTERIDADE, CONFLITO E MUDANÇAS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS DE UM COLETIVO ESTUDANTIL FEMINISTA

Vanessa Soares de Castro

(discente do Mestrado em Psicologia
da UFSM; servidora do IFRS)

Adriane Roso

(docente da UFSM; pós doc na HARVARD)

Camila Gonçalves

(docente da UFN)

Introdução: Este trabalho faz parte de uma pesquisa vinculada ao Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que investiga o ativismo feminista de um coletivo de estudantes secundaristas que atua no contexto de uma Instituição Federal de Educação (IFE). A pesquisa faz parte do projeto guarda-chuva “Vidas Precárias no Ciber mundo – Estudos sobre Violências, Poder e Interseccionalidade nos Sistemas Hierárquicos”, e está fundamentada teoricamente na Teoria das Representações Sociais (TRS), na Teoria das Minorias Ativas (TMA) e nos estudos feministas e de gênero. **Objetivo:** Buscamos analisar a importância da ativação de conflitos e da atenção às relações de alteridade no ativismo de um coletivo juvenil feminista. **Método:** Sob a modalidade de pesquisa participativa, contamos com a inserção da primeira autora em atividades de um coletivo juvenil feminista, isto é, em reuniões, atos públicos, e vivências cotidianas. Foi construído um diário de campo com os registros destes momentos, e foi realizada uma roda de conversa com as participantes, abordando os significados e percur-

so histórico do coletivo. **Principais contribuições:** O material construído está em processo de análise, mas a partir dos resultados, podemos inferir que o coletivo de estudantes participante da pesquisa tem dois focos distintos em suas ações, sendo um deles fortalecer e empoderar outras jovens, criando espaços de união e ajuda mútua no contexto escolar. O outro foco de seu trabalho tem sido confrontar discursos e atitudes machistas e sexistas em seu cotidiano como forma de promover mudanças. A alteridade pode ser definida como as relações de diferença que se estabelecem entre o *eu* e o *outro*, relações estas de intersubjetividade, que tornam possível a construção dos sujeitos e do mundo social (JOVHCELOVITCH, 1998). É nas relações entre os grupos sociais, com diferentes posicionamentos e interesses, que os sentidos que se atribuem ao mundo são negociados, sendo que estes sentidos embasam as ações, lutas e projetos dos sujeitos e coletivos em relação ao futuro

AS ABORDAGENS DA DEMOCRACIA DIGITAL NAS TESES E DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS NOS PPGS DE COMUNICAÇÃO E CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

Licemar Vieira Melo

(Bolsista CAPES/PROSUC
UNISINOS-São Leopoldo, RS)

RESUMO: O presente trabalho divulga uma pesquisa exploratória, de enfoque qualitativo, do tipo estado da arte, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a partir de uma tese em construção que pretende identificar, numa perspectiva interdisciplinar das Ciências Sociais, as abordagens das teses e dissertações produzidas sobre a 'democracia digital', nos Programas de Pós-graduação da área das Ciências Sociais, especificamente nos de Comunicação, enquanto Ciência Social Aplicada, e nos de Ciência Política, no período 2004-2017. Por abordagens entende-se: os objetos, os objetivos e os enfoques contemplados nessas pesquisas. A escolha desses PPGs se deve ao fato de perceber que a abordagem da 'democracia digital', pressupõe reflexões contemporâneas em torno da internet no sentido de vislumbrá-la não só como um novo suporte para o processo comunicativo que permite a convergência das mídias tradicionais mas, em um novo patamar, como potencial mediadora de um processo sociopolítico que é a democracia. Sabe-se que a democracia pressupõe uma relação de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, relação essa que, na atualida-

de, pode obter ganhos democráticos a partir da utilização das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs). Entretanto, a questão a ser refletida é: já que como relação, pressupõe a interlocução entre o Estado e a sociedade civil, a partir de seus distintos atores e movimentos sociais, a partir de que enfoque esse espaço está sendo investigado? Por aquilo que Gomes (2007) denomina de ênfase, ou seja, analisando iniciativas de ações que partem do Estado em direção à sociedade - iniciativas de prestação de contas (*accountability*); de consultas *online*, baseadas em pautas estatais; ou de Comunicação Pública do tipo governamental? Ou, como também definido pelo mesmo autor, com ênfase social - iniciativas que partem da sociedade civil em direção ao Estado, como as mobilizações e articulações sociais pela internet, numa perspectiva de ciberativismo? A escolha da temática, democracia digital, também referida a partir de expressões *e-democracy*, ciberdemocracia, democracia eletrônica ou democracia *online* - vem da percepção de que cada vez mais esse tema tem despertado o interesse de pesquisadores das diferentes áreas das Ciências Sociais. Em um primeiro exercício de coleta de dados, realizado junto ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir de uma busca que utilizou as expressões "democracia digital" e "democracia eletrônica" como filtro. Por abordagens entende-se: os objetos, os objetivos e os enfoques contemplados nessas pesquisas, foram encontrados 27 trabalhos, entre teses e dissertações, produzidas nos PPGs de Comunicação e Cultura Contemporânea, Comunicação e Ciência Política. Destaca-se que foram considerados apenas os trabalhos que, a partir des-

se filtro, apresentaram uma dessas expressões (ou outra similar como ciberdemocracia ou e-democracia) no título ou entre as palavras-chave. Nesse levantamento prévio percebeu-se que a maioria desses trabalhos aborda a democracia digital a partir de uma ênfase institucional, pois contemplam análises realizadas, prioritariamente, sobre a atuação do Estado em direção a sociedade, como alternativa de prestação de contas dos agentes públicos (*accountability*), a partir de uma exigência legal de acesso a informação pública (Lei Federal 12.527/2011); ou através das consultas *online*, pautadas por agentes estatais; ou ainda como estratégia de marketing governamental; ou ainda nas que abordam as estratégias de marketing eleitoral pela internet, utilizadas em épocas que antecedem os pleitos, em detrimento daquelas que contemplam a participação social através dos meios digitais. A maioria dos trabalhos encontrados foram produzidos nos PPGs de Comunicação (22 trabalhos), que começaram a explorar esse novo campo de estudos a partir de 2004. Os 5 trabalhos produzidos nos PPGs de Ciência Política foram produzidos a partir de 2012. Nessa discussão é importante revisitar os conceitos de democracia, esfera pública e as novas tecnologias de informação e comunicação, para, depois disso, contemplar a democracia digital.

Palavras-chave: Democracia, Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), Democracia Digital.

REFERÊNCIAS

GOMES, W. Democracia Digital: que democracia? **Anais do II Congresso da Compólitica**. Belo Horizonte, 2007.

- SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- .SILVA, S. P.; BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C. **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

AVANÇOS E LIMITAÇÕES DA REVOLUÇÃO CUBANA FRENTE AOS DIREITOS DAS MULHERES

Rita de Cássia Krieger Gattiboni

Pós-Douranda do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* - Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Santo Ângelo/RS. Doutora em Desenvolvimento pela UNISC. Integrante do Grupo de Pesquisa do registrado no CNPQ *Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*, Projeto de Pesquisa *Direitos Humanos e Movimentos Sociais na sociedade multicultural* do Projeto de Extensão *O lugar das mulheres na sociedade*, ambos vinculados ao PPGD, acima mencionado. Auditora Pública do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.
rd.gattiboni@gmail.com

Rosângela Angelin

Pós-Doutora pela Faculdades EST. Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrück (Alemanha). Docente da Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo-RS. Líder do Grupo de Pesquisa do registrado no CNPQ *Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas* e do Projeto de Pesquisa *Direitos Humanos e Movimentos Sociais na sociedade multicultural*. Coordenadora do Projeto de Extensão *O lugar dos corpos das mulheres na sociedade*, ambos vinculados ao PPGD acima mencionado.
rosangelaangelin@yahoo.com.br

RESUMO: A Revolução cubana trouxe muitas mudanças na forma de vida e organização social de Cuba, que optou por um sistema de transição socialista, fazendo com que as relações humanas fossem sendo alteradas, significativamente. Diante disso, a partir de uma abordagem hipotética dedutiva, a pesquisa questiona: Em que medida os ideais socialistas da Revolução cubana conseguiram

ram alterar as ideologias patriarcais promovendo a emancipação das mulheres e criando direitos para elas a fim de atingir a igualdade material? Qual foi a participação dos Movimentos Feministas e/ou ideias Feministas neste processo? Os Movimentos Feministas buscam libertar as mulheres de vários cativeiros impostos pelo patriarcado. Ademais, têm como pauta buscar a igualdade das mulheres no meio das relações públicas e também privadas, bem como denunciam as relações patriarcais, conquistando, desta forma, muitos dos direitos humanos para as mulheres. No início do século XX, Alexandra Kolontai (2011) pensava que a transformação da sociedade capitalista em sociedade socialista resolveria muitas das desigualdades entre os sexos. No entanto, no que tange à presença da mulher no espaço público, ao se voltar um pouco antes da década de 1980 e se analisar o caso da ex União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, perceber-se que foram muito poucas mulheres que estiveram presentes no espaço de poder constituído. O que já é um indício que a questão não foi resolvida como Alexandra Kolontai (2011) pensava e afirmava. O patriarcado não é somente uma das marcas do capitalismo, mas o ultrapassa. No caso das mulheres cubanas, elas participaram ativamente da Revolução, pegando em armas e acompanhando o exército revolucionário. Inicialmente suscita-se a ideia de que já se encontravam num processo de conscientização de seu importante papel na sociedade iniciado em 1896, quando foi criado o “Club Revolucionário Esperanza del Valle”, de Cienfuegos, o qual reivindicava o direito ao sufrágio. Mais adiante, em 1912 foi criado o “Partido Nacional Feminista”, que, entre outras reivindicações, pautava direitos trabalhistas

para as mulheres, demonstrando que elas eram revolucionárias e adeptas às ideias feministas antes mesmo da própria Revolução (LÓPEZ-CABRALES). Desde 1960 existe em Cuba a Federação de Mulheres Cubanas que foi criada com o objetivo principal da incorporação da mulher na sociedade e nos espaços de trabalho, bem como foi parceira nas mudanças econômicas e sociais de Cuba no período pós-revolução, contando atualmente com mais de quatro milhões de membros, alcançando um protagonismo muito significativo no estado cubano. O processo revolucionário em Cuba foi gestado com a participação efetiva das mulheres que já se encontravam organizadas em Movimentos Sociais e Feministas. A Revolução pautou a redistribuição de renda, que gerou um nível mais igualitário nas condições de vida de seus habitantes e, com isso, um empoderamento de camadas sociais que antes se encontravam à margem da sociedade, incluindo as mulheres, tanto é que, atualmente elas participam paritariamente do Parlamento. Apesar disso, o patriarcado e suas manifestações são construções culturais, sociais e econômicas que permanecem com muita força mesmo em Estados ditos socialistas, uma vez que ele não é somente um sistema de organização das relações humanas e da relação entre os sexos para cada qual foi idealizado um gênero, mas uma forma de organização do mundo que decorreu de um processo longínquo anterior à antiguidade clássica e que, praticamente, se tornou homogênea na modernidade. Dentro disso, pode-se afirmar a existência de muitos avanços significativos conquistados pelas mulheres cubanas, porém, tanto no capitalismo, quanto no socialismo segue existindo muito fortemente paradigmas

antropocêntricos, etnocêntricos, controladores, e patriarcais, fazendo com que as lutas por relações humanas sadias e equitativas sigam em pauta.

Palavras-chave: Revolução cubana. Direitos das Mulheres. Movimentos Feministas.

REFERÊNCIAS

KOLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Género y Feminismo: desarrollo humano y democracia**. 3. ed. Madrid: horas y HORAS, 2001.

LÓPEZ-CABRALES, María del Mar. **La mujer revolucionaria antes de la Revolución cubana: logros y vicisitudes**. Centro Virtual Cervantes. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/literatura/mujer_independencias/lopez.htm>. Acesso em: 17 out. 2016.

CONQUISTAS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MATERNIDADE: REFLEXÕES SOBRE A LICENÇA PARENTAL COMO INSTRUMENTO DE EQUIDADE DE GÊNERO

Fernanda Sena Fernandes

(Universidade Federal de Santa Maria
Estudante de Graduação de
Licenciatura em Ciências Sociais)

Janaína Xavier Nascimento

(Professora Adjunta no Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Federal de Santa Maria; Dra. em
Sociologia Política pela UFSC/Freie Universität Berlin)

Este artigo se propõe a analisar, através de pesquisa bibliográfica e análise de documentos, as conquistas e os desafios das políticas públicas para a maternidade no Brasil. Para tanto, após uma discussão inicial do conceito de políticas públicas, analisaremos as políticas públicas para a maternidade implantadas no país ao longo dos séculos XX e XXI. Em seguida, examinaremos como tais políticas estiveram permeadas por visões tradicionais de papéis de gênero, segundo as quais às mulheres caberia prioritariamente o cuidado dos filhos e filhas e, aos homens, o papel de provedor dos recursos materiais necessários à manutenção da família, inclusive quando tais políticas são implementadas no intuito de proteção das mulheres mães e trabalhadoras. Por fim, depois de um breve balanço dos impactos da recente reforma da CLT para as mães trabalhadoras, discute-se os efeitos da licença maternidade sobre a reprodução da divisão sexual do trabalho, bem como a licença

parental como instrumento da equidade de gênero a partir do comparativo com o modelo sueco, refletindo sobre potenciais mudanças culturais que poderiam advir desta alteração. As políticas públicas e, mais especificamente, as sociais impactam fortemente sobre o bem-estar dos indivíduos. Nessa perspectiva, utilizar-se de gênero como categoria de análise para estudá-las consiste em entender que, ao analisar as opressões que sofrem as mulheres, tentamos compreender a relação entre os gêneros e seu reflexo nas estruturas sociais e de poder existentes, de maneira que debater possibilidades de mudanças a partir destas compreende uma estratégia fundamental com potenciais desdobramentos teóricos e políticos. Entendendo que a divisão sexual do trabalho *“tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva”* (KERGOAT, 2003), constituindo um dos pilares que sustentam a desigualdade entre homens e mulheres (ainda que hoje as mulheres massivamente estejam inseridas no mercado de trabalho, de maneira formal ou informal), nota-se que o trabalho no âmbito doméstico permanece fazendo com que as mesmas desempenhem até 73% mais horas em trabalhos domésticos que os homens (IBGE, 2018), dos quais os cuidados com os filhos somam boa parte deste percentual. Poderia, neste contexto, a licença parental surgir como alternativa para diminuição dos impactos da divisão sexual do trabalho? Esta assimetria entre os papéis parentais se origina de construções sociais em torno do que representa ser homem e ser mulher, onde historicamente as mulheres foram confinadas ao espaço privado e os homens ao espaço público. Assim, mesmo com as mudanças nas relações de

gênero que vêm ocorrendo nas últimas décadas, com mulheres adquirindo maior espaço na esfera pública e, aos poucos, os homens assumindo sua paternagem, as políticas públicas brasileiras dirigidas à maternidade, não têm acompanhado estas mudanças, se baseando em um modelo de família tradicional, cujas contribuições efetivas à emancipação das mulheres e equidade de gênero ainda são duvidosas. Prova disto é que nossas leis trabalhistas, se por um lado representam um progresso significativo no que toca a garantia de direitos das mães trabalhadoras, por outro se mostram anacrônicas, com poucas mudanças ocorridas em relação à licença paternidade. Ou seja, subjetivamente o homem ainda se mantém no papel de provedor, cabendo-lhe pouco estímulo em direção a uma mudança cultural em relação à divisão dos cuidados com os filhos. Ademais, após um período de ampliação de políticas sociais na última década, vivemos atualmente uma acentuada onda conservadora, que resulta em notório esforço para a precarização do trabalho, manifesta na recente reforma trabalhista que além de retirar direitos fundamentais, incentiva o trabalho informal e, conseqüentemente, suprime o gozo de benefícios dados somente a trabalhadores formais, como a licença maternidade, desta forma lesando especialmente as mulheres, que constituem a maior fatia dos trabalhadores informais do país. Assim, refletindo acerca da implementação da licença parental, buscamos avaliar quais os possíveis impactos de sua adoção na sociedade brasileira no que tange à equidade de gênero, considerando os casos de outros países cuja implementação dessa política já é uma realidade, como o caso sueco (ADDATI, CASSIRER, GILCHRIST,

2014), bem como as especificidades do contexto sociocultural brasileiro.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Maternidade; Licença Parental.

REFERÊNCIAS

ADDATI, Laura; CASSIRER, Naomi; GILCHRIST, Katherine. **Maternity and paternity at work: law and practice across the world.** Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2014.

KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenação Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Políticas públicas para a maternidade e a infância no Brasil na primeira metade do século XX. In: **História da saúde: olhares e veredas.** 2010. p. 99-121.

NASCIMENTO, Janaína Xavier. Políticas públicas e desigualdade de gênero na sociedade brasileira: considerações sobre os campos de trabalho, da política e da ciência. **Mediações**, v. 21, n. 1, p. 317, 2016.

DE QUE LADO VOCÊ SAMBA: ANÁLISE DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NOS PLANOS DE GOVERNO DOS (AS) PRESIDENCIÁVEIS

Lucas Caregnato

(Doutorando em Educação – Unisinos
lucarato@gmail.com)

Tainah Mota do Nascimento

(Mestranda em Educação – Unisinos
tainahmottanascimento@gmail.com)

RESUMO: Este trabalho busca apresentar uma breve análise de como e se são tratadas, as questões étnico-raciais e de gênero nos planos de governo dos candidatos à presidência da República. O estudo contou, como base empírica, com uma pesquisa realizada no site do Tribunal Superior Eleitoral, no qual constam os planos de governo dos candidatos. Por questões metodológicas, optou-se em analisar os planos de governo dos quatro candidatos que melhor pontuaram nas pesquisas dos institutos: *Datafolha* (20/09) e *Ibope* (24/09). Jair Bolsonaro do *Partido Social Liberal* (PSL), Fernando Haddad do *Partido dos Trabalhadores* (PT), Ciro Gomes do *Partido Democrático Trabalhista* (PDT) e Geraldo Alckmin do *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB). Para tanto, nosso enfoque de análise é a abordagem interseccional, uma vez que essa interpeleção permite enfrentar as discriminações de maneira mais eficaz e concomitantemente, orienta as demandas por políticas públicas inclusivas fundadas nas e necessidades reais da população negra e das mulheres beneficiadas por elas. As categorias analisadas são relacionadas às questões de

gênero, combate ao machismo, questões étnico-raciais, combate ao racismo e políticas de ações afirmativas. A análise realizada a partir de uma perspectiva teórica/empírica interseccional demonstra como as esferas de desigualdades se sustentam umas nas outras para a conservação do *status quo*. A coligação *O Brasil Feliz de Novo* tem como candidato Fernando Haddad. Seu plano de governo resulta em sessenta e uma páginas. Um dos tópicos do plano de governo se intitula *Inaugurar um Novo Período Histórico de Afirmação de Direitos*. Dentre os inúmeros compromissos assumidos, estão as *Políticas para as Mulheres Visando a Igualdade de Gênero* que articula as relações patriarcais e machistas com a sua negação e o desenvolvimento pleno citados em cinquenta e três vezes em categorias como: *mulher, gênero, feminicídio, Lei Maria da Penha e machismo*. É importante salientar que essa é a única plataforma de governo dentre os planos analisados, que utiliza o termo machismo. Dentre elementos importantes citados, destacam-se a centralidade das políticas para as mulheres, por meio de ações que promovam a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho, incentivo à produção de ciência e tecnologia, saúde, combate à violência, educação e o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos. No que se refere à questão étnico-racial, ela é citada trinta e seis vezes em categorias como: *racismo racial, ações afirmativas e negros* no tópico *Políticas de Igualdade Racial*. O plano de governo destaca a promoção da igualdade racial e a garantia dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas e negros, como prioridade estratégica e estruturante do Brasil. As políticas públicas de ações afirmativas são apresentadas como principal

instrumento de inclusão dessa coligação. A coligação *Brasil Soberano*, tem como candidato Ciro Gomes. Seu plano de governo é dividido em doze itens que abordam temas relevantes para a sociedade brasileira, resultando em sessenta e duas páginas. A questão de gênero e étnico-racial está inserida na categoria *Respeitar a Todos Brasileiros*. No que se refere a questão de gênero, é apresentada através trinta e nove citações, em categorias como: *mulheres, gênero, feminicídio e Lei Maria da Penha*. Essas são referidas no tema: *Respeito às mulheres*, que apontam que o contexto da desvantagem social nas inúmeras dimensões de poder e direitos justifica uma necessária atenção às mulheres, como foco de políticas públicas. Dentre inúmeros pontos destacam-se a institucionalização de políticas, mercado de trabalho, formação, saúde e combate à violência. A questão étnico-racial é citada 34 vezes em categorias como: *racismo, negro, racial e ações afirmativas*; especialmente no tópico: *Respeito aos Afrodescendentes*. A temática é abordada partindo do passado escravocrata e das faces que o racismo assumiu nos diferentes períodos da história do Brasil. De forma abrangente, o referido plano elenca 25 tópicos, elucidando políticas públicas de ações afirmativas e práticas de governo inter-relacionadas as questões de gênero e juventude, voltadas às seguintes prioridades: assistência social, educação, acesso à justiça, comunidades remanescentes de quilombos, segurança pública e valorização da identidade e cultura. O candidato Geraldo Alckmin representa a coligação *Para Unir o Brasil*. Seu plano de governo apresenta as propostas dessa chapa majoritária de forma objetiva, resultando em nove páginas, definidas em três temas, Brasil da indignação, Brasil da solidariedade e Bra-

sil da esperança. A questão étnico-racial é citada duas vezes através das categorias *negra* e *racial*. As propostas se referem ao atendimento de vítimas de violência racial e a adoção de políticas afirmativas para as populações negra e indígena, garantindo a igualdade de oportunidades. Já as questões de gênero são citadas duas vezes, concernentes à *promoção de respeito e redução da violência*. Jair Bolsonaro, candidato pela coligação *Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos*, tem um plano de governo com oitenta e uma páginas. Ele não cita em nenhum momento, propostas ou dados referentes às questões étnico-raciais e de gênero. Diante disso, as breves análises e reflexões realizadas, contribuíram para pensar em como o cenário político contemporâneo foi desenhado, sobretudo no que diz respeito à falta de representatividade relacionada à diversidade étnico-racial e de gênero, em um país onde a população negra representa 54% dos mais de 205 milhões de brasileiras e brasileiros e em que 52,5% do total do eleitorado é composto por mulheres, não deixa de ser sintomático que contemos apenas com uma candidata mulher e negra, sendo o restante, homens e brancos.

Palavras-chave: Eleições; Gênero; Raça.

REFERÊNCIAS

- COLLINS, Patricia Hill. **Toward a new vision:** race, class and gender as categories of analysis and connection, 1981.
- FANON, Franz. **Pele negra, mascarar brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.
- SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

DIREITO DAS MULHERES E A LUTA POR RECONHECIMENTO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ABORTO

Juliane Sant'Ana Bento

Professora no Departamento de Direito
Público e Filosofia do Direito da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO: Esta proposta pretende discutir a importância do reconhecimento para a possibilidade de discussão da implementação de políticas públicas para acolhimento no sistema de saúde público do Brasil de mulheres que praticaram aborto. Ainda criminalizado no país, muito embora uma série de iniciativas internacionais já tenham promovido a ampliação do debate sobre o tema, o aborto é tabu em uma conjuntura em que uma a cada cinco mulheres brasileiras já o praticou, segundo dados de Diniz (2017). No contexto da recente audiência pública que debateu o tema da descriminalização do aborto no Supremo Tribunal Federal, e considerando a última pesquisa nacional sobre aborto coordenada por Débora Diniz e o instituto de bioética Anis, crê-se que a justificativa para o debate sobre o tema é mais do que candente. Pretende-se problematizar, no âmbito das intervenções da sociedade civil registradas durante a audiência pública, disponibilizadas no sítio do tribunal na forma de memoriais da audiência pública realizada em 6 de agosto do corrente ano, o quanto categorias de análise trabalhadas por Luis Felipe Miguel e Flavia Biroli (2013), Iris Marion Young (2001), Nancy Fraser, Sey-

la Benhabib, Chantal Mouffe (1996) e Axel Honneth (2003), exemplificativamente, são mobilizadas e respeitadas pelos agentes em debate. Os estudos feministas têm muito contribuído desde os anos 1960 para explicitar a naturalização da condição feminina enquanto público subalterno, o qual ocupa espaços na esfera pública ainda periféricos e marginalizados. Por isso, estudos mais recentes desta corrente de trabalhos sustentam que a subrepresentação feminina tende a acentuar a dificuldade do efetivo tratamento de demandas de direitos da mulher pelos poderes políticos constituídos. Conforme Boaventura de Souza Santos (1991), no entanto, os movimentos sociais dos anos 1970, posteriores a crise do Estado de Bem Estar, tendem a conseguir manifestar com maior propriedade as causas transclassistas e difusas no capitalismo desorganizado vigente: a repolitização de todas as relações sociais, portanto, seria o meio pelo qual uma nova teoria da democracia lograria denunciar formas de dominação e violência simbólica tidas como naturais. Segundo Alain Tourraine (1996), sendo a democracia a forma de vida política que dá a maior liberdade ao maior número de pessoas, que protege e reconhece a maior diversidade possível, é de se questionar a violência de Estado que os achados empíricos da literatura denunciam: eles identificam inclusive as estratégias de agentes do sistema de segurança pública, que se camuflam de assistentes sociais em instituições públicas de saúde, no intuito de lavar autos de flagrante quando conseguem a confissão do crime de aborto pelas usuárias do sistema único de saúde.

Palavras-chave: reconhecimento – saúde da mulher – aborto – judicialização

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, L; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, v. 47, n. 4, p. 723-728, 2004.
- HONNETH, Axel. Padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito, solidariedade. In: _____. **Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 155-211.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo, SP: Horizonte, 2013.
- MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Grávida, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjectividade, cidadania e emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 32, p. 135-191, 1991.
- SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo (org.). **Manual de sociologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2015.
- TOURRAINE, A. **O que é democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jesé (Org.). **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: UnB, 2001.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E ATIVISMO SOCIOPOLÍTICO: UMA ANÁLISE DE DADOS NACIONAIS

Luiz Inácio Gaiger
(PPGCS – Unisinos)

Um fenômeno social registrado nas últimas três décadas foi a emergência progressiva de organizações populares de cunho comunitário, associativo ou classista, com fins sociais e econômicos, via de regra apresentando formas de gestão participativa e inspirando-se em valores democráticos. Levada à frente basicamente pela auto-organização de seus integrantes, boa parte dessas iniciativas perseverou e ganhou forma, identidade e oficialidade, disto resultando sua designação como *empreendimentos econômicos solidários* – EES. Com expressões ao Sul e ao Norte, essas práticas converteram-se em objeto de estudo, motivando pesquisas quanto a seu sentido e suas virtudes emancipadoras. Em particular, cresceu a percepção da natureza contraditória desses processos sociais e da compatibilidade entre papéis diversos exercidos pela Economia Solidária: ser instrumento de compensação e de equilíbrio, ser forma de resistência à lógica dominante e ser espaço propulsor de alternativa.

No que diz respeito ao ativismo sociopolítico, conforme a linha interpretativa ao cerne desse paper a experiência de solidariedade veiculada pela Economia Solidária, especialmente quando lastreada em práxis anteriores de índole comunitária e associativa, quando estendida ao seus entornos estimula sistemas mais amplos de reciprocidade.

dade, nos quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público. A Economia Solidária se constitui como vetor democrático, ao induzir a participação popular por mecanismos de ação direta e por dispositivos institucionais de representação, vindo assim a revitalizar ou propiciar espaços de construção de projetos coletivos, vinculados a diversas agendas e, como pano de fundo, a elementos teleológicos de transformação social. Esse enfoque tem sido desenvolvido com trabalhos de investigação empírica (GAIGER, 2012; GAIGER et al., 2014) e de teorização (CATTANI et al., 2009) centrados no elo existente entre as dimensões empreendedora e solidária daquelas organizações, o que as tornaria propensas à adoção de práticas participativas em sua gestão e a engajamentos em questões de interesse público, renovando assim formas de solidariedade social.

Tendo em vista tais questões e parâmetros conceituais, essa paper tem como propósito comparar, revisar e refinar conclusões de estudos anteriores sobre a presença política de organizações e de atores da Economia Solidária (GAIGER, 2012). Para isso, conta com novas fontes de informação, de modo a dimensionar a participação política extramuros das iniciativas de Economia Solidária e avaliar sua presença na esfera pública do ponto de vista da sociedade e da democracia – e não apenas para os fins e a ótica da própria Economia Solidária. Julga-se oportuno, ademais, examinar a natureza dessa participação com dados empíricos ainda pouco explorados, referentes a um momento imediatamente anterior à crise institucional e à severa turbulência da vida democrática dos dias atuais.

De um lado, trata-se da caracterização econômica, social e política de 20 mil EES, realizada no escopo do segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil (2009-2013). De outro lado, tem-se em vista os dados de uma pesquisa amostral (2013), realizada em 15 Estados com o objetivo de colher informações sobre os itinerários de vida, as ocupações, as modalidades de participação na Economia Solidária e ao envolvimento social e político dos integrantes daqueles empreendimentos. Tais dados permitem explorações analíticas em diversos sentidos, a exemplo de estudos anteriores focalizando dados do primeiro Mapeamento Nacional (2005-2007), cujos resultados do ponto de vista da participação sociopolítica (GAIGER, 2012) compõem o ponto de partida da análise aqui proposta. As informações da pesquisa amostral, em particular, propiciam um acréscimo, ao facultarem correlacionar os perfis e itinerários dos integrantes natos da Economia Solidária às características e às práticas de cooperação interna e externa dos seus empreendimentos. Facultam, assim, verificar em quais EES a participação sociopolítica de seus membros é favorecida e com quais desdobramentos em seu ativismo cívico.

Metodologicamente, esse trabalho propõe-se a exemplificar como o escrutínio de dados abrangentes serve ao balizamento de questões e de linhas argumentativas sobre o papel da Economia Solidária, na política e em outras esferas da vida social. No plano teórico, seu objetivo é focalizar a Economia Solidária do ponto de vista das intersecções entre a participação popular e a institucionalidade política. Incide assim na questão democrática, no fato de que os cidadãos brasileiros permanecem profundamente desiguais, do

ponto de vista dos seus recursos econômicos, da discriminação imposta pelos padrões culturais vigentes e da sua vulnerabilidade a circuitos de dependência e subordinação política.

Palavras-chave: Democracia; Economia Solidária; Participação política.

REFERÊNCIAS

CATTANI, Antonio et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

GAIGER, Luiz. La présence politique de l'économie solidaire. Considérations à partir de la première cartographie nationale. In: GEORGES, I.; LEITE, M. (Orgs.). **Les nouvelles configurations du travail et l'Économie sociale et solidaire au Brésil**. Paris: L'Harmattan, 2012. p. 231-258.

GAIGER, Luiz et al. **A economia solidária no Brasil**. Uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

EDUCAÇÃO, RAÇA E GÊNERO: O PAPEL DO PROUNI NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Ashley Taquatiá
(UFRGS)

Antionielle Braga
(UFRGS)

Julice Salvagni
(UFRGS)

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado em 2004 pelo Governo Federal e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005, tendo o objetivo de ofertar bolsas de estudos em instituições de ensino superior privado para brasileiros sem diploma de curso superior e, em contrapartida, a isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. Ao presente estudo, portanto, busca-se avaliar o impacto do PROUNI, identificando as condições de ingresso e o perfil dos estudantes, de 2005 a 2017, em escala nacional. Para tanto, utilizou-se os dados no Portal INEP (2017), MEC (2017), PROUNI (2017) e IBGE (2017). O número de bolsas ofertadas pelo PROUNI desde do início do programa até 2017 foram mais de 200.000 mil, sendo integrais e parciais, destinadas a alunos de todo Brasil, gerando maiores condições de oportunidade e igualdade para toda a população, principalmente à pessoas pertencentes de classes baixas e de diferentes etnias. Porém, analisando o perfil dos matriculados em 2017, observou-se que os negros representam apenas 31% dos ingressantes em relação aos brancos, possivelmente devido a fatores socioeconômicos.

A educação superior no Brasil nos últimos anos apresenta uma crescente devido aos programas de políticas públicas do governo, que incentivam as instituições de ensino a gerar vagas a estudantes, principalmente aos estudantes que realizam a prova do ENEM e conseqüentemente conquistar uma bolsa de estudos pelo PROUNI. Os programas educacionais no Brasil, desta forma, tem como objetivo gerar uma mudança na sociedade, como por exemplo gerar um alto nível de escolarização, inclusão no mercado de trabalho, cidadania, entre outros.

Conforme dados do MEC/INEP/DEED, verifica-se que desde 2005, período de implantação do programa PROUNI, até o ano de 2016 o número de alunos matriculados em instituições de ensino superior no Brasil aumentou 200% e o número de alunos graduados representa mais de 160%. O que se observa, no entanto é de que ainda há mais pessoas sem ensino superior no Brasil, de acordo com os dados do IBGE (2013). Assim, os que possuem o ensino médio completo representam 30,7% da população e 26,9% o ensino fundamental incompleto.

Por meio dos dados adaptados do MEC (2017), INEP (2017) e DEED (2017), identifica-se que desde 2004 as mulheres representam a maioria nos cursos de graduação. Referente a cor dos estudantes, as pessoas brancas ainda representam a maioria, porém percebe-se que houve uma evolução no número de alunos negros e indígenas, de 11% para 14% entre o período de 2011 e 2016, provavelmente devido aos programas de inclusão de cotas nas universidades públicas e particulares. Constata-se também que, o maior número de alunos em ensino superior, que apresentam 72,14%

em relação as faixas etárias analisadas no período de 2016, possuem entre 18 a 24 anos e, a partir de 25 anos a 29 anos, verifica-se uma diminuição de ingressantes no ensino superior, especificamente, apenas 27,86% deles se matriculam em uma instituição de ensino superior. Os dados de cor e faixa etária começaram a ser compilados pelo MEC a partir de 2011 por isso não há informações destas categorias entre os anos de 2004 a 2010.

De acordo com o site do PROUNI, as bolsas integrais são direcionadas para estudantes que possuem renda familiar bruta de até um salário mínimo e meio por pessoa, e as bolsas parciais são direcionadas para estudantes que possuem renda familiar de até três salários mínimos por pessoa. Esses limites de renda possibilitam auferir que, os estudantes bolsistas do programa são pessoas pertencentes às classes D e C2 (ABEP, 2016).

Contudo, observa-se que, a maior parte dos estudantes bolsistas do programa (85%) são brancos. Mesmo com o crescimento de estudantes negros nas instituições de ensino superior, percebe-se que estes, no ano de 2016, ainda eram a minoria (14%). Além disso, os estudantes indígenas representam a minoria nas salas de aulas, cerca de 1% do total no mesmo ano. Verifica-se também que o maior número de alunos que fazem parte do programa (55,56%) são mulheres. Tal dado leva a inferir que esse fenômeno se deve a luta por igualdade das mulheres na sociedade e no ambiente profissional, que as motiva em busca de melhores estudos e qualificações.

Analisando o perfil dos estudantes pela ótica do turno do curso de graduação compreende-se que, o turno noturno é o que possui maior representatividade, cerca de 96,10% em 2016, e

isso pode ocorrer devido às características familiar dos estudantes, como exemplo a renda familiar, que faz com que as pessoas optem por estudar a noite para trabalhar de dia e obter seu sustento.

Como considerações iniciais, é importante destacar que o Brasil ainda tem muito o que evoluir na elaboração e implementação de políticas públicas de educação efetivas e eficientes. Embora haja avanço no desenvolvimento e qualificação da população, o país ainda percorre por desigualdades e má gestão de investimentos das verbas públicas que deveriam ser direcionadas para a área da educação.

Para concluir, salienta-se que cabe averiguar o programa do PROUNI pela ótica social, mas também com viés econômico (COSTA, 2017). Assim, ao destacar a isenção fiscal que o programa oferece às Instituições Privadas de Ensino Superior para receber o aluno bolsista, pode-se problematizar os tributos que o governo deixa de investir nas instituições públicas de educação. Ao comparar os valores gerados pela renúncia fiscal do PROUNI no período de 2006 a 2012, houve um crescimento de mais de 64% de tributos que deixaram de entrar para os cofres públicos (COSTA, 2017), contribuindo, em muitos casos, com o abrupto crescimento de instituições com fins lucrativos ligadas ao capital aberto, por exemplo, cuja qualidade do ensino pode ser questionada.

Palavras-chave: Ensino Superior. PROUNI. Raça e Gênero.

REFERÊNCIAS

ABEP. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

COSTA, Danielle Dias da. Prouni no contexto de expansão da educação superior: dados preliminares sobre as condições de acesso decorrente do programa no Brasil (2005-2010). Anais. **XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, Associação Nacional de Política e Administração da Educação**, Recife, 2013.

PROUNI PORTAL. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/10-representacoes-graficas>>. Acesso em: 01 maio 2018.

INEQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA: A FACE OCULTA DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Lúcia Mariaci Ribeiro Martins

(Mestranda em Políticas Públicas e
Desenvolvimento pela Universidade Federal da
Integração Latino-Americana (UNILA), Bolsista CAPES/
Fundação Araucária (FA); E-mail: psilumart@gmail.com

RESUMO: O presente estudo é um ensaio teórico voltado para a compreensão das relações entre Pobreza e Desigualdade Social com as inequidades gênero e raça. Trata-se uma análise documental, utilizou-se referências bibliográficas de alguns autores renomados que teorizaram o conceito de Pobreza e Desigualdade Social, e para análise os relatórios, Atlas da Vulnerabilidade Social: primeiros resultados do Índice de Vulnerabilidade Social; Faces da Desigualdade no Brasil: Um olhar sobre os que ficam para trás e o relatório A Distância que nos une: Um Retrato das Desigualdades no Brasil. Pretendeu-se averiguar a relação existente entre gênero e raça dentro das multidimensionalidades da pobreza e da desigualdade social. Para tal objetivo percorreu-se um solo de discussões sobre o modo que está configurado estas categorias. Muitas são as questões relacionadas à pobreza e a desigualdade social, mas este trabalho, não se propõe a responder a todas elas. O objetivo é refletir sobre as inequidades de gênero e raça, fenômenos estes que ainda não tem sido alvo de muitos estudos, em particular na sociedade brasileira. O fenômeno estrutural da pobreza passou a ser objeto de estudo a partir da revolução industrial, quando governantes e pesquisadores voltaram

sua atenção em tentar compreender a sua origem e dimensão. No período pós-guerra emana a ideia de que o Estado deveria investir na garantia de pleno emprego para todo potencial humano, afim de garantir a preservação do vínculo social, como cidadão ativo integrado ao corpo social. Tempo depois a pobreza passou a ser vista a partir de um prisma mais abstrato sobre a natureza do objeto, focando na discussão no campo da justiça social, da política, das desigualdades e da subjetividade, passando a ser entendida como um feito multi-dimensional¹. Na América Latina e Caribe o surgimento do fenômeno da pobreza teve seu início com o domínio e exploração colonial que rompeu com os sistemas de reciprocidade entre as comunidades e famílias, por meio da repressão violenta de todas as formas. Os países passaram a tornar-se independentes das nações europeias colonizadoras e com a instauração da república, os países latino-americanos mantiveram relações semi-servis ou de escravidão². Estas relações se perpetuaram por longos anos nos chamados países periféricos, acentuando as desigualdades de todos os tipos e a pobreza. Somente com o reordenamento político, a passagem para o regime democrático, que o Brasil iniciou um movimento de combate à pobreza e a redução das desigualdades social. Muitas Políticas Públicas inclusivas foram criadas e consolidadas, a expansão dessas políticas em especial de políticas sociais, se mostrou basilar na redução da pobreza, beneficiando, as pessoas dos

- 1 CODES, Ana Luiza Machado de (2008). A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- 2 ÁLVAREZ L, Sonia (2007). A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano. In: CIMA-DAMORE, Alberto;

estratos sociais mais baixos. De acordo o Inventário de Vulnerabilidade Social (IVS) as desigualdades sociais no Brasil revelam relações assimétricas entre homens e mulheres em diversas esferas da vida, permitindo a identificação dos distintos graus de vulnerabilidade a que mulheres de diversas faixas etárias e cor são submetidas ao longo de sua trajetória de vida³. Um dos principais fatores que a situação de desigualdade extrema no Brasil, é a bagagem histórica de quase quatro séculos de escravidão e o largo passado colonial que criaram profundas clivagens entre regiões, pobres e ricos, negros e brancos, mulheres e homens. Tal distanciamento marcou a forma com a qual organizamos nossa sociedade, nossa economia e nosso Estado, diminuindo sua capacidade redistributiva. Não só nossa economia beneficia poucos, mas também nosso Estado e nossa organização social contribuem para perpetuar desigualdades⁴. As discriminações e inequidades de gênero e raça, têm se mostrado um nefando mecanismo de bloqueio à inclusão de negros e de mulheres, se manifestando por violências cotidianas praticadas inclusive pelo próprio Estado para manter esta parcela da sociedade sempre “no andar de baixo” da distribuição de renda, riqueza e serviços. As desigualdades sociais são entrecruzadas por questões de diversas ordens, as singularidades históricas e conceituais, sobre desigualdades sociais no Brasil e no mundo passa, obrigatoriamente, pelo reconhecimento das reflexões produzidas no campo dos es-

3 COSTA, Marco Aurélio et al. (2017). Atlas da vulnerabilidade social relatório de pesquisa a nova plataforma da vulnerabilidade social: primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social para a série histórica da PNAD (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílio. Brasília: IPEA.

4 ⁵ GEORGES, Rafael (2017). *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo: Oxfam Brasil.

tudos de gênero e raça. Enfrentar as inequidades de gênero e racial é um desafio permanente e comum ao conjunto da sociedade para superação da pobreza e da desigualdade social, assim como o racismo, o patriarcado e o preconceito que persistem velados e presentes nos atos cotidianos. Um dos enfrentamentos reflexivos necessários, senão urgente, para se pensar a realidade brasileira é a problematização do fenômeno da discriminação e inequidade de grupos historicamente subalternizados como uma das faces das desigualdades, especialmente, no papel do variável gênero etnia/raça na reprodução de um sistema de exclusão social. Enfim é necessário o reconhecimento da inclusão da de gênero e raça na valorização das diversidades nas políticas públicas, como base fundamental para a superação das inequidades e discriminação social, econômica, cultural, etc.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Pobreza; Inequidade de Gênero e Raça.

INOVAÇÃO SOCIAL: VIVÊNCIAS COMO PRÁXIS TRANSFORMADORAS

Denise de Oliveira

(Doutoranda do PPGCS – UNISINOS/
IFRSul – Campus Lajeado)

Adriane Vieira Ferrarini

(PPGCS – UNISINOS)

A inovação é inerente ao histórico da evolução das sociedades, manifestada, especialmente, pela capacidade criativa da humanidade em desenvolver alternativas para as suas necessidades e para melhorar as condições de vida. Entretanto, a atenção às dimensões sociais é muito recente, com registro mais expressivo a partir dos anos 90, em que autores de diversas vertentes desenvolvem estudos, evidenciando inquietações diante de inúmeras questões sociais (desigualdades, alienação, opressão econômica, degradação ambiental, entre outras). Dentre as abordagens identificadas, destaca-se a concepção da inovação social como novas práticas sociais de intervenções para enfrentamento de situações complexas e emergenciais das sociedades contemporâneas que promovam mudança social (MOULAERT et al., 2013; CAJAIBA-SANTANA, 2014).

Nesta perspectiva, a inovação social se expressa por meio da mudança de percepções e de atuações construídas a partir da participação coletiva conduzida para geração de ideias e de procedimentos. Envolve o desenvolvimento de processos cognitivos e criativos que geram novas configurações nas interações sociais e desenvolvem capacidades (individual, coletiva e sociopóli-

tica) para a elaboração de práticas que atendam necessidades e aspirações sociais. A inovação social tende a combinar atividades articuladas em diferentes contextos (econômico, educativo, ambiental, político, social, de desenvolvimento pessoal e coletivo, etc.), constituindo-se em fonte de mudanças nos padrões intelectuais e nos conjuntos de aprendizagem e de análise de uma determinada sociedade, contribuindo para a transformação social (MOULAERT et al., 2013; CAJAIBA-SANTANA, 2014; KLEIN et al.; 2016).

A mobilização e a participação cidadã nos diferentes setores da sociedade apresentam-se como atributos essenciais para a geração de inovação social. Por conta disso, o surgimento e a evolução da inovação social estão imbricados em um processo de mudança social, que abrangem movimentos sociais, criação de novas possibilidades, disseminação de inovações sociais e novas práticas sociais. Assim, a vinculação dos movimentos sociais e seus objetivos emancipatórios tem um papel fundamental para construir novos padrões e preceitos institucionais (KLEIN et al., 2016).

Considerando a importância do debate acerca das práticas vivenciada durante a dinâmica da inovação social, este estudo propõe identificar práticas dos múltiplos atores sociais em uma comunidade que vivencia um sistema cooperativado, organizado e mantido por famílias de agricultores assentados na Fazenda Annoni (propriedade alvo da maior ocupação de terras no Brasil, em 1985, coordenada pelo Movimento dos Sem Terra (MST), localizada em Pontão/RS. Busca-se conhecer como acontece a participação e a geração de ideias coletivamente e quais as práticas que contribuem para a promoção de novas so-

luções diante das necessidades e das aspirações coletiva dos associados.

A metodologia empregada neste estudo caracteriza-se como estudo de caso em abordagem descritiva. A coleta de dados se dá por meio de entrevista e de questionário semiestruturados, distinguindo-se como estudo de métodos mistos, com análise de conteúdo para atingir os objetivos propostos.

Os principais resultados evidenciam um contexto de vivências marcadas por conflitos (por terra, pela exclusão e pela exploração desde o tempo dos enfrentamentos que culminou na ocupação da Fazenda Annoni), pelos dilemas no recomeços contínuos (após a conquista da terra, quando as dificuldades na organização do trabalho e a vivência em sociedade manifestaram-se) e pelos enfrentamentos diários nas decisões e nas interações coletivas, registradas em uma caminhada de mais de 30 anos de aprendizagem, desenvolvendo-se, reinventando-se para superação das necessidades individuais e coletivas.

Entre elementos importantes de geração de inovação está o Instituto Educar e vivências ações democráticas, de fundamentado no trabalho coletivo para a emancipação da classe trabalhadora e a mudança de um sistema agrícola, visando a construção de alternativas de uma produção livre de venenos, alimentação saudável. O estudo elucida ainda a riqueza do trabalho coletivo, revelando um aprendizado histórico fundamentado no desenvolvimento contínuo de organização da produção e da vida social, cultural e econômica. O empenho dos atores (o sentir-se pertencente da sociedade) contribui para a geração de dinâmicas da mudança social promovidas pela mobili-

zação e participação de diferentes coletivos na solução dos problemas sociais.

Cabe destacar que este trabalho é parte de um estudo maior que compreende uma análise de conteúdo mais aprofundada em relação as práticas dos atores sociais inseridos no contexto de estudos, bem como sobre a geração de ideias e formas de promoção de novas soluções diante das necessidades e das aspirações coletiva dos associados.

Palavras-chave: Inovação social; movimentos sociais; transformação social.

REFERÊNCIAS

- CAJAIBE-SANTANA, G. Inovação social: movendo o campo para a frente. Um quadro conceitual. **Previsão Tecnológica e Mudança Social**, n. 82, p. 42-51, 2014.
- KLEIN, J.; CAMUS, A.; JETTÉ, C.; CHAMPAGNE, C.; ROY, M. La transformation sociale par l'innovation sociale. **Presses de l'Université du Québec**, 2016.
- MOULAERT, F., MACCALLUM, D. HILLIER, J. Inovação social: intuição, preceito, conceito, teoria e prática. In: MOULAERT, F. **O Manual Internacional de Inovação Social: Ação Coletiva, Aprendizagem Social e Pesquisa Transdisciplinar**. Cheltenham, Inglaterra: Edward Elgar Publishing, 2013.

MULHERES E AÇÃO NA AMÉRICA LATINA: DA PARTICIPAÇÃO INFORMAL ÀS INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS

Andressa Liegi Vieira Costa

(ISCSP, Universidade de Lisboa,
Mestrado em Ciência Política)

A América Latina apresenta problemas estruturais que continuam gerando incertezas sobre os rumos da democracia na região e as condições socioeconômicas impedem a resolução de conflitos por meio da via democrática e institucional. A democracia eleitoral foi consolidada na região, porém foi acompanhada de crises políticas nacionais e insatisfação com a democracia, uma vez que esta carece de justiça social, eficiência do governo e inclusão política, estando relacionado à crise de representação. O sentimento de crise envolve a forma como o poder político é exercido e sua concentração, pois os atores sociais demandam novos e melhores espaços de participação e formas mais democráticas de exercício do poder. Além disso, o desconforto com as instituições tem levado à emergência de manifestações políticas, em sua maioria lideradas por jovens, combinando o uso de redes sociais com protestos nas ruas, como o #NiUnaMenos na Argentina e outros países da região. Os novos atores políticos não têm se centrado em fazer parte de uma organização ou partido político, ao invés disso, participam em diversos tipos de organizações ou movimentos. Nesses casos, encontra-se uma nova lógica de participação, mais aberta, descentralizada e colaborativa, indicando uma mudança nos paradigmas de participação política.

Nos últimos anos têm se presenciado maiores expectativas quanto à democracia e pressões populares por sua melhora. A participação política tem mudado de sua forma tradicional, através de eleições e partidos políticos, para formas mais diretas e individualizadas de expressão política. A partir disso, as inovações democráticas representam uma tentativa de mudar as estruturas políticas e governamentais, e as iniciativas *bottom-up* surgem com o propósito de tornar os cidadãos mais envolvidos com a vida pública e melhorar suas capacidades e conhecimento para tal. As inovações democráticas geram opções de *output* mais inclusivas, especialmente para cidadãos não engajados em formas tradicionais de participação. Caracterizam uma nova fase de experimentação da participação, através de um maior engajamento direto dos cidadãos com o governo, visando construir uma cidadania, e incluir grupos, historicamente excluídos, seja pelas tradicionais relações patrão-cliente ou pelas instituições autoritárias, assim como pelas democráticas.

Assim, este trabalho busca aprofundar o estudo da participação política não institucional feminina na América Latina, tendo o objetivo de analisar os atuais padrões de participação informal das mulheres na região, juntamente com a emergência de inovações democráticas *bottom-up* nos países. Para a análise, serão, primeiramente, observados dados referentes à participação em protestos nos últimos 12 meses, e o comparecimento a reuniões de grupos de mulheres, através dos dados do LAPOP (Latin American Public Opinion Project) de 2016/7, para dezessete países da região, seguido por um estudo das principais inovações democráticas referentes à participa-

ção das mulheres na região, a partir de dados do Instituto Update (2016).

Os resultados sobre os padrões atuais de participação informal das mulheres na América Latina, apontam, primeiramente, para uma maior participação feminina em protestos na Bolívia (em que 17,2% das mulheres participaram no ano anterior ao survey), seguida da Venezuela (15,7%), Uruguai (14,7%) e Argentina (14,5%), em contraposição aos países com menor participação, sendo eles El Salvador (3,1%), Equador (3,6%) e Panamá (4,3%), sendo a média da região de 9,5%. Quanto à participação em reuniões de mulheres, o maior índice encontra-se na Guatemala (em que 28,9% já participou, seja anual, mensal, ou semanalmente), seguida da República Dominicana (22,1%), e do Paraguai (21,4%), enquanto a menor participação se dá na Argentina (6,4%), seguida pelo Chile (9,7%) e El Salvador (9,8%), enquanto a média latino-americana é de 15,7%.

Em relação às inovações democráticas na América Latina, têm se observado a emergência de uma série de iniciativas que pretendem diminuir a distância entre a sociedade civil e o poder público (UPDATE, 2016). Projetos vêm surgindo a nível regional como o “Encuentro Latinoamericano de Mujeres” (ELLA), que busca o encontro entre diversos atores, como movimentos sociais, militantes e agentes sociais e culturais, visando debater as questões de gênero na América Latina, a partir da criação de uma plataforma comum; e o “Alquimia: Feminist Popular Education School”, cujo objetivo é realizar treinamentos e gerar conhecimento para fortalecer o movimento feminista (Update, 2016). Em nível nacional, apresentam-se exemplos como o “Voces de Mujeres” (México)

que busca mudar o modo como as mulheres são representadas nos meios de comunicação, através do maior conhecimento sobre formas de uso das plataformas de comunicação; o “Yo sí quiero, Votá Mujeres” (Paraguai) que procura fomentar a participação das mulheres na vida pública e política (UPDATE, 2016).

Palavras-chave: Participação Política; América Latina; Mulheres; Inovações Democráticas.

O FÓRUM ESTADUAL DE REDUÇÃO DE DANOS DO RS (FERD/RS) E SEU REPERTÓRIO DE AÇÃO: REFLEXÕES SOBRE UM MOVIMENTO EM CONSTITUIÇÃO

Jardel Fischer Loeck

(bolsista de pós-doutorado (PNDP/
Capes) no Programa de Pós-Graduação
em Saúde Coletiva da UNISINOS)

O propósito desta comunicação é apresentar reflexões iniciais sobre material produzido através de trabalho de campo em desenvolvimento desde dezembro de 2017. A pesquisa tem sido realizada junto a um coletivo que, durante o processo em curso, veio a se constituir como o Fórum Estadual de Redução de Danos do Rio Grande do Sul (FERD/RS). A pesquisa é desenvolvida como parte do estágio pós-doutoral no âmbito do PPG em Saúde Coletiva da Unisinos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com inspiração etnográfica, materializada no acompanhamento das atividades do FERD/RS – rodas de conversa mensais sobre Redução de Danos (RD) e um seminário focando a região metropolitana de Porto Alegre realizado em setembro de 2018 –, e na realização de entrevistas com participantes do coletivo.

A RD pode ser interpretada de diferentes maneiras: pode ser vista como um *paradigma* que constitui outro olhar sobre a questão das drogas e álcool e institui outras tecnologias de intervenção, que respeitem a diversidade das formas de ser e estar no mundo, e promovam saúde e ci-

dadania; como um *conjunto de estratégias* para promover saúde e cidadania, *construídas para e por* pessoas que usam substâncias psicoativas ilícitas e lícitas, e que buscam minimizar eventuais consequências negativas do uso dessas substâncias sem colocar a abstinência como único objetivo do trabalho em saúde; também pode ser vista como uma *política pública* centrada no sujeito e constituída com foco na promoção da saúde e cidadania das pessoas

O objetivo inicial da investigação era mapear as ações de Redução de Danos oferecidas por instituições públicas em funcionamento na região metropolitana de Porto Alegre. Dado o contexto atual de retrocessos nas políticas públicas de saúde mental e de cuidado em saúde aos usuários de álcool e outras drogas, percebeu-se que apesar de fazer parte do texto das políticas públicas sobre o assunto, inclusive como diretriz principal das mesmas, a RD não estava sendo amplamente colocada em prática. Desta forma, houve um redirecionamento da pesquisa no sentido de poder entender o que havia acontecido com programas de RD que outrora estavam em funcionamento, como apontam Nardi e Rigoni (2009).

Durante este processo exploratório do trabalho de campo, foi feito contato com um grupo de pessoas que estava começando a se reunir para discutir temas relacionados à RD. A promoção das rodas de conversa era, em seu início, feita pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande de Sul (CRP/RS), pela Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD Sul/RS) e pela Rede Multicêntrica (UFRGS). Ao longo do percurso do trabalho de campo, outros atores passaram a fazer parte do coletivo, que se trans-

formou na reedição do FERD/RS – este já havia existido há alguns anos, mas tinha sido desativado. A união de vários coletivos em torno de um mesmo objetivo – defender e divulgar a RD – abriu um campo de possibilidades políticas para o grupo.

Em termos de análise inicial do material produzido ao longo de nove meses de trabalho de campo, pretende-se, em primeiro lugar, narrar a breve história do desenvolvimento do FERD/RS, focando na diversidade dos atores que o constituem. Em segundo lugar, explorar o repertório de ação (Carlos; Dowbor; Albuquerque, 2017) acionado pelo FERD, desde sua reconstituição, não no sentido de transformar as políticas públicas – a RD já é uma diretriz das políticas de cuidado em saúde aos usuários de álcool e outras drogas, mas não é praticada pelas instituições públicas – mas de buscar a efetivação do que já é instituído.

REFERÊNCIAS

- NARDI, H. C.; RIGONI, R. Q. Mapeando programas de redução de danos da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 382-392, fev. 2009.
- CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. C. Movimentos sociais e seus efeitos e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n.2, p. 360-378, maio/ago. 2017.

O IR E VIR DO CUIDADO: A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA EM SANTA MARIA/RS

Maique Berlote Martins

(Doutorando no Programa de Pós
Graduação em Ciência Política da UFRGS)

As transições de regimes autoritários, constituídos por elites militares e econômicas, para regimes democráticos possibilitaram a discussão sobre políticas e programas sociais, demarcaram uma transformação em relação ao papel do Estado na sociedade. A agenda de políticas públicas teve uma abrangência na transição para século XXI, ampliando suas funções e demandando a expansão de serviços públicos para garantir direitos individuais, como saúde, educação, segurança pública, seguridade social, entre outros.

Esta pesquisa parte do problema: como a burocracia estatal pode afetar a implementação da Estratégia Saúde da Família? Parte-se desta política por contemplar um novo modelo de trabalho, em que a mediação do Agente Comunitário de Saúde (ACS) é fundamental para o estabelecimento de vínculo entre o serviço e a comunidade. Têm-se como objetivo analisar o papel da burocracia e dos burocratas de nível de rua na implementação de políticas públicas de saúde e como objetivo secundário analisar a atuação de agentes de saúde na implementação da Estratégia Saúde da Família. O estudo de caso utilizado para a análise destes conceitos consiste na implementação da ESF no município de Santa Maria/RS, onde foi analisada a atuação de ACS, para com-

preender o efeito da burocracia sobre o cuidado implementado. O estudo de bases qualitativas contou com observação participante e entrevistas semiestruturadas para entender como agem estes burocratas.

Os dados coletados foram levantados por meio de observação participante realizada em 14 equipes de ESF do município de Santa Maria e em visitas domiciliares realizadas junto ao trabalho de uma ACS de cada equipe, possibilitando conhecer os territórios e as ações dos profissionais, em termos sanitários, ambientais, políticos e sociais. O acompanhamento com a agente de saúde nas visitas domiciliares permitiu um diálogo com estas burocratas, onde explicaram como organizam suas visitas, o contexto do seu território de trabalho, suas principais atividades, como se relacionam com os usuários e as dificuldades encontradas em sua atuação. Pensando em aprofundar o olhar sobre o trabalho das ACS foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas, com agentes de saúde que atuam na mesma ESF desde sua criação.

O trabalho das e dos Agentes Comunitários de Saúde, as e os burocratas que implementam esta política pública consiste em caminhar, ir e vir pela comunidade, levando informações, orientações, controle e cuidado às famílias assistidas pela ESF. Esta prática é definida por Lancetti (2011) pela expressão terapia peripatética por se tratar de um trabalho realizado em movimento, que deriva do termo peripatético, palavra grega para 'ambulante' ou 'itinerante', utilizado pela escola filosófica de Aristóteles (384-322 a.C.) para designar a forma com que o conhecimento era construído, no passear, ir e vir conversando. Quando Lancetti estende esta definição ao trabalho realizado pe-

las e pelos ACS compreende que há uma ampliação nos limites terapêuticos da clínica exercida por este serviço de saúde, que exerce atendimentos não apenas dentro do consultório, mas na rua, nas casas dos usuários, um trabalho peripatético, a prevenção sendo realizada de casa em casa, no ir e vir pela comunidade.

O caminhar “de manhã pra lá, de tarde pra cá”, tal como descrito por uma das ACS entrevistadas, permeou a construção desta pesquisa. Acompanhar as ações das e dos ACS permitiu compreender as particularidades da implementação desta política pública e do trabalho destes sujeitos implementadores. Ir e vir, da ESF para a residência da Dona Helena, da residência da Dona Helena para a Associação Comunitária, de uma ponta a outra da cidade, assim se constrói o controle e o cuidado previsto na política de saúde e assim se construiu o caminho percorrido por esta pesquisa peripatética para entender este processo de trabalho.

A burocracia estatal responsável pela execução destas políticas se desenvolveu com bases autoritárias e hierarquizadas, onde os ideais políticos muitas vezes ultrapassam a capacidade do aparato burocrático em executar sua função. A capacidade estatal, segundo Rey (2013) não está relacionada apenas com o resultado das políticas implementadas, mas com as ações concretas do Estado para adentrar em mecanismos políticos e administrativos que constituem o jogo de regras burocráticas das políticas públicas. A capacidade de produzir um *ethos* a partir das ações do Estado, uma conectividade social entre os atores estatais e os setores da sociedade atingidos.

Ao preocupar-se com as formas de cuidado a saúde do indivíduo, além da assistência médica

necessária ao seu bem-estar, o Estado está produzindo uma identidade, introduzindo um saber que resulta mudanças subjetivas na constituição do cidadão e na sua inserção no mercado de trabalho e na vida social. A efetividade destas ações e dimensões ampliadas de território e população, esbara na capacidade do aparato burocrático em acompanhar as subjetividades destas ações.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Implementação; Saúde da Família.

REFERÊNCIAS

- LANCETTI, Antonio. **Clínica Peripatética**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.
- REY, Maximiliano. Capacidad estatal y poder del Estado en Latinoamérica del siglo XXI: Una perspectiva política para el análisis de las políticas públicas y la estatalidad. **Revista Estado y Políticas Públicas**, n. 2, p. 115-139, 2014.

O JULGAMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA NA ADI 4.277/2011 E OS LIMITES DO PAPEL POLÍTICO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Marja Mangili Laurindo

(Mestra em Teoria e História do Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina e Doutoranda em Direito Constitucional pela mesma instituição. Bolsista CNPq.).

Este trabalho tem como objetivo a análise crítica da Ação Direta De Inconstitucionalidade 4.277 – que decidiu pela constitucionalidade da união homoafetiva e seu reconhecimento como instituto jurídico – em face da atuação político-democrática proposta pelo Supremo Tribunal Federal. Com base no apoio bibliográfico e na análise dos votos dos ministros, pretende-se fazer uma leitura crítica do papel ativista do STF enquanto Corte de controle de constitucionalidade que se propõe a resolver questões jurídicas como políticas e vice-versa, atentando-se para a ausência de legitimidade jurídica e política para tanto. Apesar de se tratar de tema de grande importância social, conclui-se, com base em autores liberais como Dimoulis e Lunardi (2017), e autores não liberais como Rancière (2010), que o STF não tem legitimidade política para resolvê-la, seja por limitações institucionais, seja por limitações de caráter político.

Autores como Dimoulis e Lunardi apontam que o julgamento da ADI 4.277, que considerou constitucional o instituto da união estável para casais homoafetivos, se deu com base em uma declaração de inconstitucionalidade do próprio texto constitucional.

O terreno em que se dá tal debate é o de uma crescente demanda por parte da sociedade pela resolução de impasses políticos por parte dos órgãos da instância judiciária, em como a tomada por parte desses mesmos órgãos da iniciativa de resolução de questões políticas sob argumento de interpretação constitucional. Mas o que confere ao Poder Judiciário esse papel de decidir politicamente em detrimento dos demais poderes?

Barroso (2017) propõe que, em certos casos em que o processo político majoritário não dê conta da função de “empurrar a história”, caberia ao STF garanti-la, a fim de, por outros meios que não o representativo via voto, sejam efetivados o próprio entendimento da maioria e a igualdade de dignidade entre os cidadãos. Para Barroso, a democracia ultrapassa os aspectos formais, englobando também uma dimensão substantiva relativa aos direitos fundamentais, que é atravessada por outra dimensão, de cunho deliberativo, argumentativo e persuasivo, em uma democracia resguardada pelo Judiciário. Os juízes teriam se tornado mais representativos dos desejos do povo que os parlamentares. A democracia, portanto, não se daria apenas nos espaços tradicionais: ela se daria por votos, mas também por argumentos, caso em que o STF poderia ser um melhor intérprete do sentimento majoritário (BARROSO, 2017). Alguns autores, no entanto, divergem dessa visão.

Segundo Dimoulis e Lunardi (2017), a tentativa de fundamentar politicamente e democraticamente suas decisões, o STF se distancia de sua função jurisdicional de corte constitucional. Acreditam que a legitimação do STF não seria político-democrática: processo de controle jurisdicional de constitucionalidade que se diz legitimar por tais

meios só poderia ser uma negação da “aplicação de regras e limitações típicas do processo judicial”.

Rancière, por outra via, tece uma forte crítica à pretensão da juridicização das questões comunitárias. Apesar de não se preocupar em indicar soluções possíveis dentro do esquema dos Poderes constituídos, mas identificar a política como ferramenta de quebra de situações policiais promovidas por essas instituições, Rancière se preocupou em denunciar a atividade dos “sábios” e “peritos” intérpretes do “espírito da constituição” que não fazem mais do que tomar para si questões de importância de fundamento das identidades comunitárias, retirando delas sua autonomia e, por fim, seu caráter político. A decisão que dali resulta não seria, então, propriamente política, mas uma *imitação* da prática política.

A relação entre direito e política é inegável mas que, para além disso, é possível pensar uma relação entre eles sem, necessariamente, associar o papel de realiza-la ao Judiciário, tal como se deu com relação à ADI 4.277.

Palavras-chave: ADI 4.277; Atuação Política; Supremo Tribunal Federal.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. A razão sem voto: o Supremo Tribunal Federal e o governo da maioria. In: VIEIRA, Oscar Vilhena; GLEZER, Rubens (Orgs.). **A razão e o voto:** diálogos constitucionais com Luís Roberto Barroso. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Democracia ou juridicidade? Reflexões sobre o passivismo do STF e o futuro do controle ju-

dicial de constitucionalidade. In: VIEIRA, Oscar Vilhena; GLEZER, Rubens (Orgs.). **A razão e o voto**: diálogos constitucionais com Luís Roberto Barroso. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento** (política e filosofia). São Paulo: Editora 34, 2018.

O MOVIMENTO #ELENÃO: ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DOS CONTRAPÚBLICOS SUBALTERNOS DE NANCY FRASER

Gabriele Zini de Oliveira
(DIREITO/UNISINOS)

Jessica Cristianetti
(DIREITO/UNISINOS)

A Constituição Federal, diretriz máxima para guiar os caminhos do Estado Brasileiro, constitui como um dos fundamentos da República a promoção do bem a todas/os as/os cidadãs/os, bem como apresenta como um dos principais compromissos a efetivação da igualdade de gênero (art. 3º). Contudo, em que pese a garantia constitucional citada, a conjuntura política atual reduz a quimeras uma sociedade justa e igualitária, haja vista que, se outrora os adversários das mulheres eram projetos políticos e econômicos que não as incluíam como protagonistas ou não promoviam instrumentos para atender às suas necessidades, agora o inimigo personifica o fascismo, bem como propõe a institucionalização da subordinação feminina. Nunca, desde a redemocratização, o risco a um regime totalitário esteve tão presente e, conseqüentemente, todas as garantias conquistadas em anos de luta do campo progressista.

Em contrapartida, se o discurso de Bolsonaro representa apologia à misoginia, fato é que as brasileiras protagonizaram um dos maiores atos da história do Brasil: o dia 29 de setembro, além de combater qualquer discurso que coloque em risco a democracia, consolidou-se como verdadeira primavera feminista, em que as mulheres demons-

tram que retrocessos não serão aceitos, tampouco eleito candidato cuja pauta afronte o Estado Democrático de Direito e seja baseada em propostas machistas e racistas. Nesse sentido, o movimento #EleNão consolidou-se como processo dialógico combativo a discursos que afugentam as mulheres à condição de precariedade. Em síntese, além de disputa de narrativa, essa eleição é o palco da inserção de mulheres no espaço institucional, pois, não só a *hashtag* #EleNão está presente nas redes sociais, mas também o compartilhamento de #VotoFeminista. Diante da emergência do tema, o principal problema do presente trabalho revela-se na análise do movimento #EleNão como manifestação do contrapúblico feminista a partir dos pressupostos da teoria de Nancy Fraser.

No que tange aos objetivos específicos, propõe-se analisar dados sobre o movimento #EleNão nas principais capitais brasileiras, averiguando a dimensão de um dos maiores protestos liderado e protagonizado por mulheres no Brasil; investigar a teoria de contrapublicidade subalterna de Nancy Fraser; refletir sobre o movimento #EleNão à luz do princípio da paridade participativa de Nancy Fraser na democracia brasileira.

Como métodos para a construção do trabalho, adota-se a análise discursiva crítica feminista, que visa descortinar ideologias de gênero e de relações de poder assimétricas que são produzidas, postuladas e negociadas em diferentes contextos. Outrossim, o método de indução analítica de Deslauriers, que consiste em partir do concreto para o abstrato, especificando os atributos fundamentais de um fenômeno. Por conseguinte, a técnica de pesquisa envolveu a documentação indireta, através da pesquisa bibliográfica do modelo teórico de Nancy Fraser.

Portanto, aprofundando-se na análise do movimento citado à luz dos pressupostos teóricos de Nancy Fraser, compreende-se que através das redes sociais possibilitou-se a formação de um contrapúblico feminista, compreendido pela teórica feminista como um espaço democrático em que determinado grupo – excluído da esfera oficial – articula discursos e contra-discursos em busca de uma assunção recíproca de perspectivas e de ressonância de suas demandas na esfera pública maior. Portanto, o movimento #EleNão estende sua voz nas ruas através de mulheres que expõem seu posicionamento e, com isto, possibilitam condições para influenciar a reflexão de outras mulheres sobre o risco de profundos retrocessos no que tange aos direitos conquistados por minorais sociais, no caso de eleição do candidato Bolsonaro. É justamente pelo risco às garantias constitucionais que o movimento #EleNão foi aderido por aproximadamente 500 mil pessoas em 114 cidades brasileiras, além de atos em cidades no exterior como Nova York, Londres, Lisboa, Barcelona e Cidade do México.

Ou seja, o #EleNão revela-se como um movimento democrático cuja pretensão é romper com os padrões institucionalizados que projetam a candidatura de um fascista e a institucionalização do racismo e machismo, de modo que ressoa na esfera pública oficial as demandas daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, o que leva a compreender o ideal de paridade participativa.

Assim sendo, a teoria dos contrapúblicos subalternos proporciona que pessoas precarizadas sejam compreendidas como pares na discussão pública, podendo criar contra-discursos à esfera ofi-

cial, corrigindo o déficit democrático. Dessa forma, concluiu-se que o movimento #EleNão representou, na prática, a perfectibilização do ideal de contrapúblico teorizado por Fraser, já que possibilitou, em par de participação, voz a grupos marginalizados na democracia brasileira. Embora o fascismo seja hoje um inimigo, o ato do dia 29 de setembro demonstrou a popularização do feminismo e a força das mulheres frente a riscos nas estruturas democráticas, demonstrando que não haverá mais silenciamento e exclusão das brasileiras, até porque “se o presente é de luta, o futuro nos pertence”.

Palavras-chave: #EleNão. Nancy Fraser. Contrapúblico Subalterno.

REFERÊNCIAS

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (ed.).

Habermas and the public sphere. Cambridge: Mit Press, 1992.

PROTESTOS contra Bolsonaro ocorrem em 26 estados e DF; atos a favor, em 16. **G1**, São Paulo, 29 set. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/29/manifestantes-fazem-atos-a-tarde-contr-a-e-favor-de-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 05 out. 2018.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Júlia Dias; GRAGNANI, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **BBC News**, São Paulo, 30 set. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 05 out. 2018.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A ÉTICA DA LIBERTAÇÃO COMO POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AOS RETROCESSOS DOS DIREITOS BRASILEIROS

Matheus Henrique dos Santos

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
São Leopoldo – RS

Os caminhos percorridos durante o curso de Psicologia têm nos colocado num movimento constante de inquietações em relação a forma como o lugar de psicólogo(a) tem sido construído perante aos desafios do mundo globalizado e as configurações políticas da sociedade brasileira. Uma primeira questão se desdobra a partir da ética, e diz sobre como podemos pensar uma *práxis* balizada por certas noções de cuidado, de sofrimento, de autonomia e de potência de agir.

Vários são os encontros que se operam no espaço acadêmico para que, nesse lugar da Psicologia, pudéssemos coletivamente configurar práticas que vão em direção a um olhar sobre uma ética que se vincula à análise crítica da sociedade. E, na vontade de implicação com os movimentos de transformação social, o movimento estudantil se coloca como ferramenta central para agirmos em direção a uma *práxis* crítica dentro da universidade.

Com o devido cuidado de análise sobre a singularidade característica ao contexto social, histórico e político da sociedade brasileira e da instituição a partir da qual falamos, no encontro com o movimento estudantil e com o Diretório Acadêmico de Psicologia (DAPsi), começamos a nos indagar sobre quais eram as potencialidades

de nosso lugar político para operar processos de transformação para a Psicologia. Entendendo, que na maioria dos casos, ela se aplica para a manutenção do *status quo*.

Compreendemos que a psicologia pouco dialoga de forma direta com as problemáticas emergentes na sociedade, e ainda por cima, pouco se preocupa sobre como as estruturas coloniais e imperialistas se desdobram nesse conjunto de instituições que configuram a sociedade brasileira e latino-americana. E a partir dessa constatação pensamos - diante dos recentes retrocessos que vivenciamos nas políticas públicas no Brasil - que a emergência de novas práticas políticas seria necessária para lutarmos pela afirmação de uma saúde mental libertária e que se construa a partir de uma reflexão ética para além do exercício da profissão.

No pós-guerra, novas formas de fazer política e o aparecimento de diferentes discursos para além das grandes narrativas hegemônicas de mundo se fizeram escutar, mas apesar disso, e dos avanços nos direitos conquistados por parcela das populações oprimidas, muitas questões ainda ficam permeando os problemas enfrentados hoje no Brasil e no Mundo. São os retrocessos nos direitos dos trabalhadores, a ascensão dos discursos conservadores, a expansão de um totalitarismo de mercado capitalista, a apropriação de discursos emancipatórios pela estética de consumo, os problemas ambientais alarmantes produzidos pela expansão de um desenvolvimentismo tecnológico e monopolista, as controvérsias de governos progressistas que explicitaram impossibilidades éticas de uma democracia dominada pelo poder financeiro, entre outros. Percebe-se que essas problemáticas não estão desvinculadas das forças políti-

cas que se organizaram na decisão pelo processo de impeachment da presidenta Dilma, seguidos de uma série de ataques aos direitos da população e retrocessos representados como problemáticas atuais no mundo. A reforma trabalhista, tentativas de reforma da previdência, a retirada de direitos fundamentais das mulheres, a redução de ministérios que incentivam a interculturalidade com povos indígenas e afro-brasileiros, entre outros, fazem parte desses projetos de dominação. Não podemos desvincular que se articulam na contemporaneidade uma série de problemáticas que diz respeito às estruturas de dominação que se fizeram hegemônicas na história mundial, lidas historicamente a partir do eurocentrismo colonial e do imperialismo capitalista estadunidense articulado pelo que se chama globalização hoje.

Enrique Dussel (2007) nos mostra que são nesses projetos de sistema-mundo organizados pela globalização, e que desde o “descobrimento” das Américas em 1492 pelos europeus se dita a partir de um ser essencial helenocêntrico, negando e universalizando as alteridades num alter ego europeu pela conquista e dominação bélica dos povos das Américas, da África e de parte da Ásia. Dessa forma concebe-se um primeiro sistema-mundo universal e o nascimento da falácia da modernidade. Nesse sentido, tanto a modernidade como uma ideia de pós-modernismo (como crítica autocentrada) continua a reproduzir essas estruturas de dominação colonial que necessitam de novas propostas de enfrentamento. A ideia de transmodernidade faz frente às reflexões desde a exterioridade negada das vítimas da modernidade-colonialidade, através do método analético. É a partir dessa proposta ética e epistêmica que se concebe um olhar mais integrado acerca dos movimentos políticos-sociais

de emancipação não só discursiva, mas que esteja atenta, como forma de cuidado ético-político, a materialidade de reprodução da vida humana em comunidade e que dialogue com os conhecimentos negados pelo sistema-mundo de forma inter e trans (cultural e disciplinar).

No caminhar de nosso encontro com o DAP-si, vimos a potencialidade de uma ação que se debruça sobre uma democracia direta, na base dos movimentos sociais e na complementaridade entre as multiplicidades que se fazem presente dentro das formas de ação política na sociedade. Dessas multiplicidades, nos encontramos com uma política dos afetos (BRAGA, 2017), que nos coloca a pensar sobre como o campo intersubjetivo do fazer político opera uma potência de agir que valoriza relações sociais para além das individualidades e burocratizações postas pelo capitalismo e ao mesmo tempo se coloca criticamente frente à democracia nos sistemas capitalistas e suas estruturas de dominação. Esse enfrentamento crítico se torna possível pela compreensão de que os afetos são políticos, pois constantemente atualizam as relações com os discursos e os modos de subjetivação que se constituem na sociedade.

Palavras-chave: movimento estudantil, filosofia da libertação, afetos.

REFERÊNCIAS

- DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRAGA, Luiz Carlos M. A política dos afetos: a concepção espinosana. **Revista Direito & Práxis**, v. 8, n. 3, p. 2010-2014, 2017.

O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO DESASTRE DE MARIANA: REVISÃO DE PRINCIPAIS ABORDAGENS SOBRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Dresch

Mestrando em Ciências Sociais pela Unisinos/
bolsista CAPES). E-mail: rodrigo@fse.adv.br

O presente trabalho buscará identificar, a partir do caso do desastre da Samarco, ocorrido em novembro de 2015, se houve algum padrão de interação entre o Ministério Público e os segmentos da sociedade civil que tiveram os seus direitos civis atingidos. Para tanto, far-se-á uma passagem pelas teorias que tratam da judicialização das políticas públicas através do Ministério Público em suas diversas correntes. Posteriormente, analisar-se-á o caso da Samarco, especialmente através da formação de alguns Termos de Transação e Ajuste de Conduta (TTAC) entre o Ministério Público do Trabalho e a empresa com o fim de avaliar se a sociedade civil participou, ou não, da construção das políticas públicas mitigadoras do desastre.

Tendo em vista que desde os anos 90 cresceu exponencialmente a preocupação, tanto no mundo acadêmico como na sociedade civil, com o fenômeno que foi denominado de judicialização da política (VIANNA, 1999). Apresentado inicialmente como uma busca da intervenção do Judiciário para decidir questões relativas às disputas da política institucional, transcendeu estes limites para incluir a busca de soluções no sistema judicial de problemas cotidianos relacionados à

execução das políticas públicas e a garantia de direitos sociais básicos (LOPES, 2005). Cada vez mais o debate sobre a concretização dos direitos humanos deixa de ser tratado como uma relação entre indivíduo, sociedade e Estado, representado nos Poderes Executivo e Legislativo, para incluir o Ministério Público e o Poder Judiciário.

O principal objetivo desse trabalho é analisar de que forma se dá a inter-relação entre a sociedade civil e o Ministério Público na formação das Políticas Públicas. Para tanto, busca-se respaldo nas abordagens que tratam do tema da judicialização das políticas públicas através do Ministério Público a fim de embasar uma futura pesquisa empírica sobre nossa pesquisa.

A judicialização da política teve um grande avanço na década de 80, principalmente com a promulgação da Constituição de 1988. A Carta Magna de 1988 não só afirmou tendências já existentes, como ampliou sobremaneira as possibilidades de intervenção do Ministério Público na política em busca da garantia dos direitos sociais. A dita amplificação modificou a fronteira anteriormente existente entre o sistema político e o sistema judicial, uma vez que entregou a uma instituição vinculada à justiça a atribuição de zelar pelo patrimônio público e pela efetividade dos serviços públicos (ARANTES, 2000; p:16).

A partir do aumento do poder do Ministério Público e das diversas questões surgidas desde a década de 90, as Ciências Sociais e Ciência Política passaram a dar mais atenção ao assunto. Nessas áreas, especificadamente, existem três correntes diversas que tratam do assunto (DA ROS, 2009, p. 37).

A primeira corrente ressalta o papel negativo da atuação do Ministério Público defronte a so-

cidade civil. A leitura realizada pelos autores que podem ser enquadrados nesta perspectiva vê o Ministério Público fundamentalmente como um *órgão tutelar*, que busca, ao representar a sociedade civil, substituí-la, avocando-se único titular verdadeiramente capaz de defender seus interesses e de agir em prol de um bem público que transcenda as motivações particulares, potencialmente presentes na atuação direta destes grupos – considerando a sociedade brasileira como sendo hipossuficiente. Nessa linha, destacam-se os estudos de Rogério Bastos Arantes (1999; 2002), bem como os de Fábio Kerche (2007) e Júlio Aurélio Vianna Lopes (1998; 2003).

Em flagrante contraste com a doutrina acima relacionada, surgiu uma segunda corrente. São análises mais recentes, destacando-se os estudos decorrentes da parceria firmada entre a Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), coordenados por Luiz Werneck Vianna (VIANNA; BURGOS, 2002; 2005). Se a visão anterior apresentava-se pessimista em relação à atuação do Ministério Público, esta parece bastante otimista no que se refere às interações entre a sociedade civil e o Ministério Público.

Por fim, pode-se identificar um terceiro conjunto de autores que adota de uma visão alternativa aos dois grupos anteriormente expostos, observando tanto as potencialidades como as limitações da atuação do Ministério Público no Brasil contemporâneo. Neste universo de análise, importa mencionar especialmente os trabalhos de Débora Alves Maciel (2002; 2006) e aquele resultante de sua parceria com Andrei Koerner (Koerner; Maciel, 2002). Os autores ressaltam a necessidade de

trabalhos menos generalizantes e, portanto, mais específicos e aprofundados sobre as diversas instâncias e formas de atuação do Ministério Público, evitando a construção de imagens totalizantes e lineares sobre ela.

A partir do estudo de casos empíricos, verificar-se-á como se dá a organização da sociedade civil para reivindicação de seus direitos e através de quais canais existe o contato entre esta e o Ministério Público. Nessa senda, poderão ser identificados os benefícios ou malefícios da judicialização das políticas públicas através do Ministério Público.

Palavras-chave: Ministério Público, sociedade civil, políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Rogério Bastos. **Ministério Público e política no Brasil**. São Paulo: Educ., 1999.
- ARANTES, Rogério Bastos; KERCHE, Fábio. Judiciário e democracia no Brasil. **Novos Estudos CE-BRAP**, São Paulo, n. 54, p. 27-41, 2002.
- DA ROS, Luciano. Ministério Público e Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: em busca de um padrão de interação. **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, p. 29-53, 2009.
- VIANNA, Luiz Werneck. **A Judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

OS IMPACTOS DE DESASTRE SOCIOAMBIENTAL E A MITIGAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Aloisio Ruscheinsky

Unisinos – Brasil
aloisior@unisinos.br

Manoella Cará Treis

treismanu@gmail.com

As enchentes no Rio dos Sinos são um fenômeno periódico, nem por isto as causas podem ser consideradas a partir da noção de desastre natural. Se com frequência são afetadas as vidas cotidianas de milhares de cidadãos junto aos centros urbanos, a tendência é incluir a urbanização como um dos fatores intervenientes. O objetivo é oferecer contribuições na qualificação da compreensão deste desastre como um evento adverso, por meio da descrição e experiência coletadas em observação de campo. Neste sentido, as reflexões empreendidas objetivam compreender a ação de políticas públicas de mitigação dos efeitos de desastre ambiental pelo prisma das instituições públicas, dos atores sociais e da atuação dos agentes econômicos. Com este escopo se analisam o arcabouço institucional criado para levar a efeito as políticas dirigidas à mitigação ecológica e os processos de interação entre atores e o poder público nos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, onde parcela da população vem sendo afetada em decorrência de cheias periódicas, bem como ressentem-se quanto aos efeitos positivos de políticas.

Em parte, a região do Rio dos Sinos é reconhecida em decorrência de enchentes históricas,

bem como pela construção do Sistema de Contenção das Cheias, com um dique na década de 70 e outro na década de 80 (composto por diques de terra, muro de concreto, casas de bombas), na parte norte da cidade de São Leopoldo. A construção de diques no Rio dos Sinos para que como política pública prevenisse os alagamentos, tiveram o efeito colateral ou perversão a proliferação de loteamentos irregulares em áreas de várzeas, sujeitas a constantes alagamentos. Esta obra de alguma forma pretende manter o rio como prisioneiro em um pequeno espaço, enquanto seus banhados ou as áreas úmidas poderiam ser ocupados indiscriminadamente por construções irregulares ou até de forma legalizada.

Quanto à metodologia, as informações coletadas em fontes secundárias são analisadas a partir da revisão da literatura concernente, considerando os efeitos socioambientais do desastre, a ação mitigadora e a retórica em face dos compromissos dos atores sociais. O Comitêsinos e Consórcio Público de Saneamento Pró-Sinos possuem como atribuição a melhoria das condições de potabilidade das águas do rio e da manutenção da biodiversidade por meio de gestão mais racional do território. Gestão essa que requer também medidas de educação ambiental para mitigar alterações ambientais pela ação humana. O tempo da enchente não pode ser considerada um momento peculiar para refletir sobre as ações como cidadãos intervenientes, ou como seres dependentes da água. Ao mesmo tempo, o desafio de políticas públicas consiste em proteção aos cidadãos com equidade quanto à proteção de bens ambientais.

Quanto aos resultados encontrados pela busca de respostas aos anseios da população e

observando os critérios de abordar os problemas emergências pelo poder público alguns itens se enquadram na análise do desastre: causas; consequências ou impactos das enchentes; respostas mitigadoras ou ações políticas; propostas de prevenção e/ou mitigação dos riscos. Nos itens de análise ainda convém considerar também o saneamento básico, a infraestrutura urbana, a construção de diques de contenção, os serviços públicos como a da saúde e de coleta de resíduos. As respostas como ações emergências ou de médio prazo em face do desastre se caracterizam sobretudo de mitigação uma vez que a população atingida ocupou territórios de banhados que são espaços reivindicados periodicamente pelo Rio dos Sinos. A forma de prevenção consiste em manter as bombas em funcionamento, cuidar da coleta de resíduos, alertar aos moradores do entorno para que não depositem resíduos sólidos de forma inadequada. Considera-se que o cenário de da incerteza quanto à frequência e à gravidade destes eventos, os desafios para os serviços públicos para a redução dos efeitos perversos ante o desastre e seus riscos exigem respostas integradas com amplas políticas para o desenvolvimento sustentável. As questões tratadas no texto são consideradas fundamentais para a compreensão da agenda de negociação e do confronto político e ainda para o exame das dinâmicas contemporâneas das políticas públicas, da contestação social e política, bem como a abordagem dos mecanismos de participação social.

Para a análise das circunstâncias vistas no campo da observação empírica cabe recorrer as noções de confronto político para uma abordagem que realce ao mesmo tempo a mútua de-

pendência entre os atores. Os conflitos e desastres ambientais em termos gerais geram resultados dispares de violação de direitos, resistência social e produção de conhecimento. O caso em exame é considerado um desastre socioambiental, cuja tragédia é renomada pela complexidade e magnitude dos danos aos milhares de pessoas e à biodiversidade, pelo arcabouço institucional engendrado, a emergência de múltiplos atores sociais e pela capacidade de se negligenciar medidas efetivas e amplas para compensar e reparar os danos provocados à população afetada.

Palavras-chave: desastres ambientais, políticas públicas, atores sociais.

REFERÊNCIAS

- BUENO, Bruno T. **A influência do movimento ambientalista nas políticas públicas:** um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 2016. 314 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), UnB, Brasília, 2016.
- HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental:** a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

POLÍTICA DE REPRESENTATIVIDADE: UMA LEITURA A PARTIR DO “MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM POA”

Elza Vieira da Rosa

Mestranda em Sociologia – PPGS-UFRGS

Neste estudo, pretendo analisar como o *Museu do Percurso do Negro de Porto Alegre - RS* recompõe esse patrimônio material /imaterial e cultural de Porto Alegre, se constituindo como fonte de conhecimento para esta e futuras gerações de porto-alegrenses. Assim, a recomposição do patrimônio pode ser entendida como uma intervenção que contribui para a divulgação de dimensões da história desconhecida e minorizada diante da supervalorização da colonização europeia (alemães, italianos) na história do Rio Grande do Sul.

Antes do início da implantação do *Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre - RS*, dificilmente se encontravam referências visuais que remetessem à trajetória e ocupação negra no Centro Histórico da cidade, com algumas exceções indiretas presentes em edificações históricas, ou ainda em manifestações de arte contemporânea urbana, como o grafite, por exemplo. Essa carência das obras de arte que homenageiam a comunidade afro-brasileira em toda a cidade se reflete na ausência de dispositivos pedagógicos que contribuam à proposta educacional garantida pela Lei 10.639. Entretanto, a questão fulcral e objeto do presente estudo reside em tematizar a etnicidade afrodescendente, a identidade desse povo e analisar em que medida o Museu proporciona a

construção de discursividades que resgatem a historicidade da cultura negra para Porto Alegre – RS e o Rio Grande do Sul.

Na proposta educacional dos *Territórios Negros* garantida pela *Lei 10.639* e em conjunto o artigo 26 da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, regulamentam a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira constituindo-se como ações educativas que promovem o combate ao racismo e a construção de relações étnico-raciais baseadas na equidade e respeito à diversidade no Brasil. A existência na cidade de um projeto cultural de construção do *Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre - RS* poderia articular-se a esse dispositivo legal de modo a tornar mais efetivo o reconhecimento os objetivos subjacentes às políticas supramencionadas.

Em vista de perseguirmos esse desafio, a pesquisa compreende uma metodologia qualitativa em que será realizado um processo investigativo de coleta de dados por meio de observação participante, de entrevistas e de análises de arquivos e documentos das organizações investigadas. Buscaremos, ainda, situar aspectos provavelmente ainda inexplorados da constituição desse processo, o qual se dará por meio de um diálogo direto e participativo com os artífices desse percurso, mulheres e homens negros que representam a memória viva no estabelecimento desse marco para a construção de políticas de representatividade, as quais sejam expressão de visibilidade simbólica frente menosprezo e esquecimento ao longo da edificação de espaços memoriais e dos monumentos públicos da cidade.

Essa metodologia tem proporcionado elencarmos dados que tornem possível visibilizar e re-

construir aspectos basilares, os quais podem concorrer para fatores fundamentais na construção de uma cultura e uma política de representatividade, dentre os quais podemos destacar a identidade, a cidadania e a memória, aspectos que garantem o reconhecimento e a valorização da cultura negra. Nessa direção, desenvolveremos o presente estudo sob um viés descritivo-analítico em vista de explicitarmos de que forma a cultura negra por meio de seus movimentos e por meio de um processo de busca de reconhecimento vem construindo elementos, marcos delineadores no embate e na resistência em vista da valorização de sua cultura, na luta antirracista e na direção da construção de políticas de representatividade, seja no diálogo com a sociedade civil porto-alegrense e brasileira, seja por meio de políticas públicas por meio de projetos ou programas, seja, ainda na garantia de seus direitos humanos na constituição dos monumentos e no patrimônio cultural público.

O *Museu de percurso do Negro de Porto Alegre - RS*, enquanto marco simbólico e artístico, signo que representa um percurso de lutas, de busca de garantias e direitos aos povos negros, um espaço capaz de proporcionar um profícuo diálogo com a sociedade civil implica uma leitura acerca da etnicidade e suas implicações. Nessa direção, buscaremos compreender explicitar a etnicidade enquanto algo que se constitui, pois é permeada por relações de poder que estão na base da constituição da sociedade, do campo social, as relações de poder em suas ramificações e como tais relações influem direta, ou indiretamente nas práticas sociais e na formação das discursividades, seja em sentido de macroestrutura, por um lado,

quanto por outro, em aspectos microestruturais, bem como na forma como se dá a construção e a constituição das políticas de representatividade em uma determinada sociedade.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA E DESASTRE SOCIOAMBIENTAL: O PAPEL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO NA MITIGAÇÃO DA TRAGÉDIA DO RIO DOCE

Igor Amaral
(Unisinos)

Roberta Carnelos Resende
(Unisinos)

No dia 5 de novembro de 2015, por volta das 16h20, a barragem, na unidade de Germano, na cidade de Mariana, em Minas Gerais, entrou em colapso e rompeu-se. Operado pela empresa Samarco, o tanque de resíduos de mineração expeliu mais de 80 milhões de toneladas de lama na Bacia do Rio Doce. Caso fosse dividido, cada brasileiro receberia aproximadamente 450 quilos de rejeitos da mineração. Ocorre que essa carga de dejetos foi toda depositada numa limitada área dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Dezenove pessoas, entre membros das comunidades atingidas e empregados da Samarco e de empresas contratadas, morreram e pelo menos 500 mil pessoas foram afetadas direta ou indiretamente.

A realidade das pessoas atingidas, na emergência do desastre socioambiental e nos períodos seguintes, esteve estruturada no conjunto de relações sociais totalmente desfeitas e esgarçadas. Embora a Samarco seja responsável por reparar os danos causados, como determinou o Termo de Transação e Ajuste de Conduta (TTAC) assinado entre Ministério Público, União e as empresas admi-

nistradoras da barragem, o Poder Público permanece sendo o principal indutor e garantidor das ações de mitigação dos prejuízos acarretados à população atingida.

De acordo com Milaré (2011, p. 224), o Estado dispõe basicamente sobre dois tipos de competência para o repertório de ação na implementação de políticas públicas em desastres socioambientais: a competência Administrativa e a competência Legislativa. A primeira cabe ao Poder Executivo e diz respeito à faculdade para atuar com base no poder preventivo, repressivo ou simplesmente ordenador, ao passo que a segunda cabe ao Poder Legislativo e diz respeito à faculdade para legislar a respeito dos temas de interesse da coletividade.

Em geral, os trabalhos publicados no campo dos estudos legislativos no Brasil, segundo Araújo e Silva (2012), privilegiam a iniciativa formal e a análise dos resultados oriundos da aprovação definitiva da agenda legislativa. Com isso, “não se observa com a atenção devida o processo legislativo, de debate e avaliação da agenda oferecida, especialmente quanto à participação direta ou indireta dos parlamentares, de quaisquer siglas partidárias” (ARAÚJO e SILVA, 2012, p.12). Além disso, ainda conforme os autores, tende-se a eleger a verificação quantitativa da produção legislativa como símbolo de bom andamento da atuação seja do Legislativo.

Dito isso, o objetivo principal deste trabalho é analisar as proposições apresentadas à Assembleia Legislativa do Espírito Santo no que se refere ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Busca-se observar, mais especificamente, como esta casa “reagiu” ao desastre, no que diz

respeito ao eixo da produção legislativa. Nesta etapa exploratória da pesquisa, que se encontra em andamento, nos interessa mapear o perfil geral dessas proposições, no que se refere ao “tipo” (Projetos de Lei, Ofícios, Requerimentos, Emendas, Pareceres, etc.), a autoria (Deputados, Governo do Estado, Comissões Especiais, etc.), ao conteúdo, e a tramitação das mesmas.

Nosso universo empírico é composto pelas 14 proposições apresentadas à Assembleia Legislativa do Espírito Santo, de 05 de novembro de 2015 à 30 de outubro de 2018, pelos diferentes agentes, que possuem relação direta ou indireta com este desastre socioambiental. Para selecionar as proposições, foram utilizados os seguintes termos de busca: “barragem”, “fundão”, “rompimento”, “Mariana”, “tragédia”, “Samarco”, “Rio Doce”, “Colatina”, “Linhares”.

Em relação aos resultados, as proposições mais recorrentes foram do tipo “Requerimento” (38,5%) e “Instalação de CPI” (23,1%), de autoria dos Deputados Estaduais (84,6%), e que versavam sobre “Retorno das atividades da Samarco” (30,8%) e “Fim da CPI que apura responsabilidades da Samarco” (23,1%). Foram apresentados um Projeto de Lei (autoria dos Deputados), e um Projeto de Lei Complementar (autoria do Governador), mas apenas este último, que estabeleceu o Programa Estadual de Segurança e Eficiência de Barragens (PESB), fora aprovado. Esta análise preliminar sugere uma “reação” bastante particular da Assembleia Legislativa do Espírito Santo no que se refere ao desastre: poucas proposições apresentadas e focadas, sobretudo, na “proteção” da Samarco. Em relação a proposição de leis, apenas aquela que fora enviada pelo Poder Executivo

resultou em normativa legal. Esta situação é explicada por Figueiredo e Limongi (2001). Segundo os autores, a relação entre Executivo e Legislativo é marcada por instrumentos de intervenção do governo nos trabalhos legislativos, com a finalidade de agilizar o processo decisório e impor a agenda do executivo.

Palavras-chave: produção legislativa; desastre ambiental; Rio Doce

REFERÊNCIAS

- FIGUEREIDO, Argelina; LIMONGI, Figueiredo. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2001.
- SILVA, R. S.; ARAÚJO, S. M. V. G. Apropriação da agenda do Legislativo: como aferir esse fenômeno? **Texto para Discussão** – Centro de Estudos da Consultoria, v. 76, Senado Federal: Brasília, 2010.
- MILARÉ, E. **Direito do ambiente**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Grupo de trabalho: 7

Direitos Humanos e Desigualdades Sociais

A ASTÚCIA DA HISTÓRIA OUTRA VEZ – A PERDA DE DIREITOS APÓS O GOLPE DE 2016

Sarah Francieli Mello Weimer
(mestranda em Ciência Política, UFRGS)

Thaís Vieira de Paula
(doutoranda em Ciência Política, UFRGS)

O presente trabalho situa-se no eixo temático dos estudos sobre Direitos Humanos no Brasil, e tem por objetivo analisar o reflexo do processo de impeachment, realizado em 2016, sobre os direitos e garantias direcionadas ao melhoramento das condições de vida das mulheres no país. A metodologia empregada neste trabalho é a revisão bibliográfica de artigos científicos, informações obtidas em plataformas oficiais do governo e na grande mídia, no período de 2016 até 2018. Além da revisão bibliográfica será utilizada como metodologia de pesquisa o Estudo de Caso, uma vez que este é utilizado para investigar um determinado objeto que pode ser elucidado a partir da percepção de um caso, no que se refere a esse trabalho, o estudo de caso se ancora na observação da situação da mulher no Brasil a partir do impeachment da presidente democraticamente eleita, Dilma Rousseff. Assim, focou-se nos direitos da mulher e na influência do impeachment sobre esses direitos. Neste sentido, justifica-se a utilização do estudo de caso, pois segundo Marranti, Achen-ti, e Piovani (2007), utiliza-se do Estudo de caso quando as especificidades do problema transcendem ou se desviam das teorias existentes, e quando existe uma necessidade de uma reformulação

do estudo crítico relacionado ao caso observado. No caso do impeachment, justifica-se pela observação do objeto a partir do aporte teórico feminista de Nancy Fraser, valendo-se principalmente de seu texto: *O Feminismo, O Capitalismo e a Astúcia da História* (2009). Para analisar os documentos e discursos encontrados, utilizou-se a *Análise de Discurso Crítica (ADC)* de Norman Fairclough, que segundo Magalhães (2005) entende a linguagem como prática social e como forma de entender os principais dilemas contemporâneos, assim a ADC será de suma importância para o entendimento do contexto do impeachment na prática social. Buscou-se, a partir das metodologias e aportes teóricos apresentados, responder ao seguinte questionamento: Os direitos e garantias fundamentais voltados às mulheres foram reforçados ou enfraquecidos após o impeachment da Presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff, em agosto de 2016? A hipótese da pesquisa aponta para o enfraquecimento desses direitos, pois parte do valor simbólico da retirada do poder, por meio de golpe – tecnicamente chamado de impeachment –, da primeira e única mulher, até o presente, a ter sido eleita para o cargo de Presidenta da República Federativa do Brasil. O momento político que culminou no impeachment foi envolto de inconformidade com a escolha da soberania popular, que somado à crise econômica resultou no desrespeito as regras do jogo democrático, com o processamento do impeachment da Presidenta sob acusações rasas, revestidas de misoginia e machismo.

O tom androcêntrico utilizado pelo novo governo apresentou-se de pronto. Ainda no papel de presidente interino, Michel Temer, realizou

uma reforma ministerial e extinguiu, dentre vários ministérios, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, pasta que há pouco havia sido criada,¹ para reforçar, com status ministerial, a visibilidade e garantir o direito das minorias. No mesmo período, a publicação de uma entrevista com a então Primeira-Dama, Marcela Temer, exaltava um perfil de mulher a ser adorado e/ou seguido, identificado como “bela, recatada e do lar”, ou seja, aquela mulher que preza pela sua beleza, que é discreta e que se resguarda ao espaço privado, reservado aos cuidados da família, sem se atrever a ocupar o espaço público. Interessante que esta mesma redução do papel da mulher é reiterado na homenagem que o Presidente presta às mulheres no Dia Internacional das Mulheres, quando reforça o papel delas na sociedade brasileira está em tarefas como cuidar da casa, da formação dos filhos e do gerenciamento das compras no supermercado. Mas o que isso tudo quer dizer? Bem, o que está por trás da extinção ministerial, da exaltação de um perfil e papel específico é a dimensão da representação da mulher e de suas pautas no governo de Michel Temer, ou seja, limitada.

Outro aspecto a ser considerado é a flexibilização dos direitos e garantias fundamentais, tais como igualdade, condições dignas de vida, de trabalho e que atendessem as mulheres nas suas desigualdades, como é caso da proteção especial para as mulheres grávidas e lactantes. Primando pela saúde da mãe do bebê, as mulheres tinham o direito de trabalhar em um ambiente

¹ O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foi criado pela Lei 13.226, de 05 de abril de 2016, como unificação das secretarias de políticas; para mulheres, para igualdade racial e para os Direitos Humanos.

seguro e em condições adequadas para melhor proteger tanto a mãe, quanto a criança. Ocorre que a reforma trabalhista, aprovada em julho de 2017, que modificou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), passou a permitir, dentre outros retrocessos, que as mulheres grávidas e lactantes trabalhem em locais insalubres, ou seja, exposta a algum agente agressivo a saúde, acima dos limites de tolerância permitidos.

Desse modo, a hipótese foi confirmada, o impeachment da Presidenta eleita, Dilma Rousseff, enfraqueceu os direitos e garantias fundamentais direcionados ao melhoramento das condições de vida das mulheres no Brasil.

Palavras-chave: direitos humanos; mulheres, impeachment.

REFERÊNCIAS

- FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.
- MAGALHÃES, Isabel. Introdução: a análise de discurso crítica. **DELTA**, São Paulo, v. 21 n. Spe, 2005.
- MARRADI, Alberto. ARCHENTI, Nélica. PIOVANI, Juan Inácio. **Metodologia de Las Ciencias Sociales**. Buenos Aires: Emece Editores, 2007.

A DESIGUALDADE NA DESTINAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS E A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Luíza Cristina de Castro Faria

(doutoranda – Unisinos)

Rodrigo Pelet Nascimento Aquino

(doutorando – Unisinos)

O presente artigo visa analisar como a distribuição dos recursos arrecadados pelo Estado é distribuída e de que forma contribui para a questão da desigualdade. A abordagem será feita no Brasil, na esfera federal. Trata-se de uma vertente da justiça fiscal, a qual define que a repartição dos valores angariados deve ser feita de forma progressiva, ou seja, privilegiando as questões sociais e buscando a realização da justiça social, que é desenvolvida após a implantação do Estado social, juntamente com a ideia da redistribuição.

A pesquisa será realizada com base na análise de dados secundários sobre os valores arrecadados e a distribuição dos gastos públicos e, em seguida, avaliar se essa distribuição atende os objetivos constitucionais, como a dignidade da pessoa humana.

Será pesquisado sobre a destinação dos referidos gastos, verificando as prioridades estatais e a sua influência no cumprimento dos direitos humanos garantidos pela Constituição Federal de 1988, a qual defende um Estado social com garantias mínimas aos cidadãos. Verificar-se-á se o próprio Estado, ao definir seus gastos, não cria, mantém ou aumenta as desigualdades sociais existentes, tais

como o acesso aos serviços públicos, que se forem resultado de pouco investimento, poderão ser mal prestados e com isso, não permitirão que a camada da sociedade que depende exclusivamente deste, tenha acesso ou acesso de qualidade aos mesmos e, por isso, estariam em situação de desigualdade e muitas vezes sem o mínimo de dignidade.

Existem algumas regras legais que garantem uma aplicação mínima de recursos arrecadados em áreas específicas e prioritárias, com a finalidade de que assuntos considerados essenciais não sejam prejudicados com a alocação de poucos recursos, tais como a seguridade social e a educação.

Entretanto, essas regras mostram-se insuficientes, tendo em vista alguns dados, que se cruzados, demonstram que a arrecadação tributária não condiz com os serviços prestados, o que demonstra uma má gestão do dinheiro público, que tende a prejudicar principalmente a população mais pobre, perpetuando desigualdades.

A presente pesquisa estudará o impacto da ausência de uma distribuição equitativa dos recursos públicos, de forma a reforçar a desigualdade já existente, pois quanto pior é o acesso aos serviços públicos ou sua execução, maior será a desigualdade.

Enquanto o Brasil ocupou a 75ª posição na avaliação do IDH, ficou na 15ª posição quanto à carga tributária em relação ao PIB, o que demonstra uma discrepância entre o que é arrecadado e o que é investido² e comprova que os

2 Dados referentes ao ano de 2014. <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html> e <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/29-10-2015-carga-tributaria-2014>.

direitos fundamentais não estão sendo garantidos a contento, mesmo com uma arrecadação considerada alta.

O Estado deve ser responsável e prudente com a arrecadação tributária, devendo se pausar nos compromissos assumidos pela Constituição Federal, quais sejam, o cumprimento do Estado social. Todavia, verifica-se que existe uma ausência de cuidado com os gastos sociais, que sofre cada vez mais com perdas significativas e dentre os principais efeitos gerados está um constante aumento da desigualdade ou o impedimento do crescimento das igualdades, anulando em parte as conquistas alcançadas com os programas sociais (MAZZA, 2017, p. 211).

Mazza salienta que a utilização da arrecadação em políticas privadas gera um efeito regressivo, porque tende a conferir vantagens aos mais favorecidos, que não precisariam de apoio financeiro, pois já possuem acesso a diversos privilégios, em regra, tais como bons empregos, plano de saúde, boas escolas, capital cultural, dentre outros (2017, p. 212).

O uso dos recursos públicos deve ser voltado para o cumprimento do Estado social, fazendo-se um elo entre o sistema fiscal e a ordem constitucional, garantindo a dignidade da pessoa humana e uma sociedade de fato justa, não só do ponto de vista fiscal, mas também na vertente social (MAZZA, 2017, p. 227).

A partir do momento que a tributação estiver em consonância com os princípios constitucionais, objetivando garantir a dignidade da pessoa humana, baseada no princípio da solidariedade e os recursos forem aplicados com a devida moralidade, será possível usá-la como instrumento de re-

dução de desigualdades e não de perpetuação da mesma, como acontece na atualidade.

REFERÊNCIAS:

MAZZA, Willame Parente. **Estado e constituição: crise financeira, política fiscal e direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

A EMPREGABILIDADE FORMAL DA MULHER COM DEFICIÊNCIA BRASILEIRA

Larissa de Oliveira Elsner

(Mestranda em Direito da UNISINOS)

Gustavo Vinícius Bem

(Mestrando em Direito da UNISINOS)

Fernanda Frizzo Bragato

(Professora do PPG de Direito da UNISINOS)

RESUMO: O presente estudo intenta analisar, a partir da teoria da interseccionalidade, formulada por Crenshaw, de que forma a existência de fatores discriminatórios destinados a indivíduos vinculados a grupos ditos como “minorias” tem relação com a negação de direitos humanos a essas pessoas, e como são traduzidos nos índices de desigualdades sociais. Assim, a partir de uma concepção ampla do conceito de minorias, estruturado por Bragato (2018, p.52-53) que refere que tal conceito supera uma limitação numérica, pois abrange todos os grupos culturalmente não dominantes, objetiva-se neste estudo verificar se mulheres com deficiência estariam sujeitas a fatores discriminatórios cumulados que negassem seu acesso ao direito ao trabalho de forma desigual aos homens com deficiência. A metodologia escolhida nesta pesquisa é de natureza mista, visto que inicialmente será feito uma pesquisa qualitativa, mediante a revisão bibliográfica acerca dos conceitos de interseccionalidade, de minorias e de desigualdades sociais. Após, será realizada uma pesquisa quantitativa com base em dados estatísticos públicos fornecidos nos sites do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, a fim de se visualizar se a empregabilidade formal de mulheres com deficiência é desigual em relação aos homens com deficiência e se tais dados reforçam os índices de desigualdades sociais na sociedade brasileira. O estudo será dividido em três tópicos, os quais serão brevemente esclarecidos neste resumo com intuito de demonstrar os objetivos da pesquisa. No primeiro tópico, será estudada a definição de dois conceitos: primeiro, o conceito de minorias em sua forma ampla, estruturado por Bragato (2018, p.53), em que não se limita a quantificação de pessoas, mas sim a identificação de quais elementos discriminatórios submetem tais indivíduos a uma posição de dominação e subalternização. Tal conceito será analisado também com base na obra de autores do Pensamento Descolonial com intuito de se verificar como a subalternização do ser está sedimentada na noção de inferioridade e negação de direitos humanos, haja vista que tais indivíduos foram condicionados a posição de não racionais, e, portanto, desumanizados perante a outros seres humanos. Em seguida, estudar-se-á qual a vinculação do conceito de minorias com os índices de desigualdades sociais. Para tanto, pretende-se estudar o conceito de desigualdade social, amparado por Dubet (2015, p.104) que refere que "são as desigualdades propriamente ditas que fazem mal", a fim de se identificar como a negação de direitos humanos por meio da discriminação é determinante na manutenção dessas minorias em condições inferiores socialmente. No segundo tópico, será analisado o conceito de interseccionalidade para tratar do fato de que muitos problemas de justiça social, como racismo e sexismo, frequente-

mente se sobrepõem criando múltiplos níveis de injustiças em decorrência da negação de direitos mediante atos discriminatórios. Acontece que certos indivíduos se encontram em posição de intersecção entre diversas estruturas sociais desencadeadoras de injustiça, o que os leva a sofrerem impactos múltiplos dessas estruturas. Além das mulheres negras, outros grupos de pessoas sofrem por estarem em posição de intersecção. Assim, a interseccionalidade não se atém a casos que envolvam a simultaneidade de racismo e sexismo, podendo englobar a discriminação pelo fato de a pessoa ter uma deficiência, seja ela física ou intelectual. Logo, objetiva-se estudar o conceito de interseccionalidade sob o viés da mulher com deficiência, visto que dois fatores interseccionais que culminam em tratamentos discriminatórios são identificados nessa pessoa, ou seja: o fato de ser mulher e, portanto, ser alvo de tratamentos discriminatórios referente ao gênero; e segundo por ter uma deficiência, o que lhe torna duplamente alvo da discriminação. Crenshaw (2004, p.10) considera a discriminação em razão da deficiência como mais um fator a ser considerado pela interseccionalidade, referindo: “Há também outras categorias de discriminação em função de uma deficiência, da idade, etc. A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos”. Logo, a interseccionalidade se resume ao fato de que uma mesma pessoa pode estar ao centro de intersecção de mais de um fator de discriminação. No terceiro tópico, serão analisados os dados estatísticos públicos fornecidos pelo MTE e pelo IBGE no que condiz a empregabilidade de pessoas com defi-

ciência, e com base nesses dados intenta-se verificar se a discriminação relativa ao gênero feminino é fator que promove uma desigualdade nos índices de empregabilidade dessas pessoas que compõem um mesmo grupo intitulado como minoritário. Frente ao resultado de tal pesquisa, busca-se identificar o modo como essas mulheres com deficiência sofrem os consequentes impactos sociais no que concerne à multiplicidade de níveis de desigualdades, como por exemplo, a econômica. As conclusões deste estudo serão relacionadas aos dados estatísticos obtidos na pesquisa quantitativa que serão base para demonstrar a aplicabilidade dos conceitos teóricos estudados, bem como refletirem o contexto fático brasileiro no tocante a empregabilidade de mulheres com deficiência.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Minorias; Pessoa com Deficiência.

REFERÊNCIAS

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Sobre o Conceito de Minorias: uma análise sobre Racionalidade Moderna, Direitos Humanos e Não-Discriminação. In: STRECK, Lenio Luiz; ROCHA, Leonel Severo; ENGELMANN, Wilson (Orgs.). **Constituição, Sistemas Sociais e Hermenêutica: Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos. Mestrado e Doutorado.** [ebook] Nº 14 . São Leopoldo: Karywa, Unisinos, 2018. 269p. Disponível em: <<https://editorakarywa.wordpress.com/2018/08/15/constituicao-sistemas-sociais-e-hermeneutica-anuario-do-programa-de-pos-graduacao-em-direito-da-unisinos/#more-324>>. Acesso em: 27 set. 2018.

CRENSHAW, Kimberle W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** In: VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

DUBET, François. **Status e Oportunidades:** como repensar a justiça social. São Paulo: Cidade Nova, 2015.

AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIPAMPA

Tatiane Motta da Costa e Silva
(Universidade Federal do Pampa)

Cristiane Barbosa Soares
(Universidade Federal do Pampa)

Suzana Cavalheiro de Jesus
(Universidade Federal do Pampa)

RESUMO: Sendo um espaço plural e diverso, compreendemos que a universidade tem a responsabilidade de garantir o acesso e permanência de todas/os. Em 2017, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Uruguaiana/RS, recebeu as/os seis acadêmicas/os através do processo seletivo de reserva de vagas para indígenas. O ingresso destas/es estudantes é fruto das Políticas de Ações Afirmativas, que vêm tomando um papel de destaque no cenário das Universidades públicas do país e no atual contexto educacional brasileiro. Este conjunto de políticas visa uma forma de reparação e redução de desigualdades que é um problema crônico da sociedade brasileira, oferecendo assim oportunidades para aqueles que foram marginalizados socialmente e excluídos do processo educacional brasileiro ao longo do século (NORONHA; SILVEIRA, 2016, p. 11). Porém não basta garantir o ingresso das/os mesmas/os no sistema de ensino é necessário dar condições para a sua permanência. E para isso, além do apoio financeiro, garantido através

dos Programas de Assistência Estudantil, ainda são necessários espaços de acolhimento e discussão sobre a percurso por elas/es traçado e as dificuldades enfrentadas. Diante do ingresso destas/es estudantes e das demandas apresentadas por elas/es, passou-se a intensificar o estudo acerca da cultura indígena. Sendo assim, o presente estudo busca refletir a partir do ingresso, o processo de permanência das/os acadêmicas/os indígenas na UNIPAMPA, campus Uruguaiana/RS. A presente pesquisa trata-se de um estudo etnográfico, no qual, através da observação participante e da convivência diária com os/as interlocutores/as de pesquisa buscamos compreender como se deu o ingresso e o processo de permanência das/os acadêmicas/os indígenas no contexto universitário. O estudo foi realizado com seis acadêmicas/os indígenas, do povo Kaingang, ingressantes no primeiro semestre de 2017 na UNIPAMPA, Campus Uruguaiana, através do processo seletivo de reserva de vagas para indígenas do recorrente ano. Para a coleta de dados foi utilizada a observação participante. As observações diárias ocorreram durante o segundo semestre de 2017, em turnos variados, nos espaços de estudo, de lazer e de convivência coletiva, como a biblioteca, o hall do prédio principal, o Núcleo de Estudo Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) e o Grupo de Pesquisa TUNA – Gênero, Educação e Diferença, bem como, espaços externos a universidade, como restaurantes e lanchonetes. Vindas/os de diferentes terras indígenas do Rio Grande de Sul e Santa Catarina as/os seis acadêmicas/os chegam ao município de Uruguaiana, no primeiro semestre de 2017, no início do mês de março. Logo na chegada, as/os estudantes indígenas se deparam com a distância

da universidade em relação ao centro da cidade. Após, a realização da matrícula os primeiros desafios foram surgindo, como moradia, alimentação e transporte. Passado o impacto da chegada ao município de Uruguaiana, ao longo do primeiro e segundo semestre, os desafios da inserção e da permanência no ensino superior foram aumentando. Entre as principais dificuldades, destacamos: a estrutura da universidade, a construção das relações e comunicação com professoras/es e colegas e dificuldades de compreensão de conteúdos, leitura, escrita e domínio dos equipamentos eletrônicos. A fim de contribuir com o processo de aprendizagem das/os estudantes indígenas, foi disponibilizado um monitor ou monitora para cada estudante indígena. No entanto, muitas são as dificuldades encontradas pelas/os indígenas ao se deparam com os conteúdos e com a exigência das/os professoras/es, sendo a monitoria, por vezes, insuficiente neste processo. A partir do ingresso das/os estudantes indígenas na universidade percebemos a complexidade do processo educacional que estamos inseridas/os, no qual, a universidade, com seu modo de avaliação pautada na meritocracia não contempla as especificidades de suas/es estudante. Por fim, entendemos que a universidade tem o compromisso de produzir conhecimentos e propor ações para melhoria da qualidade de vida da população onde está inserida, sendo, um espaço que promove a formação cultural e científica. No entanto, nos deparamos com um contexto universitário, que reproduz um modo de ser único, não contemplando a diversidade e ignorando as referências culturais trazidas por suas alunas e seus alunos. Deste modo, compreendemos que a permanência e o sucesso

acadêmico depende do acolhimento e políticas de permanência. Além disso, é fundamental o reconhecimento da importante contribuição destas/es acadêmicas/os em nossa instituição, valorizando a sua cultura e compreendendo as suas particularidades.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Universidade. Cultura Indígena.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná:** sujeitos e pertencimentos. 2010,586f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

NORONHA, Diego de Matos; SILVEIRA, Marta Iris Camargo Messias **O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros Unipampa/Uruguaiana e o seu potencial para a Educação das Relações Étnicas e Raciais.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2016.

Resolução nº 84, de 30 de outubro de 2014. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e na Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, do MEC/ SESU, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Universidade Federal do Pampa. 2014.

ASCENSO CONSERVADOR, NEGAÇÃO DE DIREITOS E AVANÇO DAS DESIGUALDADES: OS LEGADOS AUTORITÁRIOS DO PASSADO RECENTE NA COMPOSIÇÃO DESSE CENÁRIO

Thiago Vieira Pires

Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. Mestre e Graduado em Ciências Sociais pela mesma Instituição. Bolsista PROSUC-CAPEL. E-mail: thiago.v.pires@gmail.com

RESUMO: Esse resumo tem origem nos desdobramentos da pesquisa de tese do autor, que se dedica a pensar os legados autoritários da última ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) para o atual ciclo de ascenso conservador. Nesse sentido, assume como marcador espaço/temporal para o que se está denominando como “ciclo de ascenso conservador” às manifestações de 2015-2016 que se seguiram as eleições presidenciais de 2014. Esse ciclo de manifestações impulsionou o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, eleita no pleito de 2014. O processo de *impeachment* foi marcado por articulações jurídico-político-midiáticas questionáveis do ponto de vista Constitucional e ético, fator que trouxe características acentuadas de um “golpe de Estado de novo tipo” (SILVA FILHO, 2017).¹ Esse cenário de ascenso conservador trouxe consi-

¹ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Justiça de transição e usos políticos do poder judiciário no Brasil em 2016: um Golpe de Estado institucional. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publica.coes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/31488/22659>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

go uma série de questionamentos não só a ex-presidenta Dilma Rousseff e ao seu partido (PT – Partido dos Trabalhadores), como também à democracia, reeditando e acentuando ataques aos Direitos Humanos. Na esteira desse processo, o governo oriundo do golpe de Estado deu consequência a uma série de medidas de forte caráter neoliberal que flexibilizaram e retiraram direitos (sobretudo trabalhistas) de amplo contingente populacional, colocando em suspenso avanços históricos e civilizacionais, resultando na acentuação da desigualdade social. Para além do golpe de Estado, está incrustado na gênese desse processo de ascenso conservador ideários que remetem às “batalhas de memória” (CRENZEL, 2013)² que marcaram a “abertura política” e a “transição democrática” inacabada vivida no Brasil (BAGGIO, MIRANDA, 2013)³. As particularidades e peculiaridades da transição democrática brasileira mantiveram intocados uma série de legados autoritários do período ditatorial, tanto em âmbito institucional, como social. As pesquisas realizadas pelo autor tem buscado e analisado possíveis relações e interconexões entre o atual ciclo de ascenso conservador com as “batalhas de memória” decorrentes do período dita-

2 CRENZEL, Emilio. El prólogo del Nunca Más y la teoría de los dos demonios. Reflexiones sobre una representación de la violencia política en la Argentina. **Cotenciosa**. Año 1, nro. 1, segundo semestre, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.unl.edu.ar/ojs/index.php/Contenciosa/article/view/5045/7686>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

3 BAGGIO, Roberta Camineiro; MIRANDA, Lara Caroline. A incompletude da transição política brasileira e seus reflexos na cultura política contemporânea: Ainda existem perseguidos políticos no Brasil? **Ciência Penal & Violência**. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 281-297, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/15256/10778>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

torial, especialmente no que se refere às manifestações que reivindicavam “intervenção militar, Já!” como saída autoritária para os problemas do país. Metodologicamente foram catalogados sites, portais de notícias, revistas e periódicos públicos de abrangência nacional que noticiaram informações relativas às manifestações de caráter conservador de 2015-2016, especialmente aquelas que acionavam signos de memória que envolvem a ditadura civil-militar. Do banco de dados resultantes dessa pesquisa estão sendo analisados variáveis (principalmente imagens) que remetem às disputas e batalhas de memória relativas ao período ditatorial e que foram acionados como elemento significativo e significador para os protestos de viés conservador. Os resultados parciais da pesquisa demonstram que o processo de ascenso conservador motivado por aspectos que remetem à memórias do período ditatorial reinauguraram um tipo de “uso político das memórias” que atualizou legados e práticas autoritárias da ditadura, especialmente no que se refere a negação dos Direitos Humanos e da Democracia, bem como na repressão estatal contra Movimentos Sociais e ativistas políticos. No atual momento da pesquisa, que segue atenta aos desdobramentos da conjuntura política nacional, aponta-se uma forte possibilidade de “consolidação conservadora” pela via do voto, o que coloca em evidência os limites da redemocratização frente aos ataques sofridos e às normalizações da barbárie que o processo de ascenso conservador trouxe ao cenário político-social desde o ano de 2015.

Palavras-chave: Ascenso conservador; Direitos Humanos; Ditadura; Democracia.

CONTRABANDO TRANSNACIONAL DE MIGRANTES: IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS DO BRASIL E DA ARGENTINA ENTRE O PERÍODO DE 2010 A 2018

Joseane Mariéle Schuck Pinto

(Unisinos)

O fenômeno da migração atinge um patamar nunca antes visto pela humanidade. Diante deste panorama, o presente, a partir da compreensão acerca da problemática existente em torno da atuação transnacional dos “coiotes”, considerada criminosa e altamente lucrativa, em relação àqueles fluxos migratórios indocumentados ocorridos em direção ao Brasil e Argentina, objetiva analisar as bases políticas e jurídicas adotadas por ambos os países na prevenção e enfrentamento do denominado contrabando de migrantes, que por sua vez diferencia-se do fenômeno tráfico de pessoas, entre o período de 2010 a 2018. Nesse sentido, se faz relevante o estudo acerca da ocorrência do contrabando transnacional de migrantes, com destino aos territórios do Brasil e Argentina e seus reflexos na política interna de cada país, além das políticas internacionais sobre o tema.

O migrante ao cruzar uma fronteira internacional ele poderá ser considerado pela *International Organization Migration* (IOM), um migrante documentado ou indocumentado. No contexto da migração indocumentada, surge o papel dos contrabandistas de migrantes, conhecidos como “coiotes”. Tal atuação, considerada criminosa pelas Organizações Internacionais, acaba por minar

a capacidade dos Estados em reduzir as oportunidades disponíveis para que os migrantes se desloquem para outros países de forma documentada e segura. Independentemente do custo para os deslocados, cada vez mais o custo do contrabando de migrantes tornou-se a vida humana. A temática em questão se justifica por sua relevância social, por tratar-se de um fenômeno complexo com implicações no cenário brasileiro e argentino, pela carência de estudos relacionados ao tema e seus desdobramentos, assim como a incidência direta de temas correlatos, a exemplo: globalização, fronteira, cooperação internacional, entre outros. O fato é que, desde o ano de 2010, ambos os países passaram a ser destino do significativo fluxo de deslocamentos de migrantes, sobretudo de haitianos e senegaleses que se deslocam de forma indocumentada, acentuando a atuação dos coiotes. Compreender as políticas internas adotadas pelo Brasil e Argentina voltadas ao enfrentamento do contrabando transnacional de migrantes, bem como averiguar se há cooperação entre ambos os países, no intuito de enfraquecer a rede criminosa dos coiotes, contribuirá para o fortalecimento de mecanismos de prevenção e proteção daqueles que migram, e que são os principais atores sociais no cenário desolador da maior crise migratória existente no cenário internacional. A partir da necessidade da manutenção da vida destes atores, os contrabandistas vislumbraram uma possibilidade de exploração econômica, em razão da lacuna política e jurídica existente na América do Sul, sobretudo no tocante a abertura/fechamento e proteção de fronteiras, cooperação transnacional entre países fronteiriços. O tema em torno do contrabando de migrantes se apresenta pelo diálogo,

ou pela falta dele, entre o Estado e a Sociedade em esfera global, vez que a tendência de sua ocorrência no mundo tem se elevado a cada dia. O objeto de estudo, ancorado nas questões de mobilidade humana e suas implicações no cenário global, está amparado pelo referencial teórico do sociólogo Manuel Castells, sendo possível pensar a influência dos sistemas de redes interligados na atividade desempenhada pelos coíotes, ou seja, a expansão e diversificação do cometimento desta prática criminosa transnacional em prol das redes de contrabando de migrantes, integradas ao sistema-mundo e vinculadas a organizações e associações criminosas internacionais e do filósofo Giorgio Agamben, visto relevante compreender a ideia de estado de exceção, na medida em que o migrante não documentado recorre ou é aliciado pelos coíotes, o que de certo modo os coloca em situação de estado de exceção, onde a vontade soberana da rede dos contrabandistas passa a controlá-los e regulá-los, reduzindo suas vidas em condição de mera vida nua, pois estão desprovidos de direitos políticos advindos do Estado-nação.

Em relação ao procedimento metodológico se optou pelo estudo comparativo, com intuito de entender tal fenômeno e suas implicações numa sociedade transnacional. Bem como, se utilizará da técnica de entrevistas semi-estruturadas com agentes sociais vinculados a órgãos públicos, a Sociedade Civil dos países mencionados e da ONU e IOM, que tratam do tema de contrabando de migrantes, vindo corroborar a análise documental, através do levantamento de pesquisa bibliográfica nacional e internacional. A pesquisa documental e as entrevistas ocorrerão em três

etapas: a primeira envolvendo os atores não governamentais, por meio da OIM, situados no Brasil e Argentina, sendo a principal organização inter-governamental no campo das migrações. Além do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul (Buenos Aires); a segunda envolvendo atores governamentais, como Ministério da Justiça do Brasil e Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Argentina; e a terceira, por meio de pesquisa realizada em Instituição estrangeira (doutorado-sanduíche).

Em que pese a legislação brasileira adotar a Lei n. 5.016/2004, que considera crime qualquer prática intencional, no sentido de obter lucro, direta ou indiretamente, através do contrabando de migrantes, incluindo a elaboração de documentos falsos e o transporte de pessoas ilegais via terrestre, marítima ou aérea, a IOM aponta a existência de redes de contrabando de migrantes, sobretudo em direção ao Brasil e Argentina.

Palavras-chave: Argentina. Brasil. Contrabando transnacional de migrantes.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. Estado de Exceção; tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004;
- BAUMAN, Globalização: **As consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1999;
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CONTRIBUIÇÕES INTERSECCIONAIS PARA O FORTALECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS

Gabriela M. Kyrillos

(Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande – Bolsista CAPES)

Sheila Stolz

(Doutora em Direito pela PUC-POA. Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG)

A presente pesquisa teve como propósito identificar algumas das principais contribuições da interseccionalidade para o campo dos Direitos Humanos. De caráter teórico e realizada por meio de análise bibliográfica e documental, realizou um estudo sistemático do conceito e do modo como este passou a ser inserido no campo internacional dos Direitos Humanos, em particular por órgãos internacionais como o Comitê da Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW) e o Comitê da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (CERD).

A interseccionalidade tem suas raízes nos movimentos sociais que possuem como protagonistas mulheres negras. Em escritos de autoras brasileiras consagradas, dentre elas Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, é possível identificar há várias décadas a importância de se considerar outras categorias para além do eixo sexo/gênero quando se trata de abordar as desigualdades sociais e o

acesso a direitos no país. Contudo, foi nos Estados Unidos que o conceito da interseccionalidade veio a ser cunhado pela jurista Kimberlé Crenshaw. Tal qual pode ser identificado a partir da pesquisa de autoras como Patricia Hill Collins, Sirma Bilge e Anna Carastathis, também nos Estados Unidos o conceito cunhado por Crenshaw é tributário de lutas travadas no campo dos movimentos sociais.

O primeiro texto no qual foi cunhada a interseccionalidade, Crenshaw (1989) buscou examinar o modo pelo qual a tendência de tratar raça e gênero como categorias de análises e de experiências concretas como sendo mutuamente exclusivas, se perpetua devido a forma de eixo-único que domina a produção das leis contra a discriminação racial e as teorias feministas e antirracistas. A autora afirma que análises fundamentadas em eixo-único invisibilizam as mulheres negras na conceitualização, identificação e na remediação quanto a discriminação de raça e gênero, sendo limitadas pelas experiências dos outros membros do grupo, mais privilegiados, criando análises distorcidas sobre racismo e discriminação de gênero (CRENSHAW, 1989, p. 140). Tal distorção ocorre por que “[...] as concepções operativas de raça e sexo se tornam ancoradas em experiências que, na realidade, representam apenas um subconjunto de um fenômeno muito mais complexo” (CRENSHAW, 1989, p. 140).

Quando Crenshaw apresenta a interseccionalidade pela primeira vez, ela o faz utilizando o conceito como uma metáfora. A autora apresenta o cruzamento das ruas de trânsito como analogia para pensar sobre a forma como diferentes categorias de discriminação se entrecruzam. Nessa metáfora, Crenshaw (1989, p. 149) apresenta

a interseccionalidade como uma forma de compreender melhor a situação das pessoas que se encontram no meio desse cruzamento, onde há tráfego indo e vindo de todas as direções. Em texto posterior, Crenshaw apresenta a interseccionalidade como uma ferramenta analítica capaz de contribuir para a solução de problemas muitas vezes invisibilizados. Conforme a autora: “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Posteriormente, Crenshaw afirma que a “Interseccionalidade é ao mesmo tempo um conceito fundamentalmente provisório e ilustrativo.” (CRENSHAW, 1997, p. 248) . Ou seja, depois de seus primeiros textos sobre interseccionalidade, a autora concilia o caráter de metáfora com a ideia de um conceito analítico provisório. Interseccionalidade é, portanto, “[...] uma categoria transitória que liga os conceitos correntes com suas consequências políticas [...]” (CRENSHAW, 1997, p. 248).

A inserção da interseccionalidade ao repertório acadêmico, aliada a sua importância no campo dos movimentos sociais, tem repercutido na incorporação dessa abordagem no campo dos Direitos Humanos. Ao analisar os documentos apresentados pelo Comitê CEDAW e pelo CERD, é possível perceber que, de modo gradual e fluido (CAMPBELL, 2016) a interseccionalidade tem sido incluída como elemento determinante para o acesso e concretização de Direitos Humanos. Dessa forma, é possível afirmar que os debates interseccionais no campo dos Direitos Humanos já é um processo em construção. Em parte isso é tributário dos chamamentos que Kimberlé Crenshaw

vem realizando há vários anos, mas também como um processo de incorporação dessas demandas de movimentos sociais e de acadêmicas(os) no campo internacional dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Direitos Humanos; Direito Internacional.

REFERÊNCIAS

- CAMPBELL, Meghan. CEDAW and Women's Intersecting Identities: a Pioneering New Approach to Intersectional Discrimination. **Revista Direito GV**. n. 11 [2], p. 479-504, jul./dez. 2015.
- CRENSHAW, Kimberlé. Beyond Racism and Misogyny: Black Feminism and 2 Livre Crew. In: MEYERS, Diana Tietjens (org.) **Feminist Social Thought: A Reader**. New York; London: Routledge, 1997. p. 246-263
- _____. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, Ano 10, n. 1, p.171-188, 2002.

DA PORTA PRA FORA: INTERSECÇÕES ENTRE DIREITOS HUMANOS, TERRITORIALIDADES, FAMÍLIA E EXCLUSÃO SOCIAL

Claudia Liliane Viana

(PUCPR)

Graduada em Serviço Social pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas – PPGDH-PUCPR. E-mail: claudiavianafw@hotmail.com.

Deiler Raphael Souza de Lima

(PUCPR)

Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas – PPGDH-PUCPR. E-mail: deilersouza91@hotmail.com.

Valeria dos Santos Rocha

(PUCPR)

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas – PPGDH-PUCPR. E-mail: vlr.santosrocha@gmail.com.

RESUMO: O presente artigo propõe um diálogo interdisciplinar, a partir de uma perspectiva crítica, utilizando-se do arcabouço documental e bibliográfico acerca das questões que permeiam a desigualdade social, sobretudo, o não acesso à urbanidade e a exclusão territorial de famílias em situações de vulnerabilidade no Brasil. Considerando que estes fenômenos sociais são resultado do caráter seletivo que o Estado assume perante algumas camadas sociais, o objetivo deste artigo é referenciar como a violência estatal, dentre elas, a ausência de políticas públicas e garantias de di-

reitos, como o acesso e permanência à cidade, seus equipamentos, bens e serviços, contribui para a ampliação das desigualdades, resultando na transgressão da dignidade humana, e, por conseguinte, na violação dos direitos humanos para as famílias referidas. Considerando que a construção e desenvolvimento da questão urbana nas cidades brasileiras é proveniente de um processo sócio-histórico constituído a partir da organização e condensação das estruturas de poder das classes dominantes, seus interesses políticos e econômicos. Isto é, o surgimento das cidades como comitês de concentração das elites políticas e suas instituições, resultando na dicotomia entre centro e periferia. Por conseguinte, essa dicotomia operou como uma política classificatória e distintiva. Com efeito, o centro se apresenta composto pelos órgãos públicos e privados, fato este que denota ao progresso, desenvolvimento, industrialização, portanto, destinando-se a uma classe restrita; a periferia, por sua vez, se configurou território ao entorno do centro, onde são alocadas as classes populares, os “indesejáveis”, fato este que vigora na contemporaneidade. Sendo assim, pode-se considerar a cidade como organizada segundo as instituições, integrando parte de um sistema produtivo, que torna o espaço urbano um espaço de produção e consumo, portanto, um espaço fragmentado, competitivo e descontínuo. Isto é, a cidade apenas como espaços de consumo, desprovida de ações, referenciando apenas suas estruturas físicas/materiais, dissociada dos demais componentes urbanos. Nas considerações de Magnani (2002:14) “a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas, a partir de variáveis demográ-

ficas". No que tange a essa perspectiva, citado autor acrescenta a possibilidade de compreender a cidade por duas perspectivas. Portanto, o direito à cidade é produto da participação coletiva, de garantia e ampliação dos Direitos Humanos, e que, em tese, deve sobrepor-se à lógica capitalista, "em que predominam o direito de propriedade privada, puro e simples, e a taxa de lucros acima dos direitos essenciais para a vida da própria sociedade". (HARVEY, 2014, p. 27). Sem embargo, a cidade torna-se um espaço não só de passagem, mas, de permanência, de construção coletiva e de subjetividades, porém, não como um espaço homogêneo, mas sim, um espaço fundado na diferença. Entretanto, os direitos e as práticas são vistos de formas individuais e restritas, de modo, que os atores sociais passam a compreender as práticas de cidadania como sua e não como de toda a coletividade. Essa concepção resulta na permanência da dicotomia entre centro e periferia, marginalidade e desenvolvimento, utilizando o território como sistema classificatório social e humano, pois, somente possui direitos quem se localiza e permanece no centro, enquanto quem reside no entorno, nas regiões periféricas está relegado à própria sorte, sem amparo dos aparelhos e mecanismos estatais de garantias de direitos e assecuratórios da dignidade humana. Portanto, pensar o processo de exclusão numa perspectiva territorial é necessário desmistificar uma visão de pobreza caricata, personificada e desmembrada dos processos de desterritorialização, pois, o território expressa ao mesmo tempo, produção e reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais presentes na sociedade que ele abriga, ou seja, não há como negar as interferências ma-

crossocietárias as quais a população já vulnerável em termos econômicos, culturais e educacionais está submetida, o que aprofunda o processo de exclusão dos que ali vivem. Convergindo com tal perspectiva, Fonseca (2007), refere-se que não há como analisar a família como uma identidade física, mas, um espaço de pluralidade e poroso, passível de interferências políticas, sociais, econômicas onde perpassa questões relacionadas à gênero, econômico doméstica, políticas públicas, legislações (nacional e internacional), habitabilidade e acesso ou não acesso à cidade, conflitos existenciais, submissão ou poder frente ao espaço que ocupa no trabalho e nas relações sociais. Portanto, o que se busca é discorrer sobre as vidas de famílias que permeiam experiências de resistência à miséria submetidas a um processo de desvalia social, empobrecimento extremo e desprovidas de condições educacionais ou profissionais para modificar tal realidade, impossibilitadas de acessar serviços sociais básicos por conta da ausência ou insuficiência do poder público para resguardar direitos fundamentais.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Família; Territorialidade.

REFERÊNCIAS

- FONSECA, Claudia. Apresentação – de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 29, p. 9-35, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000200002>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS**, São Paulo, v. 17, n. 49. p. 11-29, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbc_soc/v17n49/a02v1749.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: A SITUAÇÃO DE RUA EM CONTEXTO DE EXCLUSÃO

Ana Carolina Einsfeld Mattos

Nutricionista, especialista em saúde mental,
e mestranda em Ciências Sociais pela Universidade
do Vale do Rio dos Sinos | UNISINOS, São Leopoldo |
RS – Brasil. Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4391024454814720> Contato: anamattos50@gmail.com.br.

RESUMO: O acesso à alimentação é um degrau para o acesso a cidadania na sua totalidade. Este resumo objetiva percorrer a temática referente ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e sua concretização frente aos indivíduos em situação de rua, bem como, a ocorrência da violação deste direito. Esta análise teórica busca metodologicamente contribuir para posterior pesquisa de dissertação. Logo, os resultados teóricos preliminares são apresentados nesta escrita com base no DHAA e a situação de rua. O Fenômeno social tipicamente urbano, que abrange a condição de sobrevivência da população em situação de rua, atravessa a história das comunidades sedentárias, e na contemporaneidade, abarca questões vinculadas à profunda desigualdade e exclusão social. Sua magnitude tem incomodado muitos e preocupado alguns. Um indivíduo excluído socialmente de forma simbólica representa na sua forma orgânica uma estrutura de falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação, violações de direitos, perda de autoestima, consequências na saúde, em especial a saúde mental, válvulas de escape como é o caso do mundo do tráfico e uso de dro-

gas ilícitas, assim como, transgride valores e limita padrões e perspectivas de emancipação social. A população em situação de rua está a par da sociedade, em uma espécie de não pessoa, e como consequência, não atuantes. A alimentação para quem vive em situação de rua em uma abordagem crítica pode ser discutida ao relacionar um Estado de exceção e a condição de vida nua. A condição de vida nua é um termo utilizado para designar uma condição social que abarca aspectos desestruturantes de nossa sociedade contemporânea. Vida nua se refere à experiência de desproteção e ao estado de ilegalidade de quem é acuado em um terreno vago, submetido a viver em Estado de exceção. A juridicidade não oficial é um dos poucos instrumentos que as classes oprimidas podem recorrer para organizar a vida, uma espécie de mínimo dos mínimos mecanismos de estabilidade em uma situação estrutural de precariedade. Ao trazer o tema da situação de rua e da noção de Direitos Humanos em um contingente de desigualdades, é fato que ocorrem injustiças a uma classe marginalizada e é impossível resolver aspectos de violação dos direitos sem uma política social que vise os problemas crônicos da nossa organização social. No Brasil, desde 2010, o Direito à alimentação se enquadra dentro dos direitos sociais da Constituição Federal. Nessa perspectiva os Direitos Humanos abarcam um discurso capaz de legitimar o modelo econômico excludente e socialmente injusto. Contudo, na relação aos aspectos da violação do direito à alimentação, é fundamental lincar a fome como uma realidade gritante, extensa e silenciada. A alimentação é em suma, a luta contra a fome, e nem sempre essa luta se manteve com índices positivos para

a humanidade. A fome está presente no passado da história da civilização, como também está presente nos dias atuais. A fome apresenta-se como uma forma de negação do direito à alimentação e embora o direito tenha ao longo da história refletido e reproduzido processos sociais, à retórica jurídica leva a diferenciar formas de exclusão social, ora por uma exclusão de um grupo ou classe do poder, pelo fato de estar fora da comunidade relevante sendo a classe oprimida, ora a exclusão com o direito Estatal das sociedades capitalistas modernas, com as discriminações sociais que ela reproduz. Portanto, os níveis de fome contemporâneos não aumentam em decorrência de uma falta de alimento, disponibilidades de consumo, mas sim de uma incapacidade de obtenção expressado pela falta de recursos. Não falta o pão! Falta, o ganha pão! Visto o fenômeno que abarca a situação de rua, cabe relacionar a alimentação e o papel do Estado na garantia de direitos. É preciso pensar que a alimentação é um direito e não um favor do Estado para os que não têm o que comer. Se então, configurado direito, deve estar ao alcance de todos e todas, devendo desfrutar e reivindicar o cumprimento de toda a normatividade deste direito fundamental. Por essa razão, o Estado assume o dever de assegurar o acesso à alimentação adequada não só em quantidade suficiente, mas também em qualidade, a fim de completar a sustentabilidade da vida. Contudo, ao dimensionar o fenômeno social de quem vive, ou melhor, sobrevive à situação de rua aos aspectos da alimentação, é consequência que a partir deste contexto exista uma carência já crônica e nebulosa em torno do acesso a alimentação como princípio, e um acesso a um alimento

adequado como utópico. A garantia do DHAA com a devida realização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional para todos é um dever do Estado e uma responsabilidade da sociedade civil. Entretanto ao relacionar ao fenômeno social da situação de rua, essa discussão abrange uma extensa complexidade de execução e de maior proximidade nas relações de exclusão social. Cabe finalizar essa escrita com uma corrente contra hegemônica das estruturas sociais e com a defesa da importância em se dialogar a alimentação na forma de direito, assim como (des) naturalizar situações de violação, que de forma alguma caracterizam um processo natural e sim abarcam os limites culturais de estruturação nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Direito Humano à Alimentação adequada. Situação de rua. Estado de Exceção.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poletti. 1. ed. 1ª reimpressão, São Paulo: Boitempo (Estado de sítio), 2004.
- VALENTE, F. L. S. Do Combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: O direito Humano à Alimentação Adequada. In: **Direito humano à alimentação adequada: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 40-43.
- VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994.

DIREITOS SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DAS NECESSIDADES BÁSICAS

Juliana dos Santos Betat

(Psicóloga, mestranda em Psicologia Social e Institucional UFRGS e trabalhadora de um SAF na zona Leste de Porto Alegre/RS).

Lílian Rodrigues da Cruz

(Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional UFRGS).

O presente trabalho é um recorte do projeto de mestrado da primeira autora intitulado "Histórias de Famílias: narrativas na política de assistência social". O objetivo da pesquisa é conhecer quais narrativas de proteção são possíveis entre proteger e desproteger para as pessoas atendidas pelo Serviço de Atendimento Familiar (SAF) no município de Porto Alegre/RS. Contudo, aqui nos deteremos em aprofundar algumas análises parciais em torno dos direitos sociais, fazendo um resgate histórico do que atravessa a questão dos direitos a partir da experiência de trabalho num SAF localizado na zona leste de Porto Alegre/RS. O objetivo aqui é propiciar a reflexão acerca das questões que envolvem a atuação na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) sob a perspectiva dos direitos sociais, pois acreditamos que isso contribui com a qualificação do processo de trabalho nas Políticas Públicas.

A partir disso, cabe pontuar algumas questões desta escrita, primeiro que o SAF insere-se na perspectiva da Proteção Social Básica (PSB) em Porto Alegre por meio de parceria com a prefeitura. Outra consideração é que faremos algumas

análises a partir da Análise Institucional. Ela nos ajudará a compreender o contexto a ser estudado através das forças instituídas e instituintes que se fazem presentes, bem como nos aproximarmos das instituições através da análise das implicações. Assim, para este trabalho faremos uma análise do panorama histórico quanto aos direitos sociais, utilizando a Análise Institucional para embasar as mesmas.

Numa perspectiva mundial tem-se que a luta pelos direitos teve origem na Europa e Estados Unidos especialmente no século XVIII, os movimentos visavam instituir os direitos civis e políticos. Já com a consolidação da economia capitalista tornou-se necessário olhar para as necessidades sociais que se interpunham a vida das pessoas (COUTO, 2010). Assim, seu desenvolvimento se deu em três esferas, direitos civis, políticos e sociais. Um dado importante trazido por Berenice Couto é que nesse contexto os direitos não eram universais, mas sim direcionados a um homem e branco; por outro lado, mulheres, crianças, índios e negros ficavam de fora (COUTO, 2010).

Já ao pensarmos a história do Brasil é preciso levar em conta que o país se caracteriza por uma jovem democracia. Nesse processo de lutas e tensões em 1988 foi promulgada a Constituição Cidadã que agrupa as ações da Assistência Social, Saúde e Previdência Social, o que é conhecido como o Tripé da Seguridade Social. Em 1993 com Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) a Assistência Social ganha status de política pública. Os principais avanços da Constituição de 1988 foram a responsabilização do Estado e a universalização dos direitos, estes últimos são, por sua vez, entendidos enquanto necessidades sociais e devem ter

o acesso a eles garantido pelo Estado a todos os cidadãos, ou seja, inclui-se a partir daqui a população que antes era excluída (COUTO, 2010).

Na sequência em 2004 é constituída a PNAS que vem a ser operacionalizada pelo SUAS em 2005. A PNAS foi planejada através da articulação em níveis de complexidade, a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) (BRASIL, 2005). Independente do nível em que atuamos é necessário ter em mente que estamos lutando contra as contradições e ao trabalharmos nas políticas públicas atuamos de dentro do próprio sistema. Entre as disputas conceituais importantes está a provisão dos mínimos sociais citados na LOAS, mesmo que tais mínimos não tenham sido definidos (COUTO, 2010). Para ampliar a discussão Potyara Pereira problematiza o conceito de necessidades humanas. Para a autora mínimo e básico são incompatíveis. Enquanto o mínimo remete a algo menor que beira a desproteção social e o básico demarca algo que é essencial, servindo de base de sustentação. Assim Potyara defende que as necessidades na LOAS são básicas e se constituem enquanto direito inegociável (PEREIRA, 2007), a partir delas é possível criar condições de melhoria das condições de vida das pessoas.

Assim, cabe levar em conta que os debates aqui propostos visibilizam apenas um capítulo da sociedade brasileira que historicamente carrega consigo valores conservadores, com uma economia agroexportadora cuja mão de obra era essencialmente escrava (COUTO, 2010). Tal herança dificultou a introdução de dispositivos orientados a garantir direitos (COUTO, 2010) e, ainda hoje, embates são travados com representantes de um Estado conservador que não quer assumir sua

responsabilidade frente às desigualdades sociais. Contudo, acreditamos que seja possível afirmar que a reflexão crítica em torno dos direitos sociais e das necessidades básicas possibilita a compreensão das determinações que engendram impactos no cotidiano em que as Políticas Públicas são executadas. Desta forma, cabe às pessoas envolvidas unirem-se em processos de reflexão que fortaleçam movimentos de resistência na defesa dos direitos sociais. Sem espaços de reflexão nos tornamos meros executores de tarefas e, desta forma, não é possível buscar a transformação social e o empoderamento dos usuários das políticas sociais. Podemos dizer que, investir num processo de trabalho implicado ética e politicamente que seja orientado pela defesa dos direitos sociais constitui-se numa estratégia de resistência frente à precarização que tem assolado as políticas públicas.

Palavras-chave: Política de Assistência Social, Direitos Sociais, Necessidades Básicas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional da Assistência Social** (PNAS)/ 2004. Brasília, 2005.
- COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2010.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

Ana Paula Krumel

(Instituto Federal de Ed. Cien. e Tec. Sul-riograndense)

Pensar os Direitos Humanos e o sistema-mundo parte de entendermos a constituição dos Direitos Humanos na modernidade concomitantemente à estruturação do sistema de acumulação produtiva capitalista. Segundo Arrighi (2016), a estrutura histórica do capitalismo como sistema de acumulação produtiva no sistema-mundo não somente atingiu todo o mundo tornando-se uma economia mundial, mas também adquiriu um poder de moldar as vidas das pessoas de todo o planeta sob o jugo de suas regras e estratégias em busca de lucro incessante.

Na modernidade a pessoa humana passa a ser percebida como sujeito da história e respeitada como portadora de direitos. A estruturação do sistema de produção capitalista que se alastrou por todo o globo, impulsionado pelos direitos individuais do homem, ocorreu ao mesmo tempo do sujeito perceber-se como uma pessoa que possui direitos econômicos, sociais, políticos e culturais.

A humanidade na luta pelos Direitos Humanos rompe com o ideário da Idade Média e propõe uma nova maneira de organização entre Estado e sociedade civil, sem a naturalização da servidão como destino, mas com a possibilidade da afirmação da igualdade entre os seres humanos. É o ideal de liberdade que conduz o Estado à laicidade e que celebra a liberdade individual,

abrindo brechas para o desenvolvimento do capitalismo, que inevitavelmente restringe direitos da humanidade para manter-se no seu propósito de acumulação incessante.

Esse estudo propõe uma relação dos acontecimentos e lutas de promoção dos Direitos Humanos com a estruturação de uma economia mundo capitalista que atinge todo o mundo e encontra-se em um período de crise sistêmica. Entendemos a Educação em Direitos Humanos como uma possibilidade para o enfrentamento de situações que fragilizam e até colocam em risco a existência da humanidade.

Entendemos que a bandeira dos Direitos Humanos carrega consigo lemas antagônicos no campo de disputas. Por um lado, consolida-se a liberdade do mercado e, por outro, possibilita-se a luta pela liberdade e igualdade entre os homens. Entretanto, tornar-se um indivíduo totalmente livre não garante igualdade. O risco que se corre ao universalizar os Direitos Humanos por meio da liberdade é apagar a dimensão da igualdade e da fraternidade. Pela dimensão da liberdade, desenvolvem-se estratégias que justificam as intervenções dos Estados centrais detentores do capital a manter as relações interestatais que impedem as liberdades políticas dos países periféricos e o direito à diferença, peça fundamental para o processo da dimensão da igualdade. Analisando a liberdade somente pela dimensão do mercado, elimina-se o princípio da igualdade, pois no capitalismo histórico a disputa por mercado na América Latina se constituiu por um processo desigual desde sua gênese e atendeu a uma agenda específica de projeto de Estado. Os projetos estatais dos países da América Latina, em especial do Brasil, na pri-

meira metade no século XX, foram influenciados e, poderíamos dizer, comandados pelos países centrais da hegemonia capitalista com destaque aos Estados Unidos da América. Houve a imposição de seguir uma cartilha de apoio internacional que justificava as intervenções norte-americanas nas políticas e decisões internas dos países periféricos com a bandeira de proteção da 'liberdade', o mesmo lema dos direitos humanos.

As minorias e a classe trabalhadora diante dos direitos civis são excluídas por inclusão, ou seja, todos incluídos por serem cidadãos que possuem os mesmos direitos civis de liberdade social, mas excluídos dos processos de igualdade de condições. A luta pelos Direitos Humanos passa pelo direito da igualdade socioeconômica. O sentido emancipatório dos DH está na promoção de uma transformação na base das estruturas sociais.

A Educação em Direitos Humanos busca um espaço de atuação para transformação do discurso institucionalizado que passa pela escola (na maioria das vezes) e perpetua as condições de oprimidos e opressores, naturalizando a situação de miséria da população como descompromisso e falta de desejo, visto que no ethos jurídico todos são livres.

A prática de uma Educação em Direitos Humanos defendida neste texto segue o princípio da igualdade acima exposto e propõe uma prática escolar que não apenas reconheça o outro, pois reconhecer não significa que há comunicação entre os sujeitos, não garante o debate nem mesmo o compromisso com o outro. Por meio de uma educação de reconhecimento do outro sem a comunicação, corremos o risco de desenvolver uma educação da 'tolerância', ou em termos

mais usuais nos denominarmos simpáticos à causa (simpático ao movimento LGBTQT, ao movimento feminista, ao movimento sem terra). Tolerar e ser simpático ao diferente neutraliza o debate na escola e tende a enfraquecer os movimentos sociais e esvazia o sentido político da educação.

A Educação em Direitos Humanos possibilita espaço para diferentes movimentos sociais, como: movimentos feministas, proteção dos direitos indígenas, diversidade de gênero... Diante das diferentes frentes de luta, os objetivos centrais das reivindicações são a luta pela dignidade humana, constituindo-se como um projeto realmente emancipatório.

A possibilidade da Educação em Direitos Humanos como um caminho para o enfrentamento do caos que nos encontramos diz respeito à garantia da visibilidade das diferenças e à criação de espaços de resistência para que se escutem as demandas dos silenciados contra a universalização da ideia de progresso que provoca exclusão social e a eliminação de seres humanos indesejáveis.

Palavras-chave: Direitos Humanos; capitalismo; caos sistêmico

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamin – 10. Reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e Liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA: APONTAMENTOS SOBRE INTERSECCIONALIDADE EM DUAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS

Aline de Moura Rodrigues

(UFRGS – Graduanda em Ciências Sociais)

RESUMO: O presente resumo é uma proposta de análise epistemológica das bases conceituais e normativas de duas políticas públicas: a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Perante a invisibilidade das experiências de corpos racializados e generificados em relação ao acesso a direitos humanos, o objetivo deste projeto é discutir a factibilidade/operacionalidade de uma perspectiva epistemológica interseccional de análise de políticas públicas, que contemple construções sociais desviantes da “normalidade” universal que subjaz aos escopos de políticas públicas alinhadas com o contexto pós Constituição Federal de 1988. Proponho a incorporação de uma análise que contemple os conceitos de interseccionalidade de discriminações e de dimensões identitárias interconectadas, a fim de qualificar o entendimento de *equidade*, *legitimidade política* e *acesso a direitos*, simbolizados pelas referidas políticas nacionais. A “universalidade”, enquanto discurso político e moral de homogeneidade humana, em oposição à “racialização” e a “generificação”, implicou na existência de paradoxos nos escopos de algumas iniciativas de democratização incorporadas a Constituição da República Federativa do Brasil. Quando a experiência de

vida de sujeitas passíveis de direitos sociais não se traduz na operacionalização de seu acesso a tais direitos, percebe-se o desafio de se saber “interseccional” em sociedades epistemologicamente binárias. Em termos de metodologia, este projeto divide-se em dois momentos distintos. Um primeiro que chamei de “exercício etnográfico” no âmbito de um órgão gestor da Assistência Social em um município do Rio Grande do Sul, mais especificamente em uma coordenadoria de Planejamento e Gestão. A partir de uma inserção enquanto estagiária de Ciências Sociais, com uma corporalidade confrontante a do estereótipo da ascendência alemã deste município, usei etnografar as formas pelas quais os processos de dinamização do Sistema Único de Assistência Social acontece. O segundo é de revisão de literatura em paralelo à análise dos documentos referentes às duas políticas públicas que são foco deste trabalho e se inicia quando ingresso como bolsista de iniciação científica sobre saúde mental da população negra, durante a aplicação de questionários a usuários/as do Sistema Único de Saúde na capital do Rio Grande do Sul. Este esboço se origina de uma ousadia de pesquisadora iniciante, observando suas primeiras experiências de campo, na área da Saúde Mental e da Assistência Social. Até o presente momento, identificou-se que a suposta “democracia racial” brasileira se coloca como argumento propagado para ignorar iniquidades e produzir silenciamentos acerca das multiplicidades que compõem o público-alvo das políticas públicas aqui estudadas. Imergindo no entendimento histórico da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, percebe-se que o conceito de interseccionalidade permitiu a construção de importantes argumentos

que delinearam a consolidação de uma política pública que explicita o racismo como marcador social em saúde. Porém, o mesmo conceito não se traduziu em termos práticos no cotidiano de acesso a serviços de saúde realmente elaborados para atender as históricas violências vividas por mulheres negras. Tal consideração abre reflexões sobre a perversidade implícita na “universalidade de acesso”, por não ser capaz de contemplar todas as humanidades/pessoalidades demandantes de políticas públicas.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Universalidade. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. UFSC. Santa Catarina, jan. 2002, p. 171-188.
- MAZAMA, Ama. A Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 111-128.

FOMENTO AO TURISMO, TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO CENTRAL DE GRAMADO/RS E O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO

Franciele Berti
(PUC-RS/FACCAT)

Alexandre Aloys Matte Júnior
(FURG/FACCAT)

Neste trabalho, investigou-se como a atividade turística tem atuado enquanto fator de transformação do espaço urbano central de Gramado/RS. Mais especificamente, a análise enfoca a Avenida Borges de Medeiros, uma das primeiras vias abertas pelos colonizadores que chegaram ao município. Atualmente a referida Avenida é cartão-postal de Gramado, localidade considerada pelo Ministério do Turismo como destino turístico consolidado, que tem seu potencial cada vez mais explorado. Sob a perspectiva das transformações da estética cidadina, a análise parte do conceito do processo de gentrificação que está ocorrendo na área central do município. Nesse sentido, partimos do entendimento que gentrificação é um fenômeno segregador, em que ocorre a supressão das classes trabalhadoras em uma determinada área (SMITH, 1979). Nesta pesquisa o referido processo é empregado para definir essas transformações visuais expressas na paisagem de Gramado.

A partir da seleção de 20 lotes de diferentes quadras da avenida, descrevem-se as transformações ocorridas na área em análise, identificando seus diversos usos ao longo dos últimos anos. Para

tanto, os autores valeram-se de fonte documental, envolvendo registros fotográficos coletados no Arquivo Público Municipal João Leopoldo Lied, em 2016, bem como em obras que tratam da história do município (produzidas por memorialistas e moradores da cidade). Objetivando interpretar o extraquadro das fotografias, exploraram-se as narrativas disponibilizadas nas mencionadas obras, que rememoram às décadas passadas da cidade e depoimentos de próprio punho de moradores e ex-moradores de Gramado, presentes em obras que narram a história do município.

Com vistas a confirmar, confrontar ou aprofundar a análise dos dados coletados em fonte documental, realizou-se visita de campo, adotando-se a observação sistemática. Durante a visita de campo, estabeleceu-se diálogo com moradores do entorno dos lotes, a fim de confirmar ou preencher lacunas sobre os dados coletados anteriormente. Visando compreender as repercussões das políticas atuais de (re) ordenamento do espaço da cidade, a partir da perspectiva da reconfiguração da estética urbana, explorou-se a versão atualizada (2014) do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de Gramado. Após a análise documental e a visita de campo, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, tendo como universo dois atores sociais, os quais estavam diretamente envolvidos na problemática abordada. Neste sentido, foram entrevistados: (i) Ex-secretário de Governança e Desenvolvimento Integrado e (ii) um engenheiro civil da Secretaria de Planejamento, Urbanismo, Publicidade e Defesa Civil.

Os resultados, parciais até o presente momento, evidenciaram que a municipalidade tem priorizado as perspectivas mercadológicas, inten-

sificando projetos urbanísticos como forma de promoção da cidade, atendendo essencialmente aos interesses de pequenos grupos e promotores imobiliários. Neste sentido, a exploração do solo, enquanto mercadoria tem fomentado a especulação imobiliária, aprofundando a segregação socioespacial e suscitado no município um fenômeno recorrente nas cidades contemporâneas: a gentrificação. A gentrificação presente no espaço urbano estudado caracteriza-se como gentrificação comercial. A reestilização dos edifícios (com novas finalidades), a utilização de cores, a preocupação com o paisagismo e outros elementos, que podem passar despercebidos num olhar menos atento com a paisagem urbana, revelam a elitização e a sofisticação desse espaço.

Palavras-chave: Gentrificação. Transformação. Espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- GANT, A. C. (2015), Tourism and commercial gentrification. **RC21 International Conference**, 2015, p. 1– 25.
- LEY, D. (1980), Liberal ideology and the postindustrial city. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 2, p. 238-258.
- SMITH, N. (1979) Gentrification and Capital: Theory, Practice and Ideology in Society Hill, **Antipode**, v. 11, n. 3, p. 24-35.

GÊNERO E RAÇA: A INTERSECCIONALIDADE COMO CERNE DA COLONIALIDADE DO PODER

Rodrigo Weber da Fontoura

(Bolsista de Iniciação Científica
PPG Educação - Unisinos)

Carolina Schenatto da Rosa

(Doutoranda PPG Educação - Unisinos)

Neste trabalho pretendemos problematizar a centralidade do gênero, em sua dimensão interseccional, no processo de colonialidade do poder e sua importância para a formulação do pensamento de(s)colonial latino-americano; um exercício que exige, antes de mais nada, refletir sobre as violências de gênero e de raça forjadas pelo processo colonizador e por ele disseminadas em diferentes continentes do globo. Iniciamos nossa proposta problematizando a colonização do Brasil e a conseqüente exploração da mão de obra escrava, a partir da construção da noção de raça abordada por Quijano (2014). Para o autor, a invenção e naturalização da “raça” é o centro do padrão de poder colonial, uma vez que a hierarquização das relações sociais que viabilizou o sequestro e a exploração de milhões de índios e africanos pautou-se nessa premissa. Nosso argumento é que, apesar da centralidade da raça no processo de colonização, essa noção foi construída sobre e a partir da hierarquia de gênero, uma herança europeia que perdura desde a chegada dos espanhóis e portugueses nessas terras.

Compreendemos que a teoria de(s)colonial pressupõe a implicação transversal entre as cate-

gorias de raça e de gênero para avaliar a lógica de dominação/subjugação, que se expressa, sobretudo, nos países colonizados pela Europa. Essa construção teórica possibilita que compreendamos para além da dinâmica exploratória entre centro/periferia, pois explica como se constituiu e desenvolveu uma hierarquização social através de uma imposição normativa eurocêntrica. Por meio da colonização dos povos indígenas americanos e africanos, mediante a escravização, dizimação e exploração de mão de obra, se desdobrou o capitalismo contemporâneo que carrega consigo heranças coloniais que conduzem a diversas modulações da vida coletiva; essas modulações, que transcendem a colonização e reconfiguram na contemporaneidade são compreendidas, de modo geral, como a colonialidade (em seus desdobramentos: poder, ser, saber e natureza). Nesse sentido é possível compreender os motivos da hegemonia do pensamento europeu na construção do conhecimento acadêmico, compreendido como colonialidade epistêmica, por exemplo. Toda essa lógica argumentativa é sustentada pela raça como marcador principal da dinâmica de dominação/subjugação (QUIJANO, 2014).

No entanto, queremos ressaltar que a hierarquização do gênero, estabelecida pelo modelo social patriarcal e simbolizada pela família tradicional burguesa, já fazia parte da cultura e da mentalidade dos colonizadores. Mais do que isso, não podemos afirmar que havia qualquer tipo de homogeneidade nas culturas dominadas, acerca da sobreposição de gêneros, que se assemelhassem aos moldes do patriarcado europeu. O que implica argumentar que ao chegarem à América Latina e África e explorarem essas populações, os

colonizadores europeus não compreenderam meramente os sujeitos ali presentes como indígenas e africanos, mas, antes disso, com o marcador de gênero que diferenciava masculino e feminino, impregnado de uma lógica de dominação que deprecia o gênero feminino. De tal modo, que as violências sexuais cometidas pelos europeus em relação às indígenas e africanas é amplamente reconhecida. Ou seja, nosso argumento central é que as relações entre colonialidade e gênero são anteriores à estruturação e hierarquização racial, sendo a base desta construção.

Lugones (2014), baseada nos escritos de Aníbal Quijano, aponta que o marcador de raça foi utilizado para diferenciar humanos (europeus) e não-humanos (não-europeus). Segundo a autora, "só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens." (p. 936). No entanto, o pensamento europeu pautava-se no pressuposto de que existem níveis de humanização e de racionalidade que eram medidos pelo marcador de gênero, como é possível perceber por meio da análise dos modos de subjugação entre mulheres e homens no próprio contexto colonizador. Assim, aqui, a interpretação europeia das relações, sejam sexuais ou do ponto de vista da selvageria, traziam consigo, desde o começo, essa categorização herdada de uma lógica machista. A missão civilizatória e a exploração, além de inventarem a raça, reinventaram os códigos de gênero e a identidade feminina nos povos colonizados. Há, portanto, antes de uma invenção do que é ser índio ou negro, uma tradução do que é ser mulher (ALVAREZ, 2009).

Pomo-nos a considerar, no analisador, o fato de que grande parte dos expoentes do pensamento de(s)colonial crítico latino americano foram do gênero masculino. Sobretudo nas bases que hoje utilizamos para compreender os processos emergentes da colonialidade. A crítica descolonial é um salto para a emancipação do sul global e para compreender como se reeditam modos de dominação que se originam da colonização. Mas nossas análises apontam um avanço desse pensamento quando articulado com às considerações interseccionais sobre a constituição do patriarcado e seus reflexos na denominação de raça para cá da linha do equador.

Palavras-chave: Descolonialidade.
Interseccionalidade. Feminismo.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia E. Constituindo uma política trans-local da tradução. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, 2009, p. 743-753.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. 2014. Artigo originalmente publicado na revista Hypatia, v. 25, n. 4, 2010. Traduzido ao português com o consentimento da autora. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/13.pdf>>.
- QUIJANO, A. (Org.). **Des/colonialidade y bien vivir: Un nuevo debate en América Latina**. Lima: Editorial Universitaria, 2014.

GÊNERO E RAÇA: UMA ANÁLISE SOBRE TAIS DIÁLOGOS DENTRO DA SALA DE AULA¹

Amanda dos Santos Vieira

Graduanda em Pedagogia; Integrante do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Relações Raciais e Feminismos. E-mail: amanda.s.vieira@hotmail.com; (Universidade do Extremo Sul Catarinense)

Tal pesquisa tem como objetivo repensar os silenciamentos atingem as crianças dentro de sala de aula, bem como reanalisar a forma de ensino para que possamos educar sem estabelecer padrões em questões de gênero e raça. A metodologia utilizada será pesquisa bibliográfica e documental, bem como análise de textos e conceitos, utilizando como base autoras como Angela Davis, Bell Hooks, Patrícia Hill Collin, Chimamanda Ngozi Adiche. Analisar também políticas públicas que vem a intervir – positivamente ou não- na sala de aula e observar como se aplicam. Bem como, procura-se entender o porquê deste medo de que estas questões como gênero e raça sejam discutidas dentro de sala de aula.

Há uma grande discussão quando a questão é gênero e sala de aula. Muitas vezes tais opiniões vêm a tentar silenciar tanto professores quanto crianças e gerar questionamentos sobre até onde a escola tem direito/dever de explicar. Passa despercebido os papéis de gênero que ain-

¹ Esta pesquisa é orientada pelas professoras prof^ª Dra. Fernanda da Silva Lima (professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESC (mestrado acadêmico)) e pela prof^ª Mestre Lucy Cristina Ostetto do Curso de História e de Pedagogia. A pesquisa está vinculada como projeto de iniciação científica do Programa PIBIC/CNPq/UNESC.

da são tão incutidos em nossas crianças desde cedo. Se persiste em se educar separando “coisas de meninos” e “coisas de meninas”, basta entrar em uma sala de aula e você verá meninos se negando dar a mão para um colega na fila do lanche ou comentários maldosos quando um deles decide brincar de boneca. Segundo Adiche (2017, p. 21), “Ensine a ela que ‘papéis de gênero’ são totalmente absurdos. Nunca lhe diga para fazer ou deixar de fazer alguma coisa ‘porque você é menina’. ‘Porque você é menina’ nunca é razão para nada.”.

A justificativa para que questões como estas não sejam discutidas em sala de aula é que os alunos são “folhas em branco” e podem ser doutrinados/manipulados/influenciados pelo os professores. Ou argumentos como “as crianças são muito novas para isso” ou “vão influenciar/corromper as crianças”, já que muitas vezes, a esta palavra tem seu significado confundido com o de sexualidade. Quando se fala que os alunos são “folhas em branco” se ignora todas as vivências que os mesmos tiveram até esse ponto, o aluno chega na escola com algumas visões e questionamentos já formados. Principalmente com a tecnologia atual, o aluno se depara com notícias e informações a todo momento, é exposto a várias opiniões e conteúdos de diferentes assuntos e pontos de vista. Segundo Fernando Penna (2016),

o aluno não é uma folha em branco”
o objetivo não é comparar as capacidades, seja entre os alunos, seja entre alunos e professores, a ideia é afirmar que os alunos não são incapazes, muito pelo contrário: eles questionam o que lhes é ensinado e tem seus próprios interesses.

Outra justificativa recorrente é que este não é o papel da escola, que a mesma deve apenas se resumir a ensinar os conteúdos essenciais e que outras questões como moral, ética, entre outros são função dos pais. Esquece-se, porém, que é dentro da escola que as crianças vão se deparando e até mesmo demonstrando alguns estereótipos que já estão incutidos nelas desde cedo. É neste local que escutamos frases como “meninas não jogam futebol”, “meninos não brincam de boneca, entre outras. Sendo assim, é um ótimo local para que estes tabus sejam quebrados e discutidos. Esquece-se que diálogo é a base de tudo, até mesmo dentro de uma sala de aula, é nesse local que a professora poderá fazer os alunos refletirem sobre alguns pensamentos e até pensarem se isto é realmente aquilo que eles concordam.

Para auxiliar temos, por exemplo, a Lei 10.639/03, esta prevê o ensino da cultura africana indo além da escravidão, com enfoque em outras questões como a participação dos negros na construção da sociedade brasileira, bem como valorizando sua cultura e tradições. Agora a questão se inverte, por que mesmo com a lei aprovada, em muitas escolas, ainda se persiste em contar a mesma história? Focar no negro apenas como o escravizado? Seria isso uma forma de novamente cessar a fala e questões identitárias? É necessário que se converse e mostre em sala de aula outras histórias, fugindo da história única da escravidão, dialogar com Panteras Negras, por exemplo, propor leitura de textos de autoras falado sobre questões raciais. Demonstrar como as questões raciais se deram durante o tempo, mostrar como funciona o embranquecimento da história, entre outros. É através disso que veremos

questões de preconceitos serem quebradas, novamente através do diálogo.

E por que ainda se evita trabalhar questões como estas dentro da sala de aula? Segundo Frederick Douglass (1845, p. 79 apud DAVIS, 1981, p. 108) “o conhecimento torna uma criança inadequada a escravidão”, uma criança que questiona e entende como funciona toda a sociedade em que está inserida não aceita facilmente ser manipulada/doutrinada. Ao compreenderem como estas são vistas perante a sociedade e compreenderem as questões de gênero/raça que as atravessam, não aceitaram que isso se mantenha como está. É necessário que as crianças entendam que algumas questões são construções históricas e que se mantêm assim a muito tempo. Mas, muitas vezes nossa sociedade está acostumada a silenciar as crianças que muito pergunta, chamá-las de chatas ou iniciar o processo de ignorar seus questionamentos.

Ainda é difícil chegar uma resposta absoluta da pesquisa que estamos realizando, há vários pontos a serem revistos e dialogados. Até o momento é possível perceber que a todo momento são criados novos termos e projetos que vem a tentar cessar o processo diálogo mais aberto entre alunos e professoras, bem como silenciar os questionamentos e pensamentos dos primeiros. Compreender como ao longo dos anos as opressões se mantiveram, fortaleceram e que ainda são incutidas. E que como isso já se inicia durante a infâncias e que se não tivermos o devido cuidado para ir quebrando tais questões, dialogando e mostrando como a sociedade funciona estaremos mantendo tais preconceitos na ativa e bem como nossas crianças na mira deles sem nem ao menos uma proteção.

Palavras-chave: Educação; Raça; Gênero.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas:** um manifesto. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 94 p.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].
- MOUGEOLLE, Léa. **O Conceito de “Interseccionalidade”.** 2015. Disponível em: <<http://www.sociologia.com.br/o-conceito-de-interseccionalidade/>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

GÊNERO E VISIBILIDADE: UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOBRE ESTEREÓTIPOS E HIERARQUIAS DOMINANTES NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Denise Maria Mantovani

(Jornalista, doutora em Ciência Política pela UnB com pós-doutorado em estudos interseccionais pela mesma instituição. É autora do livro “Mídia e Eleições no Brasil: disputas e convergências na Construção do Discurso jornalístico (Paco Editorial, 2017). Integra o grupo de Pesquisa Demodê (Democracia e Desigualdades, Ipol/Unb). Desenvolve pesquisas nas áreas de teoria política, estudos feministas, Gênero, mídia e representação política).

Introdução

No mundo contemporâneo tem sido parte importante dos estudos sobre Democracia e Direitos Humanos observar como as relações de poder na vida em sociedade podem ser impactadas pelos meios de comunicação. Essa centralidade reside na capacidade do campo jornalístico de construir narrativas que organizam o sentido dos acontecimentos, universalizando determinadas perspectivas, silenciando outras ou mesmo oferecendo interpretações desiguais para distintos grupos sociais.

As relações entre os indivíduos na sociedade são relações de poder. Estão em constante movimento numa luta simbólica permanente, em complexas redes de interesses e conflitos que requerem deslocamentos e negociações constantes entre os atores sociais. Algumas características dos processos de produção da notícia (*newsmaking*) podem legitimar determinadas perspectivas,

naturalizar desigualdades, reforçar hierarquias de gênero, raça e classe social, silenciar demandas ou criminalizá-las. Paradoxalmente, como arenas centrais das trocas simbólicas, os meios de comunicação de massa também podem se constituir em um universo de resistências e de lutas por reconhecimento e afirmação coletivas.

Esse artigo não pretende abranger todo o universo teórico das contribuições feministas e tampouco as diversas correntes teóricas da ciência política que refletem sobre mídia e poder. Aqui mobilizaremos algumas autoras e autores que nos auxiliam em compreensões em torno das contradições e ambiguidades presentes no discurso jornalístico. Os meios de comunicação tradicionais, que estão no centro do campo jornalístico, tendem a atuar na definição das controvérsias públicas a partir de certos argumentos interpretativos socialmente dominantes que organizam hierarquias discursivas de forma a torná-las universais em direção a um certo consenso social. Dessa forma, esses discursos colaboram para definir o contexto dos conflitos e a delimitação do espaço da controvérsia.

Objetivos

O objetivo desse estudo é refletir sobre as formas como determinadas narrativas são construídas e como podem impactar as posições situadas socialmente das/os sujeitas/os marcando essas existências por estereótipos. Por meio da observação interseccional pretendemos verificar como valores definidos pela heterossexualidade compulsória, pelas hierarquias de gênero, raça e classe social e pelo poder econômico estão presentes nas narrativas jornalísticas e como podem reforçar posições dominantes.

Metodologia e resultados

A metodologia envolve a análise comparada de três momentos jornalísticos. Essa metodologia sustenta-se na compilação quantitativa com o cruzamento de análises qualitativas das mensagens. Os temas envolvem a cobertura noticiosa sobre o Bolsa Família (eleições de 2006), o aborto (eleições 2010) e o trabalho doméstico (2015) nos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal Nacional*. Esses veículos são relevantes pela capacidade de construção simbólica do mundo social e pela definição das preferências ao dar visibilidade a temas atrelados a julgamentos e posições. O método busca oferecer compreensões sobre argumentos discursivos que funcionam como “ferramentas de análise” da realidade social e podem definir compreensões sobre o mundo que reforçam assimetrias. No entanto, é preciso reconhecer, as redes sociais e suas ferramentas de comunicação (*facebook*, *twitter*, *whatsapp*, entre outros) pressionam cada vez com mais intensidade as agendas dos meios tradicionais de comunicação.

O primeiro estudo, sobre o Bolsa Família, aponta como os enquadramentos da notícia construíram argumentos e estereótipos que reproduziram identidades e hierarquias subalternizadas em torno dos eleitores pobres, beneficiários do Programa Bolsa Família. No segundo caso, a cobertura noticiosa das eleições de 2010 teve como foco o aborto e permitiu observar como a perspectiva de gênero foi subordinada ao pensamento religioso e patriarcal, definido pelo controle sobre os corpos femininos retirando das mulheres o poder sobre seus direitos sexuais e a autonomia sobre seu corpo. O terceiro estudo apresenta os resultados

dos enquadramentos utilizados para abordar a regulamentação do trabalho doméstico remunerado no Brasil, em 2015. Mostram como processos rotineiros de produção do noticiário podem legitimar hierarquias de raça, gênero e classe social por meio da naturalização de discursos e vozes situados em posições assimétricas gerando um viés.

Palavras-chave: Gênero, mídia e desigualdades;

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**. Os limites da democracia no Brasil, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CRESNSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.
- MANTOVANI, Denise M. **Mídia e Eleições no Brasil**. Disputas e convergências na construção do discurso político, Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GÊNERO, POBREZA E VIOLÊNCIA CONJUGAL: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Paola Stuker
(UFRGS)

Letícia Maria Schabbach
(UFRGS)

Os fatores econômicos e culturais que compõem a sociedade em relações desiguais entre homens e mulheres sustentam não somente a violência nas relações conjugais, como, em muitos casos, a permanência das mulheres nessas. Nesses aspectos, a pobreza apresenta-se como um dos fatores de risco. Com base nisso, esta pesquisa de tese tem investigado os efeitos de políticas de transferência de renda de titularidade feminina no processo de emancipação feminina de relacionamentos conjugais violentos, tendo como enfoque analítico o Programa Bolsa Família.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo território brasileiro, definindo através do decreto nº. 5.209/04 que “o titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher”, o que representa a realidade de 93% das famílias beneficiárias. A partir disso, nosso objetivo tem sido compreender se e como a titularidade de mulheres no programa de transferência direta de renda Bolsa Família contribui para o processo de emancipação delas das situações de violência conjugal.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que está sendo desenvolvida em dois municípios com tamanho e localização diferentes: Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e Juazeiro, na Bahia. A técnica utilizada é de entrevistas em profundidade com mulheres titulares do Programa Bolsa Família ou outra política social e que estejam passando ou tenham histórico de violência conjugal.

O trabalho, até o momento, nos orienta para a compreensão de que a titularidade do Programa Bolsa Família possui potencial de contribuir para emancipação feminina de relacionamentos conjugais violentos em distintas dimensões, a depender de circunstâncias pessoais e sociais. A contribuição tem se dado através dos empoderamentos econômico, sociocultural e interpessoal (MALHOTA *et al* 2002) das mulheres por meio da base material oferecida pela renda regular e pelo acesso a maior cidadania.

Observa-se que a renda monetária advinda do Programa não garante independência financeira às mulheres para o processo de emancipação de relações violentas. Não obstante, este processo opera das seguintes maneiras: fomenta a autonomia e liberdade de algumas mulheres, fortalecendo-as a reagirem diante de situações de violência; representa a garantia de uma renda mínima para suprir necessidades básicas, representando a segurança de que ela e seus filhos não passarão fome sem o provimento do companheiro; promove cidadania às mulheres através do atendimento em serviços especializados de assistência social, que influencia na compreensão que elas possuem de violência; e, possibilita o investimento em fontes de trabalho (como produção de

doces e revenda de roupas) que de fato desenvolvem a independência financeira.

Ainda assim, as possibilidades da titularidade feminina no programa de transferência de renda Bolsa Família sobre a capacidade de agência e emancipação das mulheres das situações de violência nas relações conjugais são condicionadas por fatores de ordem cultural e pessoal, ligados, por exemplo, à compreensão dessas situações como violações de direitos, à independência emocional frente ao companheiro, às redes de apoio pessoal e de serviços com que as mulheres contam e as diferentes opressões interseccionais a que estão sujeitas.

Os resultados estão sendo analisados através de um arcabouço conceitual que está articulando a Teoria da Justiça de Nancy Fraser (2001) e a Teoria das Capacidades Humanas de Amartya Sen (2000). A partir desta articulação teórica se evidencia que enquanto o gênero se constitui em uma coletividade que sofre tanto de injustiça cultural, como de injustiça econômica, privando as mulheres de liberdade, os bens distribuídos por uma política de transferência de renda podem se converter em capacidades no reconhecimento das desigualdades de gênero e na emancipação das mulheres das situações de violência nas relações conjugais.

Palavras-chave: Violência contra mulheres; Pobreza; Transferência de renda.

REFERÊNCIAS

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-so-

cialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UnB, 2001. p. 245-282.

MALHOTA, Anju; SCHULER, Sidney Ruth; BOENDER, Carol. Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development. **World Bank Workshop on Poverty and Gender**: New Perspectives 2002.

GRUPO DE PESQUISA – POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

Carina M de Lucena Franceschini

(Auditora Pública Externa - TCE/RS)

Eda Regina Doederlein Schwartz

(Auditora Pública Externa - TCE/RS)

Debora Brondani da Rocha

(Auditora Pública Externa - TCE/RS)

Filipe Costa Leiria

(Doutorando Políticas Públicas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Renata Agra Balbueno

(Auditora Pública Externa - TCE/RS)

Rita de Cassia Krieger Gattiboni

(Auditora Pública Externa - TCE/RS)

Transcorrido mais de uma década da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) a temática da mulher continua em evidência, seja por questões ligadas diretamente à violência, seja por acesso a direitos específicos ou até mesmo espaços na sociedade. Segundo os dados do 10º Anuário de Segurança Pública, no Brasil, somente em 2017 ocorreram 606 registros por dia de violência doméstica contra mulheres (lesão corporal dolosa). Femicídios e homicídios tendo mulher como vítima foram 1.133 e 4.539 respectivamente, no mesmo período. Ocorreram cerca de 164 estupros por dia em 2017. Estatísticas como essas impõem a seguinte questão: como tem sido a atuação do poder público na promoção das políticas de gênero?

Diante da questão acima, o objetivo do presente trabalho é investigar como tem sido a

atuação do poder público nas políticas de gêneros, por intermédio de um recorte em relação aos municípios gaúchos. Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) tem desenvolvido trabalhos em áreas de atuação governamentais específicas, com o objetivo de analisar programas, projetos e atividades de políticas públicas sobre o tema. Citam-se, como exemplo, trabalhos realizados na temática “Política para as Mulheres”, com enfoque na fiscalização dos recursos voltados à segurança das mulheres, por intermédio da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Entende-se que a política de assistência prevista no art. 9º da Lei nº 11.340/2006 depende da ação articulada dos poderes públicos nas três esferas administrativas e de poder. Os três entes da federação possuem competências distintas na política de enfrentamento à violência contra a mulher. Por este motivo, o TCE-RS, em 2016, optou por iniciar sua atuação na matéria tanto no âmbito estadual como municipal, quando procedeu, como primeira fase, ao exame predominantemente da estruturação do sistema de enfrentamento a tal tipo de violência. Já em 2018, a Escola Superior de Gestão (ESCG, vinculada ao TCE-RS) adotou como uma de suas diretrizes balizadoras capacitações para que os servidores possam ter adequada formação para se dedicar a análises de políticas públicas.

Visando operacionalizar o objetivo acima, como metodologia, optou-se por uma pesquisa documental, exploratória e de caráter descritivo a partir de relatórios de auditoria e estudos produzidos pelo Tribunal de Contas do Estado Rio Grande do Sul. Dado o caráter descritivo, as conclusões do presente trabalho visam apontar hipóteses expli-

cativas mais relevantes sobre a atuação dos municípios gaúchos.

Desta forma, é de fundamental importância o estudo e a pesquisa em grupo para contribuições teóricas e metodológicas para os trabalhos desenvolvidos, adotando-se com um olhar diferenciado sobre os enfrentamentos da nossa realidade de desigualdades sociais e com foco nos resultados das ações estatais. Principalmente no que condizem às ações voltadas para promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero; para garantir e proteger os direitos não só das mulheres, mas também de outros segmentos em situação de discriminação (grupos étnicos, identidades de orientação sexual, comunidades específicas, dentre outros).

Assim, no Grupo de Trabalho do Simpósio, pretende-se apresentar os resultados dos trabalhos já realizados no TCE-RS sobre a temática “Política para Mulheres”, os primeiros estudos deste grupo de pesquisas e as ações previstas para serem desenvolvidas pelo referido grupo para contribuir com o aprofundamento das análises sobre Políticas Públicas de Gênero.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Análise. Gênero

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 set. 2018.

_____. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 24 set. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **10º Anuário de Segurança Pública.** Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificad.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, MEMÓRIA COLETIVA E TRAUMA

Analice Brusius
(UNISINOS)

Fátima Sabrina da Rosa
(UNISINOS)

O objetivo deste estudo é refletir teoricamente sobre a trajetória de jovens egressos de medidas socioeducativas de internação estabelecendo relações com os estudos sobre memória coletiva (HALBWACHS, 2003) e sobre o trauma (SANTOS, 2013). Estas reflexões são parte de um estudo em fase inicial sobre o percurso destes jovens no momento pós-institucionalização. A pertinência deste marco analítico está em considerar o contexto relacional do jovem em toda a sua diversidade, localizada tanto na dimensão social, quanto na temporal, pois compreende o tempo do passado como se atualizando no presente.

Entre os estudos encontrados relativos à vida dos jovens egressos de medidas socioeducativas de internação, Evangelista (2011) traz contribuições em relação à vida familiar, escolar e comunitária e também analisa os efeitos provocados pela institucionalização. Apresenta como base empírica jovens vivenciando período de pós-institucionalização no estado do Rio Grande do Norte. Destaca-se entre as percepções destes jovens um contexto de violações de direitos no âmbito institucional. Os jovens egressos referiram que nas condições de superpopulação e confinamento sem realização de atividades pedagógicas, não

percebiam possibilidades de serem estimulados a deixar o envolvimento com delitos, entretanto, quando as condições institucionais de atendimento eram melhores, realizadas em pequenos grupos, como no caso das unidades femininas, conseguia-se oferecer abordagens mais individualizadas e humanizadas e, emergiram entre as egressas percepções mais positivas sobre o período de internação como um momento que trouxe contribuições para a vida futura das adolescentes (EVANGELISTA, 2011).

Ao refletir-se sobre este entendimento dos jovens em relação à medida socioeducativa e relacionar às contribuições de Halbwachs (2003) percebe-se que as marcas trazidas pela institucionalização são sempre mediadas por experiências dos grupos sociais os quais eles fazem parte e, estas percepções são sempre referidas a partir do sentido da coletividade, aos quadros sociais da memória (HALBWACHS, 2003). Halbwachs (2011, p. 59) ainda compreende que “a recordação de certas lembranças não depende de nossa vontade”, apesar desta estar presente também. “A lembrança está ali, fora de nós, talvez dispersa entre muitos ambientes” (HALBWACHS, 2003, p. 59), ou seja, o ambiente também influencia a lembrança. “Se a reconhecemos quando reaparece inesperadamente, o que reconhecemos são as forças que a fazem reaparecer e com as quais sempre mantivemos contato” (HALBWACHS, 2003, p. 59). A memória é individual e coletiva e as lembranças pessoais surgem em pontos de conexão entre as diversas redes de solidariedade em que estamos envolvidos. Ao pensar-se sobre a institucionalização de jovens e o momento pós-institucionalização, as experiências que permanecem, ou seja,

lembranças que se atualizam no presente, estarão relacionadas a um contexto social mais amplo e com outras experiências vividas por estes jovens, as quais podem estar relacionadas à sua família, relações afetivas fora do contexto familiar, território onde vivem, escola, políticas públicas entre outras. Neste sentido, a percepção trazida por eles sobre a institucionalização, não surge isolada, sendo transformada dependendo do contexto no qual estará conectada.

A vida destes jovens é permeada por violências sofridas através das violações de seus direitos desde a infância, e também por violências atuadas, como o delito que o trouxe para institucionalização. As experiências passadas com a violência podem tomar a dimensão das experiências traumáticas vividas como um excesso violento de carga emocional e poderão se constituir como um rompimento brusco com o passado e com as tramas de sustentação simbólica de suas narrativas. O surgimento do trauma na trajetória destes jovens pode denotar dificuldades de convivência com as lembranças e, conseqüentemente, com todas as relações sociais, espaciais, temporais que as originam e também com as que surgem a partir das lembranças. “A questão, nesses casos, é a impossibilidade de termos testemunhos do passado, uma vez que este não foi vivenciado como experiência, mas como trauma” (SANTOS, 2013, p. 63). Além disso, pode-se indagar se a própria institucionalização não acaba somando-se a estas experiências passadas traumáticas. Diante da fragilidade do surgimento das lembranças e narrativas em relação ao trauma vivido, é possível pensar que o jovem egresso sempre encontra formas de transmissão de suas experiências e vivências, seja

através da formação de novos laços sociais, criando assim novas possibilidades para sua vida, ou mesmo tornando a repetir a violência vivida. Por este motivo, refletir sobre as experiências traumáticas e formas de transmissão da experiência neste contexto torna-se relevante para a compreensão das ações realizadas por estes jovens no período pós-institucionalização.

Palavras-chave: jovens egressos, memória coletiva, trauma

REFERÊNCIAS

- EVANGELISTA, Dalmo de Oliveira. **Barreiras da Sobrevivência:** angústias e dilemas de jovens autores de atos infracionais pós-institucionalização. Natal, RN: EDUFRRN, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. Memória Coletiva, Trauma e Cultura: Um debate. **Revista USP**, São Paulo, n. 98, p. 51-68, 2013.

MAPEANDO NECROPOLÍTICA SOBRE OS CORPOS NEGROS (E) LGBTs

Darlam do Nascimento

(Bacharelado em Políticas Públicas / UFRGS)

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa debater a realização de indicadores sociais (teoria, definição operacional dos indicadores propriamente ditos e observações/levantamento de dados) da necropolítica, entendida como a máquina de matar que no limiar entre a vida e a morte opera através do massacre, máxima desse poder, que elevada ao extremo produz uma cultura de morte (MBEMBE, 2011). Nesse sentido, a relevância deste trabalho se mostra ao vislumbrarmos os assustadores números evidenciados tanto pelo Mapa da Violência, que apresenta a grosso modo uma média de 83 mortes por violência letal no ano de 2010. Já o GGB (Grupo Gay da Bahia), com o seu relatório anual, nos apresenta um relatório que no ano de 2017 evidencia uma morte de LGBT a cada 27 horas, colocando o Brasil no 1º lugar do Ranking dos países que mais mata LGBTs, sem esquecer que há indícios de subnotificação dos casos de letalidade. O CLAM/UERJ (Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos) em suas pesquisas por amostragem nas grandes cidades da América Latina em Paradas Livres evidenciou padrões nunca inferiores a 40% de alguma forma de discriminação ou agressão sofrida por pessoas entrevistadas. Ressalto que o objetivo deste trabalho não é fazer uma análise das violências em si, mas de pensar como as estruturas de dominação

se articulam e produzem violência em determinados corpos atravessados por marcadores sociais dominados dentro da estrutura social, através de uma perspectiva interseccional. A definição de interseccionalidade, enquanto um campo de convergência onde os marcadores sociais se cruzam, sendo acionados de maneira conjunta ou não, produzindo as identidades e experiências dentro da estrutura social (CRENSHAW, 2004), que por sua vez, é marcada pela colonialidade (SANTOS, 2012). A colonialidade, de acordo com Renato Emerson dos Santos, “[...] é um padrão de poder que articula diversas dimensões da existência social [...] [que] se vale, portanto, de hierarquias” (p. 40). É dentro desta estrutura colonial que podemos pensar as agressões, discriminações e mortes, evidenciadas pelos relatórios, como dispositivos de uma máquina de guerra.

OBJETIVO

O objetivo é o de elaborar um instrumento capaz de apreender retratos quantitativos e qualitativos da realidade social no que trata a violência (indicado aqui por discriminação, agressão e morte), em uma perspectiva interseccional.

METODOLOGIA

A metodologia consiste na análise dos relatórios produzidos – CLAM/UERJ (Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos), GGB (Grupo Gay da Bahia) e Mapa da Violência – no que tange as suas classificações (abrangeção analítica e aplicação, utilização política, descritivo ou avaliativo, objetivos ou subjetivos, abrangência geográfica, natureza ou área temática, número de elementos constitutivos,

conformidade com fase(s) do ciclo de políticas públicas, desempenho) e fichas técnicas (definição, interpretação e uso, limites, metodologia de cálculo, desagregação geográfica, periodicidade, fonte(s), categorias disponíveis, parâmetros e recomendações, informações complementares), tendo em vista as suas possibilidades e limites na formulação de um indicador de violência que abarque a complexidade das estruturas de dominação, sob a luz das teorias póscoloniais, descoloniais e material do CEGOV (Centro de Estudos Internacionais sobre Governo).

RESULTADOS PARA DISCUSSÃO

O presente trabalho evidencia [1] as lacunas da apreensão das relações de dominação marcadas pela violência; e [2] as limitações das coletas de dados/informações que prejudica qualquer diagnóstico rigoroso sobre as formas de violência, as vítimas dessas violências e as suas causas.

CONCLUSÕES

Este trabalho apresenta, nas conclusões, a proposta do uso dessas informações, no curto prazo, de maneira agregada e/ou complementar, de forma qualitativa e quantitativa, tendo em vista a alta chance de subnotificação dos levantamentos do GGB; e do método adotado pelo CLAM/UERJ, que tem periodicidade e localidades de coleta e amostragem diversas, como também a limitação do Mapa da Violência que não abrange uma série de marcadores sociais, em destaque a orientação sexual, e por ter distorções na coleta e nas possíveis interpretações; ao mesmo tempo em que se explicita a necessidade do Estado brasileiro de custear ou executar, ele mesmo, o levanta-

mento destes indicadores, assim como faz com a fonte e relatório do Mapa da Violência.

Palavras-chave: Indicadores Sociais. Necropolítica. Interseccionalidade.

REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** 2004.

HELLMANN, Aline; SCHABBACH, Letícia Maria. **Apostila Módulo 4 - Indicadores.** Porto Alegre; Salvador: CEGOV - Curso de Aperfeiçoamento em Gestão, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Governo do estado da Bahia, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** seguido de Sobre el gobierno privado indirecto. Melusina, 2011.

MULHERES BRASILEIRAS ENCARCERADAS: DO PECADO AO DESVIO

Cláudia Rosana de Freitas Dutra
(Graduanda em Saúde Coletiva/UFRGS)

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo investigar a construção cultural da figura da mulher apenada, bem como, ater-se aos dados relativos às mulheres encarceradas no Brasil segundo os últimos dados do INFOPEN MULHERES 2016. Urge fazer uma leitura com base na Criminologia Crítica e Feminista. Temos por objetivo específico analisar os dados do INFOPEN 2016 segundo gênero, raça e classe. Seu método de abordagem é o dedutivo, pois envolve um encadeamento de raciocínios do geral para o particular. Por método de procedimento optou-se pelo histórico e bibliográfico, constituindo-se primordialmente de livros e artigos. Na primeira parte do estudo tratamos da construção do corpo feminino dentro da estrutura patriarcal eivada pela submissão, um corpo-objeto cuja razão não lhe pertence. Na segunda parte da pesquisa abordamos a construção da figura “outsider” feminina. Mulheres que não se submetiam ao domínio masculino e que não correspondiam ao ideal da conduta feminina. Por fim, sob a ótica da Constituição Federal de 1988 e dos Direitos Humanos analisamos os dados do INFOPEN MULHERES 2016 em três categorias interseccionais: gênero, raça e classe. É relevante a reflexão do tema pela necessidade do cumprimento da Carta Magna e do respeito à dignidade da mulher encarcerada. Concluímos que a mulher foi subjugada a determinadas tarefas do âmbito privado fruto da estrutura

patriarcal; a mulher é percebida como reprodutora e para a satisfação do seu marido. “Qualquer relação de poder tem o corpo como centro, mas esse centro, no corpo das mulheres, é de maneira imediata e específica (PERROT, 2005, p.447). A figura da mulher desviada é vista no mito da criação cristã na figura de Eva, nos textos judaicos como Lilith, nas ditas bruxas do final da Idade Média e ao longo da Idade Moderna, das loucas e prostitutas. Verificamos segundo os dados pesquisados que 62% da população carcerária total é negra. 50% das mulheres tem entre 18 e 29 anos. 62% das mulheres são negras. 45% das mulheres possuem o Ensino Fundamental Incompleto. 62% são solteiras. 62% das mulheres que estão presas é por tráfico de drogas. 74% das mulheres apenadas tem filhos dentro do recinto insalubre e de grades, nascem os filhos do cárcere. Grande parte dos filhos do cárcere sofrem abandono e maus-tratos, formando um círculo vicioso. 41% das mulheres encarceradas ficam mais de 4 anos até 8 anos privadas da liberdade. Há 536 apenadas gestantes e 350 lactantes e apenas metade delas estão em celas adequadas para sua condição de saúde. Segundo o último levantamento há 42.355 mulheres apenadas. Havendo um déficit de 15.326 vagas em unidades prisionais. 45% das mulheres apenas estão privadas de liberdade sem condenação. Em 16 anos a população feminina encarcerada aumentou em 656%. Os dados apontam para um sistema penal punitivo seletivo na qual a população pobre e negra é encarcerada em massa. A grande massa carcerária feminina é constituída por mulheres com baixa instrução escolar, na maioria negras, pobres, mães, solteiras e jovens. Segundo (GIORGI, 2006) as classes dominantes

lançaram mão de estratégias repressivas para que seus subordinados, as classes inferiores, não se constituíssem ameaça à ordem pública instituída pelos dominantes. O Sistema punitivo é pensado na lógica Capitalista e da proteção da propriedade privada. As discrepâncias são produzidas pelo sistema segundo ALVES (1980, p.38) "o modo de produção capitalista apropriou-se da opressão da mais-valia feminina (assim como a dos grupos étnicos e outros discriminados pela sociedade de classes). Significa que a sociedade de classes explora com maior força esses grupos; constituindo verdadeiras reservas de força de trabalho, a ser utilizadas quando necessário e a bom preço pelo dominador.

Palavras-chave: Gênero. Direitos Humanos. Encarceramento Feminino.

REFERÊNCIAS

- GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias/ INFOPEN MULHERES. 2. ed. 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopen_mulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

NOVAS FORMAS DE PROMOÇÃO DE TRABALHO DECENTE E COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO MODERNO: SISTEMATIZAÇÃO DE METODOLOGIAS

Frederico Salmi Pereira

(Rede Dragonfly)

MBA em Gestão/UNESP (2014), Engenharia Química/USP (1996). Sócio da Metta Gestão e Gestor da Rede Dragonfly Serviços Socioempresariais. Guaratinguetá/SP. +5512996844408. rededragonfly@gmail.com

Monika Weronika Dowbor

(Unisinos)

MBA em Gestão/UNESP (2014), Engenharia Química/USP (1996). Sócio da Metta Gestão e Gestor da Rede Dragonfly Serviços Socioempresariais. Guaratinguetá/SP. +5512996844408. rededragonfly@gmail.com

Este artigo apresenta a sistematização das metodologias que visam diagnosticar ou certificar organizações que promovem o trabalho decente e combatem o trabalho análogo ao de escravo moderno, dentro dos conceitos e diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e à luz das legislações nacionais e internacionais. O desastre do edifício Rana Plaza, em Dhaka, Bangladesh, Índia, colocou em evidência as condições degradantes dos trabalhadores que trabalhavam para mais de 200 marcas da indústria da moda, entre as quais grandes grifes, com a morte de 1.134 pessoas e mais de 2.500 vítimas do acidente. Os efeitos deste desastre ocorrido em 2013 foram globais e atingiram todos os segmentos e cadeias produtivas e expuseram ao mundo uma realidade de raízes

seculares e que ainda está presente em muitas indústrias e países do mundo: a escravidão moderna. Condições degradantes de trabalho são uma das características que identificam o denominado trabalho escravo moderno ou trabalho análogo ao de escravo segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as recentes legislações, inclusive a brasileira. A onda de conscientização dos consumidores e as recentes legislações em alguns países entre os quais os mais desenvolvidos se voltaram para esse tema, chamando atenção para a importância da cadeia produtiva enquanto âmbito da responsabilização das empresas. Quais foram as propostas da sociedade civil e do mercado que surgiram para lidar com a realidade de aproximadamente 40 milhões de trabalhadores em situação análoga à escravidão (OIT, 2017, p.10)?

Para responder essa pergunta, foi realizada uma análise qualitativa e comparativa das metodologias das organizações nacionais e internacionais que se propõem a trabalhar com tema pelo prisma de três categorias analíticas: produção de normas e diretrizes, certificação, produção de soluções para promover o trabalho digno e erradicar o trabalho análogo ao de escravo.

A pesquisa mostrou que das oito entidades pesquisadas, tanto no nível internacional quanto nacional, apenas duas trabalham especificamente com o tema. As demais o inserem como um dos itens em seus materiais de normatização ou certificação. As organizações que geram guias com as diretrizes têm sua origem nas empresas do mercado privado, tendência que já foi identificada como autocertificação e/ou regulação privado. Nas entidades que trabalham com certificações de responsabilidade social o trabalho escravo

moderno aparece enquanto um item entre vários outros. No que se refere aos guias de diretrizes e recomendações, as entidades que os produzem apresentam entendimentos e abordagens diferentes em função do país em que atuam e do segmento a que visam. Não foram encontradas certificações específicas exclusivamente voltadas ao trabalho escravo moderno, seja no nível nacional, seja no internacional.

Conclui-se que as formas de abordagem para a promoção do trabalho decente e para a erradicação do trabalho análogo ao de escravo moderno são bem recentes e ainda que se configurem como tecnologias sociais, isto é, como iniciativas sociais e de alcance restrito. Aí está, ao mesmo tempo, seu caráter inovador e seu potencial para a integração entre os setores para a geração de novas formas de se fazer negócios. A adesão à causa dos atores empresariais ainda é marginal dada a complexidade do problema nas cadeias produtivas, mas são eles também que se organizam para compreender, interagir e se adequar às novas exigências.

Guias, manuais e diretrizes são um bom começo. O desafio atual é de estruturar novos arranjos, novas iniciativas, novas organizações com abordagens pujantes, ou seja, inovações sociais ou tecnologias sociais, para enfrentar o problema na proposição de soluções para os diversos contextos brasileiros. Essa tarefa é urgente, atual e necessária para a economia mais justa e rentável para todos.

REFERÊNCIAS

ANNER, Mark. **Binding Power**: The Sourcing Squeeze, Workers' Rights, and Building Safety in Ban-

gladesh Since Rana Plaza. Research Report. Pittsburgh, Penn State Center for Global Workers' Rights (CGWR), 2018. Disponível em: <<http://lser.la.psu.edu/gwr/documents/CGWR2017ResearchReportBindingPower.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

COSLOVSKY, Salo. Flying Under the Radar? The State and the Enforcement of Labour Laws in Brazil. **Oxford Development Studies**, n. 42, p. 190-216, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13600818.2013.875135>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Methodology of the global estimates of modern slavery: Forced labour and forced marriage. **International Labor Office**. Geneva, 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_586127.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

O ACESSO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA AO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E SUAS INTERSECCIONALIDADES

Maíra Freitas Barbosa

(Especializanda em Saúde Pública pela Escola
de Saúde Pública do Rio Grande do Sul/ESP RS)

RESUMO: Com o intuito de discutir sobre o tema da violência contra as mulheres, este trabalho se propõe a pensar a partir da experiência obtida na experiência como técnica de um Centro de Referência para Mulheres, serviço este tido como referência no Brasil por conta de sua metodologia de trabalho e atenção. Buscaremos refletir utilizando as ferramentas conceituais, violência de gênero e a importância da notificação das violências como forma de dar visibilidade ao combate desses agravos e no fortalecimento às políticas públicas de enfrentamento às violências. Este tema da violência de gênero é de grande pertinência, visto que há uma grande movimentação social ocorrendo nos últimos anos no Brasil e em outros países do mundo. Podemos destacar os dados apresentados pelo IPEA, em pesquisa que ganhou espaço de debate em diversas mídias, em 2014, sobre a opinião das causas dos estupros de mulheres. Também tivemos a publicação do Mapa da Violência no Brasil, que traz a violência contra as mulheres após sancionada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, em agosto de 2006, que mostra que a violência contra mulheres brancas, após esta lei, apresentou uma queda de 9,8% e, no entanto, entre as mulheres

negras, esta violência teve um crescimento de 54,2%, demonstrando que os direitos e serviços de prevenção, promoção e acompanhamento são acessados por algumas mulheres, mas não por todas as que sofrem violências. Diante de dados tão impactantes, mostramos a relevância de discutir as interseccionalidades como raça e escolaridade junto ao tema da violência de gênero. Este estudo busca visibilizar as questões que afetam as mulheres de forma brutal, mas, ainda mais duramente, as mulheres negras no Brasil. Este trabalho é oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso na Especialização em Saúde Pública em fase de finalização na Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul e se propõe a problematizar as condições de possibilidade de acesso de diferentes mulheres às políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Partindo de uma perspectiva interseccional, o trabalho apresenta quais os perfis que costumam acessar esses serviços e quais estão ausentes dos mesmos. Assim, se propõe a refletir acerca dos desafios enfrentados pelas mulheres em acessar as políticas de proteção e de combate às violências, que hoje estão cada vez mais sucateadas e com orçamento reduzido. O presente trabalho investiga especificamente a experiência do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência Patrícia Esber, localizado no município de Canoas, Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sendo este um serviço de referência, que chegou a ser considerado pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal o serviço modelo. Nesta pesquisa é utilizada metodologia quanti-quali, isto é, a partir de dados informados e coletados nas Notificações Compulsórias da

Violência emitidas por este serviço especializado, de janeiro a dezembro de 2017 verificamos qual o perfil de mulheres atendidas em especial nos perfis com relação à raça, escolaridade e região de moradia, dentre outras informações, a partir dos dados. A Notificação Compulsória é um instrumento de obrigatoriedade de preenchimento pelos serviços de saúde, mas que também era emitido pelo Centro de Referência por ser entendido como importante ferramenta de coleta de dados epidemiológicos para a construção de linhas de cuidado e prevenção. As informações sobre os perfis foram selecionadas junto ao setor de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Canoas, com primeira triagem documental para, a seguir, serem acessadas no Sistema Nacional Notificações – SINAN. Munida do perfil de mulheres que acederam ao serviço naquele período, pensamos sobre os perfis ausentes, isto é, a partir da comparação destes dados levantados nas Notificações Compulsórias da Violência com os provenientes do censo da cidade de Canoas, problematizamos a questão do acesso a esta política pública a partir de questões interseccionais que possam constituir novos desafios às estratégias de enfrentamento à violência de gênero.

Palavras-chave: mulheres, violência, notificação compulsória da violência.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Thiago A. P. Notificação compulsória e comunicação externa em casos de violência doméstica contra a mulher. In: STEVENS, Cristiane et al (Orgs.). **Mulheres e Violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik. 2017, Brasília.

BRASIL. **Sistema Nacional de Notificação de Agravos de Notificação**. Disponível em: <<http://portalsinan.saude.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2017.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Flacso Brasil. 2015.

O MEDO DO OUTRO: AS RAÍZES RACISTAS DO CONTROLE SOCIAL

Alena Ocom Moreira

(Pós-Graduanda em Ciências Penais - PUCRS
E-mail: alenaocommoreira@gmail.com)

Tainah Mota do Nascimento

(Mestranda em Educação - Unisinos
E-mail: tainahmottanascimento@gmail.com)

RESUMO: O presente trabalho versa sobre o racismo velado e arraigado nos sistemas estatais de controle social e tem como objetivo analisar como o racismo que fundamenta o discurso ideológico da Criminologia, forjado para legitimar o Direito Penal, recompor, tutelar e resguardar a ordem social burguesa perturbada pela alteração anormal das funções de certos sujeitos pertencentes as camadas sociais menos favorecidas, direcionou a criminalização de acordo com o estereótipo lombrosiano que incorporou o crime ao criminoso, um mecanismo de contenção social que descobriu âmbito produtivo nas periferias urbanas. O estudo alicerçou-se na pesquisa bibliográfica qualitativa e buscou analisar o surgimento da Criminologia como resultado da confluência dos discursos médico e policial, estatal, o qual propôs que as causas da criminalidade não poderiam ser atribuídas à estrutura social, buscando assim uma base científica para ratificar a desigualdade e o controle social da fração de pretos e pardos sem funcionalidade no sistema. A seletividade do sistema penal é dividida em quantitativa e qualitativa, a primeira “que deriva justamente de sua incapacidade operacional de seguir a planificação do discurso jurídi-

co-penal" (WERMUTH, 2011, p. 117). E a segunda, é marcada pela "especificidade da infração e as conotações sociais dos autores (e vítimas), isto é, das pessoas envolvidas" (ANDRADE, 1997, p. 266). O motivo da população carcerária no sistema penal brasileiro ser constituída por pessoas quase que integralmente das classes mais baixas e com o mínimo de condições econômicas, de acordo com Flauzina (2008), comprova que não existe um sistema de seleção de atitudes criminosas, mas sim de indivíduos que receberão o estereótipo de "delinquentes". Muitos desses medos são frutos do empobrecimento consequente do exaurimento do âmago social do Estado. Isto é, necessita-se de um culpado, visto que nas palavras de Bauman (2009), "tendemos a imaginar maquinações hostis, complôs, conspirações de um inimigo que se encontra em nossa porta ou embaixo de nossa cama" (BAUMAN, 2009, p. 15). Ainda diante desse aspecto, "concentrar o medo numa parte da população que pode ser nomeada, reconhecida e localizada é absolutamente estratégico" (MALAGURI BATISTA, 2003a, p. 97-98). Por esse motivo, não causa espanto para população brasileira que esse criminoso venha dos setores hipossuficientes, que geram o sentimento de medo, desde o início da história do Brasil. Desse modo, a pobreza já não é apenas uma mão de obra barata, mas sim uma extensão de indivíduos considerados inúteis para a sociedade de consumo, e como as chances dessa população conseguir a inclusão é remota, resta apenas que eles sejam considerados fonte de perigo para o restante da população. "É por isso que eles precisam ser segregados, inocuidados, afastados dos consumidores, enfim, destituídos de poder" (WERMUTH, 2011, p. 124), para que a essência

do modo de vida consumista se mantenha intacta. Não se pode esquecer que entre os métodos utilizados pelas sociedades modernas para abordar as condutas que vão de contrário à ordem estabelecida, mencionadas por Wacquant (2007) como a socialização, a medicalização ou a penalização dos conflitos sociais. Essa última serve com o mecanismo do Estado para tornar imperceptível os problemas sociais, os quais o próprio Estado não tem mais a preocupação de se aprofundar, afirma Wermuth (2011). Por esse motivo, a prisão passa a ser vista como “lata de lixo judiciária em que são lançados os dejetos humanos da sociedade de mercado” (WACQUANT, 2007, p. 21). A criminologia positivista é, portanto, uma criminologia racista, teorizada por Cesare Lombroso, em que a causa do crime está na biologia, subtraía-se o foco do delito e o recoloca no homem delinquente. Na segunda metade do século XIX o racismo foi institucionalizado com a concessão de formas de tratamento penal diferenciados aos negros libertos, considerados como uma classe institucionalmente subdesenvolvida. Neste contexto, o medo se movimenta, as elites que anteriormente temiam as revoltas dos homens em cativeiro passam a temer a pobreza que constitui as periferias dos núcleos urbanos. Então, recaiu sobre os negros, consequentemente pobres, periféricos tidos como diferentes, um violento estigma tornando assim uma ameaça social. Invariavelmente, segundo Andrade (1997), quando a perspectiva macrossociológica se transporta da conduta desviante para as instituições de controle, principalmente para os métodos de criminalização “que o momento crítico atinge sua maturação na Criminologia, e ela tende a transformar-se de uma teoria da criminalidade em uma

teoria crítica e sociológica do sistema penal" (ANDRADE, 1997, p. 218). Nesse cenário, para Andrade (1997), a criminalidade se apresenta como uma característica destinada a indivíduos demarcados, por meio de dois tipos de seleção: a primeira tem relação com a seleção dos bens jurídicos que devem ser protegidos penalmente e as condutas desviantes descritas nos tipos penais; a segunda é a seleção de indivíduos etiquetados entre todos os outros que realizam os mesmos comportamentos.

Palavras-chave: Controle social. Seletividade. Racismo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica:** do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **Medo e direito penal:** reflexos da expansão punitiva na realidade brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

O RECONHECIMENTO DO DIREITO À EXTIMIDADE NA SOCIEDADE EM REDE: DESAFIOS E LIMITES AO FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO BINÁRIA

Valéria Ribas do Nascimento

(UFSM)

Isadora Forgiarini Balem

(UFSM)

Lucas Silva de Souza

(UFSM)

O presente trabalho pretende verificar a aplicação do direito à extimidade como possibilidade de autoconhecimento, autoaceitação e autorrealização no âmbito da identidade de gênero não binária, por meio do questionamento do discurso hegemônico e discriminatório que permeia as discussões de identidade sexual e de gênero no Brasil ao dar caráter biológico a aspectos que são construídos socioculturalmente. Assim, diante da supressão de espaços de fala daqueles indivíduos que não possuem uma identidade de gênero classificada como “normal” pelos padrões sociais previamente estabelecidos, questiona-se em que medida o reconhecimento do Direito à Extimidade pode contribuir para o fortalecimento da identidade de gênero não binária no contexto da Sociedade em Rede? O objetivo principal da pesquisa é analisar em que medida o Direito à Extimidade pode proporcionar fortalecimento da identidade de gênero não binária mediante a exposição propositiva da intimidade, dada em

ambiente virtual. Os demais objetivos são: analisar os fenômenos na sociedade contemporânea, na qual o desejo de visibilidade e reconhecimento social promove mudanças comportamentais nos indivíduos e impactam direitos tradicionais, como a privacidade; evidenciar a exposição da privacidade como forma de afirmação pessoal, reconhecimento social e construção da identidade; investigar o conceito da extimidade, bem como as suas implicações jurídicas, finalidade, requisitos e limites; examinar o panorama da opressão de gênero e da sua importância enquanto componente identitário; investigar outras possibilidades de manifestação de gênero, que sejam não binárias; averiguar a (im) possibilidade da teoria do reconhecimento como fio condutor do possível fortalecimento identitário. Assim sendo, o método de abordagem será o dialético, eis que discorrerá acerca do direito à privacidade sob uma perspectiva de evolução social até o estágio atual, da extimidade. Posteriormente, analisar-se-á, a construção dos discursos de poder que circundam as questões de gênero desde os primórdios, hierarquizando corpos, opções e identidade a fim de legitimar uma desigualdade social. Quanto ao procedimento, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica e fichamentos, resumos e resumos estendidos como técnicas de pesquisa. Por fim, dentre os resultados e conclusões, destaca-se que a partir de novos paradigmas interpretativos conferidos ao direito de privacidade, a exposição de partes selecionadas da intimidade transcende o exibicionismo vazio e pode vir a auxiliar na construção da própria identidade do sujeito que a promove. Com efeito, a visibilidade voluntária pode facultar o fortalecimento individual de seu titular por meio do auto-

conhecimento, autorrealização e empoderamento advindos do reconhecimento social outorgado pelo outro. Portanto, o direito à extimidade como manifestação propositiva da identidade de gênero não binária tem o condão de permitir a democratização do espaço público e promover a efetivação dos princípios da pluralidade e dignidade humana.

Palavras-chave: Direito à extimidade; identidade de gênero não binária; Sociedade em Rede;

REFERÊNCIAS

- BOLESINA, Iuri. **O direito à extimidade:** as inter-relações entre identidade, ciberespaço e privacidade. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SIBILIA, Paula. O universo doméstico na era da extimidade: Nas artes, nas mídias e na internet. **Revista Eco Pós**, v. 18, n. 1, ISSN 2175-8689, p. 133-147, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2025/2032>. Acesso em: 14 jun. 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESASTRE DE MARIANA: A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENOVA NAS ÁREAS DE SAÚDE, ÁGUA, TURISMO E PESCA¹

Monika Dowbor

Doutora em Ciência Política/USP (2012), mestre em Sociologia/USP (2006). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos. Porto Alegre/RS. +5511971666075, mdowbor@gmail.com

André Santos

Aluno de graduação do Curso de História da Unisinos. andre.luis_s@hotmail.com

Na maior tragédia socioambiental do Brasil provocada pelo rompimento da barragem pertencente à empresa Samarco em 2015, diversos atores se mobilizaram para enfrentar, intervir e agir mediante o desastre que afetou e vem afetando populações ao longo do Rio Doce. Quando focamos as respostas do Estado no que se refere às políticas públicas mitigadoras, observamos que, no primeiro momento, coube à Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República a coordenação do processo de produção dos programas destinados à reparação dos danos socioeconômicos. Esse trabalho foi realizado em parceria com representantes dos Governos do Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo e resultou num conjunto de políticas a serem implementadas. Estas foram discutidas entre a União, empresa e outros órgãos e abarcadas pelo Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), reproduzindo na sua

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

totalidade os termos da proposta inicial, que era abrangente mas bastante genérica e sem especificações necessárias para a implementação.

Apesar de abranger áreas ligadas a diversos setores públicos, a implementação das políticas mitigadoras coube a um ente privado, a Fundação Renova, instituída para este fim e financiada pelas empresas causadoras do desastre. Dito de outra maneira, a responsabilidade de atender as necessidades e reivindicações dos cidadãos não ficou à cargo das instâncias públicas sejam elas municipais, estaduais ou federais e as formas de relação com as instâncias públicas não foram especificadas. Mais de 40 programas nas áreas tais como indenização, saúde, assistência social, turismo, água e saneamento entre outros se tornaram incumbência da Renova sob o controle do órgão público, também especialmente constituído, o Comitê Interfederativo (CIF). O processo da formulação dos programas e sua implementação pela Renova vem sendo contestado e criticado pela sociedade civil e pelas organizações dos atingidos, alegando-se a demora, a falta de eficiência e efetividade e pouca escuta da população.

Neste *paper*, analisamos os resultados parciais da pesquisa intitulada “Políticas Públicas na ótica das interações socioestatais no desastre ambiental de Mariana/MG” realizada pela equipe da UNISINOS que faz parte de um projeto de pesquisa maior denominado “Projeto Rio Doce da Rede de Pesquisa ComRioComMar”². Na investigação sobre as políticas públicas no contexto de desastres visamos compreender mais amplamente as respos-

2 O site da pesquisa é <https://www.comriocommar.com.br/pesquisa>.

tas do Estado no contexto de desastre e violação de direitos humanos e aqui, mais especificamente, as formas de atuação da Fundação Renova. Se a literatura especializada aponta que o Estado brasileiro não dispõe de capacidades para prevenir e para dar respostas eficientes para as populações atingidas (Valencio; Valencio, 2010), a atuação de organizações de caráter privado na mitigação é um fato e requer novas investigações.

Para entender essa atuação, o levantamento de dados, nessa fase de pesquisa, se baseou na análise de relatórios mensais da Fundação Renova, desde janeiro de 2016 até maio de 2018, publicados no site da Fundação. Destes documentos, foram extraídas todas as informações relativas a quatro áreas, a saber: saúde, água, pesca e turismo em dois municípios de Linhares e Colatina (ES) de modo a construir um banco de dados composto por tipo de ação realizada, atores envolvidos e data da realização. Como resultado preliminar, podemos indicar a pouca interação da Renova com as instâncias públicas responsáveis por esses setores no nível municipal. Outra recorrência é a realização constante da Fundação de reuniões de apresentação dos programas e projetos junto a atores presentes e poucas ações concretas da implementação de programas.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG**. 2016. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/770/relatorio_final_ft_03_02_2016_15h5min.pdf> Acesso em: maio 2018.

- VALENCIO, N (2010). O desastre como locus da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro. N. Valencio, E.A. Paula, A.C. Witkoski (orgs). **Processos de Territorialização e Identidades Sociais**. Volume I. São Carlos, Manaus, Rio Branco: Rima Editora, EdUA, EdUFAC. p. 299-321 VALENCIO, N;
- VALENCIO, N. VALENCIO, A. (2010). O guardador do Portal de Hades: elementos sociopolíticos para uma análise acerca do enfrentamento institucional dos desastres no Brasil. In: VALENCIO, N. (org.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. Volume II. São Carlos: RiMa Editora. p.3-29.

POR QUE EDUCAR PARA UMA CULTURA EM DIREITOS HUMANOS?

Caroline Carlet Azambuja

Estudante de pós-graduação lato
sensu em Direitos Humanos e Políticas Públicas
da Unisinos – e-mail:ccarlet@unisinos.br.

O propósito deste estudo é investigar e refletir o impacto da educação em direitos humanos na cultura dos adolescentes, tendo como sujeito de análise um grupo de alunas e alunos, de uma turma do 9º ano do ensino fundamental de uma escola municipal da cidade de São Leopoldo.

Além do objetivo geral, este estudo visa explorar alguns pontos da educação em direitos humanos com o grupo selecionado, que durante três anos antes ao período pesquisado, receberam aulas de Direitos Humanos. Este estudo pretende investigar, por meio de grupo focal, instrumento que faz parte da empiria deste trabalho, questões como:

- Investigar em que medida os estudos em Direitos Humanos impactaram nas relações escolares e pessoais deste grupo de alunas e alunos;
- Verificar como o grupo de discentes compreende a temática das aulas em Direitos Humanos e como esta abordagem pode impactar e mediar conflitos entre os adolescentes;

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, adotou-se como procedimento metodológico a observação dos participantes e a formação de um gru-

po focal para realizar a análise dos dados, tendo esta pesquisa um caráter qualitativo e subjetivo de investigação. Neste momento da investigação, os dados ainda não foram coletados. A coleta de dados está planejada para iniciar a partir de 15 de outubro de 2018, tendo em vista o prazo final de entrega da monografia, que originou este estudo, no final do mês de novembro.

Contextualização Histórica dos Direitos Humanos

O nascimento dos Direitos Humanos é o resultado das lutas dos movimentos sociais, defesas de novos direitos e liberdades que se contrapunham aos poderes de opressores. Para iniciar esta pesquisa, se fez necessário rememorar a construção dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos na perspectiva teórica da conjuntura histórica ocidental.

Os Direitos Humanos são direitos reivindicados e construídos por necessidades, injustiças e desigualdades. Neste panorama, um episódio ilustra as primeiras manifestações de Direitos Humanos, no qual Antígona reivindica ao Rei o direito de enterrar e chorar a morte de seu irmão. Desta forma, postulando um dos direitos universais da humanidade, o da dignidade humana.

Na idade média, em função da profusão de epidemias e da fome, outros Direitos Humanos foram sendo constituídos, uma vez que a maioria da população sofria pela falta de necessidades básicas. Assim, na Inglaterra, em 1640, nos Estados Unidos, em 1776, e na França, em 1789, a população lutou por seus direitos. Após os esforços populares foram criadas declarações, documentos relevantes que impulsionaram a normatização dos Direitos Humanos no mundo moderno.

A medida que a sociedade evoluía, outros direitos foram sendo reivindicados. A importância dos Direitos Humanos, como defensor dos sujeitos e da humanidade, de uma forma mais universal é retomada com a declaração Internacional dos Direitos Humanos de 1948, como cita Benevides, no livro *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos* (2007, pag. 336): “Isso significa que qualquer indivíduo, em qualquer lugar, deve ser reconhecido como portador de direitos - é este o significado do artigo VI da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, de 1948, o de ‘ser reconhecido como pessoa perante a lei’”.

Após a Segunda Guerra Mundial, a declaração de 1948 exerceu uma força simbólica pós-guerra e representou a tentativa dos Estados vencedores de agir em prol de um discurso de esperança, após o período de terror e de sombras. Na América Latina, os Direitos Humanos surgiram pelo sofrimento e pelos movimentos sociais, sendo suprimidos e repensados nos regimes de exceção.

Educação em Direitos Humanos no Brasil

No contexto nacional e latino-americano, documentos também foram pensados e discutidos para que se propagassem e promulgassem os Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos. No Brasil, documentos parametrizaram a Educação em Direitos Humanos, indicando os eixos que deveriam ser desenvolvidos para que a sociedade brasileira pudesse vivenciar a cultura em direitos humanos. Dentro deste panorama, a Educação em Direitos Humanos surge como uma ponte para universalizar o discurso em Direitos Humanos e fomentar por meio

dos processos educativos e de políticas governamentais que concernem a temática, a importância do campo e do acesso à esta informação.

O acesso ampliaria a abordagem da educação em Direitos Humanos, sua universalidade e coletividade até que os sujeitos se inserissem culturalmente e normalizassem o discurso dos Direitos Humanos, como afirma Candau, no livro *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos* (2007, p. 404):

Os processos de educação em Direitos Humanos devem começar por favorecer processos de formação de sujeitos de direito, a nível pessoal e coletivo, que articulem as dimensões ética, político-social e as práticas concretas.

A educação em Direitos Humanos ainda é incipiente nos ambientes escolares e formais de educação e tem como desafio o avanço de fato e não apenas no discurso original.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos, Cultura em Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos Humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 335-350.
- CANDAU, Vera Maris; **Somos tod@s iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- VIOLA, Solon Annes; ALBUQUERQUE, Marina Z. de (Orgs.). **Fundamentos para educação em direitos humanos**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011

POR QUÊ RETROCEDERMOS AO FUNDAMENTO? POLÍTICAS PÚBLICAS, TRÁFICO DE MENINAS E PROTEÇÃO SOCIAL¹

Rodrigo Cristiano Diehl
(UFRGS/UNISC)

Marli M. Moraes da Costa
(UNISC)

RESUMO: Com o fim da Segunda Guerra Mundial surge a necessidade de se compreender o Estado na América Latina sem a influência de uma corrente alienígena hegemônica. O questionamento que deve ser feito é: o que significa estudar América Latina na atualidade? Como resposta possível acredita-se na possibilidade de problematizar premissas até então inquestionáveis/absolutas, repensando paradigmas teóricos sobre estrutura e instituições fundacionais do Estado e da sociedade. Esse, portanto, deve ser o fio condutor de qualquer estudo crítico sobre o Estado latino-americano. Nesse contexto, de acordo com o *Global Report on Trafficking in Persons* (UNODC, 2016), o tráfico humano movimentava anualmente 38 bilhões de dólares no mundo, destes 85% são oriundos da exploração sexual. Estimativas dão conta de que 100 mil pessoas são vítimas na América Latina e Caribe e que no mundo há 241 rotas de tráfico de pessoas, das quais 60% passam pela América Latina e destas 40% pelo Brasil. Com base nessa conjuntura que o presente es-

¹ O presente trabalho está sendo desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

tudo pretende compreender o cenário latino-americano para a proposição de políticas públicas efetivas de combate ao tráfico internacional de meninas para fins de exploração sexual na América Latina ao reconstruir o processo social, político, jurídico e econômico que enseja nesse problema social. Desse modo, questiona-se: quais os desafios e as perspectivas do combate ao tráfico internacional de meninas para fins de exploração sexual na América Latina por meio da cooperação internacional ao repensar o papel dos sistemas de proteção social e do próprio Estado na América Latina? O método de análise que estrutura a construção do trabalho é o materialismo-histórico-dialético em sua forma expositiva por possibilitar a abordagem dos fenômenos naturais e sociais a partir do viés dialético, realizando a sua interpretação, seu modo de focalizá-los, na perspectiva de materializar um movimento real, suas contradições e forças. Possibilitando um giro decolonial no Estado na América Latina, tendo o gênero, raça e classe como categorias de análise. A sistematização será oportunizada pela pesquisa documental e bibliográfica, de forma exploratória-descritiva. A opção pelo método expositivo de Hegel, construída em conjunto com a teoria marxiana, ocasiona em um primeiro momento a exposição da resposta ao problema de pesquisa e após a construção dos resultados. Desse modo, deve-se questionar para onde irá avançar a exposição, assim “[...] o avançar é um retroceder ao fundamento, ao originário e verdadeiro, do qual depende o princípio com que se começou e pelo qual a realidade se produziu” (HEGEL, 1956, p. 92, tradução livre). A análise de políticas sociais utilizando a lente e o enfoque

dialético necessita considerar alguns elementos fundamentais para explicar tanto o surgimento quanto o desenvolvimento de determinado fenômeno ou realidade social. Entre eles, tem-se a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias utilizadas de acumulação prevaletentes. O segundo ponto é o papel do Estado latino-americano na regulamentação e na implementação das políticas sociais e, o terceiro, é o papel das classes sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). As discussões e os principais resultados perpassam pela necessidade de alteração do *status quo* de políticas de desmonte dos sistemas de proteção social, isto é, a construção de um novo projeto societário de desenvolvimento e de estruturação do Estado, por meio de políticas públicas que baseiam-se no pensamento decolonial na compreensão das bases do tráfico internacional de meninas para fins de exploração sexual com o objetivo de efetivar o seu combate. O combate ao tráfico internacional de meninas para fins de exploração sexual na América Latina somente será efetivamente possível por meio da cooperação internacional na qual, cada nação reconheça o seu déficit de atuação e construa, em um processo conjunto, políticas públicas interligadas e interconectadas. Essa construção entre e com as nações latino-americanas é necessária diante da forma multifacetada e multicausal do tráfico internacional de meninas em que os países isoladamente não conseguiram e não conseguem combater esse problema que assola milhares de crianças.

Palavras-chave: América Latina; proteção social; tráfico internacional de meninas.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **The Philosophy of History**. New York: Dover Publications, 1956.
- UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. **Global Report on Trafficking in Persons**. Nova Iorque: UNODC, 2016.

REDES DE APOIO SOCIAL E VIGILÂNCIA DOS ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL: UM ESTUDO SÓCIO-ANTROPOLÓGICO

Gisele Cristina Tertuliano

(PPG Saúde Coletiva/ Unisinos, Secretaria
Municipal de Saúde de Cachoeirinha)

RESUMO: Como atividade das ações de vigilância em saúde em um município da grande Porto Alegre, a notificação e investigação de todos os óbitos de mulheres jovens e maduras em idade fértil são atividades gerenciadas e organizadas pelas instâncias governamentais, proporcionando maior conhecimento da magnitude da mortalidade desse grupo populacional. Assim, a avaliação da qualidade dos dados de mortalidade é um desafio científico, sob o ponto de vista interdisciplinar e intersetorial a fim de subsidiar políticas de saúde para a melhoria dos indicadores de saúde. Acrescidas as ações de vigilância, há a necessidade de incrementar as redes de apoio às famílias fragilizadas pela ocorrência do óbito. Além de uma atividade essencialmente técnica, conforme o preconizado pelo Ministério da Saúde é fundamental humanizar o processo de investigação desse óbito em ambiente familiar utilizando pressupostos teóricos e filosóficos para o entendimento das subjetividades dos sujeitos e qualificar o processo de cuidado durante a investigação. O encontro face a face entre o profissional investigador e o familiar em processo de luto, transcende os aspectos técnicos do preenchimento do formulário de investigação (por exem-

plo, óbitos por câncer, por feminicídio) estabelecendo uma relação humanista de como a família pode fazer novos arranjos de vida a partir da morte da figura da mãe, esposa ou filha através da construção de uma rede social de apoio e como as equipes de saúde irão desenvolver novas habilidades no processo de cuidado. Durante as visitas de investigação de óbitos realizadas pelo Núcleo de Eventos Vitais / Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeirinha/RS procuramos divulgar as redes de apoio social existentes no município objetivando o amparo às famílias em situação de vulnerabilidade social e emocional. Este grupo de mulheres representam uma fração considerável da força produtiva do país e desempenham um papel fundamental para a constituição e manutenção da família, incluindo o alicerce no processo de cuidado e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de seus filhos. Na tentativa de reorganizar a vida desses indivíduos o apoio social é fundamental para perceber sinais de risco para desajustes orgânicos e sociais, integrando serviços de saúde, escola, amigos, vizinhos entre outros. Através da experiência das equipes de investigação ao longo de dez anos, aprimoramos o nosso cuidado no atendimento humanizado às famílias. Assim percebemos durante essa construção desse novo método de fazer vigilância de óbitos que as políticas públicas devem inovar sua práxis, através das ações solidárias geradas horizontalmente entre indivíduos e grupos sociais no interior da sociedade civil, nas instâncias de poder dos governos, contribuindo para a compreensão do determinismo social na saúde desses indivíduos. E sempre nos questionamos: como produzir uma

rede de cuidados que compartilhe a sua solidariedade com crianças, jovens, idosos que enfrentam o luto em suas famílias? Muitos são os questionamentos, porém a invisibilidade do outro durante a visita domiciliar para a investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil não pode perpetuar. Seguir protocolos, normas e rotinas sem a garantia de resolutividade para uma necessidade que é primordial: o respeito à dignidade, ao sentimento do outro quando expõe suas dores, amarguras e ressentimentos decorrentes do luto. Compreender essa dinâmica é um dos desafios dos serviços de saúde e é necessário mudar paradigmas, ampliar conceitos éticos e morais, sentidos estéticos para a garantia da integralidade dos indivíduos.

Palavras-chave: Apoio Social; Políticas Públicas; Rede

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Saúde da Criança e Aleitamento Materno. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Coordenação Geral de Informação e Análise Epidemiológica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual dos comitês de mortalidade materna / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

MARTINS, Paulo Henrique; FONTES, Breno (Orgs.).
Redes sociais e saúde: novas possibilidades
teóricas. Recife: UFG, 2004. 159 p.

Grupo de trabalho: 8

Empoderamento Legal

A EFETIVIDADE DO PROJETO PROMOTORAS LEGAIS POPULARES NO MUNICÍPIO DE CANOAS-RS

Milka Corrêa Machado

Acadêmica do 8º semestre do Curso de Direito da UFRGS. E-mail: milka.correa@hotmail.com

Juliane Sant'ana Bento

Professora orientadora, professora temporária no Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da UFRGS. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito na FURG. Doutora em Ciência Política pela UFRGS (2017). E-mail: julianebento@ymail.com

Neste ensaio, será analisada a atuação das Promotoras Legais Populares (PLPs), as quais são capacitadas para assistir e orientar outras mulheres, a fim de prevenir e combater diversos tipos de violência contra a mulher. Examinarei, especificamente, a atuação da turma de 2018 de Promotoras Legais Populares na cidade de Canoas, de forma a apurar sua efetividade na defesa, principalmente jurídica, de mulheres em situação de violência. Será investigada a ação das PLPs em relação aos serviços estatais que pertencem à rede de enfrentamento à violência contra a mulher. O tema é relevante, pois o número de feminicídios aumentou 90% entre 2006 e 2016¹ no Rio Grande do Sul, nos levando a investigar quais são as outras formas, além do estudo formal do Direito, de combater e prevenir a violência contra a mulher.

1 CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2018**. Brasília: IPEA, 2018, p. 44-55. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 07 out. 2018.

O tema escolhido versa sobre direitos humanos das mulheres, educação jurídica popular pela ótica feminista, acesso à justiça, transformação social, combate e prevenção à violência contra a mulher e empoderamento feminino.

Neste trabalho, será examinado o trabalho das Promotoras Legais Populares no município de Canoas, as quais se apropriam da educação popular do Direito e o tornam objeto de transformação social nos lugares que o Direito formal não consegue acolher. O projeto PLPs, ofertado pela ONG Themis no Rio Grande do Sul, capacita as cursistas para assistirem e orientarem mulheres acerca de seus direitos, por meio da educação popular, com o intuito de prevenir e combater a violência de gênero. O projeto pretende fornecer conhecimento jurídico e legal para que se possa promover a democratização do conhecimento do Direito, a fim de que as cursistas e as assistidas reconheçam eventuais violações de seus direitos. Outro objetivo do curso é capacitar as participantes do projeto para que atuem na rede de enfrentamento à violência, fiscalizando o aparato e propondo políticas públicas. O projeto PLPs reconhece a situação de exclusão das minorias a que mulheres estão sujeitas e trabalha com uma abordagem interseccional.

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação das Promotoras Legais Populares (PLPs) no município de Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, a fim de entender de que forma a educação jurídica popular fornecida no curso de formação dessas mulheres gera resultados efetivos na promoção do acesso à justiça, dos direitos das mulheres e na defesa desses direitos no âmbito dos serviços públicos relacionados à rede de enfren-

tamento à violência contra as mulheres. Busca-se constatar que o “não-acesso” das Promotoras Legais Populares ao estudo formal e acadêmico do Direito não as impede de criar e promover direitos em suas comunidades, alterando o *status quo*. Pretende-se verificar como (e se) as Promotoras Legais Populares promovem a multiplicação do conhecimento produzido durante o curso para a maximização do empoderamento delas e de outras mulheres e para a transformação social.

Para a realização da pesquisa, será utilizado o método qualitativo, através de uma pesquisa etnográfica das PLPs formadas na turma de 2018 e de suas assistidas, com dados relacionados a pessoas, locais e conversas. Para a abordagem dos objetivos, será utilizado o método exploratório, juntamente com o método dedutivo. Os procedimentos a serem adotados serão entrevistas, pesquisa de campo e revisão bibliográfica.

Os principais autores da contribuição teórica são: George Marmelstein, Alinne de Lima Bonetti, Paulo Freire, Fernanda Fernandes de Oliveira, Maria Amélia de Almeida Teles, Carolina Tokarski, Cláudia Fonseca e Livia Gimenes Dias da Fonseca, os quais abordam temas sobre gênero, direito achado na rua, educação popular, criação do projeto PLPs e suas conquistas, direitos humanos e acesso à justiça.

Uma vez que esta é uma pesquisa em andamento, ainda não há resultados. Os resultados pretendidos são: demonstrar como a educação jurídica popular feminista, aliada ao direito achado na rua, em uma visão transdisciplinar, pode contribuir para o combate à violência contra a mulher; reconhecer o projeto Promotoras Legais Populares como um espaço de construção de direitos e pro-

moção de justiça social; apontar eventual fragilidade na articulação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher e evidenciar a relevância do trabalho das PLPs para a sociedade, de forma que possa conscientizar a importância da manutenção deste curso.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Promotoras Legais Populares; Acesso à Justiça.

REFERÊNCIAS

- BONETTI, Alinne de Lima. **Metodologia Themis de acesso à justiça**. Porto Alegre: Editora Themis, 2005.
- FONSECA, Lúvia Gimenes Dias da. **A luta pela liberdade em casa e na rua: a construção do Direito das mulheres a partir do projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal**. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. O Direito achado na rua: concepção e prática. In: _____. **Introdução Crítica ao Direito**. 4. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

A REINSERÇÃO SOCIAL DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL: TRAJETÓRIAS DE EMPODERAMENTO

Andressa Camargo dos Santos

(Universidade Federal de Ciências da
Saúde de Porto Alegre)

Aline Alves Velela

(Universidade Federal de Ciências
da Saúde de Porto Alegre)

A violência contra as mulheres é uma das principais formas de violação aos direitos humanos, principalmente no que tange ao direito à vida, à saúde e à integridade física, e encontra-se diretamente ligada às construções históricas, sociais e culturais desiguais das relações de gênero. Dito isso, é necessário enfatizar como os direitos conquistados pelas mulheres ao longo das últimas décadas estão sendo a todo o tempo ameaçados por uma nova onda neoliberal ascendente no país, baseada no modelo de sociedade patriarcal na qual vivemos e, por esse motivo, torna-se essencial que o movimento feminista esteja cada vez mais fortalecido e articulado com instâncias jurídicas e de saúde, por exemplo, para lutar pela manutenção dos direitos das mulheres e pela conquista de novos. Partindo destas constatações surgiram as seguintes questões de pesquisa: “*Quais as trajetórias de reinserção social de mulheres vítimas de violência conjugal?*” e “*Quais os processos de empoderamento feminino que se constroem no decorrer das trajetórias experienciadas por estas mulheres?*”.

Assim, este estudo tem como objetivo conhecer as trajetórias que mulheres violentadas pelo

parceiro traçam após a experiência de violência, buscando, a partir destas escutas, experiências que evidenciem a construção do empoderamento individual e coletiva presentes no processo de reinserção social.

Para isso delineou-se uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, baseada na construção de trajetórias de vida e tendo como participantes mulheres vítimas de violência conjugal e que buscaram acolhimento em uma casa abrigo do município de Porto Alegre, RS, nos últimos cinco anos. O primeiro contato com a casa abrigo foi feito a partir de um encontro presencial com sua coordenadora para que se pudesse definir a dinâmica de pesquisa, escolhendo-se as trajetórias de vida como uma forma de tornar as histórias das mulheres mais vivas, tornando-as narradoras de suas próprias experiências e não apenas interlocutoras.

Com base nisso, as informações que compõem o presente trabalho serão geradas a partir de entrevistas abertas, as quais serão gravadas e transcritas na íntegra, e relatórios em diários de campo das pesquisadoras. O contato com as mulheres se dará inicialmente via telefone a fim de convidá-las a participar do estudo e combinar o local onde elas se sentiriam mais à vontade para o diálogo. Uma vez aceito o convite será marcado um encontro em local de escolha da mulher para realização da entrevista e aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Poderão ser realizadas mais de uma entrevista em mais de um dia de encontro, haja visto toda complexidade do tema em questão e a possibilidade de cada mulher desejar ter um tempo específico de fala. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa com abor-

dagem sobre as trajetórias de vida das mulheres, torna-se bastante complexa a definição de saturação dos dados ou de critérios pré-concebidos para a finalização da geração de informações.

Entendemos que, nesse contexto de estudo, a fala de cada mulher deve ser valorizada, uma vez que sua narrativa é própria e revela particularidades do grupo no qual vive. Afinal, uma única história de vida pode revelar comportamentos, situações, valores e ideologias de um grupo ou sociedade. Logo, temos como propósito uma participação que reflita as complexas e múltiplas dimensões do fenômeno pesquisado, procurando qualidade e profundidade nas ações e interações durante o estudo.

Acreditamos que possibilitar a escuta acolhedora das mulheres contando suas trajetórias de reinserção social e compartilhando suas experiências possibilita o exercício do empoderamento individual e coletivo. Individualmente, pois fortalece as conquistas pessoais e coletivo porque identifica as redes de apoio social que cercam essas mulheres e as oportunidades geradas pela comunidade para o seu retorno. Trazer à luz as forças, os agenciamentos e as trajetórias das mulheres que conseguiram se afastar do ciclo de violência é compartilhar vozes não silenciadas, corpos que se empoderam, vidas que se entrelaçam e conquistam liberdades. Em tempos de luta constante pelo não silenciamento, pelos direitos humanos, pela não violência e pela diversidade, estes relatos tornam-se estratégias potentes de empoderamento feminino e, principalmente, de transformação social.

Palavras-chave: Violência conjugal; violência de gênero; reinserção social, trajetórias de vida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2011. 46 p.
- Bandeira L. M.; Almeida T. M. C. Vinte anos da convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**. v. 23, n. 2, 2015.
- Bandeira L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**. v. 29, n. 2, 2014.

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O ACESSO À JUSTIÇA: UMA BREVE ANÁLISE DAS NORMAS JURÍDICAS DE URUGUAIANA-RS

Marina dos Reis Marty

(Graduanda do Curso de Bacharelado
em Fisioterapia, Universidade Federal do
Pampa – Campus Uruguaiana)

Alinne de Lima Bonetti

(Antropóloga e Doutora em Ciências
Sociais/Unicamp. Docente da Universidade
Federal do Pampa - Campus Uruguaiana.

A judicialização da violência de gênero está inserida em um cenário marcado por desigualdades no que tange o acesso à justiça, ou seja, a porta de entrada da rede de atendimento se mostra distinta quanto ao acolhimento para com as mulheres em situação de violência, podendo ocorrer ainda uma “revitimização”. Esta revitimização ocorre quando ao procurar a rede de atendimento, a mulher depara-se com profissionais despreparados e por repetidas vezes, é questionada sobre a veracidade do relatado. A implementação de políticas públicas, legislações e serviços como as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, Casas-abrigo e capacitação profissional para atender estas mulheres seria de extrema importância para combater esse fenômeno, mas para isto ser possível, o Estado deve ser mais atuante.

Esta análise parte dos resultados parciais de uma pesquisa em andamento relativa ao projeto multicêntrico e multidisciplinar, “Estudos da judicia-

lização da “violência de gênero” e difusão de práticas alternativas numa perspectiva comparada entre Brasil e Argentina” sob coordenação executiva do Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS), da – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e composto por equipes de pesquisa dispostas em distintas regiões no Brasil e na Argentina. Objetiva estabelecer uma perspectiva comparada entre os dois países quanto à judicialização da violência de gênero, entendida como um

[...] conjunto de práticas e valores, pressupostos em instituições como a Delegacia da Mulher, e que consiste fundamentalmente em interpretar a ‘violência conjugal’ a partir de uma leitura criminalizante e estigmatizada confida na polaridade ‘vítima-agressor’, ou na figura jurídica do ‘réu’. (RI-FIOTIS, 2004, p. 89).

Na sua etapa inicial, este projeto previu a identificação da rede de atendimento a vítimas e agressores nos municípios em que se encontram os grupos de pesquisa participantes, bem como um levantamento bibliográfico e legislativo referente ao tema da violência de gênero contra a mulher. Desta forma, neste texto problematizaremos os resultados encontrados no que tange à legislação municipal de Uruguaiana, fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Os dados foram coletados por meio do levantamento de normas jurídicas municipais no ambiente virtual, através do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL. Buscou-se os termos “mulher” e “violência”, obtendo-se apenas quatro normas jurídicas, do montante de 6196 que o município conta atualmente. Contudo, uma recorrência chamou-nos a atenção: o expressivo

número de matérias legislativas alusivas ao campo religioso protestante, seja tradicional ou pentecostal, como a criação de datas oficiais, projetos de lei, instituições declaradas utilidades públicas ou ainda programas, em um contexto em que 27% da população é evangélica (IBGE, 2010).

No que tange aos direitos das mulheres, encontramos a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIMU); utilidade pública conferida à Associação SOS Mulher, ambos do início da década de 1990, bem como a Lei 4.812/2017, que torna obrigatória a notificação pelos serviços de saúde às autoridades competentes quando houver sinal de violência doméstica, além de seu registro no prontuário médico e a Lei 4835/2017 que institui o Programa Quebrando o Silêncio, de combate e prevenção à violência doméstica. Há, ainda, um projeto que se encontra em trâmite (em 2018) sobre aviso obrigatório nas embalagens de produtos alimentícios fabricados no município sobre o caráter de crime de violência contra mulher. Cumpre destacar que o município de Uruguaiana conta com uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), criada em 2014, uma Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar, além de poucos órgãos de Assistência Social (como Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS), e da Saúde (como Centro de Atenção Psicossocial – CAPS), para onde são encaminhados os agressores. No que diz respeito à sociedade civil, há o Serviço de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, existente desde o início dos anos 1990.

Frente a este quadro, notamos que, de um lado, a quantidade das normas, o espaçamento

de 24 anos entre elas, o seu conteúdo e, de outro, a precariedade dos serviços públicos voltados ao tema denotam a falta de interesse e investimento tanto dos poderes legislativo quanto do executivo locais, o que remete à naturalização da violência de gênero contra as mulheres, como apontam os dados registrados pela DEAM (2018), a exemplo, o número de medidas protetivas solicitadas no ano da sua criação foi de 803 e em 2018, de 792. Neste sentido, é eloquente o fato de que uma das poucas normas voltadas ao tema se trata da instituição de um programa de prevenção e combate ao abuso e violência doméstica a ser desenvolvido na rede pública de educação, bem como nos órgãos de assistência social do município, promovido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia em diferentes países da América Latina desde 2002. Na ausência do Estado, grupos confessionais têm ocupado seus espaços. Resta-nos saber os seus efeitos e implicações para o enfrentamento da chamada “revitimação” das mulheres vítimas de violência.

Palavras-chave: Mulheres. Violência. Legislação

REFERÊNCIAS

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Uruguaiana. Estatísticas **DEAM ano a ano**. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Uruguaiana**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/uruguaiana/panorama>>. Acesso em: 25 set. 2018.

RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a “judicialização” dos conflitos conjugais. **Soc. estado.**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 85-119, jun. 2004 .

DIREITO EM MOVIMENTO: AS REIVINDICAÇÕES DE PESSOAS TRANS NA GRAMÁTICA JURÍDICA A PARTIR DO TRABALHO DO G8-GENERALIZANDO

Simone Schuck da Silva

(Doutoranda em Direito pela
Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

Este trabalho pretende compartilhar os resultados de minha pesquisa de mestrado "*Fora da norma? Conflitos dogmáticos nas demandas por retificação de nome e sexo no registro civil*", a qual analisa o impacto do projeto "Direito à Identidade: Viva seu nome!", realizado pelo G8-Generalizando. O interesse em pesquisar o tema surgiu ao relacionar o conceito de perversão do direito (RODRIGUEZ, 2016) aos conflitos dogmáticos configurados das ações de retificação do grupo. Para a realização do projeto de retificação do registro civil de pessoas trans, o G8-Generalizando posicionou-se pela não-patologização de suas identidades de gênero, ou seja, foi contra a compreensão das travestilidades e das transexualidades como patologias, doenças no sentido médico-psiquiátrico, psicológico ou biomédico. O trabalho de traduzir as demandas das pessoas trans para a gramática do direito sem patologizar suas vivências refletiu diretamente na formulação dogmática dos requerimentos jurídicos. Passamos a divergir do Ministério Público e do Judiciário sobre a forma regulatória do nome e do sexo no registro civil e sobre as provas necessárias nos processos. Esses conflitos resultaram em decisões judiciais que pervertiam o direito e provocaram a

necessidade de uma pesquisa empírica aprofundada para analisá-los.

Diferentemente do momento da dissertação, passei a escolher a expressão “pessoas trans” para referir as identidades de gênero de mulheres travestis e transexuais, homens transexuais e pessoas transexuais não-binárias. Minha escolha decorre das críticas de pessoas trans ativistas e acadêmicas sobre as demarcações fixas de suas identidades de gênero, segundo as quais formulações demasiadamente abstratas sobre as identidades frequentemente estão associadas a relações desiguais e assimétricas de poder. Também a utilização isolada de alguns termos referentes a identidades sempre pode pôr em prática um processo de desassujeitamento. A expressão “pessoas trans”, portanto, designa primeiramente os sujeitos como pessoas com o objetivo de não os resumir a suas identidades de gênero.

Para analisar os conflitos dogmáticos, realizei uma pesquisa empírica de duas etapas. Na primeira, elaborei uma pesquisa de campo de caráter quantitativo e qualitativo sobre a amostra de todos os processos de retificação ajuizados pelo G8-Generalizando. O objetivo foi analisar quais significados jurídicos-dogmáticos foram colocados em disputa e como esse conflito foi configurado no processo judicial. A amostra totalizou 179 ações judiciais, das quais foram examinadas de fato 167. A análise foi realizada a partir de um formulário com os principais dados do processo. Já na segunda etapa, realizei uma pesquisa de campo de caráter qualitativo a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos sujeitos envolvidos nos conflitos dogmáticos investigados. Foram empregadas ao todo dezessete entrevistas com inte-

grantes e ex-integrantes do G8-Generalizando e com os agentes das instituições jurídicas em que os processos do grupo foram julgados, ou seja, juiz de direito e promotor de justiça da Vara de Registros Públicos do Fórum Central de Porto Alegre e representantes das 7ª e 8ª Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, responsáveis por julgar os recursos das ações. A técnica de entrevista foi escolhida por ser capaz de ampliar a análise dos conflitos dogmáticos pelo acesso à pluralidade das construções de sentido dos sujeitos envolvidos.

Em resumo, identifiquei nos processos judiciais e nas entrevistas os seguintes procedimentos: a) uma *terceirização* do processo identitário, em razão de requerimentos probatórios como fotos pessoais, cópias de perfis em redes sociais e a prova técnica, ou seja, o laudo médico-psiquiátrico com o diagnóstico de “transexualismo” ou o atestado de realização de cirurgia de redesignação sexual; b) a *naturalização*, pelas autoridades jurídicas, do sentido de sexo civil como um “sexo psicológico” – em oposição a um “sexo biológico” –, e a decorrente naturalização da necessidade do uso de uma prova técnica, um diagnóstico emitido por autoridade médica sobre a saúde mental da pessoa requerente; c) a *determinação ilegítima* do resultado de uma prova judicial, no sentido de a autoridade judiciária exigir expressamente o diagnóstico de “transexualismo” pelo Catálogo Internacional de Doenças com o código CID-10 F64.0; e d) a *desconsideração* da causa de pedir das demandas – os constrangimentos sofridos pelas pessoas requerentes em relação ao seu registro civil – como fundamento do objeto em litigância. Em outras palavras, só deveriam ser compreendidos como obje-

tos de prova judicial os sofrimentos causados pela ininteligibilidade dos documentos de identificação e não o próprio sexo da pessoa demandante. Essa desconsideração permitiu que *a identidade de gênero de pessoas trans fosse determinada, ao fim do processo, pelas autoridades judiciárias, em vez de expressada pela gramática jurídica.*

As decisões judiciais que construíram esses procedimentos autoritários foram consideradas perversões do direito, pois utilizaram a gramática jurídica para conferir aparência jurídica a decisões arbitrárias, sem justificativa ou fundamentação, o que impossibilitou seu controle pela sociedade. Sugerir, por fim, a possibilidade de regular o nome e o sexo civis a partir de um procedimento administrativo, em que, ao mesmo tempo, a segurança jurídica e a autonomia dos sujeitos fosse garantida e perversões do direito fossem evitadas. Essa forma regulatória mais emancipatória foi concretizada no exato dia da defesa da pesquisa, no qual o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI nº 4.275 e do RE nº 670.422, garantiu às pessoas trans, independentemente de provas patologizante e de processo judicial, o direito à alteração de nome e sexo diretamente nos cartórios de registro civil.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Pessoas trans. Direito.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 78, p. 241-257, jul./dez. 2014.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Perversão do direito (e da democracia): seis casos. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 261-294, 2016.

IMPLANTAÇÃO DE GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO VOLTADOS A HOMENS EM SITUAÇÃO PROCESSUAL

Alessandra Ribeiro de Liz

(Centro de Referência de
Assistência Social de Jaquirana)

Chaiane Stancki de Lima

(Centro de Referência de Assistência
Social de São José dos Ausentes)

Cristiana Chittolina Boeira

(Centro de Atenção de Psicossocial de Bom Jesus)

Drasiane Biazuz Hoffmann

(Centro de Atenção de Psicossocial de Bom Jesus)

Fernanda Soprana Coelho

(Centro de Referência de Assistência
Social de São José dos Ausentes)

Karina dos Santos Rodrigues Albé

(Centro de Referência de
Assistência Social de Jaquirana)

Thalita Jappe

(Centro de Referência de
Assistência Social de Bom Jesus)

Uda Roberta Doederlin Schwartz

(Poder Judiciário Juíza de Direito
da Comarca de Bom Jesus)

Valmirio Costa Pereira

(Centro de Referência de
Assistência Social de Bom Jesus)

Viviane Ribeiro de Jesus

(Centro de Referência de
Assistência Social de Bom Jesus)

O projeto ora proposto objetiva a redução da violência doméstica na Comarca, a conscientização dos agressores e a mudança da cultura machista vigente na região.

Os princípios da comunicação não violenta. A disseminação do conhecimento jurídico e sociológico sobre violência doméstica e de gênero. A utilização do “objeto da fala”, da Justiça Restaurativa. A empatia.

A inclusão dos agressores nos grupos–nominados “participantes “– ficou a cargo do Judiciário. Os agressores somente eram incluídos nos grupos caso manifestassem vontade em frequentá-los, pois, a coercibilidade de sua participação prejudicaria o funcionamento dos grupos.

A participação no Grupo corria em paralelo ao processo judicial, a participação não resultaria em absolvição. Mas, poderia ser encarada favoravelmente em eventual condenação, quando da fixação da pena. Aos participantes já condenados, o tempo de frequência ao Grupo passou a ser descontado do tempo de condenação. Em muitos casos, os facilitadores faziam recomendações de prosseguimento do seu acompanhamento, tais como “deve ser propiciado acompanhamento psicológico” e “inclusão em grupo de alcoólicos anônimos”, acolhidas pelo Judiciário, sem integrar o processo criminal.

A violência doméstica é um assunto que vem sendo bastante discutida na atualidade e, vários são os instrumentos que estão sendo pensados para minimizar os efeitos catastróficos causados à mulher. É preciso que pensemos no quanto esta questão é complexa, isso se levamos em consideração as características pessoais (lugar onde nasceram, onde se desenvolveram exemplos afetivos,

formas de imposição de limites, cultura familiar) dos envolvidos neste ciclo de vícios e dependências.

Khouri (2006) enfatiza que a [Lei Maria da Penha](#) tem como foco principal criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar. Em outras palavras, tornam-se imprescindíveis ações voltadas à atenção e ao cuidado de vítimas e também de agressores nos casos de violência doméstica, trazendo contribuições de diferentes campos do conhecimento na busca da resolução dos conflitos de gênero.

O Grupo Reflexivo de Gênero foi pensado como um fator de proteção às mulheres, vítimas de violência doméstica, ressignificando conceitos com aqueles que apresentavam dificuldades em lidar com conflitos (conceitos advindos de uma cultura machista e patriarcal). O objetivo do grupo foi oportunizar ao participante um espaço qualificado de escuta e diálogo, onde ele pudesse repensar suas atitudes diante destas relações, antes baseadas em conceitos puramente distorcidos quanto ao papel da mulher nas relações sociais.

Nesta perspectiva, o grupo Reflexivo de Gênero propicia ao participante, autor da violência (física, psicológica, moral...), a possibilidade de mudar enquanto ao modo que age e como pensa seus papéis dentro desta relação, isso ao apropriar-se da escuta do outro, conseguindo, de alguma forma, perceber suas dificuldades. Os aspectos envolvidos neste processo se perpetuam nas diferenças e são internalizados a partir da participação no grupo, onde o participante passa a enxergar-se através do outro, modificando a lógica da agressão como única forma de resolver seus problemas.

O resultado desta experiência oportunizou-nos a possibilidade de compreendermos qual o

entendimento dos participantes acerca da perpetuação de uma cultura machista, onde as relações doentias se estabeleciam também como modelos aprendidos e que se repetiam neste contexto de distorções e falta de informação. Ao conseguirem pensar na lógica do confronto, sem que seja a única alternativa possível, os participantes conseguem rever suas atitudes, dando início a uma nova forma de pensar, incluindo o diálogo como ferramenta imprescindível na resolução de conflitos.

Pertinente relatarmos que o papel do facilitador exige muita sensibilidade e tolerância. É inegável que, em alguns momentos, controlar os sentimentos despertados exige-nos muito esforço, já que, referir-se às mulheres neste contexto de dependência e submissão, perpassa também pelo nosso entendimento acerca da violência e das consequências causadas às mulheres.

O grupo Reflexivo de Gênero consegue transpor ao agressor novas formas de pensar e agir. Isso levando em consideração a baixa reincidência dos participantes após participação nos grupos e a nova lógica de entendimento do próprio comportamento.

Palavras-chave: Grupos Reflexivos de Gênero; Violência Doméstica; Homem Agressor.

REFERÊNCIAS

KHOURI J. N. **Considerações Sobre a Violência de Gênero e Violência Doméstica contra a Mulher.** v.1, p. 1-5, 2001. Publicado pela Defensoria Pública do Mato Grosso. Disponível em: <<https://dp-mt.jusbrasil.com.br/noticias/3021506/artigo-consideracoes-sobre-a-violencia-de-genero-e-violencia-do-mestica-contra-a-mulher>>.

LEI MARIA DA PENHA: TIPOS DE VIOLÊNCIA REGISTRADOS NA DEAM DE SANTA MARIA, RS

Dieine Aparecida Maia Bevilacqua

(Discente da Faculdade Integrada
de Santa Maria – FISMA)

Herton Goerch Caminha

(Docente da Faculdade Integrada
de Santa Maria – FISMA)

Patrícia Lucion Rosa

(Docente da Faculdade Integrada
de Santa Maria – FISMA)

Tavane Munhoz da Silveira

(Discente da Faculdade Integrada
de Santa Maria – FISMA)

No atual contexto social, a violência contra a mulher é considerada uma questão de saúde pública, devido aos impactos causados em âmbito biológico, social e psicológico. As consequências da violência podem ser visualizada facilmente no dia a dia, pois todo ano, mais de um milhão de pessoas perdem suas vidas e muitas outras sofrem lesões não fatais, resultantes de autoagressões, de agressões interpessoais ou de violência coletiva.

Assim, o presente trabalho objetivou conhecer os tipos de violência registradas na Delegacia de Proteção à Mulher da cidade de Santa Maria/RS (DEAM/SM), referentes ao primeiro semestre de 2016. Mais especificamente buscou constatar qual o tipo de violência mais ocorreu e qual a que apresentou menor número de registros, além de caracterizar os tipos de violência existentes.

Através de uma disciplina obrigatória do Curso de Graduação em Psicologia, da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA), acadêmicos vem coletando dados nos boletins de ocorrência na DEAM/SM. Nesta ocasião apresentamos dados referentes ao primeiro semestre do ano de 2016. Inicialmente, os mesmos foram reunidos sem intenção de pesquisa, entretanto, devido à grande relevância desses, considerou-se importante compartilhá-los com a comunidade científica. Dessa forma, o presente trabalho configura-se como um estudo documental, conceituado como um estudo no qual a base do mesmo são documentos. Os dados foram sistematizados por acadêmicos e receberam tratamento quantitativo e qualitativo.

Na análise dos dados, pode-se observar que, dos 591 casos registrados no primeiro semestre de 2016, a violência psicológica/moral foi a que apresentou o maior número de registros, 57% dos casos, representando 335 denúncias. No que se refere ao tipo de violência que obteve o menor número de registros, constatou-se a violência de origem sexual, com 2% dos registros, que representa 10 casos denunciados. Uma possibilidade para esse pequeno número de ocorrências, pode estar no fato de que, em se tratando de violência doméstica, tal agressão ocorre dentro do próprio lar e muitas vezes é praticada pelo próprio companheiro, impossibilitando as vítimas de reconhecer a violência. Com relação aos demais tipos de violência, verificou-se que a de origem física apresentou 211 denúncias, abrangendo 36% dos casos. Por fim, a violência de origem patrimonial corresponde a 6% das ocorrências, ou seja, 33 casos.

A Lei nº 11.340, intitulada de Lei Maria da Penha, foi criada para coibir a violência contra a

mulher e trouxe grandes transformações na condução dos casos. Dentre as mudanças encontramos a tipificação das violências. A lei estabelece cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, a saber: violência física, entendida como qualquer ação ou atitude que ofenda a integridade ou saúde corporal do sujeito; violência de origem psicológica, que é compreendida como qualquer conduta que cause danos emocionais, diminuição da autoestima ou ainda, que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que pretenda degradar e controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e impedimento do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; violência sexual compreende qualquer conduta que constranja ao sujeito a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não consentida, por meio de intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a instigue a comercializar ou a utilizar, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação, ou ainda que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; violência patrimonial, entende-se como qualquer conduta que caracterize retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos; violência moral, é entendida como qualquer comportamento que configure calúnia, difamação ou injúria.

Portanto, a tipificação da violência é útil para a compreensão deste fenômeno complexo que ocorre em todo o mundo. Referente aos achados apresentados neste trabalho, considera-se relevante o grande número de denúncias referentes à violência psicológica/moral, permitindo inferir que está ocorrendo um movimento por parte das vítimas. Acredita-se que a Lei esteja empoderando as mulheres e proporcionando a compreensão de que a agressão verbal, também é passível de denúncia e causadora de danos. Vale destacar que, muito embora infelizmente já seja um expressivo número de registros, estes dados se referem somente ao primeiro semestre de 2016, não sendo uma amostra completa de todas as denúncias.

Palavras-chave: Violência; Mulher; Tipologia.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, 2006. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/115281969/dou-secao-3-09-05-2016-pg-165>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde de Coletiva**. v. 11, p. 1163-1178, 2007.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAPA DO ACOLHIMENTO: UMA REDE DE SOLIDARIEDADE E MOBILIZAÇÃO ENTRE MULHERES PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL

Ana Beatriz Pereira El-Kadri
(Nossas)

Gabriela Barros da Silva
(Nossas)

Isabel Cavalcanti de Albuquerque
(Nossas)

Larissa Schmillevitch
(Nossas)

Mariana Ribeiro
(Nossas)

O Mapa do Acolhimento nasceu durante a Primavera das Mulheres de 2016 no Nossas, uma organização sem fins lucrativos. Diante do brutal estupro coletivo de uma jovem no Rio de Janeiro, e cientes da assimetria regional na disponibilidade de equipamentos e serviços públicos de acolhimento, bem como das diversas barreiras de acesso das mulheres e da subnotificação dos casos de violência, as trabalhadoras do Nossas criaram uma rede nacional para conectar advogadas e psicólogas voluntárias a mulheres que precisassem desses serviços em decorrência da violência de gênero.

Em poucos meses, o projeto recebeu centenas de profissionais voluntárias e pedidos de ajuda. Em 2017 realizou-se uma campanha de financiamento coletivo para a contratação de uma equipe dedicada. Em 2018, o projeto teve os seus

processos revisados e a plataforma foi relançada. Em um mês, recebemos quase 4000 cadastros de psicólogas e advogadas e, entre junho e outubro, mais de 2000 pedidos de ajuda pelo site.

O Mapa do Acolhimento tem o objetivo de estar presente onde o serviço público é defasado ou precarizado e atuar de maneira territorial e multidisciplinar. O objetivo a longo prazo é, a partir dos dados coletados, alinhar a prestação de serviço à incidência em políticas públicas para o acolhimento de mulheres e realizar uma pesquisa nacional para obter um Índice de Cidades Acolhedoras.

As experiências mundiais de combate à violência de gênero comprovam a necessidade da constituição de redes multidisciplinares e multissetoriais de atendimento. No Brasil, as parcerias entre os serviços ainda são insuficientes diante da complexidade dos casos e da escala do território nacional (Camargo e Aquino, 2003). Portanto, o momento é fértil para a atuação da sociedade civil organizada em caráter de complementaridade da oferta de serviços públicos de acolhimento a mulheres. De acordo com Maria Amélia de Almeida Teles (2001)

“A denúncia é um processo de coragem (...). Na maioria das vezes, a mulher só denuncia quando a relação tornou-se insuportável. Há necessidade urgente de que essa mulher tenha acolhimento, orientação e proteção de seus direitos de imediato. No Brasil, são raríssimos os serviços que acolhem a vítima respeitando-a em sua dignidade e individualidade. Isto dificulta a denúncia. Mas também é preciso promover a auto-estima e o acesso à cidadania para que a mulher sinta-se fortalecida e estimulada a lutar e defender seus direitos.”

A metodologia do projeto possui quatro pilares. O primeiro é a utilização da tecnologia como ferramenta para democratizar o acesso ao Mapa do Acolhimento e atender à amplitude territorial e numérica dos casos. O segundo é a atuação de caráter territorial por meio da geolocalização: busca-se sempre a voluntária habilitada e/ou o serviço público mais próximo para oferecer atendimento à mulher em situação de risco, facilitando o acesso, o deslocamento, a atuação em rede e a minimização da rota crítica. Para tanto, além do mapeamento das psicólogas e advogadas, mapeia-se todos os serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de todo Brasil como Delegacias da Mulher, Centros de Referência e Defensorias Públicas. Assim, facilita-se a articulação entre setores públicos e organizações da sociedade civil para parcerias e outras construções, como a criação de protocolos de segurança para atendimento e a capacitação das profissionais que atuam no campo. Esse diálogo é necessário para a eficiência das intervenções que buscam o rompimento do ciclo da violência, o atendimento qualificado e o acolhimento de quem sofre violência de gênero: “As diversas demandas da mulher extrapolam o poder de resolutividade de um único setor, o que requer um conjunto articulado de ações intersetoriais” (ERDMANN et al, 2014).

O terceiro pilar metodológico é o cuidado e a diligência. No cadastro das profissionais voluntárias avalia-se seu registro profissional, seu comprometimento com o código de ética e a gratuidade dos atendimentos, o respeito à identidade de gênero e a não culpabilização da mulher. O Mapa do Acolhimento possui como princípio transversal a priorização da experiência da mulher, fortale-

cendo a sua autonomia e preservando o seu sigilo. Além disso, a equipe multidisciplinar do Mapa acompanha todos os casos e verifica condutas antiéticas e em desacordo com as diretrizes de atendimento. A próxima meta do projeto é realizar a capacitação das profissionais para a atuação específica com recorte de gênero, sabendo de sua complexidade e especificidade.

O quarto pilar metodológico é a gestão de comunidades. Todas as voluntárias são convidadas a entrar em grupos de Whatsapp para trocar conhecimentos, solucionar dúvidas e se solidarizar. O caráter multidisciplinar fortalece as trocas entre as profissionais e facilita a articulação de redes locais com encontros, compartilhamento de materiais, eventos e cursos.

Dentre os principais resultados empíricos do projeto entre junho e outubro de 2018 estão a realização de mais de 1500 encaminhamentos para psicólogas, advogadas e serviços públicos de acolhimento e a composição de uma base de mais de 2600 voluntárias ativas. Além disso, foram mapeados mais de 730 serviços públicos da rede de segurança, saúde e socioassistencial.

O Mapa possui voluntárias em 590 cidades do Brasil, a maior parte nas regiões Sudeste e Nordeste, locais que mais recebem pedidos de acolhimento. Os cadastros para obter ajuda pelo site já ultrapassaram os 2000 e provêm de todos os estados do Brasil. Mais de 160 atendimentos estão em andamento; há grande disparidade entre número de encaminhamentos realizados e de atendimentos em curso, pelas mais diversas razões, dentre elas o medo e a vergonha. Um dos nossos maiores desafios para o futuro é levar o Mapa a quem mais precisa e aumentar a capilaridade nesses locais.

Palavras-chave: Mapeamento; Acolhimento;
Rede.

REFERÊNCIAS

- CAMARGO, Márcia; AQUINO, Silvia de. Redes de cidadania e parcerias: enfrentando a rota crítica. In: Programa Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – O Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Brasília, 2003.
- ERDMANN, et al. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 23, n. 3, p. 778-786, 2014.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista ao CFE-MEA, 2001.

O DESPERTAR DAS MULHERES SURDAS BRASILEIRAS E ARGENTINAS

Keli Krause

UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa)

Laura Cecília López

UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

O presente trabalho aborda ações públicas das mulheres surdas que estão promovendo os direitos e a autonomia das mulheres através de Organizações Não-Governamentais – ONGs no Brasil (a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, que demanda um Programa Nacional de Políticas para Mulheres Surdas, no intuito de promover os direitos das mulheres surdas) e na Argentina (a FUNDASOR, que tem um programa “Sordas Sin Violencia”, em que foi criado o serviço de acompanhamento para mulheres surdas que sofrem diversos tipos de violências).

Essas associações foram mapeadas durante a pesquisa de dissertação de mestrado da primeira autora, que versou sobre a implementação de políticas públicas e as lutas por direitos das comunidades surdas no Brasil e na Argentina. Analisando comparativamente, percebemos que a educação e as políticas públicas orientadas à comunidade surda no Brasil são mais avançadas do que na Argentina. Entretanto, a comunidade surda, precisa continuar lutando para que as políticas públicas contemplem a acessibilidade, conforme a real necessidade das pessoas, assim, praticando uma legislação justa, cada vez melhor na sociedade inclusiva. No Brasil, a ação coletiva iniciada pela FENEIS no ano 1987 é um marco

para a Comunidade surda na história do país, por representar a institucionalização dos movimentos sociais surdos, que repercutem até os dias atuais nas mais diversas áreas como: a educação, a saúde, o transporte, o mercado de trabalho e outros. Pode-se afirmar que a oficialização da Libras por meio da Lei nº 10.436 de 2002 se tornou o centro das pautas dos movimentos surdos na medida em que ela constitui o meio de comunicação legítimo dos surdos. Na Argentina, o movimento social surdo é incipiente, contando com algumas organizações desde os anos 2000, engajado em uma campanha ativa para o reconhecimento legal da *Lengua de Señas Argentina – LSA* como manifestação linguístico-cultural.

Para a presente reflexão, propomos uma articulação entre os estudos de gênero, de deficiências e os estudos surdos com o fim de indagar em como surge uma demanda feminista relacionada tanto às pautas do movimento surdo pela ampliação de direitos, quanto à discussão sobre violência contra a mulher. Como destacam Mello e Nuernberg (2012), no Brasil, são recentes as aproximações dos estudos feministas e de gênero com o campo dos estudos sobre deficiência. Também é recente a visibilidade pública de mobilizações de mulheres com deficiência, que estão instigando mudanças não só no âmbito das políticas públicas e garantias de direitos, mas também nos próprios estudos acadêmicos. Entendemos a deficiência como “um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade” (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 636). Mello

e Nuernberg (2012) apontam ainda que a articulação entre gênero e deficiência deve ser entendida como a relação entre o corpo com impedimento e o poder.

Nesse sentido, refletiremos sobre como a produção da deficiência se apresenta na incapacidade do Estado em acolher as demandas das mulheres surdas e de garantir condições igualitárias de acesso aos seus direitos. Ao mesmo tempo, existem movimentos de luta pela acessibilidade e garantia de direitos para as mulheres surdas. Assim, analisaremos essas ações da sociedade civil organizada, no sentido de contribuir para a multiplicação das mesmas em outras ONGs feministas da região. Consideramos que as demandas das mobilizações que articulam feminismos e deficiências podem criar cenários em que seja problematizado por parte das instituições como garantir condições igualitárias de acesso aos direitos das mulheres com deficiência, podendo criar estratégias de comunicação envolvendo a acessibilidade das mulheres surdas.

Palavras-chave: direitos, mulheres surdas, feminismos.

REFERÊNCIAS

Blog Sordas sin violência. Disponível em: <<http://www.sordassinviolencia.com/>>. Acesso em: 20 set. 2018

KRAUSE, Keli. Feminismos surdos, deficiências e políticas públicas. **Atas do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_

ID1181_16072017175840.pdf>. Acesso em:
20 set. 2018.

KRAUSE, Keli. **A implementação de políticas para a comunidade surda no campo dos meios de comunicação**: uma análise comparativa Brasil-Argentina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unisinos, 2018.

PROJETO E CAMPO DE POSSIBILIDADES: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Thaís da Rosa Alves

(Doutoranda em Ciências Sociais – PPGCS/ UNISINOS)

Miriam Steffen Vieira

(UNISINOS)

O presente trabalho tem como proposta realizar um exercício reflexivo a partir do conceito de projeto e campo de possibilidades de Gilberto Velho (1981), para compreender a construção de projetos das mulheres que realizaram o curso de formação de Promotoras Legais Populares, as PLPs.

Para a realização desta análise, foram revisitados os materiais coletados em uma pesquisa de campo realizada no Serviço de Informação à Mulher no Tudo Fácil em Porto Alegre, no ano de 2015 (ALVES, 2015). Na ocasião foram realizadas entrevistas individuais com a PLP que estava de plantão no local. Além das entrevistas, utilizou-se da bibliografia já existente sobre a atuação destas mulheres que auxiliam na reflexão sobre seus projetos em sintonia com o que foi proposto por Velho (1981).

O curso de formação tem como principal objetivo capacitar mulheres de camadas populares de Porto Alegre sobre seus direitos para que as mesmas formem redes femininas de informação. Após o curso de formação, estas mulheres passam a atuar com a função de democratizar o acesso à justiça.

No entanto, ao entrar em contato com um grupo de PLPs, notei que a participação no curso constituiu experiências para além da proposta que a Organização não governamental¹ (ONG) responsável pela capacitação tinha em perspectiva, pois o mesmo é considerado pelas mulheres como um marco em suas biografias.

Dessa maneira, o projeto coletivo proposto pela ONG – diminuir as desigualdades no acesso à justiça – combinou com os diversos projetos individuais que cada participante da capacitação trazia consigo.

Sendo assim, proponho pensar a participação no curso de formação como um campo de possibilidades (VELHO, 1981), ou seja, um espaço para a formulação e implementação dos projetos dessas mulheres.

As mulheres são convidadas para participar do curso de formação por possuírem uma trajetória como lideranças comunitárias ou através de suas redes pessoais. Após a formação, as mesmas passam a atuar em seus bairros e no SIM². De maio de 2014 até agosto de 2015, por meio da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul em parceria com a Associação de Promotoras Legais Populares e a ONG Themis, foi inaugurado o SIM – Tudo Fácil, no Centro de Serviços ao Cidadão Tudo Fácil³.

1 O curso de Formação de Promotoras Legais Populares é um projeto da ONG Themis – Gênero e Justiça e é realizado em Porto Alegre desde 1993.

2 Criados em 1996, o Serviço de Informação à Mulher (SIM), foi uma iniciativa de algumas PLPs que queriam formar um grupo para o encaminhamento e atendimento de mulheres sobre seus direitos.

3 Nos atendimentos, além das informações sobre acesso à justiça e sobre os direitos das mulheres, as mesmas realizavam encaminhamentos para o Centro Estadual de Referência da Mulher

Para a presente análise foram selecionadas três entrevistas realizadas com as PLPs do SIM – Tudo Fácil: Rosa, Simone e Sandra⁴. Já em suas apresentações, as mesmas apresentaram diferentes motivações para o ingresso no curso de formação. No entanto, todas elas estão, de certa forma, relacionadas a circunstâncias individuais, ou seja, voltadas para uma suposta viabilização de projetos individuais (BONETTI, 2000).

Ao serem questionadas sobre a importância de uma PLP, todas apontaram para a característica de ser *popular* que significa, segundo elas, a simplicidade, a prática comunitária e o conhecimento das reais necessidades das mulheres. Outro apontamento das entrevistadas foi o *abrir de portas* que o curso proporcionou. A característica de *popular*, de acordo com Velho (1981) pode ser compreendida como uma experiência sociocultural permeada por códigos de vivência e interações que integram a construção do projeto dessas mulheres, já o *abrir de portas* pode ser concebido como um campo de possibilidades “[...] circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes”. (VELHO, 1981, p. 27). Essa concepção pode ser vista pelo fato do contato com um ideário feminista das técnicas da ONG ter sido ressignificado para *fazer sentido* e assim compor seus projetos.

Outro elemento é o próprio espaço do SIM. Pois, mesmo inseridas na Rede Lilás RS⁵, as PLPs ti-

Vânia Araújo (CRMVAM), Centro Atendimento de Referência da Mulher de Porto Alegre (CRAM/POA) e para o Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (CRDH/DPE).

- 4 Por questões éticas, os nomes das entrevistadas foram trocados com finalidade de preservar suas identidades.
- 5 No período da pesquisa de campo, a Rede Lilás RS correspon-

nham uma relação crítica com a rede. Este posicionamento, de acordo com Bonetti (2000), revela a expectativa em tornar o SIM tão reconhecido como os demais espaços de atendimento, como as Delegacias da Mulher. Este reconhecimento busca legitimar o espaço de atuação das mulheres populares ao mesmo tempo que aparenta uma consolidação de um projeto social que “[...] englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos individuais”. (VELHO, 1981, p. 33).

A breve análise acima apresentou algumas particularidades das PLPs de Porto Alegre que atuaram no SIM – Tudo Fácil que podem ser vistas a partir dos conceitos de projeto e campo de possibilidades. A reflexão pontuou apenas um espaço delimitado, no caso o SIM, mas há muitas outras possibilidades de mirar a construção de projetos, tanto individuais como sociais, dessas mulheres.

Palavras-chave: Promotoras Legais Populares. Projeto. Campo de possibilidades

REFERÊNCIAS

- ALVES, Thaís da Rosa. **Entre a faculdade da vila e o direito:** as práticas de justiça das Promotoras Legais Populares no SIM – Tudo Fácil. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015.
- BONETTI, Alinne de Lima. **Entre feministas e mulheristas:** uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da

dia a uma rede de enfrentamento à violência contra as mulheres do Estado do Rio Grande do Sul e contava com demais secretarias do Estado para a articulação de ações em diversas áreas para o atendimento de mulheres.

participação política feminina popular em Porto Alegre. 2000, 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/79146/174287.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: _____. **Individualismo e Cultura**. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 14-37.

QUANDO NÃO HÁ UM FELIZES PARA SEMPRE: UMA REFLEXÃO SOBRE O CASAMENTO DE CRIANÇAS NO BRASIL, COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Vitória Brito Santos

(Universidade Feevale)

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade Feevale.

RESUMO: A presente apresentação terá como foco minha pesquisa de Dissertação¹ que teve como tema central o *Casamento de Crianças no Brasil*. Alicerçada sob a temática do *Casamento de Crianças no Brasil*, a investigação buscou compreender como e de que forma ele ocorre no país, tendo como *objetivo central* refletir sobre a forma pela qual estudantes de comunicação entendem a temática e as demais problemáticas que a circundam. Para dar conta das especificidades do tema estudado, a pesquisa foi embasada em três *marcos teóricos* principais: *Pobreza; Direitos Humanos e Cidadania; e Identidade Infantil*. Articulada a esses conceitos, foi desenvolvida uma *contextualização* com base na *Infância*, com o propósito de cercar a problemática. O Brasil ocupa atualmente a 4º posição no *ranking* dos países com o maior número absoluto de *Casamentos Infantis*. Estima-se que mais de 1, 3 milhões de crianças tenham se casado ainda na infância no Brasil, sendo que em média 78 mil crianças têm menos de 14 anos. O Código Penal reformulado em 2009, coloca que “qualquer ato sexual praticado com menor de 14

1 Dissertação defendida em dezembro de 2017, no PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

anos é estupro de vulnerável". A maioria das crianças casadas são meninas, essa diferença é explicada pela forma como o país foi estruturado, em uma ideia do homem como dono da mulher. Além disso, não são quaisquer meninas, pois há nesses casos um processo de intersecção, onde gênero e classe social se cruzam de forma a gerar uma exclusão que vai além de um só desses marcadores sociais. Estamos falando de meninas (gênero) pobres (classe social), que se casam em busca de uma melhor Qualidade de Vida, uma grande maioria delas para se livrar da pobreza e dos maus tratos, ou seja, os casamentos ocorrem por causa de situações de extrema desigualdade social na qual o país está inserido. O *Casamento de Crianças*, assim como muitos dos temas que envolvem a infância no Brasil, não são debatidos pela mídia, bem como, são pouco refletidos pela academia e não são parte constitutivo das agendas de pesquisa e de formulação de políticas nacionais. Os dados sobre a forma como estamos tratando essa infância e aqui principalmente a infância feminina, são extremamente preocupantes, e infelizmente a proteção dessas meninas contra o casamento, também não faz parte da grande maioria dos movimentos que tratam e pensam a violência. O tema, não está colocado como uma das principais lutas no nosso país em projetos sociais que tem como pauta as lutas feministas, as lutas pela proteção da infância ou pela educação. Para dar conta de compreender as especificidades da temática, o percurso investigativo teve como eixo *teórico-metodológico* a *Transmetodologia*, com o intuito de trabalhar a interdisciplinaridade que a temática necessitava, bem como poder experimentar as formas do fazer pesquisa. Sobre essas ex-

perimentações metodológicas: realizei uma primeira etapa exploratória inicial e posterior análise de material jornalístico, para então escolher e dialogar com os conceitos teóricos elencados para a pesquisa. Ademais, articulei um conjunto de procedimentos e etapas bases de pesquisa para dar conta de responder aos objetivos específicos delineados para a investigação, sendo esses procedimentos: pesquisa da pesquisa, pesquisa bibliográfica, pesquisa teórica, e uma segunda etapa exploratória que culminou com uma Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (ADSC). Busquei, com tudo isso, criar possibilidades de entendimento para a temática estudada, já que a problematização feita mostrou que um dos principais desafios é falar sobre Direitos Humanos. Sendo assim, busquei articular a temática aos seus múltiplos vieses sociais que a reconfiguram a todo o momento e que estão em constante confluência com as noções de Mídia e Gênero. A análise do Discurso do Sujeito Coletivo revela que uma das principais causas da forma como a mídia fala sobre as minorias e do entendimento da temática aqui investigada é uma não aceitação e entendimento sobre o Outro, o seu entorno e a noção de Realidade Social. Também destaco uma carência de estudos no campo de formação comunicacional sobre temas que tenham relação com os Direitos Humanos, em específico aos direitos da infância.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Infância; Meninas

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Fechando a Brecha:** Melhorando as Leis de Proteção à Mulher contra a Violência. Washington, 2017. Disponível

em: <file:///C:/Users/usuario/Google%20Drive/Mestrado%20Diversidade%20Cultural%20e%20Inclus%C3%A3o%20Social/Projeto%20de%20Pesquisa/3%20CONTEX-TUALIZA%C3%87%C3%83O%20-%20INF-C3%82NCIA/3.2%20O%20CASAMENTO%20INFANTIL%20NO%20BRASIL/Legila%C3%A7%C3%A3o/Fechando-a-Brecha-WBL-Port.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza o Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev., 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

COMPARATO, Bruno Konder. **Especialização em Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: USP, 2015.

REFLEXÕES SOBRE A MULHER COMO SUJEITO SÓCIO-POLÍTICO: UMA QUESTÃO IDEOLÓGICA E SOCIAL

Vera Lucia Ruiz Rodrigues da Silva

(Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

Aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos.

Dorisvaldo Rodrigues da Silva

(Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

Aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática – PPGCEM da Unioeste – PR.

Este trabalho aborda fatores ideológicos que norteiam as práticas sociais contemporâneas frente à atuação de gênero quanto uma ação de sujeito político nas variadas instituições. Objetiva compreender fatores heterogêneos que permeiam a realidade da mulher brasileira em situações distintas, porém, em maior ou menor grau podem sofrer ações que são contrárias a sua constituição como sujeito ou agente no espaço social. Estabelecemos como metodologia a pesquisa bibliográfica e observação de campo empírico de modo a desvelar a partir da reflexão sobre o quadro estatístico como expressão da materialidade opressiva e desigual que persiste na vida cotidiana das mulheres brasileiras.

O referencial teórico foi alicerçado em estudos que problematizam uma abordagem teórica em áreas do conhecimento e que seja expressão de uma perspectiva prática e de ciência das mulheres. Em Butler (2008) que realiza uma análise explicitando a problemática da representatividade política das mulheres, num ambiente em que a linguagem que predomina é do gênero masculino.

Dos estudos de Touraine (2011) se acolhe a compreensão de sujeito, sendo aquele que age com consciência de si e do outro na luta por direitos sociais, culturais, políticos e coletivos.

A história da mulher, como sujeito ou subordinação à realidade das relações sociais, predominantemente, foi contada a partir de uma perspectiva do gênero, sendo que esta representava um corpo feminino com determinadas atribuições, mas que, em última instância, eram categorizadas como corpos iguais e universais. Touraine (2011) expressa a relevância de se considerar as denúncias de feministas quanto à violência que a mulher tem sofrido a partir de relações sociais ordinárias. Tais violências se caracterizam pela agressão física, constrangimento moral e psicológico, culminando, por vezes, no ato de femicídio. Dados do *Mapa da Violência 2015* (Flacso) revelou que 106.093 brasileiras foram vítimas de assassinato entre 1980 e 2013. **Informa também que** a incidência vem aumentando, sendo que de 2003 a 2013, o número de vítimas do sexo feminino cresceu mais de 21%, de 3.937 para 4.762.

Frente às subjugações que a mulher enfrentou tanto em sua vida pessoal como profissional a realidade material era ditada e materializada por um discurso alheio. Dallery (1997) assinala que *não só a voz ou a experiência das mulheres têm sido excluídas do âmbito do conhecimento ocidental, ou mesmo quando o discurso é "sobre" mulheres, ou quando as mulheres são os sujeitos que falam, elas ainda o fazem de acordo com códigos falocráticos.* (DALLERY, 1997, p. 63-67).

Nessa perspectiva as mulheres têm empreendido lutas para serem reconhecidas como sujeito que participa do universo social, caracte-

rizado pelos espaços da política, do trabalho, da família, enfim, nas instituições como sujeito ativo. Butler (2008) contribui com essa reflexão ao explicitar que problematizar a questão do gênero em suas múltiplas determinações, demonstra que o movimento feminista compreende que existe uma identidade feminina diferenciada do padrão estabelecido pela sociedade contemporânea, que tem suas raízes numa formação cultural a partir do referencial masculino. A ênfase das mulheres ao constituírem conhecimentos científicos e expressões linguísticas revela a perspectiva de relações humanas, de práticas sociais e políticas que as tomam como sujeitos.

Nesse cenário, a constituição política do sujeito se dá numa conjuntura em que existem objetivos que acarretam tanto a “legitimação” como a “exclusão”, numa relação política naturalizada no seio jurídico (BUTLER, 2008, p. 19). Dessa forma, é fundamental que a categoria compreenda que o mecanismo pelo qual buscam a sua emancipação, é o mesmo que a oprime como gênero feminino. As mulheres são categoria do mundo circundante a qual pertence, como por exemplo: da “classe, raça, etnia”. Assim, a suposta universalidade e unidade do sujeito, como gênero feminino, são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam (BUTLER, 2008, p. 21).

Autores mencionados permitem visualizar o quão as normativas que representam a estrutura política, o saber científico, por meio da linguagem escrita e do discurso ainda estão permeadas pelo ideário masculino em detrimento de outros segmentos sociais. Por esse motivo precisam ser ressignificados, pois, somente diante da redefinição de

ambos, a mulher conseguirá constituir representatividade de fato no âmbito político e ocupar seu espaço como sujeito no seio da sociedade. Pode-se citar como exemplo o número de representantes do gênero feminino que estão concorrendo a cargos eletivos no estado do Paraná. Dentre os 1.244 políticos cadastrados para disputar o pleito no Paraná em 2018, 869 são homens, o que corresponde a 69,86%. No caso do Palácio Iguazu, a diferença é maior: 25% a 75% (2 candidatas mulheres e 6 homens).

As reflexões apontadas neste trabalho permitem pensar que é contra este estado e suas formas estratégicas de dominação que o movimento feminista se contrapõe, na busca pela definição de sua identidade, objetivando ampliar as possibilidades de reduzir as desigualdades existentes nos diferentes espaços sociais.

Palavras-chave: gênero, mulher, política

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** - feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-49
- DALLERY, Arleen B. A política da escrita do corpo: *écriture féminine*. In JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução de Brítta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- TOURAINÉ. A. **Um novo paradigma:** para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Tifton. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SEMANA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL NA UNIPAMPA/CAMPUS URUGUAIANA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fabiane Ferreira da Silva
(UNIPAMPA)

Luana Fagundes da Silva
(UNIPAMPA)

O presente trabalho busca compartilhar o projeto de extensão intitulado “Semana de prevenção e combate ao assédio sexual”, desenvolvido na Universidade Federal do Pampa/Campus Uruguaiana, pelo Grupo de Pesquisa Tuna – gênero, educação e diferença em parceria com o Ministério Público do Trabalho, com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de enfrentamento do assédio sexual no ambiente de trabalho e na universidade. O assédio sexual pode ser definido como “a conduta de natureza sexual, manifestada fisicamente, por palavras, gestos ou outros meios, propostas ou impostas a pessoas contra sua vontade, causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual” (BRASIL, 2017, p. 9). Assim, entende-se por assédio sexual todo o comportamento indesejado de caráter sexual, de forma verbal, não verbal ou física, com o propósito de incomodar ou intimidar a pessoa, afetando a sua dignidade e criando um ambiente humilhante.

Mulheres e homens podem ser vítimas de assédio sexual no ambiente de trabalho e na universidade, entretanto, na maioria dos casos as vítimas são mulheres. Nessa perspectiva, podemos dizer

que está associado às representações socioculturais ligadas ao gênero, aos estereótipos ligados à imagem da mulher, que enfim, retratam alguns dos padrões existentes em nosso meio social e cultural. É importante ressaltar também que o assédio sexual é uma modalidade de violência que gera às vítimas vários tipos de sofrimentos, físicos e psíquicos, tais como: medo, culpa, vergonha, depressão, crises de choro, desânimo, isolamento, perda de autoestima e confiança, dificuldades de dormir, pânico, etc., que por sua vez, pode provocar uma série de doenças ou até mesmo o suicídio.

A pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular sobre a violência contra a mulher no ambiente universitário, na qual 60% das(os) entrevistadas(os) foram mulheres, revelou que 14% das(os) participantes do estudo conhecem casos de mulheres estupradas, 11% das participantes sofreram tentativa de abuso sob o uso de bebida alcoólica e 28% delas já sofreram algum outro tipo de assédio sexual, como ser tocada sem consentimento, ser forçada a beijar um veterano, etc., 70% das mulheres já sofreram violência psicológica, moral, física ou sexual (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015). Em 2015, 45.460 casos de estupro foram registrados no Brasil, ou 22,2 casos a cada 100 mil habitantes, segundo dados do anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2016 (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016). Especialistas estimam, porém, que esse número representa entre 10% e 15% do total.

Considerando os dados apresentados, podemos afirmar que ocorrem casos de assédio sexual continuamente. Muitas notícias, comoções, mensagens de apoio, mas pouco é feito para combater esses episódios, alguns casos são esque-

cidos ou nem chegam a ser julgados ou registrados; como consequência as vítimas, especialmente as mulheres se sentem vulneráveis e com medo de realizar suas atividades cotidianas. Portanto, o assédio sexual é uma violação aos Direitos Humanos, uma forma de violência que pode gerar uma série de transtornos. O assédio sexual no ambiente de trabalho e na universidade precisa ser visibilizado, discutido e combatido, pois impede que as pessoas exerçam sua cidadania em igualdade de condições. Além disso, debater esse tema pode ajudar as pessoas a identificar o assédio sexual no ambiente de trabalho e na universidade, bem como a denunciar as situações ocorridas.

Considerando as questões apresentadas até aqui, o referido projeto de extensão foi organizado metodologicamente a partir da dinamização de três grandes rodas de conversa, realizadas em diferentes turnos e replicadas ao longo da semana, no período de 10 a 14 de setembro, estruturadas da seguinte forma: Roda de conversa I (realizada no turno da tarde e no turno da noite): Introdução ao tema: O que é o assédio sexual? Quais os tipos? Quem são os sujeitos do assédio sexual? Qual a diferença entre assédio sexual, assédio moral e paquera? O que a vítima pode fazer? Como provar o assédio sexual? Quais as consequências para o(a) assediador(a)?; distribuição de difusão e conscientização (cartilha e gibi do MPT) e lançamento do canal de denúncias. Roda de conversa II (tarde e noite): análise e discussão de vídeos, Música da Lady Gaga "Til it happens to you" (trilha sonora do documentário "The Hunting Ground") e "USP Aqui não – O problema do assédio na universidade"; depoimento de uma docente da universidade que foi vítima de assédio

sexual. Roda de conversa III (noite): medidas de combate ao assédio sexual, produção de cartazes e elaboração de uma carta coletiva aberta com sugestões e encaminhamentos a serem incorporados e dinamizados pela instituição.

Ao longo da semana participaram das atividades em torno de 260 pessoas, entre docentes de nível superior e da educação básica, acadêmicas(os) da UNIPAMPA e ativistas de movimentos sociais locais. As avaliações das(os) participantes foram muito positivas, a temática assédio sexual, o depoimento de vítimas e a metodologia de rodas de conversa foram os aspectos mais pontuados. Entretanto, cabe destacar a baixa participação de cursos diurnos do Campus Uruguaiana, especialmente a Medicina Veterinária, Medicina, Farmácia e Fisioterapia, bem como, acadêmicas(os) da pós-graduação.

Por fim, com a realização da semana de prevenção e combate ao assédio sexual buscamos chamar a atenção para a questão do assédio sexual no ambiente de trabalho e na universidade, contribuindo para o debate e mudança de comportamento. Assim, com o desenvolvimento de atividades, como as narradas neste relato, esperamos contribuir com o debate acerca de um tema tão importante, através da produção de conhecimentos, esclarecendo dúvidas, gerando discussões, a fim de combater o assédio sexual no ambiente de trabalho e na universidade.

Palavras-chave: assédio sexual; universidade; roda de conversa.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2016. Disponível em: <<http://www.forum>

seguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2018.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Assédio sexual no trabalho**: perguntas e respostas. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/238abdc3-4e2d-4d4a-a35e-b815c2b91c25/Cartilha+Assedio+Sexual+-+GT+G%C3%AAnero.pdf?MOD=AJPERES&CID=IOyxSXs>. Acesso em: 27 set. 2018.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015. Disponível em: <<http://dossies.agenciapatriaciagalvao.org.br/violencia/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>>. Acesso em: 27 set. 2018.



CASA LEIRIA
Rua do Parque, 470
São Leopoldo-RS Brasil
Telefone: (51)3589-5151
casaleiria@casaleiria.com.br

